

# Cadernos de Análise Regional

VOLUME 5 - Nº 1 – NOVEMBRO DE 2006



## A ECONOMIA BAIANA

Artigos de Pós-Graduandos



PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E DO PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E URBANO

# Cadernos de Análise Regional

VOLUME 5 - Nº 1 – NOVEMBRO DE 2006



## A ECONOMIA BAIANA

Artigos de Pós-Graduandos



PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E DO PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E URBANO

Os Cadernos de Análise Regional foram classificados pelo *Qualis* da Capes como Local A.

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS

Cadernos de Análise Regional / Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador. Ano 9, v.5, n. 1. (nov. 2006). Salvador: Universidade Salvador – UNIFACS, 2006.

v. ; 21x27 cm.

1. Desenvolvimento econômico - Periódico . 2. Planejamento econômico – Periódicos. I. Universidade Salvador. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. II. Universidade Salvador. Departamento de Economia.

CDD: 338.9

Pede-se permuta  
*On demande l'échange*  
*We ask for Exchange*  
*Pede-se canje*  
*Si rischiedi lo scambo*  
*Mann bitted um austausch*

## **Cadernos de Análise Regional**

Cadernos de Análise Regional é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS – Volume 5 • Nº 1 • Novembro de 2006 • Salvador, BA

### **Expediente:**

#### **UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS**

**REITOR:**

Prof. Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho

**VICE-REITORES:**

Prof. Guilherme Marback Neto e Profa. Maria das Graças Fraga Maia

**PRÓ-REITOR FINANCEIRO:**

Prof. Sérgio Augusto Gomes V. Viana

**PRÓ-REITOR ADMINISTRATIVO:**

Prof<sup>a</sup> Verônica de Menezes Fahel

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO:**

Prof<sup>a</sup> Manoel Joaquim F. de Barros

**PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Prof. Luís M. Pontes

**DEP. DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:**

Prof. José Mascarenhas Bisneto

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO–PPDRU:**

Prof. Alcides dos Santos Caldas

#### **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Alcides Caldas, Prof. Dr. Fernando C. Pedrão,  
Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola e Prof<sup>a</sup> Dra. Regina Celeste de Almeida Souza

#### **EDITOR**

Prof. Dr. Noelio Dantaslé. Spinola

#### **SECRETÁRIO**

Eco. Moisés Conde Silva de Oliveira

#### **CAPA E EDITORAÇÃO GRÁFICA**

Joseh Caldas

#### **FOTOLITOS E IMPRESSÃO**

S VICTOR GRÁFICA LTDA

**TIRAGEM:** 500 exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. É vedada a reprodução integral de artigos sem a formal autorização da redação.

#### **ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:**

Alameda das Espatódias, 915 - Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, CEP 41820-460 - Tel.: 71-3273-8557

E-MAIL: rde@unifacs.br – dantasle@uol.com.br



**Departamento de Ciências Sociais Aplicadas  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU**

# Sumário

Apresentação .....	6
Introdução .....	7
Considerações sobre a Teoria Clássica da localização na Economia Regional .....	9
<i>Karen Sasaki</i>	
Aplicação de Medidas de Localização e Especialização na Região Metropolitana de Salvador – RMS .....	18
<i>Joseval de Melo Santana</i>	
A Era do Capital Financeiro .....	27
<i>Moisés Conde S. de Oliveira</i>	
Educação Superior, Semi-Árido Baiano e Desenvolvimento Regional: Uma Visão Possível .....	32
<i>Afonso Celso Magalhães Madeira</i>	
Agronegócio: um portal para o desenvolvimento do Brasil .....	44
<i>Edivaldo Azevedo Da Silva</i>	
Indicação de Procedência: uma proposta de inovação competitiva no território do sisal.....	51
<i>Lívia Liberato</i>	
Desenvolvimento local: mito ou realidade? O caso do pólo de confecções de Jequié/Ba. ....	59
<i>Adenilson Rosa dos Santos</i>	
Fosfato na Bahia: aspectos econômicos e ambientais.....	65
<i>Hélio Gamalho Vasconcellos</i>	
O Meio Ambiente e o caminho para as cidades sustentáveis.....	73
<i>Paula Ernica Berton</i>	
Turismo e políticas públicas: o modelo de cluster como alternativa para o desenvolvimento turístico .....	80
<i>Ana Luiza Fernandes Mendes de Almeida</i>	
A organização social e produtiva como estratégia de fortalecimento do capital social em destinos turísticos.....	87
<i>Maria Helena Martins Brasileiro</i>	
Turismo Cultural em Salvador: uma perspectiva afrodescendente .....	95
<i>Lúcia Maria de Araújo Góes Santos</i>	
Bahia terra da felicidade: uma imagem turística de Salvador .....	101
<i>Marcus Vinicius Barbosa Peixinho</i>	

# Apresentação

*Tenho a satisfação de apresentar o Volume 5, Nº 1, do Caderno de Análise Regional que reúne a contribuição exclusiva de doutorandos e mestrandos do nosso Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU).*

*Os Cadernos constituem uma publicação seriada, mas não periodizada, que veicula temas pertinentes aos objetivos do nosso Mestrado em Análise Regional e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano e das linhas de pesquisa que os compõem, refletindo o trabalho intenso que é desenvolvido pelo seu corpo docente e pelo corpo discente.*

*Neste Caderno, que também apresentamos com novo formato, editamos 13 artigos elaborados sob a orientação do Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola, titular das cadeiras de Economia Regional e Teoria e Prática da Análise Regional, versando sobre uma diversidade de assuntos que abordam desde aspectos da economia monetária e agrícola aos relacionados com a educação e o turismo. Todos constituem temas para debate e refletem as atividades de pesquisa e produção de dissertações e teses dos seus respectivos autores.*

*Com mais esta produção acadêmica estamos contribuindo para tornar cada vez mais efetiva a missão da nossa Universidade Salvador (Unifacs), que considera o estudo e a promoção do desenvolvimento regional como uma das finalidades principais da sua existência.*

*Salvador, novembro de 2006*

**Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs

# Introdução

Treze artigos compõem este Caderno de Análise Regional. Escritos por onze alunos do Mestrado em Análise Regional e dois do Doutorado em Desenvolvimento Urbano e Regional, cursos integrantes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unifacs, foram elaborados no âmbito das disciplinas Economia Regional e Teoria e Prática da Análise Regional. Os trabalhos selecionados refletem a melhor produção acadêmica nesta área de conhecimento no ano letivo de 2006 e abrangem temas correspondentes à economia monetária, economia agrícola, educação, cultura e turismo, refletindo as áreas de pesquisa e interesse dos seus autores.

O primeiro artigo, de **Karen Sasaki**, promove uma síntese das teorias clássicas da análise regional, contemplando os trabalhos de autores como Von Thünen, Weber, Perroux, Löesch, Christaller e Isard. Esses autores foram escolhidos por representarem a dimensão clássica dos estudos regionais, por terem contribuído com as análises locais proporcionando tomadas de decisões estratégicas ao desenvolvimento regional, bem como porque contemplam todas as dimensões dos setores da economia: agricultura, indústria e comércio.

**Joseval de Melo Santana** responde pelo segundo artigo onde utiliza algumas medidas de localização e especialização que são tradicionalmente aplicadas na análise regional e urbana. Nele, o autor ressalta que apesar de tais medidas estarem bem consolidadas na literatura técnica, ainda assim, torna-se de difícil manipulação e entendimento para uma parte dos discentes de cursos de graduação e pós-graduação na área do Desenvolvimento Regional e Urbano. Ao exemplificar com a aplicação dessas medidas na Região Metropolitana de Salvador – RMS sem pretender aprofundar-se numa análise minuciosa do desenvolvimento dessa região, busca demonstrar a eficácia e as deficiências desta metodologia de trabalho.

Considerações sobre o fenômeno que alguns economistas chamam de Mundialização do Capital é o objeto do terceiro artigo de **Moisés Conde S. de Oliveira**. Esse movimento se caracteriza pela desregulamentação dos mercados financeiros internacionais. A partir da década de 1960, ocorreu nos Estados Unidos uma série de mudanças nas regras que regulamentam os mercados de capitais, causando o aumento substancial das formas de aplicação financeira. Neste trabalho serão apontadas as causas e os efeitos dessas medidas – positivos e negativos - tanto no setor financeiro, como no setor produtivo.

No quarto artigo, **Afonso Celso Magalhães Madeira** aborda a questão da educação superior na região do semi-árido baiano, especialmente quanto a cursos de graduação presenciais, sua adequação às vocações regionais e possíveis influências e desdobramentos relativamente ao desenvolvimento regional. Por se tratar de

região onde ocorrem freqüentes e periódicas secas, importa ao semi-árido que se procure soluções alternativas e maximização do aproveitamento de seus recursos, dentre os quais o capital humano e o capital social se destacam, inclusive face à emergência desses conceitos e sua justa e recente valorização na problemática do desenvolvimento.

**Edivaldo Azevedo da Silva** no quinto artigo aborda a importância do agronegócio para a economia brasileira e a necessidade da utilização das tecnologias de ponta (biotecnologias) para o aumento da produtividade, redução dos custos de produção e para a competitividade internacional. Faz uma análise interna e externa do setor e do País, apontando problemas e incertezas, mas principalmente as grandes possibilidades de crescimento, em função das transformações econômicas e demográficas mundiais.

A Indicação de Procedência (IP) como instrumento potencial de valoração de “produtos do território”, particularmente fibras de sisal e seus sub-produtos beneficiados é o tema do sexto artigo de autoria de **Livia Liberato**. Refere-se à área de atuação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, no município de Valente, ou simplesmente “território APAEB-Valente”, considerada uma região produtora com características particulares, que faz parte da Região Sisaleira. No estudo, propõe-se uma linha de crédito específica para financiar processos junto ao INPI, que costumam ser longos e burocráticos.

A importância da indústria de confecções de Jequié, para o desenvolvimento econômico do município, e as causas principais que contribuíram para o seu declínio constitui o objeto do sétimo artigo de **Adenilson Rosa dos Santos**. O autor realiza sua análise a partir dos conceitos teóricos de desenvolvimento local e arranjos produtivos locais, estabelecendo um confronto entre o mito gerado pela propaganda oficial e a realidade de uma atividade econômica que por algum tempo foi considerada a principal mola propulsora do desenvolvimento local no município de Jequié.

**Hélio Gamalho Vasconcellos**, no oitavo artigo, traz para a discussão acadêmica uma reflexão acerca da mineração como agente de desenvolvimento sócio-econômico, em face das políticas públicas de desenvolvimento sustentável vigentes, bem como o tratamento dado por parte dos gestores governamentais às mesmas. Tal estudo pode contribuir para a desmistificação de conceitos pré-existentes acerca da mineração como instrumento maléfico de degradação ambiental, ao enfatizar seu potencial importância para a elevação do IDH-M. A sua fundamentação teórica parte da consideração de que o desenvolvimento sustentável constitui um processo evolutivo pautado no crescimento da economia, na manutenção e/ou melhoria da qualidade do ambiente e da sociedade para benefício das gerações presente e futura,

ou seja, as bases para o desenvolvimento humano são alicerçadas sobre o tripé econômico, social e ambiental. Neste sentido o autor trabalha com a realidade dos impactos econômicos, sociais e ambientais da produção de fosfato nos municípios de Irecê e Lapão, região do Semi-árido da Bahia, em análise pelo PPDRU/Unifacs através do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Econômico, Social e Tecnológico da Região.

**Paula Berton**, no nono artigo, busca explicar a inter-relação dos diferentes conceitos de meio ambiente e como vem aumentando significativamente a importância deste tema em todo o mundo. As cidades sustentáveis principal assunto do seu texto, constituem um desafio diante de inúmeros problemas urbanos em que vive a metade da população mundial. O artigo apresenta as principais diretrizes para que se possibilite a transformação do modelo atual de cidade.

Os três artigos finais desta série contemplam a área de concentração em turismo. Assim é que o décimo artigo, de **Ana Luiza Fernandes Mendes de Almeida** discute o setor enquanto atividade social e principalmente econômica observando o seu papel no desenvolvimento de regiões, através dos efeitos multiplicadores gerados. A autora destaca a importância da busca pela criação de vantagens competitivas para o destino turístico como uma ferramenta essencial para o processo de desenvolvimento. Nesse contexto, o artigo traz uma discussão teórica sobre o papel das políticas de turismo, enfocando o *cluster* de turismo como um instrumento de política pública e de diferencial competitivo, questionando sobre a efetividade desse modelo de governança.

Dando continuidade a seqüência sobre o turismo, **Maria Helena Martins Brasileiro**, no décimo primeiro artigo, considera a participação social como condição de legitimidade e adequação à transformação da realidade de pobreza e exclusão social, apresentando como estratégia de mobilização e organização popular, a implantação de unidades produtivas enquanto unidades operacionais apropriadas para este fim, em destinos tu-

rísticos. Segundo a autora, a perspectiva é de que ao atuar enquanto espaço de ação/reflexão em torno das questões relativas à perpetuação do círculo vicioso da pobreza e da exclusão social, estas unidades poderão atender às necessidades de sobrevivência do seu público, mas ao mesmo tempo, fundamentar uma prática mais ampla, configurando-se em uma iniciativa de qualificação das estruturas internas, necessária ao fortalecimento do capital social e desenvolvimento dos espaços turísticos em bases sustentáveis.

A importância do turismo cultural como estratégia de fortalecimento do capital humano afrodescendente em Salvador, é o tema do décimo segundo artigo de **Lúcia Maria de Araújo Góes Santos**. A autora ressalta a importância da implantação de políticas públicas e privadas que, potencializando o legado cultural afro-baiano, promovam a transformação da realidade de pobreza e exclusão social da comunidade soteropolitana, assim como o desenvolvimento local, para atender aos novos requisitos econômicos territoriais.

Encerrando o Caderno **Marcus Vinicius Barbosa Peixinho**, no décimo terceiro artigo, examina a contradição estrutural da imagem turística de Salvador, promovida mediante a exploração da cultura popular. Esta imagem, que se apresenta como fator de desenvolvimento, encobre uma realidade social injusta, cruel e violenta que foi magicamente transformada em festiva e paradisíaca pelo órgãos encarregados da promoção do turismo. O artigo examina a atuação do Estado enquanto agente responsável por assegurar a satisfação das necessidades básicas da população local bem como questiona a possibilidade de utilização da atividade turística para amenizar a pobreza urbana.

Desejamos a todos uma proveitosa leitura.

Salvador, novembro de 2006

Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola  
Editor



## CADERNOS DE ANÁLISE REGIONAL

Uma publicação do Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Regional e Urbano Unifacs

# Considerações sobre a Teoria Clássica da localização na Economia Regional

*Karen Sasaki*<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo propõe-se a apresentar uma síntese das teorias clássicas de Von Thunen, Weber, Perroux, Lösch, Christaller e Isard. Esses autores foram escolhidos por representarem a dimensão clássica dos estudos regionais, por terem contribuído com as análises locais proporcionando tomadas de decisões estratégicas ao desenvolvimento regional, bem como porque contemplam todas as dimensões dos setores da economia: agricultura, indústria e comércio.

**Palavras-chave:** Localização industrial, análise regional, desenvolvimento regional

## Abstract

This article considers to present it a synthesis of the classic theories of Von Thunen, Weber, Perroux, Lösch, Christaller e Isard. These authors had been chosen by representing the classic dimension of the regional studies, for having contributed with the location analyses providing of strategical decisions to the regional development, as well as because the dimensions of the sectors of the economy contemplate: agriculture, industry and commerce.

**Key words:** Industrial location, regional analyses, regional development.

## 1 Introdução

Este artigo tece considerações sobre a moldura teórica que sustentou e fundamentou os estudos sobre economia regional até a primeira metade do século XX. Dessa forma, o leitor é convidado a refletir sobre a dimensão regional na teoria econômica a partir do entendimento das duas abordagens<sup>2</sup> que são correlatas: a) a *economia espacial*, centrada na microeconomia da economia regional; bem como b) a *economia regional*, que investiga o papel das regiões na estruturação da economia numa esfera macroeconômica que engloba a relação região x país.

Os estudos regionais são necessários para a compreensão da atividade humana e se justificam, principalmente, porque: a) a dinâmica da vida humana ocupa

espaço; b) os recursos, a produção e o consumo não são equilibrados na configuração espacial, tampouco em relação à dimensão temporal; bem como c) os recursos para atender a diversidade de objetivos da dinâmica humana são escassos e susceptíveis de usos alternativos.

Segundo Pedrão (1999, p. 6) há três pressupostos que não podem ser ignorados pelos estudos regionais:

- a) que há uma genuína regionalidade no modo de funcionamento da natureza e no da sociedade, que faz com que a produção e os usos do espaço sejam inerentes ao modo de produção capitalista;
- b) que as condições regionais da natureza e da sociedade mudam, de modo não necessariamente regular, com diversos tipos de assimetria, segundo elas representam os blocos de tecnologia e os ciclos de tecnologia com que se opera;
- c) que as tendências de estruturação regional da economia têm uma relação necessária com as tendências de entropia energética e de concentração de capital.

No entanto, é verificável o descaso da economia tradicional com a dimensão espacial. Reconhece-se que houve a crença de que era possível ocorrer o equilíbrio de preços, advindo de concorrência perfeita e da perfeita mobilidade de fatores, desconsiderando-se o papel do custo de transporte entre produtores e consumidores finais. Nessa perspectiva de análise, os economistas tradicionais consideravam que “as desigualdades dos níveis de produção *per capita* entre as regiões seriam eliminadas automaticamente” (FERREIRA, 1989; RICHARDSON, 1975; ISARD, 1971).

Por esse motivo, é imprescindível que se compreenda que o espaço necessita ser entendido, também, como um tipo de mercadoria inserida na lógica de acumulação e valorização do capital. Porquanto, no âmbito das ciências sociais o conceito de espaço, inicialmente, foi tratado como fixo, não-dialético, estático e, dessa forma, não passível de discussões mais profundas, ao passo que o conceito de tempo cobria todas as lacunas estáticas e imóveis do espaço. Afinal, todo conceito de espaço depende da capacidade de abstração de seu teorizador.

Todavia, o debate acadêmico começa a perceber que as categorias “espaço e tempo” não podem ser analisa-

<sup>1</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestre em Análise Regional e Socióloga pela Unifacs. Bolsista da Capes. E-mail: ksasaki@terra.com.br.

<sup>2</sup> Vale esclarecer que ainda há uma abordagem que não será foco de análise neste artigo, mas que requer atenção: economia urbana. Essa abordagem se debruça sobre a economia das cidades e os seus respectivos problemas urbanos (pobreza, violência, segregação etc), uma vez que as cidades abrigam a vida familiar, a produção, o comércio e devem ser consideradas como o epicentro para o crescimento urbano.

das como elementos antagônicos, mas amplamente complementares, como num processo de auto-inclusão. Ou seja, não é possível discutir o espaço isolado do tempo e vice-versa, porquanto essas duas categorias são criações da dinâmica social que perpassa por todos os domínios da vida humana. Conforme Richardson (1975, p. 15) “o hábito de não considerar o espaço deve ser explicado pela crença de que o tempo era a dimensão crítica na análise econômica”.

Assim, para contribuir com as análises sobre os estudos regionais, é realizada uma síntese das principais contribuições teóricas que embasam os estudos da economia regional, principalmente, no que tange às estratégias de localização das atividades socioeconômicas, sejam na dimensão da agricultura, indústria ou comércio, e suas repercussões contemporâneas.

## 2 Interface entre as economias espacial e regional

Richardson (Id. Ibid.) considera que há três maneiras de analisar as implicações econômicas da dimensão espacial. A primeira análise supõe que a localização da população, da indústria, dos recursos, das vias de transporte é fixa. O espaço, nessa perspectiva, se forma a partir da relação direta e linear entre o fluxo de bens de dois pontos fixos.

A segunda análise requer um olhar mais generalizado, que inclui a determinação da estrutura espacial tratando o espaço como uma matriz de localização das atividades econômicas. Nesse sentido, a categoria distância deve ser considerada para se buscar explicações dos motivos da localização de indústrias, centros populacionais, setores de serviços etc.. Essa abordagem pretende entender a heterogeneidade do espaço econômico (produção, consumo e população).

A terceira abordagem pressupõe uma análise nas inter-relações entre as regiões e a economia nacional, de forma que busca esclarecimentos para a interdependência entre regiões, as quais passam a ser tratadas como partes multi-setoriais da economia.

Ferreira (1989), por sua vez, entende que a economia espacial e a economia regional fornecem elementos para o entendimento do processo de consolidação de atividades econômicas nas regiões, tendo a concentração de capital industrial e a aglomeração dessas atividades, como as questões básicas de discussão.

No âmbito da **economia espacial** procura-se “questionar os problemas relativos à proximidade, concentração e dispersão das atividades e às semelhanças ou diferenças dos padrões de distribuição geográfica dessas atividades” (Id. Ibid., p. 47).

Para tanto, sugerem-se duas leituras sobre a dimensão espacial. A primeira se traduz na *análise locacional*, ou seja, à decisão de “onde localizar-se”, dos agentes econômicos de uma determinada unidade econômica de um espaço geográfico contínuo.

A segunda leitura é a *análise regional*, pois considera que as regiões (ou subespaços nacionais) são espaços contínuos que se relacionam e influenciam diretamente. Este tipo de análise “trata de relações estruturais com-

plexas dentro das regiões e entre as regiões, tendo como unidade básica um conjunto contínuo e contíguo de pontos do espaço geográfico que se denomina região” (Id. Ibid., p. 48).

Sendo assim, cabe ao analista regional refletir e criar estratégias que afetam a disponibilidade dos recursos e buscar otimizar o nível de bem-estar econômico e social da população de uma determinada região. Afinal, o processo de desenvolvimento regional está diretamente associado à dinâmica de funcionamento do sistema econômico, social, bem como espacial, os quais podem ser explicados a partir da localização e inter/intra-relação das atividades econômicas de um espaço geográfico.

Na esfera da **economia regional** o primeiro questionamento evidencia a dificuldade de se encontrar uma definição precisa para o seu objeto central: a região. Segundo Dubey (1977, p. 26):

A Economia Regional é, portanto, o estudo, do ponto de vista econômico, da diferenciação e inter-relação de áreas num universo de recursos desigualmente distribuídos e imperfeitamente móveis, com ênfase especial na aplicação de planejamento dos investimentos de capital social para mitigar os problemas sociais criados por estas circunstâncias.

Como o debate da economia regional é focado para a discussão, óbvia, do conceito de região, convém destacar que esse conceito não é definido de forma universal, o que nos faz compreender a existência de várias definições e que essas dependem do enfoque proposto sobre o objeto. Além disso, nenhum conceito agrada a todas as áreas do conhecimento.

Na tentativa de se chegar a um conceito de região que esteja relacionado à teoria econômica Lösch (Apud ISARD, 1971, p. 21) afirma que as regiões são demarcações espaciais que envolvem a dimensão econômica:

espacios de mercado rodeados por fronteras económicas; no el resultado de desigualdades naturales o políticas cualesquiera. La región aparece como una demarcación espacial que se origina como consecuencia del juego combinado y opuesto de fuerzas económicas. Para su establecimiento debe partise del análisis de factores económicos tales como las fuerzas de la aglomeración (economías de escala), la distribución de las materias primas, el crecimiento de la población, etc. Todo ello dará lugar, de acuerdo con la conocida formulación de la demanda de mercado, a la demarcación de una región que, en relación con otras, originara un conjunto interrelacionado formando una red.

Para Markusen (1987) a análise sobre o conceito de região deve ser dinâmica, visto que, as estruturas internas das regiões, que condicionam as extensões de suas áreas, sofrem modificações ao longo dos anos. Isso não significa que o conceito de região deve ser entendido como uma categoria abstrata que se desenvolve, mas que, sobretudo, as relações sociais dentro e entre as regiões é que se desenvolvem.

Isard (1971, p. 21) sustenta que

región es un bien nacido, tiene padre y madre conocidos que le imprimen carácter. La genealogía familiar de la

región, em el contexto actual de la macroeconomía espacial, no es outra, pues, que la Economía y la Geografía.

Pedrão (1999) considera que a compreensão da diferença da concepção de região como uma parte de um conjunto nacional ou como uma entidade que vai além desse conjunto, tem um desempenho próprio nos movimentos gerais de acumulação de capital.

Dessa forma, é possível perceber dificuldades para se chegar a um consenso ao tentar conceituar “região”. Ferreira (Id. Ibid., p. 49) afirma que

[...] poucos esforços em toda a história dos empreendimentos científicos mostraram ser tão estéreis como a tentativa de encontrar uma definição universal aceitável de região. O fracasso reflete o simples fato de que nenhum conceito de região pode satisfazer, ao mesmo tempo, a geógrafos, cientistas políticos, economistas e antropólogos.

Por causa da ausência de definição precisa do conceito de região, a partir da década de 1950, a produção teórica em economia regional passa a assumir um caráter interdisciplinar, inspirando políticas públicas de desenvolvimento regional e estudos analíticos. Afinal, há consenso entre pesquisadores de que a categoria espaço não foi uma dimensão contemplada na análise econômica tradicional (DUBEY, 1977; RICHARDSON, 1975; FERREIRA, 1989; FUJITA, 2002; CAVALCANTE, 2006), mas que paulatinamente passa a configurar sua área temática.

As teorias da localização de atividades socioeconômicas podem ser divididas em dois tipos: 1) as que consideram que os consumidores se concentram em pontos discretos (puntiformes) do espaço geográfico; e 2) as que consideram os consumidores dispersos em áreas de mercado de diversos tamanhos. No primeiro grupo é possível classificar os clássicos Von Thunen e Weber. No segundo, Lösch, Christaller e Isard. Para estruturar a análise dessas teorias e atingir o objetivo proposto para esse artigo, estabeleceu-se como recorte teórico, a apresentação dos modelos teóricos de Von Thunen, Weber, Perroux, Lösch, Christaller e Isard.

As teorias locais forneceram significativas contribuições às interpretações das decisões empresariais na escolha de localização de suas instalações, pois investigam os padrões locais e a estrutura de organização espacial. Afinal, os teóricos classificados no primeiro grupo concentraram-se suas análises para a busca de minimização dos custos de transporte, sem preocuparem-se com a demanda para o produto final, pois consideravam que toda produção seria comercializada.

Segundo Ferreira (1989) Von Thunen e Weber não aprofundaram as reflexões quanto à dependência das decisões locais de empresas, tampouco com as consequências da escala de produção planejada sobre a melhor escolha do melhor local para implantações de empreendimento, porquanto não admitiam a substituição de insumos, ou seja, o raciocínio era baseado em proporções fixas.

Os teóricos do segundo grupo, por sua vez, também consideram proporções fixas de fatores de produção, bem como oferta elástica de insumos esquecendo-se das consequências das condições de produção nas decisões locais; mas, enfatizaram as condições de demanda e a interdependência local.

O Modelo de Von Thunen sobre a localização industrial, foi o ponto de partida para vários autores da localização industrial, seguido por Weber, Lösch, Christaller e Perroux. A localização das indústrias é analisada a partir das proposições de Weber, onde se destacará o custo de transporte. A relevância das economias externas de aglomeração que surgem em torno da indústria-motriz, vai ser demonstrada por Perroux. Christaller e Lösch vão definir o papel das cidades como sendo o da distribuição de bens e serviços e os princípios que explicam o número, o tamanho e a distribuição dos centros urbanos. Lösch pressupõem rendimentos decrescentes e Isard, considerado o pai da moderna economia regional, enfatizou a problemática da produção dando especial atenção ao fator transporte.

É válido mencionar que a economia clássica focalizou suas preocupações no processo de evolução das atividades econômicas e da distribuição do produto gerado. Alguns autores clássicos tendiam a considerar os fatores não-econômicos como predominantes para uma maior compreensão do padrão espacial das atividades econômicas. O descaso com a distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico se origina na suposição de que deve ocorrer uma equalização perfeita dos preços dos fatores. Desta forma, as desigualdades seriam eliminadas automaticamente.

### 3 Microeconomia espacial – teorias locais

#### 3.1 Modelo de Von Thunen - Teoria da Localização Agrícola

*O que melhor produzir em uma determinada região?*

Essa questão foi feita por Johann Heinrich von Thunen (1783-1850), precursor das teorias de localização, no início do século XX, que culminou com a publicação de “*O Estado Isolado*”. Essa obra foi considerada a primeira contribuição sistematizada à questão espacial na economia. Por esse motivo é avaliado como o patrono dos geógrafos econômicos e dos economistas espaciais e regionais.

O modelo de Von Thunen procurou explicar o padrão de distribuição das atividades agrícolas, levando em consideração o ponto de maximização da renda da terra em diferentes localizações, sem perder de vista os custos de transporte. Seu interesse por essa temática de análise deu-se pelo fato de residir em uma área rural da Alemanha, na qual ele pôde sistematizar e interpretar informações e dados contábeis que embasaram empiricamente suas análises locais.

*O Estado Isolado* apresentou um modelo hipotético de uma região isolada que tinham as seguintes características:

1. uniformidade das condições naturais que redundaria nos mesmos custos de produção;

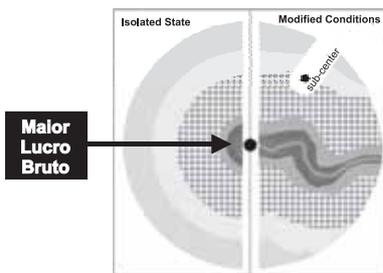
2. a existência de uma única cidade mercado na parte central do Estado com a qual os agricultores comercializavam seus produtos agrícolas e compravam produtos industrializados.
3. uniformidade de condições socioculturais da população que implicava em uma mesma tecnologia e utilização dos recursos, repercutindo de maneira igual e equilibrada nos custos de produção.
4. existência de um só tipo de transporte da produção agrícola para o mercado central, o que implicaria em custos padronizados diretamente proporcionais à distância (MELLO E SILVA, 1976).

Esse modelo foi criado para identificar possíveis padrões espaciais da produção agrícola. Sendo assim, Von Thunen construiu uma Teoria da Localização Agrícola que procurava responder à questão relativa ao que melhor produzir em uma determinada região. Para Thunen ficou claro que os lucros dos produtores seriam uma função dos custos de transporte, ou seja, quanto mais próximo do mercado central mais vantagem o produtor tem. Afinal,

no mercado central se paga o mesmo preço para uma determinada quantidade de um produto, quer venha de perto ou de longe, e considerando ainda que os custos de produção seriam os mesmos em qualquer parte do espaço (Id. Ibid. , p. 2).

Por isso, era vantajosa a produção agrícola de acordo com a concentração de mercado, levando em consideração alguns fatores como: (1) custos de produção uniformes decorrentes da hipótese da homogeneidade das condições naturais e tecnológicas; (2) fatores de produção móveis e divisíveis; (3) comercialização dos produtos agrícolas limitados a um mercado consumidor puntiforme; (4) uniformidade da rede de transporte em todo o espaço geográfico; e (5) custos de transporte proporcionais à distância do mercado central e constantes no tempo.

Seu esforço teórico buscou explicações para o fato comprovado de que numa economia de mercado a intensidade e os tipos de cultivo variam de um lugar para o outro por razões independentes das condições edafoclimáticas e das heranças históricas. Vale ressaltar que Thunen fala em renda da terra e não em renda locacional, “mas os dois conceitos podem ser tomados como a renda excedente obtida de uma unidade de terra, em comparação com outra unidade” (Id. Ibid., p. 2).



**Figura 1 - Modelo dos Anéis de Von Thunen.**

A figura 1 apresenta a ilustração do modelo dos anéis de Thunen. Esses “anéis” são criações hipotéticas baseadas em seu modelo de “Estado isolado” que possuem uma região homogênea com as mesmas propriedades edafoclimáticas proporcionando uma distribuição do uso do solo agrícola rotacionado em torno de um eixo vertical.

Partindo do princípio do que defendia Von Thunen, percebe-se que são deduzidos do preço final obtido no mercado o custo de produção e o custo de transporte do produto, ou seja, o rendimento líquido do produtor agrícola é resultado somente em função da distância. Esse modelo permitiu a Thunen a proposição de seis zonas concêntricas a partir do mercado central, sendo denominadas “anéis de Thunen”.

Para ter uma facilitar a compreensão sobre esses anéis é válido esclarecer que o maior lucro bruto de produção por unidade de terra ocupada é obtido pelas culturas que ocupam os anéis mais próximos, ou seja, são as culturas mais nobres; as culturas que se localizam nos anéis mais afastados apresentam menor rendimento bruto por unidade de terra. Para essas culturas a possibilidade de se atingir o mercado se dá por competirem com base no seu baixo custo de transporte.

A Teoria do Estado Isolado tratava os obstáculos naturais e diferenças de fertilidade do solo e de condições de acesso alteravam o padrão teórico dos anéis. Foi uma teoria testada em inúmeras lugares demandando, ainda, maior atenção dos geógrafos brasileiros.

### 3.2 Modelo de Weber - Teoria da Localização Industrial

Mais de 80 anos após a publicação de “*O Estado Isolado*”, Alfred Weber questionou-se em que medida a facilidade de transporte e mão-de-obra influenciava na decisão das localizações das atividades industriais.

A partir dessa reflexão formulou a Teoria da Localização Industrial, a qual admitia que a decisão quanto à localização de atividades industriais decorreria da ponderação de três fatores, que ficaram assim definidos: 1) custo de transporte, já que as indústrias tendem a instalar-se onde esses custos são mínimos; 2) custo de mão-de-obra; e 3) fator local decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração capazes de explicar a concentração ou dispersão da indústria em certa região.

O modelo de Weber embasava-se na existência de custos uniformes de produção sobre um determinado espaço, sendo que os custos de transporte seriam resultados de uma função de dois fatores: o peso dos materiais localizados e dos produtos envolvidos.

Para se analisar o custo de transporte, Weber estabelece dois conceitos que são relacionados entre si, são eles: Índice Material (IM) e Peso Locacional (PL). O PL representa a importância relativa do custo de transporte na escolha locacional e corresponde à razão entre o peso total a ser transportado em uma figura locacional e o peso do produto. Já o IM, é a razão entre o peso das matérias-primas localizadas e o peso do produto.

Observe-se que PL elevado indica perdas no processamento e atração para as fontes de matérias-primas.

mas, para o PL baixo, a atração é para o mercado. Dessa forma, esse modelo procurava estabelecer o melhor local de produção diminuindo o total do peso (t/km) a ser transportado (*input e output*) de uma indústria.

Weber estabelece o conceito de fator locacional como uma economia de custo que a indústria pode obter ao escolher a localização. O foco principal da teoria locacional de Weber é a compreensão da melhor forma de localizar, ou seja, porque instalar determinada indústria num ponto X e não num ponto Y e quais seriam as melhores alternativas para tal fato. Nessa perspectiva de análise se fazia necessário a distinção dos fatores locais, ou seja, economias de custo, que se referem a uma ou poucas indústrias daqueles que são capazes de influenciar os custos de qualquer atividade industrial.

Segundo Ferreira (Id. Ibid. p. 147) a teoria de Weber “é uma tentativa pioneira de analisar um conjunto integrado de decisões locais visando explicar a distribuição das indústrias ou a relativa dispersão das atividades”. Ele supõe uma análise de auto-inclusão em níveis e estágios distintos, sendo que em cada estágio novas atividades econômicas poderiam ser organizadas gradativamente, na distribuição econômica do espaço geográfico, numa perspectiva evolucionária.

O modelo de Weber enfatiza que a decisão quanto à localização das empresas sofre influência das variações regionais no seu custo, ou seja, se os menores custos de mão-de-obra compensarem os maiores custos de transportes, as indústrias tenderão a se instalar onde esses custos forem menores. Essa proposição deixa claro que nesse modelo os custos de transporte e de mão-de-obra influenciam na decisão quanto à localização das empresas.

Levando em consideração esse princípio, uma decisão locacional se pondera em função dos custos de uma determinada localização e dos benefícios que essa localização venha a trazer. Assim, esses dois fatores regionais, transporte e mão-de-obra, considerados por Weber, são analisados no sentido de se obter a localização de mínimo custo.

Essa análise leva em consideração que a decisão relacionada às vantagens locais para viabilização de um projeto, faz-se necessária uma abordagem quantitativa, baseada numa série de fatores que envolvem insumos, preços e produtos.

No intuito de maximizar o lucro, as empresas utilizam a dimensão espacial no processo produtivo. Neste caso, associa-se à maximização de lucros a minimização do custo de transferência por unidade de produto. Para tanto, a empresa precisa definir o mercado como sua localização ótima, ou seja, o ponto onde o custo total de transporte é mínimo.

Partindo do pressuposto da localização ótima weberiana, pensa-se na construção de isodopanas, que são contornos que incluem as várias localidades que exibiram o mesmo custo adicional associado ao transporte de insumos e do produto, por unidade produzida, em relação à localização ótima. Para facilitar o entendimento, isodopanas como curvas que ligam pontos de mesmo nível de custo.

Segundo Clemente & Higachi (2000), as isodopanas, nos fazem “visualizar o padrão de variação espacial do custo de transporte tal como as curvas de nível de uma carta topográfica permitem visualizar a altitude e suas variações”.

A análise weberiana traz informações relevantes para a decisão locacional, visto que através dela, tem-se conhecimento do montante de redução de custo essencial para a viabilização de uma localização alternativa em relação à localização ótima.

Assim, quando se identifica num mapa de isodopanas os lugares de maior vantagem em relação ao custo de mão-de-obra, é possível comparar as vantagens de custo de transporte e de mão-de-obra.

O fator locacional, como foi definido por Weber, representa economia de custo associada à localização. Quando se pensar em redução de custo que uma indústria auferir ao se localizar junto a outras da mesma indústria, é o fator aglomerativo que está sendo tratado. Ao contrário, quando pensar em economia de custo obtida pelo distanciamento em relação às empresas já estabelecidas, a referência é ao fator desaglomerativo.

Dando seqüência à análise da teoria de localização industrial, cabe indagar: *como os preços dos fatores teriam que variar no espaço para que o lucro da indústria fosse o mesmo em todas as localidades?*

A resposta desse questionamento depende da análise das localidades mais atrativas para investimentos. Para isso, devem ser considerados os diferenciais de custo dos fatores.

Em síntese, a Teoria da Localização Industrial oferece condições para análise dos custos de transporte na orientação da localização de indústrias, mas ainda não foi testada empiricamente por geógrafos brasileiros, o que não significa dificuldade de aceitação.

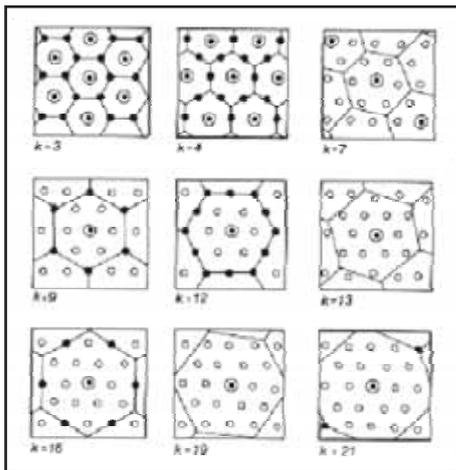
### **3.3 Modelo de Lösch – Teoria da Organização das Regiões**

A principal preocupação de August Lösch foi desenvolver um modelo de equilíbrio geral do espaço, que desse suporte ao planejamento eficiente das atividades econômicas, levando em consideração não só o setor privado, mas, também, o público. Lösch considerava inexplicável a localização de uma empresa, de uma cidade, de uma indústria. Sua contribuição é muito distinta dos demais por sua postura intelectual. Para ele, a escolha locacional deve buscar o maior lucro possível e não o menor custo possível discordando do modelo de Weber, por acreditar que o sistema de isodopanas poderia ser enganoso.

Lösch contribuiu para a compreensão dos problemas locais urbanos além dos de localização das demais atividades econômicas, começando pelas áreas menores para as áreas de mercado maiores. A lógica do seu modelo proporciona uma relação entre o tamanho e a função dos lugares centrais que é contínua e não escalonada e, portanto, mas de acordo com a realidade observada.

A principal questão da Teoria da Organização das Regiões centrava-se na busca de resposta para identificar-se em que condições o produto poderia ser vendido

e qual seria sua área de mercado. Lössch considerava, em sua teoria, aspectos eminentemente econômicos, pressupondo uma planície em que os recursos naturais estivessem uniforme e equilibradamente distribuídos (ver figura 2).

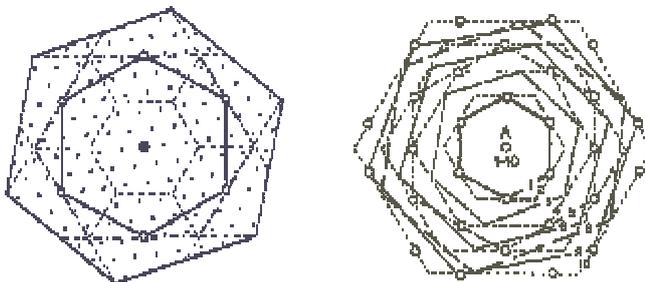


**Figura 2 – Modelos de planícies com recursos naturais uniformes**

Segundo Clemente & Higachi (2000, p. 54),

para a determinação espacial da demanda, admite que as firmas adotam a política de estabelecer o preço do produto, adicionando a este o custo de transporte para formar o preço final.

A natureza das regiões econômicas da teoria de Lössch é identificada através do equilíbrio de longo prazo das firmas, em concorrência monopolística, com o surgimento de novas firmas. Para esse autor o objetivo da empresa deveria criar uma progressão de aumento espacial para comercialização de seus produtos, partindo da menor área para a maior, obtendo-se uma rede em formato hexagonal.



**Figura 3 – Modelo hexagonal da Teoria da Organização das Regiões.**

A lógica do modelo Lösschiano proporciona uma relação entre o tamanho e a função dos lugares centrais que é contínua e não escalonada e, portanto, de acordo com a realidade observada.

De acordo com Benko (1999), a Teoria da Organização das Regiões se preocupava em reunir os aspectos relacionados com a região, localização e os comércios inter-regional e internacional.

A maior contribuição de sua teoria reside no seu Modelo de Equilíbrio Espacial, que pode ser considerado como uma análise de equilíbrio geral da distribuição espacial das atividades econômicas.

### 3.4 Modelo de Christaller - Teoria dos Lugares Centrais

*Como os padrões de localização de diferentes setores se conjugam para formar um sistema regional de cidades?* Walter Christaller partiu desse questionamento. Esse teórico procurou compreender as leis que determinavam o número, tamanho e distribuição das cidades, emergindo, assim, as suas concepções de lugar central e área de mercado, bem como sustentando a delimitação de regiões.

Segundo Christaller há uma espécie de hierarquia entre cidades, onde a produção de bens e serviços resultaria de uma escala de produção, sendo que a centralização seria um processo natural. A proposta dele foi realizar uma abordagem analítica de caráter teórico-empírica acerca dos lugares centrais compreendidos como as localidades “que exercem funções urbanas de abastecimento de produtos e de prestação de serviços centrais para suas áreas de influência, dotadas de variáveis extensões e importâncias (EUFRÁSIO, 2001, p. 287)”, segundo a composição e estruturação hierarquizada dessas funções nas localidades que as sediam.

Essa teoria se baseou no fato de que toda organização social se encontra subordinada à terra de onde resulta uma hierarquia social associada à posse ou não, em maior ou menor escala, de terra. Essa mesma organização social também está associada à organização do espaço.

A base da teoria de Christaller é utilizada para prever o número, tamanho e âmbito das cidades numa região. O seu foco é numa simples extensão da análise de áreas de mercado. Sabe-se que as áreas de mercado variam de setor para setor. Sendo assim, essa teoria vai mostrar como os padrões de localização de diferentes setores se conjugam para formar um sistema regional de cidades, ou seja, assim como havia leis que determinavam as atividades econômicas haveria leis espaciais da geografia que determinariam a organização das cidades.

Sua teoria estabelece uma espécie de hierarquia entre cidades, visto que, quanto maiores o limiar e o alcance de um bem ou serviço, menor será o número de cidades aptas a oferecê-lo. Segundo Clemente & Higachi (2000, p. 89):

A centralidade de um produto e, portanto, sua área de mercado dependem tanto dos consumidores; quanto dos ofertantes. Se dois produtos apresentassem o mesmo padrão de economias de escala, o de maior preço apresentaria área de mercado maior, e se seus preços fossem iguais, o que apresentasse economias de escala mais acentuadas apresentaria área de mercado maior. No primeiro caso, a área de mercado maior é resultado da menor importância relativa da distância econômica (custo de aces-

so); no segundo, a área de mercado maior resulta da influência das economias de escala, que favorecem a concentração da oferta.

Aplicando seu método, Christaller chegou à conclusão que haveria uma tendência à formação de arranjos hexagonais para a distribuição das cidades numa determinada região. Ao contrário de Lösch, sua idéia parte da cidade de nível hierárquico máximo para passar aos bens com áreas de mercados menores.

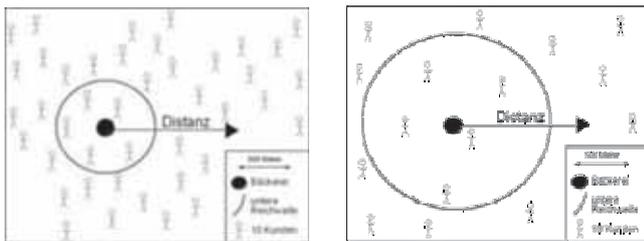
Para Christaller a centralização funciona como princípio de ordem, isto é, como uma forma de organização observada no mundo orgânico e inorgânico. Nessa perspectiva de análise a organização é encontrada na esfera humana, predominante em certas estruturas expressas “em uma invisível forma objetiva”, o que seria particularmente observado na distribuição do povoamento, onde as cidades se destacariam como centro de uma região. Sendo assim, é preciso observar que nem todos os centros populacionais são cidades. Foi exatamente esse fato que o incentivou a pesquisar buscando leis que determinassem o número, tamanho e distribuição das cidades.

O conceito de lugar central, em sua teoria, é exercido pela cidade como centro de abastecimento de bens e serviços a sua população e àquela da área rural circunvizinha, ou seja, é o elemento organizador da curva de oferta e demanda de produtos e serviços no espaço.

Segundo Mello & Silva (1976), bens e serviços centrais são aqueles produzidos e oferecidos em um número de pontos necessariamente centrais de forma a ser consumidos em muitos pontos dispersos, diferenciando assim, dos bens e serviços dispersos, que são aqueles oferecidos e produzidos em toda parte. Vale ressaltar que, alguns lugares centrais são mais importantes do que os outros, pois dependem da concentração populacional (ver figura 4).

É significativo, ressaltar os três fatores fundamentais para a constituição do sistema de localidades centrais:

- *Mercado* que se refere à distribuição espacial de bens centrais por um número mínimo de localidades centrais;
- *Tráfego* que se refere à satisfação do máximo de demanda para transporte com o mínimo custo;
- *Administração* que objetiva a criação de uma estrutura administrativa hierarquizada em grande parte atendido de acordo com o princípio do mercado.



**Figura 4 – Demonstração gráfica da hierarquia dos lugares centrais.**

Um fato decisivo no desenvolvimento dos lugares centrais não é o consumo dos bens centrais, mas a receita da venda dos bens centrais. Isso se dá devido à hipótese de Christaller de que um lugar central não distribui só bens e serviços relativos à sua importância, mas também centros colocados em uma posição inferior. Esse fato determina a hierarquia das localidades centrais.

Enfim, a Teoria dos Lugares Centrais tem se apresentado como a mais resistente às variações conceituais do ramo e às avaliações críticas de pesquisadores. É uma teoria constantemente citada pelos geógrafos brasileiros. Cabe dizer, ainda, que a obra de Christaller sofreu um certo grau de “deformação”, por conta das adaptações tendenciosas de diferentes traduções que foram se disseminando pelo mundo acadêmico e que é preciso considerar os fatores temporais que limitam a própria análise de uma seminal teoria locacional.

## 4 Macroeconomia regional

### 4.1 Modelo de Isard – Teoria da Localização Industrial

(Insumos de transporte)

*Como escolher a combinação ótima de insumos de transporte a serem despendidos com a matéria-prima e com o produto?* A partir dessa questão o modelo teórico de Walter Isard demonstrou uma lapidação da concepção teórica criada por Weber<sup>3</sup> adicionando aos elementos já levantados, as idéias de economia de escala, urbanização e localização.

A inovação de Isard se deu ao fato dele ter introduzido à discussão econômica os problemas espaciais, com ênfase especial ao fator transporte, o que refletiu impactos na teoria econômica até os dias atuais. O objetivo principal de suas colocações era

mejorar las bases espaciales y regionales de las disciplinas que comprenden las ciencias sociales, particularmente de la economía, a través del desarrollo de una más adecuada teoría general de la localización y del espacio económico (ISARD, 1971, p. 15).

Segundo Isard (Id. Ibid.)

Se há algum sentido no estudo da economia da localização, isso se deve ao fato de existirem certas regularidades nas variações de custos e preços no espaço. Estas regularidades emergem fundamentalmente porque o custo de transporte é uma função da distância. Se não fosse assim, o padrão de distribuição espacial da indústria, dos centros de consumo e da produção de matérias-primas seria completamente arbitrário do ponto de vista econômico.

Isard considerou que o preço de um insumo de transporte é a tarifa de transporte, e por esse motivo, as variações de tarifa não podem ser confundidas com va-

<sup>3</sup> Ambos os autores adotaram o custo de transporte como a principal explicação para a escolha locacional e para o padrão de distribuição espacial das atividades econômicas.

riações no insumo de transporte. Sua teoria esclarece que o insumo de transporte é o dispêndio de recursos necessários para que mercadorias se desloquem no espaço e superem distâncias, numa relação de unidade de peso/volume por unidade de distância. Clemente (2000, p. 115) esclarece que

quando uma empresa escolhe a localização entre uma fonte de matéria-prima e o mercado, está decidindo sobre uma combinação particular de quantidades de insumo de transporte a serem despendidas com a matéria-prima e com o produto. Se, por exemplo, decidir localizar-se junto à fonte de matéria-prima, estará tornando nulo o insumo de transporte despendido com a matéria-prima e máximo o insumo de transporte despendido com o produto.

Dessa forma, Isard considera que localização ótima depende da diminuição dos custos de transporte, levando em conta que a indústria produz um único produto. Esse modelo o fez ganhar o status de “pai da moderna economia regional”.

#### 4.2 Modelo de Perroux – Teoria do Crescimento Econômico

François Perroux desenvolveu um conceito de espaço econômico, visando estudar as relações e interdependências em um sentido genérico e abstrato, destacando a diferença entre os espaços econômicos e os espaços geográficos.

De acordo com sua Teoria, os espaços econômicos, são abstratos e constituídos por um conjunto de relações que se referem a fenômenos econômicos, sociais, institucionais e políticos, sem envolver a localização com eixos cartesianos, ou seja, são espaços que tem várias dimensões.

Perroux foi considerado o formulador original da noção de pólo e ao tratar a questão das externalidades como essenciais para o desenvolvimento regional (MALIZIA & FESER, 1999). É o representante da Teoria dos Pólos de Desenvolvimento e destaca a contribuição da indústria motriz ao crescimento global do produto, demonstrando que os pólos industriais são capazes de se modificar devido ao surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas.

Utilizou-se de conceitos da física e da matemática para argumentar que a economia espacial consiste em três principais características:

a) a set of relations between a firm or industry and its buyers and suppliers; b) a field of forces in which these relations occur; and c) a homogeneous environment, or “aggregate”, in which the forces interact (Id. Ibid., p. 104).

A teoria desenvolvimento surge como uma necessidade de entender e modificar o estancamento secular, que implica num sintoma permanente de uma máquina deficiente e suas seqüelas, diferenciando assim, da teoria do crescimento econômico que nasce da necessidade de entender e controlar os ciclos econômicos, que pode ser representado como uma “perturbação temporal de uma máquina que é eficiente”. Fica claro, então, que a problemática dos pólos de crescimento é diferente da dos pólos de desenvolvimento.

Perroux enfatiza sua teoria de crescimento baseado na idéia de interdependência industrial e no efeito de “denominação” exercido pela empresa capaz de inovação.

Seguindo esse entendimento, um pólo de desenvolvimento seria constituído por um grupo importante de indústrias fortemente relacionadas através de suas ligações de *input-output* a partir de uma indústria principal e geograficamente agrupadas. Compreende-se, então, que a presença de uma “indústria principal” dinâmica e a existência de fortes *linkages* não asseguram, por si só, os efeitos na irradiação do comprimento de onda indispensável à caracterização de um pólo.

Considerando a noção de pólos de crescimento Perroux (1977, p. 76) afirma que:

O crescimento não surge em todo lugar ao mesmo tempo; ele se manifesta em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis; ele se transmite através de diversos canais e com efeitos finais variáveis para o conjunto da economia.

A noção de pólo formulada por Perroux está inserida em um contexto de um espaço econômico abstrato, concebido como sendo um campo de forças representadas por centros de inovação. A partir de certos pontos desse campo de forças, surgirão forças centrifugas. Perroux vai denominar de pólo de crescimento, exatamente, esses campos de forças, justamente porque são eles que vão gerar o crescimento capitalista que vai irradiar para o resto da economia. Segundo Perroux (Apud Id. Ibid., p. 104):

The definition of the growth pole: ‘centres (or poles or foci) from which centrifugal forces emanate and to which centripetal forces are attracted... the firm attracts economic elements supplies and demands, into [its space], or it removes them”.

Dessa forma, seu conceito de economia espacial se traduz num campo de forças que definem os pólos de crescimento. O contexto do pólo de desenvolvimento, por sua vez, requer uma maior clareza no sentido de identificar a indústria chave e a indústria motriz. Para a primeira, dizemos que é aquela que se caracteriza pela utilização, para sua produção final, de uma alta taxa de insumos intermediários provenientes de outras indústrias. A expansão dessas últimas age como uma função das atividades de indústrias-chave. Quando se tratar de uma indústria caracterizada pela produção dos bens intermediários indispensáveis ao produto final de outras indústrias, está sendo referida a indústria motriz.

Na concepção de Perroux a contribuição da indústria motriz ao crescimento global do produto, demonstra que os pólos industriais são capazes de se modificar devido ao surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas.

O fato é que não há simultaneidade das funções de indústrias-chave e indústria-motriz. A estrutura pode constituir um complexo industrial, mas não um pólo. Essas indústrias motrizes exercem “efeitos de arraste” sobre outros conjuntos nos espaços econômicos e geográficos. Segundo Perroux, isso faz com que se atraia

novas indústrias que vão fornecer e comprar insumos, formando assim, um complexo industrial. O papel dessas indústrias motrizes foi questionado em algumas situações e sofreu, posteriormente, inúmeras críticas.

A noção de pólo pode ser dada a partir de um instrumento conceitual e tem a finalidade de explicar a dinâmica de um crescimento econômico, buscando dar consistência ao fato de que o moderno crescimento econômico é dado de forma desequilibrada. Assim, o crescimento econômico seria uma função do crescimento do setor industrial.

Os espaços econômicos, na concepção de Perroux (1961; 1977), são classificados em três categorias:

- *Espaço econômico*, definido por um plano ou programa de ação. Corresponde às áreas onde suas várias partes são dependentes de uma decisão central;
- *Espaço econômico como um campo de forças*, constituído por focos onde se concentram as atividades econômicas, sociais, políticas e administrativas inter-relacionadas com outros pontos do espaço em uma relação de dominação; e
- *Espaço econômico como um agregado homogêneo*, que vai ser constituído por elementos que apresentem características semelhantes.

A Teoria dos Pólos de Crescimento sofreu constantes críticas. Alguns autores contestaram afirmando que a definição da indústria motriz seria imprecisa; e a de complexo industrial, incompleta. Dessa forma, a explicação de Perroux sobre as relações entre o crescimento do pólo e o da nação, apresentou parciais inconsistências conceituais.

## 5 Considerações Finais

É inegável que as teorias de localização trouxeram uma significativa contribuição à compreensão do mecanismo de tomada de decisões locais. Apesar da dificuldade de trabalhar teoricamente as “regiões”, justamente porque elas são construções intelectuais utilizadas para fins de análise e planejamento, sendo, portanto, difíceis de serem conceituadas para fins de teorização, as Teorias da Localização Agrícola de Von Thunen; da Localização Industrial de Weber; da Organização das Regiões de Lösch; dos lugares centrais de Christaller; do Crescimento Econômico de Perroux; e ao novo olhar sobre a Teoria da Localização Industrial de Isard, oportunizaram uma visão mais abrangente acerca do como optar por determinada região.

As proposições mais amplas sobre a localização e o desenvolvimento regional são consideradas como um marco importante para o entendimento de como se processa a dinâmica da organização do espaço em termos analíticos e de planejamento para se atingir uma efetiva regionalização do desenvolvimento.

O que pode ser verificado é que a análise regional, combinada com elementos econômicos, inclinou-se para a tendência de considerar que os problemas regionais, são também, problemas de custos, de localização, de capacidade de produção, que podem ser expressos em estruturas de custos de produção (PEDRÃO, 1999).

Em alguns casos a ciência regional se tornou um conjunto de instrumentos para análises práticas que auxiliam planejadores regionais, departamentos de transportes, para guiar decisões relativas aos programas de ações públicas.

Assim, apresenta-se como desafio ao analista regional conceber o papel das teorias locais com o fim de superar a falta de interesse e atenção para a necessidade do desenvolvimento da ciência regional, porquanto essas teorias podem ser úteis para minimização de desigualdades sociais, econômicas e espaciais (inter e intra-regionais) conduzindo políticas socioeconômicas capazes de promover bem estar social.

## 6 Referências

- BARQUERO, António Vazquez. *Desarrollo, redes e innovación*. Madrid: Pirâmide, 1999.
- BENKO, George. *A ciência regional*. Oeiras: Celta, 1999.
- \_\_\_\_\_; LIPIETZ, Alain. O novo debate regional: posições em confronto. In: BENKO, George; LIPIETZ, Alain (Org.). *As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta, 1994. p. 3-15.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo M. T. *Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização*. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br>. Acesso em 1 out. 2006.
- CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes. *Economia e desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2000.
- DUBEY, Vinod. Definição de economia regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar/Cetred/Minter, 1977. p. 21-26.
- EUFRÁSIO, Mário A. O turismo nos lugares centrais e o turismo ambiental na obra de Christaller. In: LEMOS, Amalia Inês G. (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- FERREIRA, Carlos. Espaço, regiões e economia regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). *Economia regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/Etene, 1989. p. 45-61.
- FUJITA, Masahisa. *Economia espacial*. São Paulo: Futura, 2002.
- MALIZA, Emil; FESER, Edward. *Understanding local economic development*. New Jersey: Rutgers, 1999.
- MARKUSEN, Ann. *Regions: the economics and politics territory*. Boston: Rowman & Littlefield, 1987.
- MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. *Revista Geografia*, Rio Claro, SP, v. 1, n. 2, p. 1-24, out. 1976.
- \_\_\_\_\_. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do estado da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 122-143.
- PAELINCK, Jean. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar/Cetred/Minter, 1977. p. 157-193.
- PEDRÃO, Fernando. A dimensão regional da sociedade econômica. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano 1, n. 2, junho de 1999.
- PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- \_\_\_\_\_. A empresa motora em uma região e a região motora. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v. 1, n. , 1961.
- RICHARDSON, Harry. *Economia regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: Unifacs, 2003.

# Aplicação de Medidas de Localização e Especialização na Região Metropolitana de Salvador – RMS

Joseval de Melo Santana<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo desse artigo é expor de forma clara e objetiva sobre a utilização de algumas medidas de localização e especialização que são tradicionalmente utilizados na análise regional e urbana. Apesar de tais medidas estarem bem consolidados na literatura técnica, ainda assim, torna-se de difícil manipulação e entendimento para uma parte dos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação na área do Desenvolvimento Regional e Urbano. A aplicação dessas medidas na Região Metropolitana de Salvador – RMS terá por finalidade não uma análise minuciosa do desenvolvimento dessa região, mas de servir apenas ao propósito do objetivo.

**Palavras-chave:** Medidas de Localização e Especialização, Medidas de Análise Setorial e Regional.

## Abstract

The purpose of this paper is to display in a clear and objective way on the use of some measures of localization and specialization that traditionally are used in the regional and urban analysis. Although such measures have been consolidated in literature technique well, still thus, become hard to manipulate and understanding for a part of the graduating students in after-graduation courses in the area of the Regional and Urban Development. The application of these measures in the Metropolitan Region of Salvador - RMS will have for purpose not a minute analysis of the development of this region, but to serve only to the intention of the objective.

**Key Words:** Measures of Localization and Specialization, Measures of Analyze Sectorial and Regional.

## Introdução<sup>2</sup>

As medidas de localização e especialização possibilitam um diagnóstico, introdutório, sobre as políticas de concentração dos setores produtivos bem como, a caracterização de padrões regionais da distribuição espacial desses setores. Segundo Haddad, elas servem para “descrever padrões de comportamento dos setores pro-

dutivos no espaço econômico, assim como padrões diferentes de estruturas produtivas entre as várias regiões” (1989:227).

A concepção de medidas localização e especialização como um dos métodos e técnicas de análise regional e urbana deve-se as publicações de Isard em *Methods of Regional Analysis* (1960) e em *Methods of Interregional and Regional Analysis* (1998).

Este artigo visa demonstrar a utilização dessas medidas como ferramenta, útil, na análise das atividades produtivas na Região Metropolitana de Salvador – RMS. As perguntas norteadoras que serão estabelecidas servirão de alicerces para a compreensão do significado das medidas de localização e de especialização sem detrimento de outros métodos e técnicas utilizados na análise regional. As questões norteadoras são formuladas na tabela 1.

**Tabela 1: Perguntas norteadoras para análise das Medidas de Localização e Especialização**

Questões	Análise por:
1 Qual o setor mais localizado dos municípios de Salvador e Vera Cruz no de 2002?	QL
2 Qual o setor de maior concentração da RMS em 2002?	CL
3 Os setores foram distribuídos geograficamente de forma semelhantes em 2002?	CA
4 Houve algum padrão de concentração ou dispersão de algum setor entre os anos 2002 e 2003?	CR
5 Quais os dois municípios que têm o mais elevado grau de especialização em um dos setores no ano de 2002?	CE
6 Houve alguma modificação na especialização dos municípios da RMS no período 2002 e 2003?	CT

Fonte: O autor

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano e Mestre em Redes de Computadores pela UNIFACS.

<sup>2</sup> O autor agradece a valiosa contribuição do Professor Dr. Noélio Dantaslé Spinola quando da produção deste artigo, contudo assume sozinho as limitações e possíveis incorreções encontradas.

## Medidas de localização e especialização

As medidas de localização e especialização são de natureza setorial e regional. Segundo Haddad, as medidas de natureza setorial “se preocupam com a localização das atividades entre as regiões” (1989:231-32). Dentro desta categoria tem-se:

- a) Quociente Locacional - QL;
- b) Coeficiente de Localização - CL;
- c) Coeficiente de Associação Geográfica - CA.
- d) Coeficiente de Redistribuição - CR.

As medidas de natureza regional são definidas por Rodrigo Simões como aquelas “que se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região objetivando analisar o grau de especialização regional, assim como sua diversificação interperíodos” (2004: 5).

São pertencentes a essa categoria as seguintes medidas:

- e) Coeficiente de Especialização - CE;
- f) Coeficiente de Reestruturação - CT.

Essas categorias são caracterizadas como medidas tradicionais, de formalismo matemático simples, e de abordagem setorial e regional.

O passo inicial para obtenção das medidas de localização e especialização é a montagem da matriz de informação descrita a seguir:

### Matriz de Informação

A matriz de informação consiste de uma dupla, cujas colunas pode ser representada pelos setores econômicos e as linhas por regiões, ambas, distribuídas segundo uma variável básica (PIB, Emprego, etc).

A escolha da variável básica depende do prisma pelo qual pretende-se verificar o desenvolvimento setorial e regional. Qualquer que seja a variável básica deve-se ter em mente que a análise do desenvolvimento setorial e regional é relativa e limitada ao plano unidimensional da “força” econômica que a variável básica expressa.

As principais fontes de dados que possibilitam a montagem da matriz de informação são:

- a Relação Anual de Informação Social - RAIS;
- a Pesquisa Industrial Anual do IBGE - PIA;
- Dados das contas regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI.

Para fins de exemplo deste estudo foi escolhida a Região Metropolitana de Salvador - RMS, por possuir o maior PIB entre as regiões do Estado da Bahia.

Para a análise das atividades econômicas dos setores (agropecuária, indústria e serviços) da RMS foram utilizados os dados da SEI, baseado na variável básica PIB, para a montagem da matriz de informação.

A metodologia utilizada pela SEI permitiu a elaboração da estimativa do PIB dos municípios da RMS de forma:

Compatível entre si e em consonância com as recomendações internacionais expressas pelas Nações Unidas, Banco Mundial, Comissão das Comunidades Europeias - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD, reunidas no manual System of national accounts 1993(SEI,2006:1).

A tabela 2 representa a matriz de informação do PIB nos municípios da RMS, com base nos dados da SEI, para os anos 2002 e 2003.

De posse da matriz de informação deve-se gerar as matrizes de distribuição percentual em função dos setores (coluna i) e em função dos municípios (linha j).

A matriz de distribuição percentual em função dos setores é construída conforme a equação 1.

Onde:

$$i^{e_j} = \frac{E_{ij}}{\sum_i E_{ij}} \quad \text{Eq. 1}$$

$E_{ij}$  Representa o elemento (valor do PIB) do setor i e município j da matriz de informação;

$\sum_i E_{ij}$  Somatório de todos os valores do PIB dos setores em um determinado município j;

$i^{e_j}$  É o elemento (percentual) de coluna i e linha j da matriz de distribuição percentual em função dos setores cujo valor é igual a razão entre o elemento  $i^{e_j}$  e o  $\sum_i E_{ij}$  da matriz de informação.

**Tabela 2: PIB Setorial (em Milhões de Reais) da RMS do Estado da Bahia no período 2002 e 2003.**

Municípios	2002				2003			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1 Camaçari	11,96	7058,47	1292,17	8.362,60	17,50	10324,13	1890,00	12231,63
2 Candeias	8,29	876,62	280,58	1.165,49	12,21	1290,99	413,21	1716,41
3 Dias D'Ávila	3,33	606,48	152,43	762,24	4,16	756,53	190,14	950,83
4 Itaparica	3,72	16,82	30,25	50,79	4,69	21,21	38,14	64,04
5 Lauro de Freitas	3,36	239,25	424,95	667,56	4,09	291,21	517,25	812,55
6 Madre de Deus	1,84	211,70	31,63	245,17	2,09	240,97	36,00	279,06
7 Salvador	16,28	2550,23	8416,01	10.982,52	17,74	2778,97	9170,86	11967,57
8 S.Fran. do Conde	12,19	6205,54	1434,57	7.652,30	12,89	6565,00	1517,67	8095,56
9 Simões Filho	4,57	1074,02	398,28	1.476,87	5,68	1334,98	495,04	1835,70
10 Vera Cruz	10,85	20,20	61,30	92,35	11,62	21,65	65,69	98,96
11 Total	76,39	18859,33	12522,17	31457,89	92,67	23625,64	14334,01	38052,32

Fonte: O autor (com dados baseados pela SEI).

Dessa forma, tem-se para  $i=1$  e  $j=1$  da matriz de distribuição percentual em função dos setores o seguinte cálculo baseado em  $j=1$  da matriz de informação;

$$E_{ij} = 11,96$$

$$\sum_i E_{ij} = 8.362,60$$

$$i^{e_j} = 11,96 / 8.362,60 = 0,001430$$

A matriz de distribuição percentual em função dos municípios (linha  $j$ ) é construída conforme equação 2.

$$j^{e_i} = \frac{E_{ij}}{\sum_j E_{ij}} \quad \text{Eq. 1}$$

Onde:

$E_{ij}$  Representa o elemento (valor do PIB) do setor  $i$  e município  $j$  da matriz de informação;

$\sum_j E_{ij}$  Somatório de todos os valores do PIB dos municípios em um determinado setor  $i$ ;

$j^{e_i}$  É o elemento (percentual) de coluna  $i$  e linha  $j$  da matriz de distribuição percentual cujo valor é igual a razão entre o elemento  $E_{ij}$  e o  $\sum_j E_{ij}$  da matriz de informação.

Semelhantemente à matriz percentual em função dos setores, a matriz percentual em função dos municípios para  $i=1$  e  $j=1$  tem o seguinte cálculo baseado em  $i=1$  da matriz de informação;

$$E_{ij} = 11,96$$

$$\sum_j E_{ij} = 76,39$$

$$j^{e_i} = 11,96 / 76,39 = 0,1565$$

As tabelas 3 e 4 contém os cálculos para todo  $i$  e  $j$  da matriz percentual em função dos setores (coluna  $i$ ) e em função dos municípios (linha  $j$ ).

A partir das matrizes das tabela 3 e 4 é possível calcular todas as medidas de localização e especialização citadas nos itens da sessão introdutória.

### Quociente Locacional – QL

O Quociente Locacional – QL é uma medida de natureza setorial que possibilita comparar a participação percentual de um município em um setor particular com a participação do mesmo no total da variável base de todos os setores.

O Quociente Locacional no setor  $i$  no município  $j$  é definido por:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} \cdot E..}{Ei. \cdot Ej.}$$

Onde:

$E_{ij}$  O elemento (valor percentual) de coluna  $i$  e linha  $j$  da matriz da tabela 3 ou 4;

$E..$  Somatório de todos os elementos (valores percentuais) de coluna  $i$  e linha  $j$  da matriz da tabela 3 ou 4;

$Ei.$  Somatório dos elementos (valores percentuais) de coluna  $i$  e linha  $j$  da coluna  $i$  da matriz da tabela 3 ou 4;

$Ej.$  Somatório dos elementos (valores percentuais) de coluna  $i$  e linha  $j$  da linha  $j$  da matriz da tabela 3 ou 4;

$QL_{ij}$  Quociente Locacional de coluna  $i$  e linha  $j$  cujo valor é a razão entre os valores do produto de  $E_{ij}$  por  $E..$  pelo produto de  $Ei.$  por  $Ej.$

Escolhendo-se a matriz percentual em função dos setores (tabela 3) para  $i=1$  e  $j=1$  tem-se:

$$E_{ij} = 0,001430; E.. = 1,0000;$$

$$Ei. = 0,002428; Ej. = 1,0000$$

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} \cdot E..}{Ei. \cdot Ej.}$$

$$QL_{ij} = \frac{0,001430 \times 1,0000}{0,002428 \times 1,0000}$$

$$QL_{ij} = 0,5890$$

Calculando-se o QL para todo  $i$  e  $j$  chega-se a tabela 5.

O QL compara a participação percentual de um município em um setor específico com a participação percentual do mesmo município no total dos setores da economia. Existem 03 condições possíveis são elas:

a) Quando  $QL = 1$ , a concentração do município  $j$  em atividades do setor  $i$  é **idêntica** à concentração do conjunto da RMS nas atividades desse setor;

**Tabela 3: Distribuição Percentual Setorial (Coluna i) da RMS do Estado da Bahia no período 2002 e 2003**

Municípios	2002				2003			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1 <i>Camaçari</i>	0,001430	0,844052	0,154518	1,000000	0,001431	0,844052	0,154518	1,000000
2 <i>Candeias</i>	0,007113	0,752147	0,240740	1,000000	0,007114	0,752145	0,240741	1,000000
3 <i>Dias D'Ávila</i>	0,004369	0,795655	0,199976	1,000000	0,004375	0,795652	0,199973	1,000000
4 <i>Itaparica</i>	0,073243	0,331168	0,595590	1,000000	0,073235	0,331199	0,595565	1,000000
5 <i>Lauro de Freitas</i>	0,005033	0,358395	0,636572	1,000000	0,005034	0,358390	0,636576	1,000000
6 <i>Madre de Deus</i>	0,007505	0,863482	0,129013	1,000000	0,007489	0,863494	0,129017	1,000000
7 <i>Salvador</i>	0,001482	0,232208	0,766310	1,000000	0,001482	0,232208	0,766309	1,000000
8 <i>S.Francisco do Conde</i>	0,001593	0,810938	0,187469	1,000000	0,001592	0,810938	0,187469	1,000000
9 <i>Simões Filho</i>	0,003094	0,727227	0,269678	1,000000	0,003094	0,727232	0,269674	1,000000
10 <i>Vera Cruz</i>	0,117488	0,218733	0,663779	1,000000	0,117421	0,218775	0,663804	1,000000
11 <b>Total</b>	0,002428	0,599510	0,398061	1,000000	0,002435	0,620873	0,376692	1,000000

Fonte: O autor.

**Tabela 4: Distribuição Percentual em função dos municípios (linha j) RMS do Estado da Bahia no período 2002 e 2003**

Municípios	2002				2003			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1 <i>Camaçari</i>	0,1566	0,3743	0,1032	0,2658	0,1888	0,4370	0,1319	0,3214
2 <i>Candeias</i>	0,1085	0,0465	0,0224	0,0370	0,1318	0,0546	0,0288	0,0451
3 <i>Dias D'Ávila</i>	0,0436	0,0322	0,0122	0,0242	0,0449	0,0320	0,0133	0,0250
4 <i>Itaparica</i>	0,0487	0,0009	0,0024	0,0016	0,0506	0,0009	0,0027	0,0017
5 <i>Lauro de Freitas</i>	0,0440	0,0127	0,0339	0,0212	0,0441	0,0123	0,0361	0,0214
6 <i>Madre de Deus</i>	0,0241	0,0112	0,0025	0,0078	0,0226	0,0102	0,0025	0,0073
7 <i>Salvador</i>	0,2131	0,1352	0,6721	0,3491	0,1914	0,1176	0,6398	0,3145
8 <i>S.Francisco do Conde</i>	0,1596	0,3290	0,1146	0,2433	0,1391	0,2779	0,1059	0,2127
9 <i>Simões Filho</i>	0,0598	0,0569	0,0318	0,0469	0,0613	0,0565	0,0345	0,0482
10 <i>Vera Cruz</i>	0,1420	0,0011	0,0049	0,0029	0,1254	0,0009	0,0046	0,0026
11 <b>Total</b>	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000

Fonte: O autor.

**Tabela 5: Quociente Locacional - QL dos municípios da RMS do Estado da Bahia no período 2002 e 2003**

Municípios	2002			2003		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
<i>Camaçari</i>	0,5890	1,4079	0,3882	0,5875	1,3595	0,4102
<i>Candeias</i>	2,9291	1,2546	0,6048	2,9210	1,2114	0,6391
<i>Dias D'Ávila</i>	1,7991	1,3272	0,5024	1,7965	1,2815	0,5309
<i>Itaparica</i>	30,1618	0,5524	1,4962	30,0721	0,5334	1,5810
<i>Lauro de Freitas</i>	2,0727	0,5978	1,5992	2,0669	0,5772	1,6899
<i>Madre de Deus</i>	3,0906	1,4403	0,3241	3,0753	1,3908	0,3425
<i>Salvador</i>	0,6104	0,3873	1,9251	0,6087	0,3740	2,0343
<i>S.Francisco do Conde</i>	0,6560	1,3527	0,4710	0,6538	1,3061	0,4977
<i>Simões Filho</i>	1,2743	1,2130	0,6775	1,2705	1,1713	0,7159
<i>Vera Cruz</i>	48,3822	0,3649	1,6675	48,2157	0,3524	1,7622
<b>Total</b>	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000

Fonte: O autor.

b) Quando  $QL < 1$ , a concentração do município  $j$  em atividades do setor  $i$  é **inferior** à concentração do conjunto da RMS nas atividades desse setor;

c) Quando  $QL > 1$ , a concentração do município  $j$  em atividades do setor  $i$  é **superior** à concentração do conjunto da RMS nas atividades desse setor.

Em resposta a questão 1, da tabela 1, fica evidente, pela análise dos  $QL$ 's da tabela 5, que no município de Salvador o setor mais importante é o de serviços ( $QL=1,9251$ ), enquanto para o município de Vera Cruz o setor agropecuário é o mais importante ( $QL=48,3822$ ). O que torna esses municípios especializados nos respectivos setores.

Para os  $QL$ 's da tabela 5, Haddad faz as seguintes revelações:

(...) Quocientes locacionais elevados parecem com certeza identificar atividades com alta porcentagem de vendas para fora da cidade; mas quocientes locacionais entre médios e baixos – que são a maioria – não exibem correlação com a proporção de vendas externas; atividades com quocientes locacionais inferiores à unidade, por outro lado, podem ser parte da base econômica urbana (...) (1974: 44-45).

### **Coefficiente de Localização – CL**

O Coeficiente de Localização – CL é uma medida de natureza setorial que permite identificar o grau de dispersão relativa das atividades dos setores econômicos. Quanto mais próximo de zero, o setor estará distribuído regionalmente de forma semelhante ao conjunto de todas as atividades.

O Coeficiente de Localização do setor  $i$  é definido por:

$$CL_i = \frac{\sum_j (|j^{e_i} - j^{e_k}|)}{2}, \quad 0 \leq CL_i \leq 1$$

Onde:

$j^{e_i}$  O elemento (valor percentual) de coluna  $i$  e linha  $j$  da matriz percentual da tabela 4;

$j^{e_k}$  Somatório dos elementos (valores percentuais) do município  $j$  (linha  $j$ ) da matriz percentual da tabela 4;

$CL_i$  É a média da soma dos valores absolutos da diferença entre todos os  $j^{e_i}$  e  $j^{e_k}$ .

Pela matriz percentual em função dos municípios (tabela 4) para  $i=1$  no ano 2002 tem-se:

$$CL_i = ((ABS(C1-F1) + ABS(C2-F2) + ABS(C3-F3) + ABS(C4-F4) + ABS(C5-F5) + ABS(C6-F6) + ABS(C7-F7) + ABS(C8-F8) + ABS(C9-F9) + ABS(C10-F10))/2$$

$$CL_i = ((ABS(0,1566-0,2658) + ABS(0,1085-0,0370) + ABS(0,0436-0,0122) + ABS(0,0487-0,0016) + (ABS(0,0440-0,0212) + ABS(0,0241-0,0078) + ABS(0,2131-0,3491) + ABS(0,1596-0,2433) + ABS(0,0598-0,0469) + ABS(0,1420-0,0029))/2$$

$$CL_i = 0,3290$$

Calculando-se o CL para todo  $i$  chega-se a tabela 6.

Analisando a questão 2, da tabela 1, pelos Coeficientes de Localização da tabela 6 afirma-se que:

O setor de Serviços ( $CL = 0,3384$ ) é o mais concentrado da RMS; seguido pela Agropecuária ( $CL=0,3290$ ) e pela Indústria ( $CL = 0,2250$ ).

### **O Coeficiente de Associação Geográfica – CA**

O Coeficiente de Associação Geográfica – CA é uma medida de natureza setorial que permite identificar o grau de associação geográfica entre dois setores da atividade econômica. Quanto mais próximo de zero, o setor  $i$  estará distribuído regionalmente de forma semelhante ao setor  $k$ .

O Coeficiente de Localização do setor  $i$  e  $k$  é definido por:

$$CA_{ik} = \frac{\sum_j (|j^{e_i} - j^{e_k}|)}{2}, \quad 0 \leq CA_{ik} \leq 1$$

Onde:

$j^{e_i}$  O elemento (valor percentual) de coluna  $i$  e linha  $j$  da matriz percentual da tabela 4;

$j^{e_k}$  O elemento (valor percentual) de coluna  $i+1$  ou  $i-1$  e linha  $j$  da matriz percentual da tabela 4;

$CA_{ik}$  É a média da soma dos valores absolutos da diferença entre todos os  $j^{e_i}$   $j^{e_k}$  e .

Pela matriz percentual em função dos municípios (tabela 4) para  $i=1$  e  $k= 2$  no ano 2002 tem-se:

$$CA_{ik} = ((ABS(C1-D1) + ABS(C2-D2) + ABS(C3-D3) + ABS(C4-D4) + ABS(C5-D5) + ABS(C6-D6) + ABS(C7-D7) + ABS(C8-D8) + ABS(C9-D9) + ABS(C10-D10))/2$$

$$CA_{ik} = ((ABS(0,1566-0,3743) + ABS(0,1085-0,0465) + ABS(0,0436-0,0322) + ABS(0,0487-0,0009) + (ABS(0,0440-0,0127) + ABS(0,0241-0,0112) + ABS(0,2131-0,1352) + ABS(0,1596-0,3290) + ABS(0,0598-0,0569) + ABS(0,1420-0,0011))/2$$

$$CA_{ik} = 0,3872$$

Calculando-se o CA para todo  $i$  e  $k$  chega-se a tabela 7.

Analisando a questão 3, da tabela 1, pelos Coeficientes de Associação geográfica da tabela 7 conclui-se que os setores (Agropecuária, Indústria e Serviços) não estão distribuídos geograficamente da mesma forma.

### **Coefficiente de Redistribuição – CR**

O Coeficiente de Redistribuição – CR é uma medida de natureza setorial que permite examinar um padrão de concentração ou dispersão espacial ao longo do tempo. Quanto mais próximo de zero, o setor  $i$  não sofreu mudanças significativas no seu padrão de localização.

**Tabela 6: Coeficiente de Localização – CL das atividades da RMS do Estado da Bahia no período 2002 e 2003**

Municípios	2002			2003		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
1 <i>Camaçari</i>	0,1093	0,1084	0,1626	0,1326	0,1155	0,1896
2 <i>Candeias</i>	0,0715	0,0094	0,0146	0,0867	0,0095	0,0163
3 <i>Dias D'Ávila</i>	0,0194	0,0079	0,0121	0,0199	0,0070	0,0117
4 <i>Itaparica</i>	0,0471	0,0007	0,0008	0,0489	0,0008	0,0010
5 <i>Lauro de Freitas</i>	0,0228	0,0085	0,0127	0,0228	0,0090	0,0147
6 <i>Madre de Deus</i>	0,0163	0,0034	0,0053	0,0152	0,0029	0,0048
7 <i>Salvador</i>	0,1360	0,2139	0,3230	0,1231	0,1969	0,3253
8 <i>S.Francisco do Conde</i>	0,0837	0,0858	0,1287	0,0737	0,0651	0,1069
9 <i>Simões Filho</i>	0,0129	0,0100	0,0151	0,0131	0,0083	0,0137
10 <i>Vera Cruz</i>	0,1391	0,0019	0,0020	0,1228	0,0017	0,0020
<b>CL</b>	<b>0,3290</b>	<b>0,2250</b>	<b>0,3384</b>	<b>0,3293</b>	<b>0,2084</b>	<b>0,3430</b>

Fonte: O autor.

**Tabela 7: Coeficiente de Associação Geográfica – CA das atividades da RMS do Estado da Bahia no período 2002 e 2003**

Município	2002			2003		
	Agro/Ind	Agro/Serviços	Ind/Serviços	Agro/Ind	Agro/Serviços	Ind/Serviços
1 <i>Camaçari</i>	0,2177	0,0534	0,2711	0,2481	0,0570	0,3051
2 <i>Candeias</i>	0,0620	0,0861	0,0241	0,0771	0,1029	0,0258
3 <i>Dias D'Ávila</i>	0,0114	0,0314	0,0200	0,0129	0,0316	0,0188
4 <i>Itaparica</i>	0,0478	0,0463	0,0015	0,0497	0,0479	0,0018
5 <i>Lauro de Freitas</i>	0,0313	0,0100	0,0212	0,0318	0,0080	0,0238
6 <i>Madre de Deus</i>	0,0129	0,0216	0,0087	0,0124	0,0200	0,0077
7 <i>Salvador</i>	0,0779	0,4590	0,5369	0,0738	0,4484	0,5222
8 <i>S.Fran. do Conde</i>	0,1695	0,0450	0,2145	0,1388	0,0332	0,1720
9 <i>Simões Filho</i>	0,0029	0,0280	0,0251	0,0048	0,0268	0,0220
10 <i>Vera Cruz</i>	0,1410	0,1371	0,0038	0,1245	0,1208	0,0037
<b>CA</b>	<b>0,3872</b>	<b>0,4590</b>	<b>0,5635</b>	<b>0,3869</b>	<b>0,4484</b>	<b>0,5514</b>

Fonte: O autor.

**Tabela 8: Coeficiente de Redistribuição – CR das atividades da RMS do Estado da Bahia no período 2002 e 2003**

Município	2002/2003		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1 <i>Camaçari</i>	0,0323	0,0627	0,0287
2 <i>Candeias</i>	0,0232	0,0082	0,0064
3 <i>Dias D'Ávila</i>	0,0013	0,0001	0,0011
4 <i>Itaparica</i>	0,0019	0,0000	0,0002
5 <i>Lauro de Freitas</i>	0,0002	0,0004	0,0021
6 <i>Madre de Deus</i>	0,0015	0,0010	0,0000
7 <i>Salvador</i>	0,0217	0,0176	0,0323
8 <i>S.Francisco do Conde</i>	0,0205	0,0512	0,0087
9 <i>Simões Filho</i>	0,0015	0,0004	0,0027
10 <i>Vera Cruz</i>	0,0166	0,0002	0,0003
<b>CR</b>	<b>0,0603</b>	<b>0,0709</b>	<b>0,0413</b>

Fonte: O autor.

Tabela 9: Coeficiente de Especialização – CE dos municípios da RMS do Estado da Bahia no período 2002 e 2003

Município	2002				2003			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	CE	Agropecuária	Indústria	Serviços	CE
1 <i>Camaçari</i>	0,0010	0,2445	0,2435	<b>0,2445</b>	0,0010	0,2232	0,2222	<b>0,2232</b>
2 <i>Candeias</i>	0,0047	0,1526	0,1573	<b>0,1573</b>	0,0047	0,1313	0,1360	<b>0,1360</b>
3 <i>Dias D'Ávila</i>	0,0019	0,1961	0,1981	<b>0,1981</b>	0,0019	0,1748	0,1767	<b>0,1767</b>
4 <i>Itaparica</i>	0,0708	0,2683	0,1975	<b>0,2683</b>	0,0708	0,2897	0,2189	<b>0,2897</b>
5 <i>Lauro de Freitas</i>	0,0026	0,2411	0,2385	<b>0,2411</b>	0,0026	0,2625	0,2599	<b>0,2625</b>
6 <i>Madre de Deus</i>	0,0051	0,2640	0,2690	<b>0,2690</b>	0,0051	0,2426	0,2477	<b>0,2477</b>
7 <i>Salvador</i>	0,0009	0,3673	0,3682	<b>0,3682</b>	0,0010	0,3887	0,3896	<b>0,3896</b>
8 <i>S.Francisco do Conde</i>	0,0008	0,2114	0,2106	<b>0,2114</b>	0,0008	0,1901	0,1892	<b>0,1901</b>
9 <i>Simões Filho</i>	0,0007	0,1277	0,1284	<b>0,1284</b>	0,0007	0,1064	0,1070	<b>0,1070</b>
10 <i>Vera Cruz</i>	0,1151	0,3808	0,2657	<b>0,3808</b>	0,1150	0,4021	0,2871	<b>0,4021</b>

Fonte: O autor

O Coeficiente de Redistribuição do setor  $i$  entre dois períodos é definido por:

$$CR_i = \frac{\sum_j \left( |j_{t1}^{e_i} - j_{t0}^{e_i}| \right)}{2}, \quad 0 \leq CR_i \leq 1$$

Onde:

$j_{t1}^{e_i}$  = O elemento (valor percentual) de coluna  $i$  e linha  $j$  da matriz da tabela 4 no ano 2002;

$j_{t0}^{e_i}$  = O elemento (valor percentual) de coluna  $i$  e linha  $j$  da matriz da tabela 4 no ano 2003;

$CR_i$  = É a média da soma dos valores absolutos da diferença entre todos os  $j_{t1}^{e_i}$  e  $j_{t0}^{e_i}$ .

Pela matriz percentual em função dos municípios (tabela 4) para  $i=1$  no ano 2002 e 2003 tem-se:

$$CR_i = \frac{((ABS(H1-C1) + ABS(H2-C2) + ABS(H3-C3) + ABS(H4-C4) + ABS(H5-C5) + ABS(H6-C6) + ABS(H7-C7) + ABS(H8-C8) + ABS(H9-C9) + ABS(H10-C10)))/2}$$

$$CR_i = \frac{((ABS(0,1888-0,1566) + ABS(0,1318-0,1085) + ABS(0,0449-0,0436) + ABS(0,0506-0,0487) + ABS(0,0441-0,0440) + ABS(0,0226-0,0241) + ABS(0,1914-0,2131) + ABS(0,1391-0,1596) + ABS(0,0613-0,0598) + ABS(0,1254-0,1420)))/2}$$

$$0,0603$$

Calculando-se o CR para todo  $i$  do ano 2002 e 2003 chega-se a tabela 8.

Analisando a questão 4, da tabela 1, pelos Coeficientes de redistribuição da tabela 8 tem-se:

Todos os setores têm CR próximo de zero, indicando que nenhum desses setores sofreu mudanças significativas no seu padrão de localização.

### Coeficiente de Especialização – CE

O Coeficiente de Especialização – CE é uma medida de natureza regional que compara a estrutura produtiva do município  $j$  com a estrutura produtiva da RMS. Quando o valor de CE for próximo de zero (0), o município  $j$  tem uma composição setorial idêntica ao da RMS. Se o valor do CE for próximo de um (1), o município  $j$  está com elevado grau de especialização em atividades ligadas a um setor.

(...) o campo de variação de é constituído pelo intervalo 0, 1 aberto à direita, isto é, o extremo 1 não sendo nunca atingido; com = 0 pode dizer-se que há ausência de especialização na região  $i$  face ao padrão; e quanto mais próximo de 1 for mais especializada é a economia dessa região relativamente, ainda, ao padrão (LOPES, 1987:99-100).

O Coeficiente de Especialização do município  $j$  é definido por:

$$CE_j = \frac{\sum_i \left( |i^{e_j} - i^{e\cdot}| \right)}{2}, \quad 0 \leq CE_j \leq 1$$

Onde:

$i^{e_j}$

O elemento (valor percentual) de coluna  $i$  e linha  $j$  da matriz da tabela 3;

$i^{e\cdot}$

Somatório dos elementos (valores percentuais) de coluna  $i$  e linha  $j$  da coluna  $i$  da matriz da tabela 3;

$CE_j$

É a média da soma dos valores absolutos da diferença entre todos os  $i^{e_j}$  e  $i^{e\cdot}$ .

Pela matriz percentual em função dos setores (tabela 3) para  $j=1$  tem-se:

$$CE_j = \frac{((ABS(C1-C11) + ABS(D1-D11) + ABS(E1-E11)))/2}$$

$$CE_j = \frac{((ABS(0,0014-0,0024) + ABS(0,8441-0,5995) + ABS(0,1545-0,3981)))/2}$$

$$CE_j = 0,2445$$

**Tabela 10: Coeficiente de Reestruturação – CT dos municípios da RMS do Estado da Bahia no período 2002 e 2003**

Municípios	2002/2003			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	CT
1 <i>Camaçari</i>	0,0000	0,0000	0,0000	<b>0,0000</b>
2 <i>Candeias</i>	0,0000	0,0000	0,0000	<b>0,0000</b>
3 <i>Dias D'Ávila</i>	0,0000	0,0000	0,0000	<b>0,0000</b>
4 <i>Itaparica</i>	0,0000	0,0000	0,0000	<b>0,0000</b>
5 <i>Lauro de Freitas</i>	0,0000	0,0000	0,0000	<b>0,0000</b>
6 <i>Madre de Deus</i>	0,0000	0,0000	0,0000	<b>0,0000</b>
7 <i>Salvador</i>	0,0000	0,0000	0,0000	<b>0,0000</b>
8 <i>S.Francisco do Conde</i>	0,0000	0,0000	0,0000	<b>0,0000</b>
9 <i>Simões Filho</i>	0,0000	0,0000	0,0000	<b>0,0000</b>
10 <i>Vera Cruz</i>	0,0001	0,0000	0,0000	<b>0,0001</b>

Fonte: O autor.

Calculando-se o CE para todo j chega-se à tabela 9. Analisando a questão 5, da tabela 1, pelos Coeficientes de Especialização da tabela 9 tem-se:

Os municípios de Vera Cruz (CE= 0,3808) e Salvador (CE= 0,3682) são municípios com maior grau de especialização em um dos setores. Cabe aqui, mencionar que CE não especifica quais são esses setores. Estes podem ser determinados, e já o foram, pelo QL.

#### Coeficiente de Reestruturação – CT

O Coeficiente de Reestruturação – CT é uma medida de natureza regional que avalia o grau de mudança na especialização do município j. Quanto mais próximo de zero, o município j não sofreu mudanças significativas no seu padrão de especialização.

O Coeficiente de Reestruturação do município j entre dois períodos é definido por:

$$CT_j = \frac{\sum_i (i_{t1}^{e_j} - i_{t0}^{e_j})}{2}, \quad 0 \leq CT_j \leq 1$$

Onde:

$i_{t1}^{e_j}$  O elemento (valor percentual) de coluna i e linha j da matriz da tabela 3 no ano 2002;

$i_{t0}^{e_j}$  O elemento (valor percentual) de coluna i e linha j da matriz da tabela 3 no ano 2003;

$CT_j$  É a média da soma dos valores absolutos da diferença entre todos os e .

Pela matriz percentual em função dos setores (tabela 3) para j=1 no período de 2002 e 2003 tem-se:

$$CT_j = ((ABS(C1-C11)+ABS(D1-D11)+ABS(E1-E11))/2$$

$$CT_j = ((ABS(0,0014-0,0024) + ABS(0,8441-0,5995) + ABS(0,1545-0,3981))/2$$

$$CT_j = 0,2445$$

Calculando-se o CT para todo j no período de 2002 e 2003 chega-se a tabela 10.

Analisando a questão 6, da tabela 1, pelos Coeficientes de Reestruturação da tabela 10 tem-se:

Todos os CT's estão próximos de zero o que indica que não houve nenhuma modificação na especialização dos municípios da RMS nos anos de 2002 e 2003.

#### Conclusão

Este estudo buscou, demonstrar os cálculos, os conceitos e a interpretação das medidas de localização e especialização, que são tradicionalmente utilizadas na área de análise do desenvolvimento regional e urbano, para a obtenção de diagnóstico preliminar, puramente quantitativo, sobre o desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador -RMS.

É mister salientar que para uma análise quantitativa mais detalhada, outras variáveis devem ser analisadas tais como: O emprego e o PIB *per capita*. Este último segundo Clemente, "... vem sendo utilizado há muito tempo como indicador básico de desenvolvimento de uma região ou país" (2000:27).

Mesmo diante de uma análise quantitativa detalhada as medidas de localização e especialização têm suas limitações; uma vez que não explicam as causas que levaram determinado setor ou região a apresentarem indicadores mais altos ou mais baixos, e pautam as suas mediadas em uma única variável básica.

Medir o desenvolvimento de uma determinada região é um processo complexo que deverá levar em conta a estratificação dos setores em atividades e envolver as medidas de localização e especialização com mais de uma variável básica e com outros modelos e de métodos qualitativos.

Dentro dessa linha, Rodrigo Simões apresenta alguns modelos e técnicas de análise regional mais recentes tais como:

- Método *Shift-Share* ou Diferencial-Estruturado: Este método faz a descrição do crescimento econômico de uma região nos termos de sua estrutura produtiva. Compõe-se de um conjunto de identidades que pro-

curam identificar e desagregar componentes responsáveis pelo crescimento fazendo uma análise descritiva da estrutura produtiva.

- **Modelo de Insumo-Produto:** modelo em que proporcionam as bases conceituais para a análise das conexões intersetoriais e desenvolvimento regional.
- **Análise Multivariada:** É uma análise estatística que trabalha com medidas, atributos múltiplos de um ou mais amostras de regiões e suas respectivas variáveis.
- **Modelo de Equilíbrio Geral Computável – EGC:** É um modelo computacional que determinam endogenamente preços relativos e quantidades produzidas utilizando-se das matrizes de Contas Nacionais e de Insumo-Produto.
- **Modelos de Econometria e Associação Espacial:** Este modelo permite verificar se a presença de um fenômeno em uma área (cidade ou região) torna sua existência em áreas vizinhas mais ou menos prováveis.
- **Fuzzy Clusters:** Utiliza-se da Teoria dos Conjuntos Nebulosos ou Difusos para definir um conjunto ou categorias de indivíduos onde os mesmos são expressos por uma fonte de imprecisão por derivar da ausência de fronteira entre a existência e a não-existência. Dessa

forma tais conjuntos ou categorias são representados por valores contínuos entre zero (0) e um (1).

Enfim, uma análise regional e urbana realizada por medidas clássicas de localização e especialização e/ou por meios de modelos, métodos, técnicas, mais recentes; somente revelam um diagnóstico. Necessita, contudo, de ações e políticas de desenvolvimento regional e de iniciativa política para encarar definitivamente as desigualdades regionais e urbanas brasileiras.

#### Referências

- CLEMENTE, Ademir & Higachi, Hermes Y. *Economia e Desenvolvimento Regional*. São Paulo, Atlas, 2000.
- HADDAD, Paulo R. *Planejamento Regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.
- SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/pib/municipal/pdf/pib\\_mun\\_notas\\_explica.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/pib/municipal/pdf/pib_mun_notas_explica.pdf). Acesso em: 03 jul. 2006.
- SIMÕES, Rodrigo. Relatório: Método de Análise Regional. FACE/CEDEPLAR-UFGM. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20259.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2006.
- LOPES, A Simões. *Desenvolvimento Regional: problemática, teoria, modelos*. Lisboa (Portugal), Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

# CEDRE

## CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### O CEDRE realiza estudos e pesquisas, elabora projetos e presta consultoria nas áreas de:

- **ECONOMIA REGIONAL E URBANA** – Análises regionais para programas de desenvolvimento – Avaliações e acompanhamento de programas de fomento – Estudos de viabilidade econômica – Estudos setoriais de oportunidades de investimento – Estudos de localização industrial – Projetos de implantação e ampliação de empresas – Diagnósticos municipais – Planejamento espacial e econômico nos planos macro e microeconômicos – Planos diretores de desenvolvimento urbano – análises urbanas.
- **TURISMO E MEIO AMBIENTE** – Planejamento turístico macro e microeconômico – Estudos de viabilidade econômica de empreendimentos turísticos – Projetos turísticos – Estudos de impactos ambientais (Rima).

Sendo uma instituição universitária o CEDRE não tem finalidades lucrativas e opera em termos bastante acessíveis para as prefeituras municipais e as pequenas e médias empresas.

Tel.: (71) 3273-8528 / 3271-8780

E-mail: [cedre@unifacs.br](mailto:cedre@unifacs.br)

# A Era do Capital Financeiro

*Moisés Conde S. de Oliveira<sup>1</sup>*

## Resumo

Esse artigo tece considerações sobre o fenômeno que alguns economistas chamam de Mundialização do Capital. Esse movimento se caracteriza pela desregulamentação dos mercados financeiros internacionais. A partir da década de 1960, ocorreu nos Estados Unidos uma série de mudanças nas regras que regulamentam os mercados de capitais, causando o aumento substancial das formas de aplicação financeira. Neste trabalho serão apontados as causas e os efeitos dessas medidas – positivos e negativos – tanto no setor financeiro, como no setor produtivo.

**Palavras-chave:** mundialização, capital financeiro, desregulamentação, mercado de capitais.

## Abstract

This article tries to explain the phenomenon that some economists call Mundialisation of the Capital. This movement characterizes for the deregulation of international financial markets. From the decade of 60 them a series of changes in the rules that regulate the stock markets occurs in the United States causing the substantial increase in the forms of financial application. In this work we will point the causes and effect, positives and negatives, of these measures in such a way in the financial sector as in the productive sector.

**Key words:** mundialisation, financial capital, deregulation, stock markets.

## 1 Introdução

Os últimos quarenta anos foram marcados por uma mudança estrutural no capitalismo contemporâneo. O crescimento da importância dos mercados financeiros, juntamente com uma maior interligação das economias mundiais, provocou efeitos que extrapolam a esfera financeira e alcançam o setor produtivo. A preocupação das empresas com sua gestão financeira por vezes ganha mais importância até mesmo que a produção, fazendo dela, em vez de uma fonte de financiamento, o principal objetivo.

A questão será abordada através da visão de diversos autores que, mesmo utilizando denominações diferentes para descrever tais mudanças, pretenderam lançar uma luz nessa discussão que tem tantas repercussões. Repercussões essas que, mesmo sendo imperceptíveis na visão da maioria da população, influenciaram a trajetória de muitos países.

Esse artigo procura elucidar alguns pontos dessa discussão em três partes. Primeiramente, com o enfoque

das causas desse fenômeno, suas especificidades e principais características. A seguir, será abordado o papel da indústria nesse contexto. Ela é uma protagonista nesse jogo, pois se trata de onde essa relação, entre capital financeiro e capital produtivo, se mostra de forma mais concreta, podendo ser benéfica ou não. Por fim, serão discutidas as eventuais crises que esse movimento pode vir a causar, assim como seus efeitos nos países mais vulneráveis, ou seja, os de economias menos desenvolvidas.

## 2 Origens e causas

O capital financeiro, como padrão de riqueza do capitalismo dos nossos dias, começa a se tornar o modelo vigente da economia mundial a partir da década de 1960 nos Estados Unidos. Vale ressaltar que, esse capital financeiro não mais se restringe às definições clássicas, já que agora possuem uma função em si, e não apenas a de financiamento da indústria como define Hilferding (1985). “Chamo de capital financeiro ao capital bancário, isto é, capital em forma de dinheiro, que deste modo se transforma em capital industrial”. Braga (1997) denomina esse fenômeno de **financeirização**, e define como suas principais características a valorização desproporcional entre os valores dos papéis representativos da riqueza, como moedas conversíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral, bem como os valores dos bens e serviços do mercado produtivo; a elevação das operações cambiais totais sobre aquelas relativas ao comércio internacional; a superioridade das taxas de crescimento da riqueza financeira em comparação com as do crescimento do produto e do estoque de capital; a escalada das transações transnacionais com títulos financeiros como percentual do Produto Interno Bruto dos países avançados; e a expressiva participação dos lucros financeiros nos lucros totais das corporações industriais.

Diversos fatores podem ser enumerados como sendo as causas para essa mudança na estrutura capitalista contemporânea. Para Tavares e Melin (1997), esse fenômeno advém das transformações do sistema monetário-financeiro, relacionadas às alterações na natureza do dinheiro, do crédito e do patrimônio, da gestão dos bancos centrais sobre a liquidez e as taxas de juros; da emergência das corporações produtivas com finanças que são um objetivo em si mesmo; da circulação internacional ampliada dos capitais sob o regime de taxas de câmbio flexíveis; da interação desses movimentos com

<sup>1</sup> Mestrando em Análise Regional – UNIFACS. Email: moisesconde@gmail.com.

as restrições impostas às finanças públicas; da desregulamentação financeira; e da condução das políticas de globalização pela hegemonia dos Estados Unidos.

Vale ressaltar que esse fenômeno se deve também a uma política adotada pelos Estados Unidos após a grande depressão dos anos 30, em que o país passou a adotar medidas nos anos seguintes as quais fizeram com que os mercados financeiros passassem a ter uma dinâmica própria. Na contramão dessa tendência, aparecem os mercados germânico e nipônico que adotaram uma política em que a ligação entre agente financiador e financiado era mais estreita, reduzindo assim os riscos derivados das variações das expectativas futuras, quanto aos rendimentos de empresas, com uma participação mais ativa no mercado financeiro, como era no mercado americano.

A década de 1960 se mostra como um marco nessa trajetória, pois é nesse período que um grande número de inovações financeiras começam a surgir, fruto dessa dinâmica própria dos mercados. Como demonstrado em Cintra (1996), já em 1956 havia sinais da desregulamentação desejada pelos agentes financeiros, pois naquele ano ocorreu a primeira mudança no marco regulatório com o *Bank Holding Company Act*, pela qual as *holdings* de bancos – *bank holding companies* – podiam oferecer serviços financeiros que estavam vedados aos bancos. Em 1961 foram lançados os certificados de depósitos negociáveis pelo Citibank, destinados a valores acima de US\$ 100 mil e no início dos anos 70 nasceram os fundos mútuos, destinados a pequenos poupadores. Diversos produtos financeiros foram surgindo ao longo das décadas seguintes, associando fatores como risco, liquidez e comodidade para o correntista chegando no final da década de 70 com os *Automated Teller Machines* (ATMs), operando 24 horas por dia, e mais tarde com o *home banking*.

Em geral a capacidade de inovações dos mercados – através da criação de novos instrumentos de intermediação financeira e do surgimento de novos intermediários – tem sido responsável pelas transformações ocorridas nos regimes monetários. Isso porque as inovações financeiras buscam não só reduzir os riscos de flutuação de preços dos ativos, mas também contornar as restrições de liquidez ou de pagamentos impostas pelas normas de criação e de “destruição” da moeda, inerentes à reprodução de qualquer regime monetário. (BELLUZZO, 1997).

Os bancos americanos nessa época, além de atuar mais fortemente no mercado de europeu, passaram internamente a se lançar na oferta de empréstimo acima da base de reserva via ativos financeiros geradores de juros. A prioridade agora passava a ser, não mais suprir a demanda por empréstimos do setor produtivo, e sim, a administração do seu próprio passivo, o que veio a contribuir para a fragilidade do sistema bancário nas décadas seguintes.

Um ponto fundamental nessa dinâmica foi a criação de instrumentos financeiros capazes de reduzir os riscos de variações repentinas nos preços dos papéis, para assim minimizar as perdas dos rendimentos ou do capital, como

os derivativos, que sob uma forma padronizada de existência, amplia a possibilidade de *Hedge* dos agentes.

Outro autor a tratar esse movimento de desregulamentação das finanças internacionais, em que o capital financeiro passa a ter uma dinâmica própria e se torna não mais apenas um meio de financiamento do setor produtivo, é François Chesnais, que o chama de *Mundialização Financeira*. Para ele, ela é fruto de um processo de integração, ao longo de uns quinze anos, entre o movimento de fortalecimento do capital privado – tanto industrial como bancário – e o crescente impasse das políticas governamentais, tendo como pano de fundo o final da década de 1960.

Chesnais divide o fenômeno em três etapas distintas, sendo a primeira entre 1960 e 1979. Nesse período, os Estados Unidos são os principais protagonistas na medida em que avançam em direção às finanças de mercado e de uma maior internacionalização de seu sistema bancário. Isso ocorre por meio da formação dos mercados de títulos de crédito, além de também formar os mercados de eurodólares. Nesse período ocorre a desagregação e a liquidação do sistema de Breton Woods (1966-1971), pondo fim ao padrão-ouro para o dólar e com isso abrindo caminho para o sistema de taxas flexíveis de câmbio. Esse fato foi de extrema relevância para entendermos o fenômeno em questão, pois a adoção das taxas flexíveis de câmbio foi o ponto de partida para uma instabilidade monetária crônica. Outras características desse período foram o início do crescimento dos mercados de câmbio, o início do endividamento do Terceiro Mundo e o surgimento dos mercados de derivativos sobre moedas e taxas de juros.

A segunda fase vai de 1980 a 1985, caracterizada principalmente pela interligação dos sistemas nacionais pela liberalização financeira, especialmente com o maior movimento de capitais. Esse período é também marcado pelo início do monetarismo nos Estados Unidos, pela securitização da dívida pública, além de uma rápida expansão dos mercados de bônus. Outros acontecimentos concomitantes foram o início da desintermediação da demanda privada de liquidez dos grupos industriais e das instituições financeiras, além de um crescimento acelerado dos Fundos Mútuos, dos Fundos de Pensão e dos Derivativos.

O terceiro período vai de 1986 a 1995 e se caracteriza principalmente pela incorporação dos mercados emergentes do Terceiro Mundo. Outras características dessa fase são a abertura e desregulamentação dos mercados de ações, a explosão das transações sobre os mercados de câmbios e dos derivativos, a aceleração do crescimento dos mercados de bônus, além de discussões sobre a extensão do papel do FMI (1995), após a crise mexicana

### 3. O Papel das Corporações

As grandes corporações têm um papel fundamental no processo de Mundialização Financeira devido ao grande volume de negócios feito por elas, chegando em alguns casos a ser maior que o PIB (Produto Interno Bruto) de alguns países.

É impossível subestimar o papel dos grandes grupos quando sabemos que as 200 maiores empresas multinacionais realizaram um volume de negócios equivalente a 26.8% do PIB mundial em 1992, percentual em contínuo crescimento no curso da década (24.2% em 1982), e que algumas centenas de grupos realizam um fluxo interempresas equivalente à cerca de 30% do comércio mundial (SERFATI, 1998).

Segundo Miranda (1997), as empresas transnacionais dos 18 principais países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) detinham um total de 13 trilhões de dólares aplicados em ativos financeiros, superando os bancos (8.3 trilhões), as seguradoras (6.7 trilhões), os fundos de pensão públicos e privados (6.5 trilhões) e, perdendo apenas, para as famílias com 28.8 trilhões.

Esses números são o fruto de uma mudança no comportamento das empresas com relação a sua gestão financeira. Adam Smith se referia a chamada responsabilidade ilimitada frente ao passivo, ou seja, a obrigatoriedade do proprietário de responder com seus bens pessoais às responsabilidades assumidas em seus empreendimentos empresariais, como um fundamento primordial no comércio. Em 1856, ocorre uma mudança importante nesse modo de pensar, pois se forma, na Inglaterra, a companhia capitalista que se caracteriza como uma personalidade legal separada da figura do proprietário e com responsabilidade própria.

Nas últimas décadas do século XIX, deflagrou-se a passagem de um sistema capitalista em que a riqueza era associada à terra, máquinas, equipamentos, edificações, para uma nova era, em que a riqueza irá assumindo crescentemente uma dimensão simbólica, na moeda fiduciária e nos ativos financeiros em geral. (BRAGA, 1997).

Diversas mudanças no comportamento das empresas modernas podem explicar esse crescimento da importância das finanças na sua gestão. Chandler (1990) especifica seis mudanças que se constituíram em uma verdadeira inovação no comportamento empresarial. Dentre elas, três, no caso as últimas mencionadas na citação abaixo, se encaixam no nosso tema de discussão.

Dentre as várias mudanças recentes no crescimento, gestão e financiamento da moderna empresa industrial, seis não têm precedentes históricos. Estas incluem: a adaptação a uma nova estratégia de crescimento – aquela de ingressar em novos mercados em que as capacidades organizacionais originárias da empresa não oferecem vantagens competitivas; a separação gerencial entre a cúpula administrativa da corporação e a gestão intermediária nas divisões operacionais; o amplo e continuado desapossamento (*divestiture*) de unidades operacionais; a compra e venda de corporações como um negócio específico em si mesmo; o papel dos gestores de *portfólio* nos mercados de capitais; e a evolução desses mercados de capitais para facilitar a emergência do que tem sido designado como um mercado para o controle de corporações (*a market for corporate control*). Todas estas mudanças estão inter-relacionadas. (CHANDLER, 1990)

Essas grandes corporações são participantes ativos na economia mundial. São peças fundamentais

quando nos referimos à circulação monetária financeira influenciando assim na determinação da taxa de juros, de câmbio, bem como no andamento das Bolsas de Valores. Juntamente com o sistema bancário, acabam assim por ditar as regras do sistema creditício internacional e influenciando políticas governamentais através das decisões de alocação dos investimentos fixos e de seus progressos tecnológicos.

Esses dois agentes, bancos e empresas, detêm uma relação ao mesmo tempo conflituosa e de cooperação, podendo variar de país para país. Segundo Chesnais (1996), estudos demonstram que a natureza e os efeitos das vinculações entre os grupos industriais e a esfera financeira sobre a competitividade da indústria dependem tanto do espaço que o mercado financeiro ocupa atualmente, como das características dos bancos ou do papel do Estado no financiamento da indústria.

A importância dada pela indústria à gestão financeira, tanto pode vir a trazer benefícios para a corporação, como também ela pode vir a afetar o a formação do investimento produtivo. Deve-se distinguir os lucros oriundos das aplicações financeiras, dos obtidos no ciclo produtivo. Na contramão desse pensamento, o que notamos atualmente é que a força de trabalho e os ciclos produtivos estão cada vez mais voltados à satisfação das exigências do capital portador de juros.

As exigências de remuneração do capital “rentista”, nos últimos quinze anos, atingiram um grau tão importante que as taxas de juros se situam em níveis historicamente elevados e ocasionam uma mudança considerável da relação de forças em favor do capital de empréstimo, em detrimento do capital produtivo. (SERFATI, 1998)

Entretanto, um ponto positivo nessa relação das indústrias com o capital financeiro, é a possibilidade dessas aumentarem a liquidez do seu capital, ao mesmo tempo acelerando sua mobilidade. No mercado financeiro, as indústrias têm uma gama variada de opções de aplicações cujos vencimentos são muito breves no caso de desejarem mobilizar sua liquidez no curto prazo. Isso pode ser feito através de uma carteira de ações, de obrigações ou de variadas formas de títulos que podem ser movimentados rapidamente e praticamente sem barreiras mundo afora, fruto da interligação dos mercados dos diversos países. Isso traz para a empresa uma dinamização maior na gestão financeira fazendo com que esta tenha mais opções de disponibilidade de recursos para atender suas necessidades, seja elas de capital de giro ou para investimento.

#### 4. Crises e Desigualdades

Os últimos quarenta anos têm sido marcados por um enorme crescimento do setor financeiro, de acordo com as demonstrações feitas ao longo desse trabalho. Porém ele vem acompanhado de diversos sobressaltos e, até mesmo, crises sistêmicas nos mercados mundiais. Se analisarmos os acontecimentos nos Estados Unidos, Europa, Japão e nos países emergentes desde a década de 1960, veremos que falências de bancos e crises no sistema são recorrentes.

No período que corresponde à primeira fase da Mundialização Financeira (1960-1980), ocorreu nos Estados Unidos a falência do Grupo Penn Central e do banco Franklin National. O primeiro fruto de turbulências no mercado de papéis de caixa e o segundo por perdas nos mercados de câmbio. Na Europa ocorre a crise dos bancos secundários ingleses especializados em crédito mobiliário e a falência do banco alemão Herstatt, também decorrente de perdas no mercado de câmbio.

Na segunda fase (1980-1985), as altas taxas de juros, juntamente com a desinflação, provocaram forte impacto na dívida dos países do Terceiro Mundo, além de enormes perdas nos setores petrolífero e de mineração americanos. Essa crise fez com que houvesse o aumento dos passivos dos bancos europeus e, por fim, uma crise de pagamentos das dívidas do México, Brasil, Argentina e outros, ocasionando a quase-interrupção dos créditos para financiar as dívidas já contraídas da América Latina.

Alijadas dos mercados financeiros internacionais a partir de agosto de 1982, as economias latino-americanas tiveram que pagar com seus próprios recursos o serviço de sua dívida externa, até que pudessem novamente ter acesso a esses mercados, no final dos anos 80. As transferências líquidas de capitais para esses países, de positivas que estavam em até 1982, tornaram-se, então, fortemente negativas. (SALAMA, 1998).

Vale ressaltar que o Brasil, por possuir uma estrutura produtiva mais forte que a de seus vizinhos, pôde atravessar a década com menores prejuízos. Enquanto que seu crescimento do PIB foi nulo, todos os demais países sofreram forte queda desse índice: cerca de 10% no México e 20% na Argentina.

Na terceira fase da Mundialização (1986-1995), ocorre a falência ou quase falência de diversos bancos e corretoras nos Estados Unidos. Com isso sendo necessária a intervenção de governo para tentar salvar alguns, além da crise da Bolsa de Nova Iorque, com repercussão nos mercados de derivativos de Chicago. Na Europa a crise no mercado imobiliário colocou em dificuldade bancos na Suécia, Noruega e França. Ocorre também forte especulação no mercado de câmbio, especialmente contra o franco francês.

No Japão a crise imobiliária também faz desabar o mercado de imóveis contagiando o mercado de ações e causando a falência de bancos especializados no mercado imobiliário. Na América Latina ocorre a queda dos mercados de títulos e ações mexicanas com contágio para os demais países, principalmente Brasil e Argentina.

A fragilidade financeira a que a Mundialização submete as economias mundiais fica clara quando observamos essa quantidade de problemas pelos quais passaram diversos países.

“... a atual fragilidade financeira e os riscos sistêmicos não caíram do céu. Por menos que se adote uma abordagem econômica crítica, em vez de uma posição de gerente desse sistema, as causas da fragilidade financeira devem

ser buscadas na hipertrofia da esfera financeira em si, em seu crescimento lento, tendo como um de seus efeitos a agudização da concorrência dentro do próprio setor financeiro, obrigando os operadores a assumir maiores riscos”. (CHESNAIS, 1998)

O fato é que diversos fatores, muitas vezes característicos de cada situação, ajudados por um cenário de liberalização no mercado financeiro, podem vir a detonar uma crise. O montante de recursos que se encontram atualmente nos mercados de títulos, muitas vezes puramente fictícios, aliados a uma baixa correspondência dos valores de ativos financeiros aos seus respectivos ativos reais e a reações desproporcionais e precipitadas, dos agentes econômicos podem ocasionar choques nas Bolsas como os de 1987, nos Estados Unidos e em 1990 em Tóquio.

No caso das crises dos países emergentes, a acelerada desregulamentação de seus mercados financeiros, que antes possuíam sistema fechado, aliado a pouca experiência de seus dirigentes nas especificidades do sistema, acabou por criar economias muito frágeis às atribuições do mercado. Instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial também tiveram um papel prejudicial nesse contexto, promovendo uma total entrega dessas economias a uma política neoliberal.

Outra turbulência pela qual o mundo passou nos últimos anos, especificamente no ano de 1997, foi a chamada Crise dos Tigres Asiáticos, fenômeno que merece um comentário adicional nesse trabalho, já que causou impactos significativos na economia brasileira. Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan vinham obtendo altas taxas de crescimento econômico desde a década de 80, através de elevadas taxas de poupança. Essa política fazia com que houvesse investimentos maciços em capital físico como fábricas, equipamentos, novas tecnologias etc., além de treinamento e incorporação de mão-de-obra ao mercado de trabalho.

O esgotamento desse modelo se deu com a recuperação da economia americana nos dois anos anteriores, que, por ser mais competitiva e dinâmica do que a desses países mencionados, fez com que as expectativas em relação ao valor das ações das empresas do leste asiático se tornassem negativas. Aliou-se a isso a fragilidade dos mercados financeiros nacionais juntamente com a agravante de que a facilidade de captação de crédito e as taxas de juros relativamente baixas resultaram na explosão do investimento. Isso ocasionou uma sobrevalorização nos mercados imobiliário e acionário, o que contribuiu para deixar os mercados de capitais altamente vulneráveis às mudanças de expectativas que afetassem o preço desses ativos. Problemas de sucessão, como também de fronteiras, além de incertezas quanto à política macroeconômica em alguns países, também contribuíram para o agravamento da crise.

Os reflexos na economia brasileira foram significativos, fazendo com que a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) despencasse. Pois, para compensar a queda dos preços de papéis de empresas asiáticas, os inves-

tidores se desfizeram de parte de suas carteiras, ocasionando assim a queda do preço das ações mundo afora. O Brasil foi particularmente afetado, pois sua situação econômica na época se assemelhava bastante a desses países em crise, especialmente no que dizia respeito à política econômica e aos *déficits* externos.

Para atenuar os efeitos da crise, o Banco Central vendeu o equivalente a quase 10 bilhões de dólares em divisas – evitando que a cotação do dólar subisse além sua margem de flutuação – além disso, aumentou a taxa básica de juros de 1,58% para 3,05% ao mês, estimulou os fundos de pensão e obrigou as empresas estatais a adquirirem ações nas bolsa de valores além de socorrer uma série de instituições financeiras que se encontravam em dificuldades.

Nesses cenários de incertezas, o papel dos Bancos Centrais e das agências reguladoras é de fundamental importância para diminuir os efeitos, muitas vezes causados por movimentos puramente especulativos, nos mercados financeiros. Os países emergentes, como o caso do Brasil, devem promover uma política que, ao mesmo tempo esteja de acordo com os movimentos internacionais de maior integração dos mercados – mas não abrir mão de medidas que ajudem a diminuir, especialmente, as oscilações causadas por incertezas – quanto à manutenção dos contratos internacionais e das políticas monetárias, protegendo assim a moeda e os mercados internos.

## 5. Conclusão

Embora a discussão referente à dinâmica dos mercados financeiros internacionais pareça um tanto quanto distante das necessidades básicas de uma população pobre como a nossa, devemos lembrar que um mercado financeiro consistente, aliado a uma diversidade maior de aplicações financeiras mais elaboradas, só tende a fazer com que o mercado de capitais brasileiro se torne mais forte.

Os efeitos dessa mudança serão sentidos principalmente pelo setor produtivo da economia, já que um mercado financeiro dinâmico se torna uma opção a mais como forma de financiamento sustentável para a atividade produtiva. Isso se faz necessário já que as três principais formas de financiamento que a indústria brasileira vinha encontrando até agora: o reinvestimento dos lucros, o endividamento bancário e a ajuda do governo, se tornaram caros e insuficientes.

Ao apresentar o tema da Mundialização do Capital tem-se como um dos principais objetivos lançar uma luz a um movimento que, embora perverso em determi-

nadas circunstâncias, se apresenta como uma tendência irreversível no capitalismo moderno. Cabe ao poder público promover políticas que nos façam tirar proveito dessa tendência e que ao mesmo tempo nos protejam dos seus efeitos negativos. O total compromisso com o cumprimento dos contratos firmados, uma política fiscal controlada, que passa por reformas políticas que garantam o bom andamento das contas públicas, aliadas ao fortalecimento das instituições reguladoras, uma maior abertura da nossa economia, dentre outras, são fundamentais para que tais objetivos sejam alcançados.

## Referências:

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga, **Dinheiro e as transfigurações da riqueza** in TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (organizadores), *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.
- Boletim DIEESE – **Novembro de 1997**, *CRISE NAS BOLSAS DE VALORES ABALA A ECONOMIA MUNDIAL* 4, <[dieese.org.br/bol/esp/estnov97](http://dieese.org.br/bol/esp/estnov97)> acessado em 24.09.2006.
- BRAGA, José Carlos de Souza, **Financeirização global – O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo** in TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (organizadores), *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.
- CHANDLER JR., A. **Scale and Scope**. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard Univ.Press, 1990.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Mundialização Financeira e Vulnerabilidade Sistêmica** in CHESNAIS, F (org.), *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*, São Paulo, Xamã, 1998.
- CINTRA, M.A.M, **A Montagem de um Novo Regime Monetário-Financeiro nos Estados Unidos (1982-1994)** São Paulo, Relatório de Pesquisa IESP/FUNDAP, 1996.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985
- MIRANDA, José Carlos, **Dinâmica financeira e política macroeconômica** in TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (organizadores), *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.
- SALAMA, Pierre, **A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas** in CHESNAIS, F (org.), *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*, São Paulo, Xamã, 1998.
- SERFATI, Claude, **O papel dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia** in CHESNAIS, F (org.), *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*, São Paulo, Xamã, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição, MELIN, Luiz Eduardo, **Pós-escrito 1997: A Reafirmação da Hegemonia norte-americana** in TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (organizadores), *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

# CURSO DE ECONOMIA DA UNIFACS

**A MELHOR GRADE CURRICULAR DO BRASIL. TOTALMENTE AJUSTADO ÀS DEMANDAS DO MERCADO**

# Educação Superior, Semi-Árido Baiano e Desenvolvimento Regional: Uma Visão Possível

*Afonso Celso Magalhães Madeira<sup>1</sup>*

## Resumo

Este artigo traz à tona a questão da educação superior na região do semi-árido baiano, especialmente quanto a cursos de graduação presenciais, sua adequação às vocações regionais e possíveis influências e desdobramentos relativamente ao desenvolvimento regional. Inicialmente aborda isoladamente os conceitos de educação superior, região, semi-árido baiano e desenvolvimento regional para então fazer as necessárias ligações entre eles, buscando unir temas tão caros e necessários para o Estado da Bahia. Por se tratar de região onde ocorrem freqüentes e periódicas secas, importa ao semi-árido que se procure soluções alternativas para a maximização do aproveitamento de seus recursos, dentre os quais o capital humano e o capital social se destacam.

**Palavras-chave:** Educação superior; semi-árido; desenvolvimento regional.

## Abstract

This article brings fourth the issue of the higher education in the bahian arid region, specially concerning the university courses in which the presence of the student in the classes is necessary, how proper they are in respect to the regional vocations and possible influences and consequences in relation to the regional development. Firstly it approaches isolately the concepts of higher education, region, bahian arid region and regional development to make, after that, the necessary connections among them, in a search to put together important and necessary subjects to the state of bahia. Once it is a place where the dryness often and periodically happens, interests to the arid region that alternative solutions be searched as well as the maximization of the utilization of its resources. Among them, the human capital and the social capital play a prominent role, because of the emergency of those concepts and their fair recent valorization in the problematic of the development.

**Key words:** Higher education; semi-arid; regional development.

## Introdução

Sugerimos uma possível relação entre educação superior e desenvolvimento regional no semi-árido baiano. Uma pesquisa feita nas bibliotecas da Universidade Salvador – Unifacs, nas da Universidade Federal da Bahia – Ufba, em especial na biblioteca da Faculdade de Educação – Faced, na biblioteca da Associação Baiana de Educação e Cultura – Abec e na Internet não logrou êxito em encontrar textos que abordassem explicitamente o tema proposto, de forma que temos seus termos desmembrados e expostos separadamente, fazendo as costuras necessárias, quando oportuno. Considerando a rara senão inexistente produção sobre o tema, seria preciso utilizar o que se há produzido sobre educação e sobre desenvolvimento e verificar o que está acontecendo na região considerada, comparando com o que foi pesquisado. Por conta disso, faremos uma reunião de alguns pontos de vista e um esboço da situação.

De modo geral é consenso que a educação é importante fator de desenvolvimento, seja ele humano, social ou econômico; e o ensino superior é sua máxima expressão formal. Entretanto, a sua participação no desenvolvimento permanece oculta sob as diversas dificuldades em mensurar essa contribuição. A recente expansão do ensino superior não significa, necessariamente, melhora da qualidade de vida da população, uma vez que o processo educacional por si só é complexo e produz resultados a médio e longo prazos; por isso, parece necessário identificar em que medida tem a educação superior no semi-árido baiano auxiliado o desenvolvimento da região e se isso ocorre.

## A educação superior

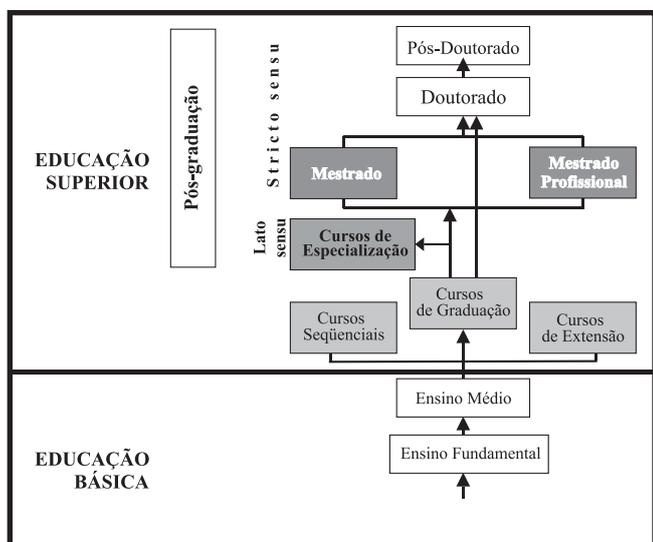
A LDB de 1996<sup>2</sup>, em seu art. 1º e consoante a Constituição Federal de 1988, determina que educação envolva os “[...] processos formativos que se desenvolvem na

1 Mestrando em Análise Regional pela Universidade Salvador – Unifacs, graduado em Administração com habilitação em Análise de Sistemas pela Faculdade Visconde de Cairu. Email: fon54@bol.com.br.

2 Lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e é por isso conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (ou Lei Darcy Ribeiro).

vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 2001, p.9). Essa lei rege a educação escolar ou educação formal, que se desenvolve principalmente em instituições apropriadas através do ensino e que deve ser vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. Versa ainda a lei que a educação é um dever da família e do Estado e visa “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 2001, p.9).

Para tanto, o sistema nacional de educação escolar foi dividido em dois grandes níveis: a educação básica (composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e a educação superior, acessível a quem completou a educação básica, conforme disposto na Figura 1.

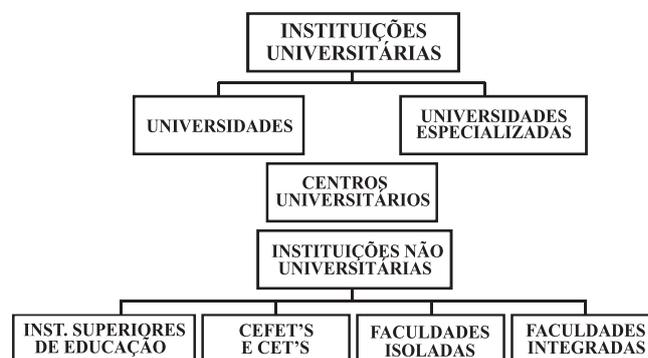


**Figura 1 — Estrutura do Sistema Educativo Brasileiro**  
Fonte: Adaptado de SOARES, 2002, p.44.

A educação superior tem por finalidade, segundo a LDB, a) estimular a criatividade e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; b) formar pessoas nas diversas áreas do conhecimento aptas para o trabalho nos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade e a colaborar na sua formação contínua; c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estru-

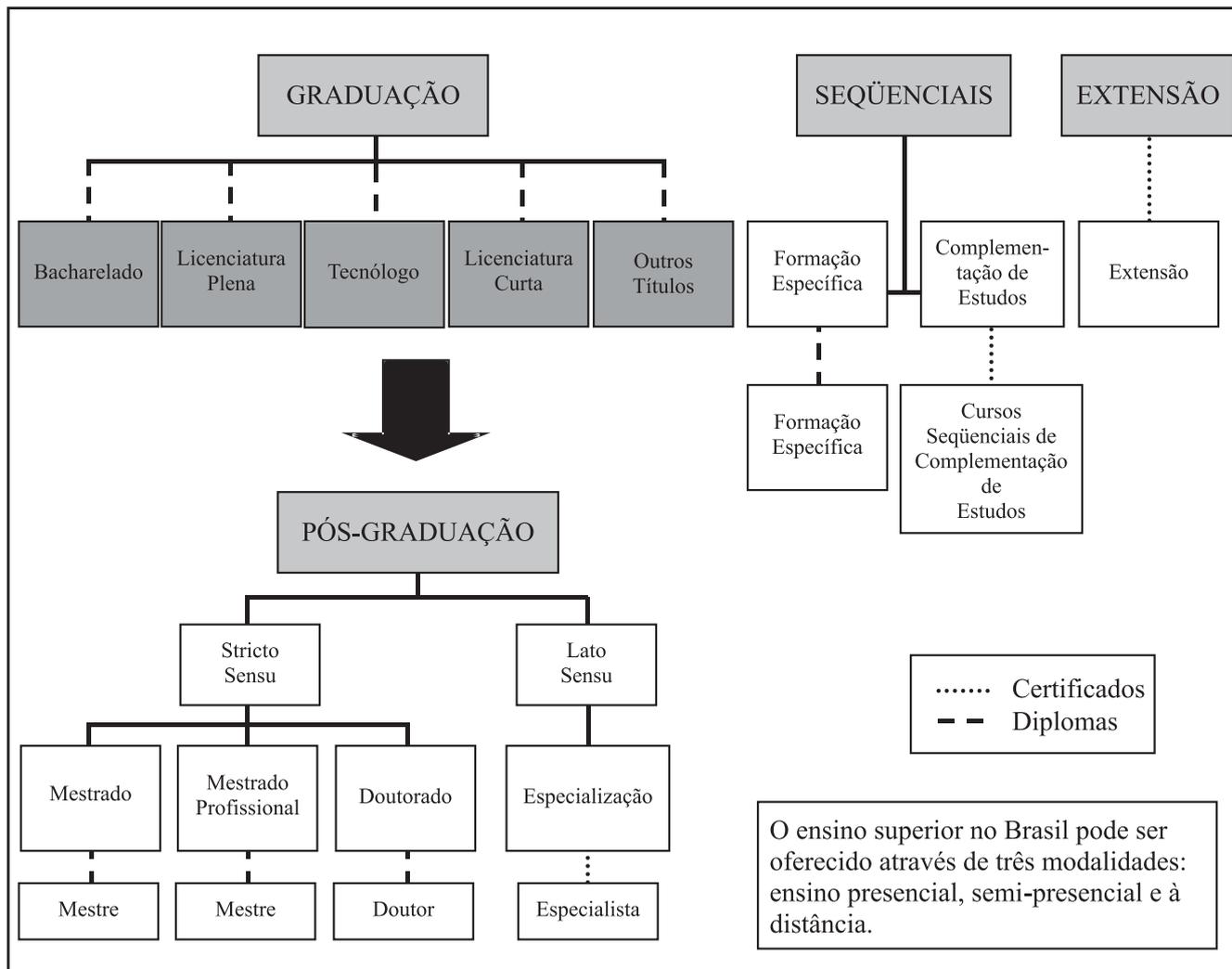
tura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; g) promover a extensão, aberta à participação da população visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Uma variada gama de cursos e programas compõem a educação superior, a saber: cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão. Esses cursos e programas são ministrados por instituições de ensino superior – IES, públicas ou privadas, também com diversos graus de abrangência ou especialização. Os cursos precisam de autorização e reconhecimento, sendo periodicamente concedidas (ou negadas) renovações, através de processo regular de avaliação. As instituições ainda precisam credenciar-se junto ao Ministério da Educação – MEC.



**Figura 2 — Educação superior: organização acadêmica**  
Fonte: Adaptado de SOARES, 2002, p.47.

A organização acadêmica das instituições de ensino superior faz distinção entre universidades, centros universitários e faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores, como disposto na Figura 2. As universidades caracterizam-se pela oferta regular das atividades de ensino, pesquisa e extensão; os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência comprovada do ensino oferecido, qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. As faculdades integradas são instituições que possuem regimento comum e comando unificado, com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento. Faculdades, institutos e escolas superiores devem definir planos de desenvolvimento institucional e geralmente estão afeitos a cursos de isolados ou de uma mesma área do conhecimento. A Figura 3 detalha títulos e documentos referentes aos diversos tipos de curso existentes. Aqui nos interessa o ensino superior em todo tipo de instituição, em especial mas não exclusivamente em nível de graduação e, exclusivamente, na forma de ensino presencial.



**Figura 3 — Educação superior: cursos e níveis/diplomas e certificados**

Fonte: Adaptado de SOARES, 2002, p.51.

### Região

As regiões são *construtos* teóricos (SPINOLA, 2006). Foram vistas por Paul Vidal de La Blache — fundador da Escola francesa de Geografia no final do século XIX — como unidades de análise geográfica a exprimir a forma do homem organizar o espaço terrestre, cabendo ao geógrafo delimitá-las, descrevê-las e explicá-las. Seria, dessa forma “[...] uma escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação a suas áreas limítrofes.” (CALDAS, 2006a). Assim, regiões diferenciam-se umas das outras pelas discontinuidades em suas áreas de transição, geralmente nas “bordas”, identificando-se então espaços centrais que apresentam claramente as características que a diferenciam “[...] e uns espaços marginais aonde se vão desbotando progressivamente até chegar a confundir-se com as regiões circundantes.” (SPINOLA, 2006).

De acordo com a Geografia Tradicional, Determinismo Geográfico ou Determinismo Ambiental, há a região natural, entendida como parte da superfície do globo de-

limitada pelos atributos físicos e dimensionada de acordo com escalas territoriais diversas, caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração do clima, vegetação, relevo e geologia, elementos que diferenciariam ainda cada uma das partes, criando assim unidades de paisagem. (SILVA, 2006; CALDAS, 2006b). “A combinação desses elementos vai se traduzir numa específica paisagem natural.” (CALDAS, 2006b).

Uma visão possibilista ou de Método Regional (em oposição ao determinismo) enxerga a região como consequência da ação do homem sobre a natureza (SILVA, 2006), uma região-paisagem resultante de um processo longo de “[...] transformação da paisagem natural em paisagem cultural.” (CALDAS, 2006b). Assim, a disposição de campos, sistemas agropecuários, *habitat* rural, dialeto, costumes locais e outros elementos constituem um todo de “[...] traços culturais que definem um gênero de vida. A Região é vivenciada pelos seus habitantes que reconhecem a sua existência concreta a ponto de nomeá-la.” (CALDAS, 2006b).

Para a Geografia Teórica, Neopositivista ou Nova Geografia, região seria um conjunto de unidades de área que apresenta homogeneidade interna e destaca-se de outros conjuntos por diferenças, medidas essas semelhanças e diferenças através de técnicas estatísticas; um território quantificável, onde se observa a funcionalidade e a hierarquia de lugares/cidades. (SILVA, 2006; CALDAS, 2006b).

A Geografia Crítica (marxista), com a lei do desenvolvimento desigual e combinado (Leon Trotsky), vê o conceito como “[...] uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social.” (CALDAS, 2006b). Essa abordagem traz uma carga político-social que destaca a) a divisão territorial do trabalho, a determinar o **que** será produzido; b) o desenvolvimento dos meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos das história, que definem **como** se realizará a produção; c) a ação do estado e da ideologia que se espacializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e sua pretensa perpetuação; d) a ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meio de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas **pelo** e **para** o capital. (CALDAS, 2006b).

Sem perder a fluidez do conceito, Spinola (2006) nos diz que “uma definição da região como sistema espacial integrado, aberto e em equilíbrio dinâmico exige que se precise na medida do possível as suas características” e que assim “[...] região supõe um território delimitado e contínuo, de extensão variável caracterizado por uma peculiar combinação de elementos físicos e humanos dotados de certos atributos [...], que lhe outorgam uma personalidade própria e diferenciada.” (SPINOLA, 2006).

Por ser um sistema aberto, uma região se relaciona permanentemente, de forma mais ou menos intensa, com seu entorno através de fluxos de entradas e saídas que afetam sua organização interna. Essa condição justifica a instabilidade de fronteiras da região, em constante evolução sendo assim “[...] um complexo espacial construído no tempo – ao largo da História – em relação com o próprio desenvolvimento da sociedade que o sustenta, de suas forças produtivas e das relações de produção predominantes.” (SPINOLA, 2006).

O grau de organização interna ou de entropia varia de umas regiões para outras. Nas áreas desenvolvidas, onde a circulação é relativamente fluida e os intercâmbios são intensos, os espaços regionais estão fortemente especializados e hierarquizados. Pelo contrário, uma das características geográficas mais destacadas das áreas subdesenvolvidas é o baixo nível de integração espacial derivado dos diferenciais de desenvolvimento que contrapõe amplos territórios dominados ainda por economias agrárias orientadas para a autossustentação, com áreas pontuais (*sic*) ocupadas por atividades que se destinam em grande parte para a exportação. (SPINOLA, 2006).

### A região do semi-árido baiano

A Lei nº 7.827, de 27 de dezembro de 1989, havia definido como semi-árido a região inserida “[...] na área

de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia.” (BRASIL, 2006). Em 1995 havia sido feita a última atualização dos municípios do semi-árido, através da Portaria nº 1.181 da Sudene, e com a extinção dessa autarquia em 2001, coube ao Ministério da Integração a prerrogativa de “[...] inclusão de municípios interessados em beneficiar-se do tratamento diferenciado das políticas de crédito e benefícios fiscais conferido ao semi-árido brasileiro.” (BRASIL, 2006).

A constatação da inadequação do critério anteriormente adotado para a delimitação da região do semi-árido brasileiro, em vigor desde 1989, que levava em conta apenas a precipitação média anual dos municípios dessa região, levou o Ministério da Integração Nacional a propor a criação de um grupo de trabalho misto, composto de órgãos e instituições do Governo Federal, para a redelimitação de sua área geográfica. (BRASIL, 2006). Assim, em março de 2004 instalou-se o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)<sup>3</sup> com a tarefa de redelimitar o espaço geográfico dessa área.

O semi-árido brasileiro caracteriza-se geo-ambientalmente pela vegetação de diferentes tipos de Caatinga, reflexo de vulnerabilidades climáticas, do relevo, do material de origem e dos organismos, fatores em contínua interação que determinam o quadro resultante final. Sendo um dos semi-áridos mais úmidos do planeta, a região não sofre com a falta de chuva, mas sim com a desigual distribuição de chuvas no tempo e no espaço. Por isso, existe um déficit hídrico, o pior fenômeno natural da região, que é devido principalmente: ao elevado potencial de perda de água por evapotranspiração, à escassez de rios perenes, ao baixo nível de aproveitamento de águas da chuva, com poucos e inadequados reservatórios e ao inadequado armazenamento e utilização de água por processos de escoamento de pontos mais altos para o acúmulo em pontos mais baixos. (ARTICULAÇÃO..., 2006).

Esses fatores somados desembocam no fenômeno da seca que periodicamente assola a região. Assim, o GTI tomou por base três critérios técnicos para a nova delimitação do semi-árido, que foram consistentemente aplicados a todos os municípios pertencentes à área da antiga Sudene, aí incluídos os do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo: a precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros, o índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as pre-

<sup>3</sup> O GTI, coordenado pelo MI, reuniu técnicos dos Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e da Integração Nacional; da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Participaram ainda o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa), o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e o Banco do Nordeste (BNB). (BRASIL, 2006).

**Tabela 1 — Municípios, área e população do semi-árido brasileiro – mar/2005.**

UF	Número de municípios				Área				População					
	UF	UF	R.S.A.	R.S.A.	UF	UF	R.S.A.	R.S.A.	UF	UF	R.S.A.	R.S.A.	UF	R.S.A.
PI	221	127	11,2	57,5	251.311,5	150.454,3	15,3	59,9	437.508	531.891	969.399	2.843.278	4,6	34,1
CE	184	150	13,2	81,5	145.711,8	126.514,9	12,9	86,8	2.451.214	1.760.078	4.211.292	7.430.661	20,2	56,7
RN	166	147	13,0	88,6	53.077,1	49.589,9	5,0	93,4	1.061.296	539.874	1.601.170	2.776.782	7,7	57,7
PB	223	170	15,0	76,2	56.340,9	48.785,3	5,0	86,6	1.232.095	734.618	1.966.713	3.443.825	9,4	57,1
PE	185	122	10,8	65,9	98.526,6	86.710,4	8,8	88,0	1.896.082	1.340.659	3.236.741	7.918.344	15,5	40,9
AL	101	38	3,4	37,6	27.818,5	12.686,9	1,3	45,6	424.132	391.172	838.740	2.822.621	4,0	29,7
SE	75	29	2,6	38,7	21.962,1	11.175,6	1,1	50,9	208.908	185.310	396.399	1.784.475	1,9	22,2
BA	415	265	23,4	63,9	564.273,0	393.056,1	40,0	69,7	3.398.156	3.055.127	6.453.283	13.070.250	30,9	49,4
MG	165	85	7,5	51,5	200.221,0	103.590,0	10,5	51,7	637.990	546.537	1.184.527	2.773.232	5,7	42,7
NE	1.735	1.133	100,0	65,3	1.419.242,5	982.563,3	100,0	69,2	11.747.381	9.085.266	20.858.264	44.863.468	100,0	46,5

Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR. Cartilha nova delimitação do semi-árido brasileiro. Obs.: Os números da UF/MG são referentes à área de atuação da ADENE em Minas Gerais. R.S.A.: Região Semi-Árida.

cipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990 e o risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (BRASIL, 2006). Em 9 de março de 2005 foi assinada a Portaria Interministerial nº 1 que atualiza os critérios que delimitam a região semi-árida do nordeste brasileiro ao atualizar os critérios de seleção e os municípios que passam a fazer parte dessa região, resultante do trabalho do GTI, cujo resultado pode ser visto na Figura 4.

Dessa forma, o número de municípios do semi-árido brasileiro passa de 1.031 para 1.133; sua área aumentou de 892.309,4 km para 969.589,4 km (um acréscimo de 8,66%); os municípios contam com benefícios de bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) em contraste com os 15% disponíveis para o restante da Região Nordeste. A Constituição determina ainda que no mínimo “[...] 50% dos recursos deste Fundo sejam aplicados em financiamento de atividades produtivas em municípios do semi-árido, [...] um estímulo à atração de capitais e à geração de emprego na região.” (BRASIL, 2006). Em 2005 esse valor alcançou R\$ 2,5 bilhões. Além disso, produtores rurais beneficiários do Pronaf do semi-árido dispõem de crédito com juros de 1% ao ano, prazo de pagamento de até 10 anos e três anos de carência (BRASIL, 2006). Assim, ainda que o Ministério da Integração Nacional se vanglorie do seu compromisso com o desenvolvimento dessa “sub-região” com esses recursos, em nenhum momento ele toca em incentivos à educação, se limitando a uma visão econômica do desenvolvimento.

Por se tratar de uma extensa região, interestadual e ainda que atinge as regiões Nordeste e Sudeste do país, não se apresenta como uma região uniforme para além dos critérios adotados pelo GTI que fez sua nova delimitação, pois “[...] o grau de coesão interna ou de homogeneidade [de uma região] tenderá a ampliar-se em razão inversa ao tamanho da região [...]” (SPINOLA, 2006).

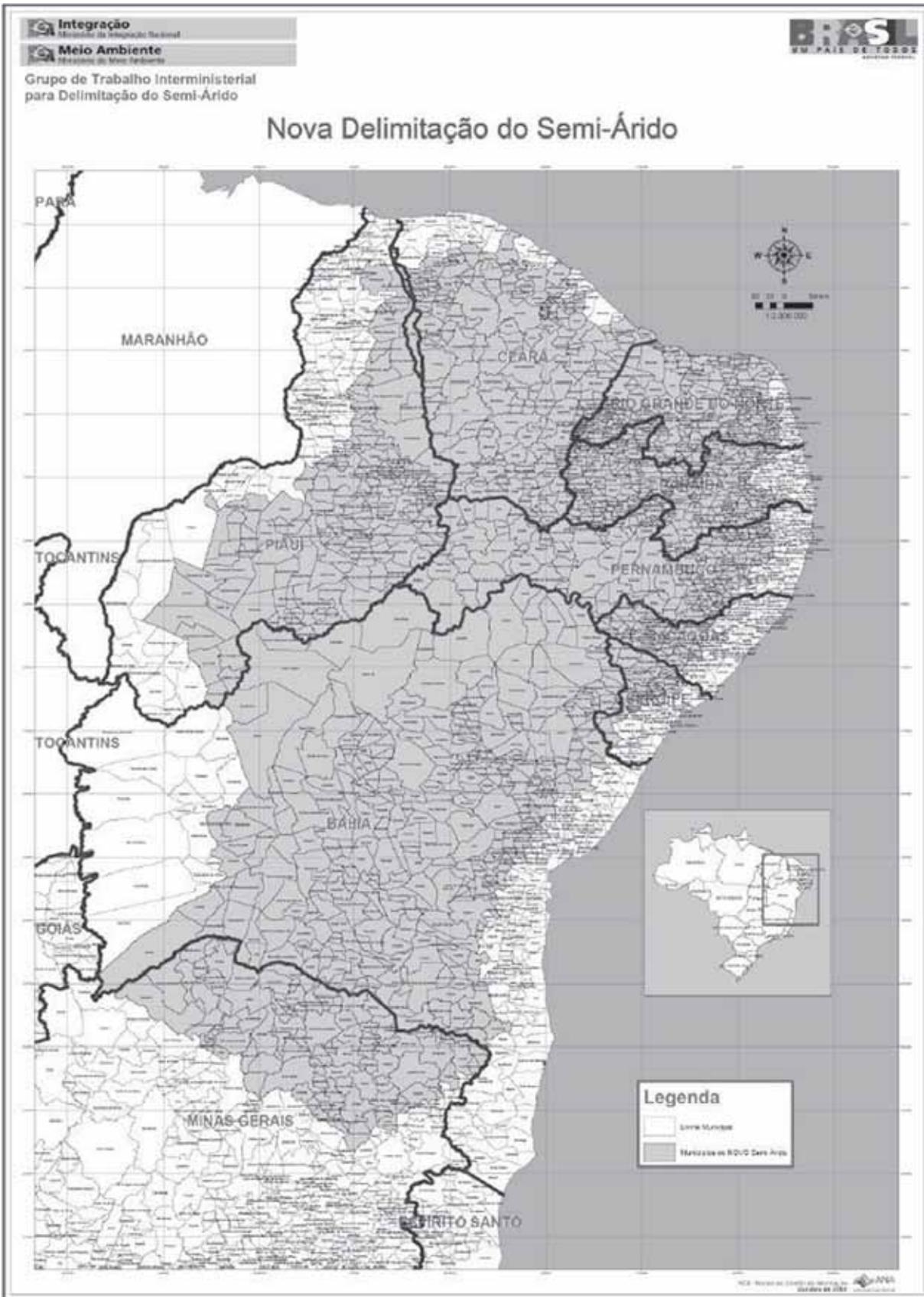
O semi-árido baiano é uma delimitação da região do semi-árido brasileiro dentro do estado da Bahia. Pos-

sui área total de 393.056,1 km<sup>2</sup> e o número de municípios considerados como pertencentes ao semi-árido aumentou em 8 municípios, passando de 257 para 265. A análise da Tabela 1 permite identificar algumas importantes informações acerca do número de municípios, área e população da região, de acordo com o censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, revelando a superlatividade dos números apresentados pela Bahia em relação aos outros estados envolvidos. É o estado que possui o maior número de municípios (415)<sup>4</sup> e também o que tem maior número na região do semi-árido (265 municípios, correspondente a 23,4% do total de municípios da região e a 63,9% do Estado); ocupa a maior área (393.056,1 km<sup>2</sup>, que corresponde a 40% de toda a região semi-árida), tendo 69,7% de seu território inserido na região; e vive na região quase metade da população do Estado (6.453.283 pessoas, correspondente a 49,4% da população total e 30,9% da população do semi-árido). Observa-se assim a relevância social da necessidade de qualificação daquele contingente populacional.

O mapa exibido na Figura 5 exibe 277 e não 265 municípios devido à inclusão de novos municípios que pleitearam e obtiveram a aprovação do Ministério da Integração Nacional, de acordo com os critérios citados, após a realização do censo de 2000.

Esses números são suficientes para se notar reciprocidade da importância entre a região e o estado. Entretanto, é preciso considerar algumas informações a respeito dos cursos oferecidos. De todos os municípios do semi-árido baiano, apenas onze abrigam as vinte unidades das quinze IES presentes na região: os municípios de Brumado, Capim Grosso, Guanambi, Ipirá, Irecê, Jequié, Juazeiro, Paripiranga, Paulo Afonso, Ribeira do Pombal e Xique-Xique. Essas quinze instituições (das quais apenas duas são públicas, a Universidade

4 O Estado da Bahia possui atualmente 417 municípios. Os dados apresentados são anteriores à criação dos municípios de Barrocas e Luis Eduardo Magalhães, em 2000.



**Figura 4 — Nova delimitação do semi-árido brasileiro**

Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR. Nova delimitação do semi-árido brasileiro.



**Figura 5 — Semi-árido baiano**

Fonte: BAHIA. Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Esporte – SETRAS. [http://www.setras.ba.gov.br/arquivos/P\\_pacto/MAPA%20DO%20SEMIARIDO.jpg](http://www.setras.ba.gov.br/arquivos/P_pacto/MAPA%20DO%20SEMIARIDO.jpg)

Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb e a Universidade Estadual da Bahia – Uneb, enquanto que as demais, duas classificadas como Instituto Superior ou Escola Superior e as onze restantes como Faculdades) oferecem 90 cursos, com diversas ênfases, havendo predominância de cursos de Administração (de acordo com a tendência nacional, 14), seguido pelos cursos de Letras (12) e Pedagogia (11). Depois, com 9, vem o curso Normal Superior; os de Ciências (Biologia e Química e Contábeis) e o de Comunicação Social (todos com 6). Em seguida aparece com 4 o curso de Enfermagem; com 3 os de Direito, Educação Física e o de Formação de Professor (Biologia; Educação Infantil; Matemática) e com 2 temos os cursos de Sistemas de Informação e o de Turismo. Apenas um representante cada têm os cursos de Engenharia Agrônoma, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia, Química, Tecnologia de Marketing em Vendas, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação. Para um quadro mais completo, estão faltando alguns outros indicadores, em especial, os índices econômicos e sociais. A Tabela 2 traz alguns desses dados sobre os municípios que possuem IES no semi-árido baiano.

O município de Paulo Afonso, *e.g.*, com área de 1018 km<sup>2</sup>, população total de 96.499 habitantes e urbana de 82.584, apesar de possuir o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M (0,72) e o maior Produto Interno Bruto – PIB *per capita* (R\$ 8.001,50) do grupo abordado, possui apenas duas IES, a Faculdade Sete de Setembro – Fasete, que oferece quatro cursos: Administração com ênfase em Marketing, Letras com

Português, Inglês e respectivas Literaturas, Sistemas de Informação e Turismo; e a Uneb, com cursos de Pedagogia (Docência e Gestão de Proc. Educativos), Matemática, Ciências Biológicas, Engenharia de Pesca e Direito. O município registra um alto índice de urbanização, de 85,8%. Segundo informações do 1º Censo Cultural da Bahia (BAHIA, 2006), caracteriza-se pela produção de energia elétrica. Destacam-se rebanhos ovinos, bovinos e caprinos na pecuária. É também expressivo produtor de mel de abelha. Possui 459 indústrias, 17º lugar na posição geral do Estado e 2.914 estabelecimentos comerciais, 18ª posição no Estado. Sua rede hoteleira possui 797 leitos.

Na outra ponta da dupla IDH-M x PIB *per capita*, Xique-Xique, com área de 5.020 km<sup>2</sup>, população total de 44.718 habitantes e urbana de 31.565, apresenta um índice de urbanização de 70,59, IDH-M de 0,58 e PIB *per capita* de R\$ 1.811,46. Também segundo o 1º Censo Cultural da Bahia (BAHIA, 2006), na pecuária destacam-se os rebanhos de bovinos, suínos, asininos e ovinos. Possui 93 indústrias, 61º lugar na posição geral do Estado e 1.021 estabelecimentos comerciais, 45ª posição dentre os municípios baianos. É produtor de argila. Seu parque hoteleiro registra 176 leitos. O município conta com apenas uma IES, a Universidade Estadual da Bahia – Uneb, que oferece o curso de Letras (Língua Portuguesa e Literaturas). É de se questionar, em ambos os casos: será que os cursos oferecidos são os mais adequados ao município e seu entorno? Haveria espaço e demanda para a criação outros cursos, mais voltados para as suas atividades econômicas principais? Onde estão os cursos que tratam mais de perto de assuntos ligados à lida rural?

## O desenvolvimento regional

Como região, também desenvolvimento é uma abstração de difícil conceituação precisa, consensual, que

**Tabela 2 — Dados sobre os municípios que possuem IES no semi-árido baiano**

MUNICÍPIO	ÁREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO (habitantes)	POPULAÇÃO URBANA (habitantes)	% URBANIZAÇÃO	IDH-M	PIB <i>per CAPITA</i> (R\$)
Brumado	2.606	61.670	40.710	66,01	0,69	4.026,11
Capim Grosso	336	23.908	17.861	74,71	0,61	2.290,60
Guanambi	1.292	71.726	54.003	75,29	0,70	2.479,76
Ipirá	3.397	61.746	23.320	37,77	0,61	2.001,84
Irecê	254	57.436	53.143	92,53	0,67	2.623,22
Jequié	3.113	147.902	130.206	88,10	0,69	3.620,97
Juazeiro	5.615	174.567	133.278	76,35	0,68	4.347,47
Panorama	496	26.591	7.781	29,26	0,60	2.531,04
Paulo Afonso	1.018	96.499	82.584	85,58	0,72	8.001,50
Ribeira do Pombal	689	46.270	25.383	54,66	0,60	2.112,88
Xique-Xique	5.020	44.718	31.565	70,59	0,58	1.811,46
<b>TOTAIS</b>	<b>23.838</b>	<b>813.835</b>	<b>599.924</b>	<b>73,73</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>MÉDIAS</b>	<b>2.384</b>	<b>81.384</b>	<b>59.992</b>	<b>7,38</b>	<b>0,65</b>	<b>3.349,71</b>

Elaboração própria.

Fontes: ÁREA (1994), POPULAÇÃO E POPULAÇÃO URBANA (2000): BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. 1º Censo Cultural da Bahia. <http://www.censocultural.ba.gov.br/00Municipios/FrameSetMunicipiosPort.html>; IDH (2003): BAHIA. Secretaria de Trabalho, Ação Social e Esporte – Setras. [http://www.setras.ba.gov.br/arquivos/P\\_pacto/intra\\_municipios-idh.xls](http://www.setras.ba.gov.br/arquivos/P_pacto/intra_municipios-idh.xls); PIB *per CAPITA* (2003): BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia – Sei. [http://www.sei.ba.gov.br/pib/municipal/xls/pib\\_mun\\_percapita\\_2003.xls](http://www.sei.ba.gov.br/pib/municipal/xls/pib_mun_percapita_2003.xls)

Legenda: IDH-M -- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal; PIB – Produto Interno Bruto.

no entanto nos remete de imediato às idéias de transformação, mudança e evolução. No caso de ciências sociais, o desenvolvimento está associado à melhoria da qualidade de vida da população, complementar à visão do desenvolvimento econômico, que baseia-se, principalmente, como diz o nome, em fatores puramente econômicos (que geralmente refletem-se em fatores sociais, mas não necessária nem claramente). O crescimento difere do desenvolvimento, embora este pressuponha aquele. No modo de produção capitalista, o desenvolvimento é desigual e há como que uma combinação socioespacial: o crescimento econômico de determinadas áreas geralmente está associado à estagnação ou o caso de outras (SILVA, 2006).

Spinola (2003, p.16) nos traz uma noção inicial de desenvolvimento:

[...] o conceito de desenvolvimento e refere ao conjunto da sociedade, porque envolve juízos de valor implícitos e explícitos sobre a direção e a velocidade das mudanças estruturais. O desenvolvimento se refere a mudanças induzidas, caracterizadas e geradas por agentes de desenvolvimento mediante políticas deliberadas. Assim, o conceito de desenvolvimento reconhece, de forma explícita, a abertura de sociedades, a influência do exterior, podendo ser descrito como a introdução e difusão de ondas sucessivas de inovações, entendidas não só como a aplicação prática do conhecimento técnico na produção, como também a mudança de antigas formas, tradições e maneiras de fazer as coisas nos espaços funcionais.

Entretanto, para gerar desenvolvimento é necessário que haja, além de crescimento econômico, sustentabilidade, promoção da qualidade de vida, desenvolvimento humano e social. Também requer criação e reprodução de capital econômico, de capital humano (conhecimentos, habilidades e competências) e de capital social (confiança, cooperação, empoderamento, organização e participação social). O desenvolvimento humano deve ser baseado em qualidade de vida e por isso é definido por características culturais, sociais e políticas, expressas por índices como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da ONU, o Produto Interno Bruto – PIB *per capita*, a expectativa de vida e a educação. (SILVA, 2006).

Recentemente, fatores como modificações em processos produtivos, a partir dos anos 80, bem como o declínio de regiões fortemente industrializadas e a rápida ascensão econômica de novas regiões levaram a profundas transformações nas teorias e políticas de desenvolvimento regional na última década. Desequilíbrios regionais passam então a ser estudados essencialmente sob duas categorias analíticas: sustentabilidade e endogenia. O desenvolvimento sustentável tem como premissas principais a relação do homem com a natureza, a utilização racional de estoques de recursos naturais, a preocupação com gerações futuras e a necessidade de políticas de desenvolvimento harmonioso e sustentável. O desenvolvimento endógeno, por sua vez, envolve entre outras coisas, o foco na questão regional, maiores contribuições para a problemática das desigualdades, melhores instrumentos de políticas para sua correção e propostas que caminham da base para o topo. Um

enfoque distinto traz o desenvolvimento regional diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas na região. Além de linhas de crédito, incentivos fiscais e investimentos na formação bruta de capital fixo, uma estratégia política de desenvolvimento regional deve também procurar manter/ampliar o estoque de capital social na comunidade, fortalecer a auto-organização social, estimular a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promover participação e abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais. O desenvolvimento regional foi estudado por diversos autores e possui outras tantas teorias que o auxiliam, como a dos Lugares Centrais de W. Christaller, na década de 1930, a dos Pólos de Crescimento de Perroux, na década de 1950 e a teoria Centro-Periferia de Friedman, na década de 1960. (SILVA, 2006).

## A educação e o desenvolvimento

Algumas questões sobre a educação superior no semi-árido baiano emergem, como: Qual a situação atual? Qual a sua relevância ou importância social? Qual a sua contribuição para o desenvolvimento regional? Como se deu sua evolução nas últimas décadas? Existe adequação dos cursos existentes às necessidades regionais e realidades locais? Qual a taxa de evasão? O que aconteceu após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996?

Entre alguns esboços de hipóteses, será que houve relação entre a implantação de instituições e as teorias do desenvolvimento regional, se houve algum planejamento nesse sentido ou se mesmo sem planejamento essas implantações resultaram em uma ou mais das configurações abordadas, como por exemplo os pólos de crescimento de Perroux ou os Novos Distritos Industriais – NDI's suportados pelo estado, de Markusen? Ou ainda: existe alguma relação entre as instituições como centros de regiões econômicas ou administrativas estaduais, ou entre regiões cujo ensino médio é mais desenvolvido?

A região abordada sofre bastante carência de desenvolvimento social e econômico e pode ser ajudada pelo aproveitamento de seu potencial. Uma vez havendo ensino superior suficiente e satisfatório, significa que o ensino no nível básico é adequado.

Ao estudar educação e desenvolvimento econômico em seu livro *The quality of education in developing countries*, Beeby (1966) aborda problemas da educação em países subdesenvolvidos, considerando que os economistas foram os primeiros a se conscientizar e provar que a educação não é apenas uma forma de consumo e sim um investimento nacional. Traz então à tona a qualidade da educação e funções relativas do economista e do educador no planejamento educacional, identificando estágios de desenvolvimento dos sistemas educacionais e fatores que determinam a rapidez com que esses sistemas passam por esses estágios, propondo por fim uma nova tecnologia educacional.

Na crítica à educação para o desenvolvimento e a administração educacional no Brasil, Pontes (1969) re-

vela o papel da educação no processo de mudança social, destacando seus aspectos econômicos, a necessidade do planejamento global do desenvolvimento baseado na teoria da causalidade circular e um plano de prioridades baseado em educação-investimento, capital humano, fator de produção em função das necessidades econômicas do processo de transformação social.

Cunha (1978) aborda o conceito de desenvolvimento com origem na Biologia, considerando que cada espécie passa por determinadas fases e que com isso pode-se prever suas transformações e observar-se sua normalidade ou patologia. Nas ciências sociais, esse conceito pode ser bastante útil, evitando-se os riscos de a) ver a sociedade como organismo, diferenciada internamente segundo o princípio da unidade funcional; b) só considerar suas fases naturais sucessivas eliminando a força das relações sociais; e c) a tentar separar sociedades ou padrões normais e patológicos. Assim, é possível identificar espécies de sociedades, formular as leis que regem cada espécie (leis de desenvolvimento) e as que presidem a passagem de uma espécie para outra, sendo então possível se investigar o papel que as diversas dimensões sociais têm no processo de desenvolvimento. Diversos estudos que têm sido feitos sobre educação e desenvolvimento consistem em atribuir à educação papéis para se atingir determinados objetivos, contrastando com o que se disse sobre desenvolvimento. “A educação é reconhecida como uma variável política estratégica capaz de intensificar o crescimento da renda, produzir a modernidade ou construir uma sociedade justa.” (CUNHA, 1978, p. 16).

Cunha (1978) destaca então os três principais sentidos da expressão educação para o desenvolvimento:

**1. Educação e crescimento de renda:** a partir da reconstrução das economias alemã, italiana, francesa e japonesa após a Segunda Guerra Mundial passou-se a dar cada vez mais valor aos assim chamados recursos humanos como fatores de produção. Até então, apenas o número de trabalhadores era considerado. Agora, considera-se relevante também seu nível educacional para explicar boa parte do crescimento da renda. Diversos estudos anteriores já haviam sido realizados e a idéia já estava presente nos economistas clássicos, como Adam Smith. Há poucas décadas tornaram-se muito frequentes e muitas vezes foram utilizados para justificar a possibilidade de substituição de investimentos em capital físico por investimentos em capital humano e sua maior vantagem relativa. Entretanto, sérias críticas têm sido feitas devido à ambigüidade da relação entre o crescimento da renda e os dos níveis de escolarização, admitindo-se as possibilidades de qualquer um ser causa do outro.

**2. Educação e modernização:** a teoria da modernização também surgiu após a 2ª Guerra Mundial, oriunda da transferência de capital dos EUA para países da Europa, Ásia, América Latina e colônias africanas recém-libertas. Enquanto os recursos eram aproveitados em determinados países para a ordenação da economia à imagem da eficiência norte-americana, em outros não se

viam os mesmos resultados; essas diferenças foram atribuídas à educação, ou seja, alguns países tinham população suficientemente educada para a sociedade moderna, enquanto outros tinham população deseducada, capaz de viver apenas na sociedade tradicional. Cunha pensa que do lado teórico, tenha começado na análise weberiana das origens culturais do capitalismo, quando este destaca a importância das crenças religiosas e os ideais éticos de dever na formação da conduta, inclusive no campo econômico. Max Weber define, historicamente, o tradicionalismo em função do surgimento do capitalismo: “Tradicionais são as condutas e os valores de trabalhadores e empresários impróprios ao funcionamento do capitalismo como organização econômica dominante.” (CUNHA, 1978, p. 18). Entretanto, o próprio Weber “esvaziou” o conceito de tradicionalismo ao elaborar a “teoria” da ação social. A ação é chamada social quando um agente se orienta pelas ações ou expectativas de outros, podendo ser ação racional, ação afetiva e ação tradicional, sendo que esta última é determinada pelo costume e está na fronteira entre ação social e a não social. Ações não sociais seriam as de multidões, a coagida, a imitada ou a simplesmente aprendida e repetida. Talcott Parsons aperfeiçoou a teoria de Weber, marcando ainda mais seu caráter histórico e os “teóricos” da modernização aproveitaram essa sua formulação para a análise do processo de desenvolvimento. Como representante destes, Hoselitz procura identificar as causas do processo de modernização do Ocidente, que basicamente consiste na passagem de uma sociedade não industrializada (tradicional) para uma sociedade industrializada (moderna), ambas descritas pelas variáveis-padrão de Parsons. Para que o país se industrialize, é necessário que haja disponibilidade de capital, de operários qualificados e de empresários. No Ocidente, essa estrutura psicológica na população foi formada pela justificativa da taxa de juros e pela aprovação social da maximização dos lucros. Onde são débeis ou não existem tais justificativas, outras podem surgir para se obter o mesmo resultado, surgindo aí então o papel principal da educação na modernização: a internalização, por parte dos indivíduos, do “espírito de empresa”, de modo espontâneo como nos países já industrializados, ou induzido, planejado, como os demais podem fazer. Essa corrente tem como principais críticas a ênfase excessiva dada à educação como produtora de mudanças sociais, que encobre supostos ideológicos como a) a colocação de países capitalistas centrais como paradigmas para os periféricos; b) a desconsideração das relações internacionais como determinantes das possibilidades de industrialização; e c) o agrupamento de países de diferentes estruturas dentro das mesmas classes “sociedade não industrializada” ou “sociedade tradicional”.

**3. Educação para a construção de uma sociedade justa:** a educação como instrumento privilegiado de correção de iniquidades existentes na sociedade contemporânea. Alterações produzidas nas pessoas em época em que são suscetíveis de interiorização de hábitos du-

radouros produziram alteração nas relações sociais e construiriam uma nova sociedade. Duas correntes de pensamento atribuem esse papel à educação, a primeira autoritária, representada por Mannheim e Skinner e a segunda, liberal, defendida pelos ideólogos da Revolução Francesa no século XVIII e seus continuadores. Mannheim observou que países democráticos possuíam valores certos e usavam técnicas erradas, enquanto que os países autoritários possuíam técnicas adequadas à inculcação de valores que deveriam ser rejeitados e propôs então que os países democráticos utilizassem as técnicas autoritárias de modo a inculcar seus louváveis valores nos indivíduos. Skinner criticou a valorização, nos países democráticos, do sucesso ou virtude por acaso, propondo que o sistema educacional seja orientado de modo a inculcar nos alunos os comportamentos e conhecimentos esperados, fornecendo as bases para a “instrução programada”, metodologia didática para o atingimento de determinados desempenhos por parte dos alunos independente de seu ritmo, mas com certeza das respostas. Ao não mais se depender de elementos fortuitos, por essa via seria atingida a justiça com o auxílio da ciência do comportamento, pois as pessoas atingiriam os níveis desejados por todos. Já a corrente liberal enxerga potencialidades e motivações diversas nos indivíduos, buscando se posicionar na sociedade de acordo com elas.

Funcionando assim, a educação escolar não terá como objetivo a eliminação de diferenças entre os homens, mas a construção de uma sociedade onde todas as posições da estrutura ocupacional, mesmo as mais elevadas, estão disponíveis para os indivíduos de quaisquer origens, desde que adequadamente dotados e suficientemente motivados para competir por elas. (CUNHA, 1978, p. 21).

Essa última corrente impregna a ideologia oficial dos Estados dos países capitalistas.

Quanto à evolução histórica da educação superior no país nas últimas décadas, de acordo com Soares (2002), os governos militares, visando os objetivos de segurança e desenvolvimento, acalentavam a expansão do setor privado em nível de graduação, pois a pulverização de faculdades isoladas dificultava a mobilização política dos estudantes. Porém, esses mesmos objetivos resultaram na criação de cursos de mestrado e, depois, de doutorado, além do estímulo à pesquisa, em face à importância dada ao desenvolvimento, o que levou ao incentivo da formação de recursos humanos de alto nível, “[...] para atender às novas demandas decorrentes do avanço do processo de modernização da sociedade: as universidades públicas foram escolhidas para atingir esse fim.” (SOARES, 2002, p. 40). Cunha (1978) pensa que no Brasil a educação

[...] é tratada pelo Estado como a luz capaz de iluminar toda uma imensa ‘região’ da vida social deixada sombria pelo desenvolvimento ‘econômico’. É como se o desenvolvimento ‘econômico’ não tivesse as repercussões sociais esperadas como seu resultado automático. Por isso, são necessárias várias medidas no setor de educação [...e tam-

bém em outros chamados sociais...], destinadas a compensar os insuficientes resultados do desenvolvimento ‘econômico’.

Em 1974, foi criado, no âmbito da Presidência da República o Conselho de Desenvolvimento Social, ao lado do já existente Conselho de Desenvolvimento Econômico, destinado a coordenar as medidas aludidas acima.

A consciência crítica da problemática da educação e a necessidade de repensá-la expõem a importância de uma estratégia para a educação. Todo sistema de educação resulta de um contexto sociológico econômico definido e de uma situação humana. Um programa de governo pode manter essa situação ou utilizar a política educacional como um instrumento de aceleração do processo sócio-econômico.

O conceito de educação como fator integrante do processo de desenvolvimento e, portanto, como um agente de mudanças, gesta determinados tipos de atitudes e comportamentos.

Para Britto (1991), a primeira redefinição da política nacional seria substituir a diretriz “educação para o desenvolvimento” por “educação é desenvolvimento”, implicando em alternativas e conseqüências bastante distintas. No primeiro caso, a educação seria paralela ao desenvolvimento, enquanto que no segundo seria parte constitutiva deste.

Quando se pensa em educação “[...] como um serviço ao consumidor, torna-se algo que poderíamos economizar [...]” (GALBRAITH *apud* BRITTO, 1991, p. 2) e é o que ocorria no país.

“Esta poupança simplória de recursos ao descaracterizar a educação como agente de desenvolvimento desdenha, por igual, a sua função de controle e a sua natureza de mudanças.” (BRITTO, 1991, p.2).

Na medida em que desempenha uma função de controle social, a educação reage como fator de mudanças.

A expansão do ensino entre as massas trabalhadoras torna a produção uma atividade consciente e provoca não só uma o crescimento econômico como a vontade militante de uma participação mais elástica na renda nacional. De outra parte, enquanto criadora de hábitos de consumo, a educação contribui, de modo permanente e progressivo, para a dilatação de um mercado potencial de bens e serviços. (BRITTO, 1991, p. 2).

Ainda que o ensino superior seja estatisticamente o menos numeroso em alunos e professores e que não seja o mais importante em termos de prioridades educacionais, alçou-se em anos recentes a vedete do sistema nacional de educação, não sendo suas propriamente as deficiências que nele explodem, sendo antes dos níveis precedentes, nos quais se originam (SOUZA, 1979). Não adiantam medidas episódicas quase sempre centradas nos processos seletivos, como sempre ocorreu no ensino superior brasileiro e que não melhoram nem pioram o desempenho do egresso do nível médio. Com isso, para que haja melhora efetiva da educação superior nacional é necessário que haja antes uma melhora dos níveis da base da pirâmide educacional.

Assim, três principais conflitos sombreiam o cenário do ensino superior:

**1º conflito – explosão vs. planejamento:** em apenas dez anos, de 1963 a 1974 o ensino superior brasileiro cresceu mais de seis vezes, passando de 124.000 para mais de um milhão de vagas, com predominância da expansão improvisada e caótica do ensino privado, exceto na região Norte, onde ainda predominava o público.

**2º conflito – quantidade vs. qualidade:** a livre e indisciplinada expansão ocorrida entre 1969 e 1974 trouxe para o ensino superior brasileiro qualquer tipo de qualidade, a exemplo do drama da massificação que antes havia se abatido sobre ginásios e colégios do país, conseqüência da forçosa ascensão das camadas populares aos benefícios da civilização, estágio inevitável de sociedades, como a brasileira, que se modernizam, urbanizando-se, industrializando-se e fazendo largo uso de meios de comunicação de massa. Não houve tempo nem recursos para adaptar prédios, equipá-los de bons laboratórios e bibliotecas, formar e aperfeiçoar professores e administradores. Além disso, a nova clientela — diversa da costumeira elite a quem eram destinadas as vagas dos níveis superiores —, oriunda de cursos deficientes, não acompanhava lições elementares do currículo universitário. “Escolas de má qualidade, pela má qualidade de suas instalações e de seu corpo docente, mas também pelo péssimo teor intelectual do seu alunado.” (SOUZA, 1979, p. 112). A qualificação do ensino superior, levada ao extremo, implicaria em anular a expansão havida e no retorno ao elitismo passado. Assim, parece que duas providências se fazem prioritárias dentre tantas necessidades: a qualificação dos docentes do ensino superior e novas políticas para a educação básica, em especial para os níveis fundamental e médio, sob pena de ver naufragar qualquer tentativa de melhora da qualidade da educação nacional.

**3º conflito – ensino pago vs. ensino gratuito:** o ensino superior gratuito indiscriminado é tão injusto, ilegal e antidemocrático quanto a situação oposta, vez que observa-se um paradoxo: muitas vezes estudam de graça os que podem pagar e pagam os que deveriam estudar de graça. Souza sugere que, com o atual estágio de desenvolvimento da tecnologia da informação, é possível, tomando por bases informações obtidas junto aos órgãos competentes como a Receita Federal, por exemplo, a identificação de quem pode arcar com as despesas de instrução, através de critérios proporcionais escalonados, mesmo nas instituições de ensino superior públicas. Dessa forma, o governo poderia tomar medidas como investir em bolsas e financiamentos pagos com prestação *a posteriori* de serviços, e incentivos como gratuidade para cursos com vistas a garantir certo contingente de graduandos e cobrança para os cursos que formem excedentes profissionais. Considere-se ainda que no exterior são raros os exemplos de ensino superior inteiramente gratuito, levando famílias a buscar formas de manter os filhos estudando, mesmo com algum sacrifício, ao contrário dos brasileiros, que possuem o costume de esperar e exigir sempre ações do Estado.

Também pertinentemente, o professor Edivaldo Boaventura (1977), em estudo onde se debruça sobre problemas da educação baiana, sugere a ligação entre pólos de desenvolvimento e educação, examina o problema educacional brasileiro no caso baiano e co-relaciona universidade e região.

Debates e conflitos entre grupos, um que pregava o ensino público laico e gratuito em todos os níveis e outro que defendia interesses privatistas antecederam a Constituição Federal de 1988; a LDB de 1996 prevê vários graus de abrangência ou especializações nos estabelecimentos de ensino superior e introduziu ainda o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior.

## Conclusão

Em seu art. 5º, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação (direito de todos e dever do Estado e da família) será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

Para tanto, no que tange à educação superior, as IES possuem três funções principais, sendo a mais tradicional formar mão-de-obra qualificada, aumentando o estoque de capital humano em uma região, fator preponderante de desenvolvimento; a segunda, mais precisamente das universidades, é a pesquisa básica e aplicada. A principal mudança nesta área em nível internacional é a maior demanda de pesquisa com aplicações industriais diretas, decorrente da multiplicação de parcerias universidade-empresa tornando assim as IES como ímãs importantíssimos na atração e/ou retenção de investimentos, especialmente por duas razões: as indústrias de alta tecnologia necessitam de trabalho intelectual qualificado e de pesquisa aplicada e serviços tecnológicos. Essas organizações atraídas trazem técnicos e executivos qualificados que demandam formação superior para si e seus filhos. Esse papel de locomotiva do desenvolvimento urbano que as IES desempenham pode ser melhor identificado ao se observar a “[...] vida econômica e social de centros de pequeno ou médio porte, que são também ‘cidades universitárias’” (BRITTO, 2005).

A terceira função, de extensão universitária — que, ao contrário do que julga o senso comum, não se limita a cursos —, envolve programas, projetos e ações dos quais participa diretamente a comunidade existente no entorno da instituição. Logo, além dos serviços que proporciona, esse “corpo a corpo” entre docentes e discentes com as comunidades locais promove curiosidade, estreita laços e ensina novos horizontes para aqueles que estão fora do circuito educacional, que hoje exige mais tempo e dedicação, vide a popular e vigente expressão “educação continuada”.

Assim, por todos os lados que se olhe, a existência de instituições de educação superior em uma região pressupõe auxílio ao seu desenvolvimento; entretanto, o alcance e a eficácia desse auxílio podem estar sendo drasticamente prejudicados devido a políticas públicas (ou à falta delas) equivocadas, míopes e exógenas, que sim-

plesmente arranham o problema mas não conseguem chegar ao cerne. E não são apenas as políticas relativas ao sistema educacional, compreendendo também outras como a política econômica, a administrativa e as políticas sociais, chegando mesmo até à própria Constituição e suas aplicações. Essas mazelas somadas provocam ou permitem o surgimento e manutenção de cursos e instituições impertinentes e inapropriadas, custosas, deficientes e deficitárias que não cumprem eficientemente seu papel de agente de desenvolvimento, no mais das vezes sendo apenas mais um centro de custos (no caso das instituições públicas) e uma fonte de problemas como processos, falências e desperdícios de todo tipo (no caso de instituições privadas), além de todo o custo social futuro.

Por tudo isso, faz-se necessário que se voltem as atenções para o que de fato está ocorrendo e o que poderia ocorrer na região do semi-árido baiano caso o seu sistema de educação superior fosse voltado às suas aptidões e necessidades, de forma criteriosa e participativa, com base em uma educação básica responsável e realista.

## Referências

- ARTICULAÇÃO no Semi-Árido Brasileiro – ASA. Site do fórum de organizações da sociedade civil. Acesso em 25 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>.
- BAHIA. Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Esportes – Setras. Acesso em 30 jul. 2006a. Disponível em: <[http://www.setras.ba.gov.br/arquivos/P\\_pacto/intra\\_municipios-idh.xls](http://www.setras.ba.gov.br/arquivos/P_pacto/intra_municipios-idh.xls)>.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Mapa da Bahia com municípios do semi-árido. Acesso em 30 jul. 2006b. Disponível em: <[http://www.setras.ba.gov.br/arquivos/P\\_pacto/MAPA%20DO%20SEMI%20ARIDO.jpg](http://www.setras.ba.gov.br/arquivos/P_pacto/MAPA%20DO%20SEMI%20ARIDO.jpg)>.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Cultura e Turismo. 1º Censo Cultural da Bahia. Acesso em 30 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.censocultural.ba.gov.br/00Municipios/FrameSetMunicipiosPort.html>>.
- \_\_\_\_\_. Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia – Sei. PIB per CAPITA municipal. Acesso em 30 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/pib/municipal/xls/pib\\_mun\\_percapita\\_2003.xls](http://www.sei.ba.gov.br/pib/municipal/xls/pib_mun_percapita_2003.xls)>.
- BEEBY, D. E. **Educação e desenvolvimento econômico**. Trad. de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 132p.
- BOAVENTURA, Eivaldo Machado. **Problemas da educação baiana**. Salvador: Gráfica Universitária, 1977. 152p.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. 86p.
- \_\_\_\_\_. **Lei Darcy Ribeiro (1996)**. 2. ed. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional, lei nº 9.394.d e 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 2001. 102p.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portaria Interministerial nº 1, de 9 de março de 2005**. Acesso em 27 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/index.asp>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Portaria nº 89 de 16 de março de 2005**. Acesso em 27 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/index.asp>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI para redelimitação do semi-árido nordestino e do polígono das secas**. Acesso em 27 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/index.asp>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR. **Nova delimitação do semi-árido brasileiro**. Acesso em 27 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/index.asp>>.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 2002. 144p.
- BRITTO, Eliassandra; MENDONÇA, Joseanie; ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Expansão do ensino superior e desenvolvimento da Bahia**. Artigo apresentado no 1º Encontro de Economia Baiana. Salvador: [S.I.], 2005. 14p.
- CALDAS, Alcides dos Santos. **Notas de aula**. 19 de abr. 2006a. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 26 de abr. 2006b.
- CLIQUE semi-árido. Site coordenado pela Cáritas Brasileira e pelo Programa de Convivência com o Semi-Árido – PCSA. Acesso em 25 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.cliquesemiario.org.br>>.
- CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 3. ed. Coleção Educação em questão. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978. 291p.
- GOMES FILHO, José Farias. Crianças e adolescentes no semi-árido brasileiro 2003. Recife: Unicef, 2003. 80 p. Acesso em 30 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/SA2003\\_parte7.pdf](http://www.unicef.org/brazil/SA2003_parte7.pdf)>.
- PONTES, Hélio. **Educação para o desenvolvimento**: estudo crítico da administração educacional no Brasil. Coleção cultura, sociedade e educação. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. 137p.
- PORTO, Edgard. **Desenvolvimento e território na Bahia**. Série estudos e pesquisas, 61. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, 2003. 111p.
- RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento econômico**. Coleção educação contemporânea. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982. 158p.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **A história da educação no Brasil**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 267p.
- SEMINÁRIO. **A universidade e o desenvolvimento regional**. Seminário promovido pelo CATREDE com a colaboração da UFC, realizado de 5 a 8 de fevereiro de 1980 em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 1980. 291p.
- SILVA, Glória Maria Lanci da. **Notas de aula**. 18 de mai. 2006.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, 2002. 304p.
- SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Desafios educacionais brasileiros**. São Paulo: Enio Matheus Guazelli & Cia., 1979.
- SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Notas de aula**. 24 de mar. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional**: a experiência da Bahia. Salvador: Universidade Salvador – Unifacs / Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II / Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2003. 342p. il.; graf.; mapas.

**MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL DA UNIFACS: O MELHOR DA BAHIA.**

# Agronegócio: um portal para o desenvolvimento do Brasil

*Edivaldo Azevedo Da Silva<sup>1</sup>*

## Resumo

O estudo aborda a importância do agronegócio para a economia brasileira e a necessidade da utilização das tecnologias de ponta (biotecnologias) para o aumento da produtividade, redução dos custos de produção e para a competitividade internacional. Faz uma análise interna e externa do setor e do País, apontando problemas e incertezas, mas principalmente as grandes possibilidades de crescimento, em função das transformações econômicas e demográficas mundiais. Defende a utilização de sementes com modificações genéticas, como resultado de um processo de evolução que, bem regulamentado e observadas as questões ambientais e de saúde pública, pode trazer grandes benefícios para a humanidade, notadamente no combate à fome.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, agronegócio, biotecnologia, combate à fome.

## Abstract

The study it approaches the importance of the agribusiness for the Brazilian economy and the necessity of the use of the technologies of tip (biotechnologies) for the increase of the productivity, reduction of the costs of production and for the international competitiveness. It makes an internal and external analysis of the sector and the Country, pointing problems and uncertainties, but mainly the great possibilities of growth, in function of world-wide the economic and demographic transformations. It defends the use of seeds with genetic modifications, as resulted of a process of evolution that, regulated well and observed the ambient questions and of public health, can bring great benefits for the humanity, especially in the combat to the hunger.

**Key words:** development, agribusiness, biotechnology, combat to the hunger.

## Introdução

O objetivo deste artigo é mostrar a importância do agronegócio para a economia brasileira, por se tratar de uma atividade imprescindível ao desenvolvimento do País, pela sua capacidade de geração de riquezas, empregos e renda e por possibilitar a interiorização da economia, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. Importância que cresce à medida que aumenta a população mundial e, conseqüentemente, a demanda por alimentos. O Brasil é, como ficará evidenciado na

seqüência deste trabalho, um grande produtor e exportador de produtos agropecuários, com grande potencial de expansão.

Neste estudo, de acordo com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), o agronegócio é entendido como:

“uma cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela transformação, até seu consumo. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores (*dealers*), bolsas e consumidor final”.

O modelo aqui defendido propõe a utilização da biotecnologia na agropecuária, de forma intensiva, extensiva e responsável, por considerá-la uma ferramenta indispensável à melhoria da qualidade e ao aumento da produção e produtividade, o que dar aos trabalhadores rurais uma melhor qualidade de vida e ao setor a necessária competitividade internacional. Afora as controvérsias sobre a utilização dos produtos advindos dessa nova forma de produzir, notadamente em países europeus, que serão tratadas adiante, as biotecnologias são fundamentais às economias de escalas do atual modo de produção capitalista, na medida em que transformam e ampliam mercados, trazem novas oportunidades e podem garantir, no Brasil e no mundo, a sustentabilidade no médio e longo prazos.

A agropecuária é uma atividade milenar. Durante esse tempo, o homem tem buscado incessantemente desenvolver procedimentos voltados à melhoria e rendimento da atividade, como forma de tornar o empreendimento bem sucedido, fazer frente às demandas sempre crescentes e afugentar o espectro da fome que sempre esteve presente.

Nessa trajetória, incorporou os avanços advindos da Revolução Industrial, no século XVIII, momento em que o homem começa a romper com métodos tradicionais e empíricos de produção e volta-se para a utilização de tecnologias mais adequadas ao manejo do solo, à seleção das sementes e à análise do clima, que permite um distanciamento do ciclo de dependência única e exclusiva dos fatores naturais e adversos. Outro momento importante, que constitui um marco contemporâneo, é o

<sup>1</sup> Economista. Mestrando em Análise Regional pela Unifacs.

chamado “boom” do agronegócio, a partir da década de 1990, em função da intensificação do comércio internacional, consequência da chamada “globalização”, e das novas tecnologias (e biotecnologias) desenvolvidas e voltadas para o setor.

### **As tendências demográficas e econômicas**

O aumento da população mundial e da expectativa de vida das pessoas tem trazido mudanças significativas para a sociedade. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a população mundial, no ano de 2006, está estimada em 6,1 bilhões de pessoas e a tendência é de que na década de 2030 ultrapasse oito bilhões de pessoas (com taxa de urbanização acima dos 60%). O crescimento será mais acentuado nos países periféricos e nas classes menos favorecidas. Ainda de acordo com a ONU, no ano de 2000, o número de pessoas com mais de 60 anos, ultrapassou a 609 milhões, no mundo. E a estimativa é que passará de 1,37 bilhão, em 2030.

A ONU aponta que crescimento da economia mundial previsto será numa média de 3% ao ano, nos próximos 10 anos. Na década seguinte, a projeção é de que o crescimento atinja 4,6% ao ano nos países em desenvolvimento e 2,4% ao ano nos países desenvolvidos. O crescimento no Sul da Ásia, na China e na Índia ficará acima dos 5% ao ano. Com o crescimento econômico e crescimento, urbanização e envelhecimento da população, a produção de bens de consumo é, sem dúvida, uma preocupação recorrente. De acordo com Souza (1999, pág.148), o problema demográfico no mundo, frente à capacidade produtiva, foi abordado pelo economista inglês Thomas Robert Malthus, no século XVIII, ao discorrer sobre o princípio da população, segundo o qual “a população cresce em progressão geométrica e os meios de subsistência em progressão aritmética”, o que inevitavelmente traria fome e guerras.

Com relação à população e à fome, as previsões de Malthus têm se concretizado com o passar do tempo. Já na sua época, a população européia crescia e se urbanizava. No Brasil, o fenômeno foi intensificado a partir da década de 1950 (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o País tinha 17 milhões de habitantes no início do século 20. A estimativa do IBGE é a de que, em 2005, o Brasil tenha ultrapassado a casa dos 184 milhões de habitantes e em 2020 passará a ter 219 milhões de habitantes. A ONU por sua vez estima que o País terá 235 milhões de habitantes em 2030, ou seja, um acréscimo de 62 milhões de habitantes de 2000 a 2030, que representa um percentual de 35,4% de aumento.

Souza (1999, pág. 148) aponta que a teoria malthusiana da população, no que se refere à produção dos meios de subsistência, é fundamentada na lei dos rendimentos decrescentes da agricultura, ou seja, na concepção de que, considerada uma área fixa, aumentos em termos de fatores variáveis geram acréscimos menos do que proporcionais do produto final, o que sabidamente não é uma verdade. Hugon (1988) apud SOUZA (1999,

pág. 149) coloca que a teoria “pode ser criticada pelo fato de que o aumento demográfico pode servir de estímulo à produção, ao elevar a oferta de mão-de-obra e o número de consumidores”. Embora a conclusão de Hugon seja bastante lógica e o tempo tenha provado isso, ela não oferece resposta para uma questão fundamental, a de que nem todos conseguem empregos, não chegam a ser “mão-de-obra”, daí não podem ser considerados consumidores e muitos passam fome. Além do mais, a tecnologia, que trouxe avanços inegáveis e permite que haja produção compatível com as necessidades de consumo mundial, desde que respeitado o princípio de equidade, fez com se produzisse mais com menor utilização do fator mão-de-obra, centralizando as riquezas e gerando um grande abismo entre países. O fosso dá-se também internamente, principalmente em países como o Brasil, onde há uma divisão de renda totalmente equivocada, que deixa ricos mais ricos e, do outro lado, um contingente sem fim de pobres e miseráveis. O Jornal o Estado de São Paulo, em 27.11.2003, publicou uma matéria com o título “850 milhões de pessoas passam fome, diz a ONU”. Na reportagem, é colocado que “o estado de segurança alimentar no mundo” pinta um quadro desolador, já que “o número de desnutridos nos países em desenvolvimento cresce à razão de quase cinco milhões de pessoas por ano” e que, de acordo com a FAO, organismo da ONU, o problema não está na falta de comida, mas na falta de vontade política de resolver a questão.

### **Evolução da biotecnologia**

A preocupação com a geração de meios de subsistência tem levado o homem a investir em novas possibilidades de produção, buscado contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. No campo, a pouca disponibilidade de terras já não permite uma extensão em termos territoriais na mesma proporção em que a população cresce, seja pelas questões ambientais envolvidas e, também, pelo avanço das cidades que crescem sem quaisquer planejamentos e invadem áreas que deveriam ser destinadas à produção e à preservação. E, no contexto, as novas tecnologias, notadamente as biotecnologias, despontam como grandes alternativas.

Embora tenha se intensificado nos últimos anos, o uso de tecnologias para produzir e conservar alimentos é antigo. De acordo GASSEN et al. (2000), o uso de leveduras para fazer alimentos possíveis de conservar – transformar leite em queijo ou cereais em farinha e pão – tem uma tradição de mais de dez mil anos na história da humanidade. Técnicas como assar ao forno ou fermentar são usadas em todos os países do mundo e atingiram um alto grau de sofisticação. Para os autores, Louis Pasteur e Alexander Fleming, dois renomados cientistas, foram figuras centrais na introdução da moderna microbiologia. Pasteur, no processo de alimentos, ao selecionar microorganismos otimizados, estabeleceu a base para fermentações estéreis que eliminavam os micróbios ruins, o que permitiu que, posteriormente, a indústria cervejeira pudesse criar e aperfeiçoar equipamentos téc-

nicos, como tanques de aço de até cinquenta mil litros. Fleming, por ter proporcionado que as modernas técnicas de fermentação ganhassem grande impulso, com a introdução dos antibióticos utilizados no combate às infecções bacterianas. A penicilina, isolada pela primeira vez por Fleming, era um medicamento tão eficaz que sua produção passou a ser feita em todos os países que tivessem um mínimo de conhecimento das técnicas de fermentação. E daí surgiram novas idéias, como a utilização das enzimas utilizadas desde a indústria de alimentos à de sabão em pó. Três inovações, porém, são citadas como precursoras para a biotecnologia moderna. A primeira, um artigo de apenas uma página, de 1953, publicado pela Revista *Nature*, abriu o caminho para que a biotecnologia fosse da tradicional para a moderna – daí surgiram os postulados sobre a hélice dupla do DNA, de Jim Watson e Francis Crick, cientistas de Cambridge, Inglaterra. A segunda, cerca de vinte anos depois, permitiu a combinação de fragmentos de DNA de bactérias e camundongos em tubo de ensaios, que posteriormente foram introduzidos em microorganismos, permitindo sua duplicação. A terceira, chamada reação em cadeia da polimerase (PCR), possibilitou ampliar quantidades mínimas de DNA de tal forma que o DNA resultante podia ser analisado. Essas inovações trouxeram a possibilidade da reprogramação de qualquer ser vivo, de acordo com as necessidades da população. Seus impactos repercutiram em escala global, motivando transformações em todas as áreas e atividades, inclusive na agropecuária.

No campo da agricultura, por exemplo, usavam-se até recentemente apenas os métodos tradicionais, ou seja, a seleção e o cruzamento de acordo com as Leis de Mendel. Os resultados obtidos (produção e variedade) já eram tidos como admiráveis, embora necessitando de avanços urgentes, em função do desenfreado aumento no consumo.

A propósito do que aconteceu com o ritmo na biologia molecular, foi nos Estados Unidos da América que a tecnologia genética vegetal ganhou ritmo, quando a empresa Monsanto pôs no mercado a primeira semente transgênica de soja resistente a herbicida. Há, na atualidade, mais de duas mil empresas americanas no campo da biotecnologia, lançando seus produtos e detendo a maioria das biopatentes de amplo alcance. Na Europa, países como a Holanda e a Bélgica concentraram-se na biotecnologia vegetal, no aperfeiçoamento de produtos locais, como a batata e beterraba. Países como Inglaterra e, principalmente, a Alemanha têm focos mais amplos, competindo na agroquímica e noutros segmentos.

E o Brasil? Bem, o Brasil é um caso bastante emblemático. Em biotecnologia tradicional, tem um bom nível educacional e uma longa experiência. A produção de álcool de cana, por exemplo, é um programa notável e único no Mundo, o que lhe permite ter, no mínimo, uma bomba de álcool por posto de abastecimento de combustível, o que é de suma importância estratégica, até por motivar o desenvolvimento de alternativas, como o biodiesel, e a possibilitar o lançamento dos chamados

carros flexíveis, cujos motores são adaptáveis à gasolina ou ao álcool. Por outro lado, o Brasil vem sofrendo com a internacionalização e com a migração dos seus melhores cérebros para o exterior - “*brain drain*”, por não ter tido a competência de dar-lhes boas instalações de pesquisa e salários compatíveis aos oferecidos em países industrializados. Com relação à Alemanha, país com longa história e produção industrial, o Brasil goza de boa excelência de pesquisa, mas fica muito aquém em se tratando da densidade existente de centros de pesquisa e, conseqüentemente, na resolução de problemas. No momento, concentrar-se na biotecnologia vegetal (chamada “verde”, em contraposição à biotecnologia médica “vermelha”) e ter alta eficiência em um pequeno número de problemas relacionados à sua realidade, notadamente voltada aos seus recursos naturais, pode ser um diferencial para o Brasil. A princípio, por poder utilizar-se de procedimentos tradicionais combinados com a experiência em biotecnologia molecular dos vegetais. Depois, por ser uma forma de ganhar experiência e reputação, uma vez que não exige especialistas únicos no mundo nem equipamentos caros, e ainda pode promover a inserção de empresas jovens, ligadas aos institutos de pesquisa e a indústria local.

Enquanto a população americana e canadense tem tido comportamento passivo com relação a alimentos que contém transgênicos, como a soja, o milho e a canola, o mesmo não acontece com a população européia, que ainda tem muitas restrições quanto ao uso de produtos geneticamente modificados e utilizam o princípio da precaução para, na prática, desautorizar a sua comercialização. Na verdade, além da falta de informação e transparência e das variáveis econômicas envolvidas, há um contra-senso, pois a biotecnologia “vermelha”, cuja Europa é dos grandes vetores, tem boa reputação e é líder de venda. A aceitação certamente aumentará, como conseqüência do aumento populacional - estima-se um crescimento de 35% até o ano de 2020, que influenciará no aumento da procura por cereais (41%) e carne (63%), configurando uma grande oportunidade para países com características agrárias, como o Brasil.

O Brasil inevitavelmente será forçado a entrar mais pesado no mercado de transgênicos, mesmo contrariando a comunidade internacional, que diz que caberá a ele um papel-chave nas decisões sobre a idéia de um mercado mundial de matérias-primas isentas de tecnologias genéticas, em função da concorrência com países como EUA e Argentina, que já têm, respectivamente, 60% e 80% das suas áreas ocupadas com plantios geneticamente modificados.

## O ambiente global

No cenário internacional, a biotecnologia vem substituindo gradativamente as técnicas de produção intensivas em capital e energia. Com investimentos de capital de risco, as inovações tecnológicas entraram na vida econômica por meio de pequenas empresas surgidas de incubadoras ligadas a universidades. Sua aplicação no agronegócio vai do domínio das grandes multinacionais

do setor vegetal e de insumos químicos até a geração de oportunidades para o fortalecimento de atividades autônomas, sendo determinante para a competitividade do agronegócio ao reduzir custos, poupar insumos e aumentar a capacidade de adaptação das culturas a ambientes.

A partir da segunda metade da década de 1990, as sementes transgênicas começaram a ser comercializadas. Em todo mundo, no ano de 1996, já existiam 1,7 milhões de hectares plantados com organismos modificados e, cinco anos depois, a marca já chegava a 52,6 milhões de hectares, em treze países, com concentração em poucas culturas – soja, algodão, milho e canola – e em poucos países – EUA (68% do total), Argentina (22%), Canadá (6%) e China (3%). No Brasil, o plantio de soja geneticamente modificada só foi liberado, com grandes restrições e por tempo determinado, com a aprovação da Medida Provisória 131, conhecida como a Lei dos Transgênicos, no final do ano de 2003.

Já com os reflexos das novas tecnologias, de acordo com os estudos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), baseado em fontes do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a produção mundial de grãos nos últimos três anos foi de 1,857 bilhão de toneladas (2003-2004) para uma estimativa de 1,973 bilhão de toneladas (2005-2006) – aumento de 6,24%, distribuída de acordo com o quadro abaixo.

#### Quadro 1 – Maiores Produtores Mundiais de Grãos em milhões de toneladas

País/Região	Produção
EUA	361,71
China	356,20
União Européia	261,53
Índia	197,46
Brasil	60,03*
Argentina	38,35

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

\* Inclui grãos forrageiros (inclusive milho), trigo e arroz. Não inclui soja.

Em se tratando de área colhida e produção de soja, os Estados Unidos, desde 1964, têm liderança mundial. A posição, no entanto, vem sendo ameaçada pelo Brasil e Argentina, que juntos já superam a produção americana. A produtividade da soja no Brasil ultrapassa a dos americanos e argentinos. Além da soja, o País é referência internacional na produção e exportação de outras *commodities*, como café, açúcar, álcool e laranja.

O mercado de carne também tem se mostrado bastante atrativo e em franco crescimento. A produção mundial tem sido elevada a cada ano. O aumento tem sido maior com as carnes suínas e de frango. A carne bovina tem tido taxas menores de crescimento. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a produção mundial em 2005, em milhões de toneladas, foi a seguinte: de 93,5 – carne suína, 57,48 – carne de frango e 52,46 – carne bovina. A China detém a

liderança mundial na produção de carne suína (49,67 milhões de toneladas) e o Brasil é o quarto maior produtor e exportador desse tipo de carne, enquanto que Japão, México e Rússia são atualmente os maiores importadores. Com relação à carne bovina, O Brasil é o segundo maior produtor mundial, o terceiro maior em consumo e, desde 2004, o maior exportador mundial, com 26,4% das exportações mundiais. É, ainda, o maior exportador mundial de frango, com exportação em torno de 2,59 milhões de toneladas – posição 2005, mesmo que sua produção seja menor que a americana e chinesa.

É evidente que o crescimento do Brasil tem incomodado. Os subsídios agrícolas distribuídos pelos países ricos (União Européia e Estados Unidos, principalmente) aos seus agricultores e a taxação sobre produtos importados são exemplos típicos de uma concorrência desleal, de uma abertura comercial que funciona de cima para baixo, ou seja, benéfica aos interesses dos países desenvolvidos, e que tem proporcionado grandes disputas nas reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC). Estima-se que os EUA gastarão com subvenções na produção agrícola cerca de US\$ 172 bilhões nos próximos dez anos, o que pode trazer perdas de até US\$ 5 bilhões para o comércio da soja brasileira. O fracasso da Reunião de Cancun, no México, em setembro de 2003, tornou-se um exemplo clássico da guerra no campo diplomático e econômico e foi noticiado pela imprensa internacional como uma vitória das propostas defendidas pelo Brasil: redução nas tarifas e barreiras comerciais sobre produtos agrícolas dos países emergentes, em confronto com as tentativas dos países desenvolvidos, especialmente União Européia e Japão, de impor sua agenda de negociações em temas como investimentos e compras governamentais. Na época, a atuação do Brasil foi muito criticada pelo representante americano, que alegou que a divergência “foi entre os que querem negociar e os que não querem”. Havia o temor de que o G-21 – grupo dos 21 países em desenvolvimento, dentre os quais China, Índia, África do Sul e Brasil – pudesse constituir um mercado paralelo e criar variáveis indesejáveis para os EUA e União Européia, impondo-lhes reduções de mercado, que por menores que fossem, gerariam alguns bilhões de dólares em evasões de receitas. A “vitória”, na verdade, está mais no fato da negação às propostas dos países desenvolvidos do que propriamente em qualquer aprovação das propostas defendidas pelo Brasil, ou seja, na falta de consenso.

Enquanto a União Européia (UE) continua como uma das regiões que mais interferem no livre comércio de produtos agrícolas, seja pela extensão do seu mercado consumidor, pelo volume da sua produção e pela profunda interferência que impõe ao seu setor agrícola, e os EUA teimam em querer negociar um pacote uniforme para a América Latina e Caribe, a polêmica ALCA, sem que haja qualquer manifestação em contrário, mesmo quando países como Brasil e Argentina recebem o mesmo tratamento que é dispensado a Honduras e Paraguai, a economia brasileira continua dando sinais positivos, mesmo que não são expandidos para as áreas

sociais. O agronegócio brasileiro vem exigindo dos americanos um respeito ao qual não estão acostumados. Para os EUA, é impensável perder espaço no seu “quintal”, por menor que seja, num momento em que a União Européia se fortalece enquanto mercado e chega a ameaçar a sua hegemonia. Além do mais, o país está envolvido numa guerra “sem fim” no Iraque, o que vem desgastando a imagem do seu governo interna e externamente, levando-o a buscar na economia uma espécie de redenção. São “fermentos” de um quadro político-econômico, cuja complexidade permite colocar numa mesma mesa de negociação batata e bomba nuclear.

### O ambiente interno

O Brasil tem vasta extensão territorial; terras de boa qualidade para cultivos diversos; água em abundância; clima favorável, que permite várias culturas por ano. A população estimada pelo IBGE, relativa ao ano 2005, superior a 184 milhões de habitantes, proporciona, por si só, um mercado consumidor bastante atraente, além de proporcionar mão-de-obra abundante. O processo de modernização ocorrido nos últimos trinta anos trouxe tecnologias e experiências bem sucedidas e investimentos em capital, geração de conhecimento e retirada de subsídios, indispensáveis à abertura econômica e competitividade externa. Dispõe de meios de comunicação eficazes e, em muitos aspectos, de baixo custo. São bons ingredientes para que o agronegócio continue crescendo.

O diagnóstico interno, no entanto, apresenta muitos desafios a serem superados. De acordo com LACKI (2006), o Brasil para romper com a pobreza precisa fazer com que a tecnologia seja extensiva a todos, ou pelo menos à maioria dos agricultores, dando-lhes as competências necessárias para corrigir as ineficiências produtivas, gerenciais e comerciais. Propõe uma ponte entre os que utilizam as tecnologias avançadas, os mais eficientes, e os que não conhecem, não têm ou não sabem utilizá-las. Aponta para o problema das escolas fundamentais rurais, que para a maioria dos habitantes do campo são a única oportunidade de aprender algo útil para a vida e o trabalho no campo, e das faculdades de ciências agrárias, excessivamente “urbanizadas”, que muitas vezes aplicam conteúdos dissociados da realidade local, de pouco proveito prático. Condena o uso político dado aos serviços estatais de extensão rural. No seu entendimento, a maioria dessas soluções depende mais da atitude dos diretores das escolas, dos professores e dos extensionistas, que propriamente de decisões políticas do Poder Executivo ou do Congresso Nacional.

Na verdade, a adoção de políticas públicas eficientes e integradas é indispensável ao rompimento de barreiras internas e no comércio internacional. Acontecimentos como a estabilização macroeconômica e o controle mais efetivo da inflação, a partir do Plano Real, de 1994; a adoção das medidas preconizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), na Rodada do Uruguai, em 1995 e a Lei Kandir, de 1996, permitiram a retomada dos investimentos e uma forte alavancagem no agronegócio brasileiro. De acordo Wedekin (2005, In

SCOLARI, 2006), “a política agrícola sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) está assentada sobre dois pilares: crédito e garantia de renda aos produtores”. A esse Ministério compete ainda a adoção de estratégias de desenvolvimento e das diretrizes a serem seguidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), encarregada das compras governamentais para atender programas sociais do Governo Federal, e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). As políticas da agricultura familiar (agricultores de baixa renda) estão a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a política de distribuição de alimentos à população de baixa renda é de competência do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Só para reforçar a importância do setor público, de acordo com o MAPA, o Plano agrícola e pecuário de 2005/2006 aplicou 98% dos recursos programados para o período, aproximadamente R\$ 38 bilhões. Para a safra 2006/2007 estão programados R\$ 50 bilhões em recursos para o custeio e comercialização.

A política econômica de estímulo à agropecuária de exportação, que visa à obtenção de divisas para pagamento das suas importações e da dívida externa, provocou resultados favoráveis: permitiu a expansão agrícola (principalmente para cultivo de soja) em diversos estados do País, que influenciou diretamente na produção e na qualidade de grãos e carnes produzidos e foi fator preponderante para que a balança comercial pudesse sair de deficitária para superavitária, caracterizando num dos mais conhecidos resultados no agronegócio do Brasil. De acordo com o MAPA, entre 1989 e 2004, as exportações do setor praticamente triplicaram ao passar de US\$ 13,9 bilhões para US\$ 39,0 bilhões. As suas exportações que representavam 40,4% do total exportado pelo País, em 1989, ficaram no mesmo patamar em 2004. Na geração do saldo comercial, porém, nos últimos quinze anos observados, o saldo do agronegócio superou o dos demais setores. Em 2004, o seu saldo foi de US\$ 34,13 bilhões contra um saldo negativo de US\$ 0,4 bilhões dos demais setores. Ou seja, o bom resultado da balança comercial tem sido em função dos números advindos do desempenho do agronegócio. Com isso, a sua participação no PIB brasileiro saltou de R\$ 520,68 bilhões, em 2003, para R\$ 533,98 bilhões, em 2004, atingindo 21,2% do produto total da economia – PIB/Brasil: R\$ 1.766,62 bilhões (2004), dando seqüência a tendência de crescimento observada nos últimos anos.

**Tabela 1 – Taxas anuais de crescimento do PIB real por setores (%)**

Médias/período	Indústria	Serviços	Agropecuária	Total
Década de 1990	0,76	1,37	2,48	1,73
2000 a 2004	2,63	2,30	4,64	2,66
1990 a 2004	1,39	1,68	3,20	2,04

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

**Tabela 2 – PIB do agronegócio x PIB total do Brasil, em 2004**

PIB por setores	Valor em R\$ bilhões	Percentual
Agronegócio	533,98	21,2%
Demais Atividades	1.232,64	76,8%
<b>Total</b>	<b>1.766,62</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

As riquezas geradas pelo agronegócio alimentam a economia como um todo e propiciam condições para melhoria da qualidade de vida, principalmente nas pequenas e médias cidades brasileiras. Na maioria dessas cidades, a economia está alicerçada nas atividades agrárias. Poucos municípios que são estruturados em torno da mineração ou de outros nichos econômicos constituem a exceção.

De acordo com dados do IBGE, a geração de emprego na agropecuária ultrapassou, em setembro de 2005, o percentual de 28% da População Economicamente Ativa (PEA). Foi ainda responsável pela geração de 35% do PIB nacional, 36% das exportações e 45% dos gastos das famílias.

### Conclusão

O agronegócio brasileiro, apesar das incertezas; das crises internacionais; da volatilidade dos preços das *commodities*; do crescimento econômico abaixo do previsto; do protecionismo dos países desenvolvidos; da falta de investimento em infra-estrutura física e, de uma forma mais extensiva, dos atrasos na tecnologia e defesa agropecuária, tende a crescer e continuar sendo uma alternativa para o País. A sua inserção na utilização mais sistemática da biotecnologia é inevitável, até porque ela traz aumento na produtividade, reduz os custos de produção, tem mercado para os seus produtos, é largamente utilizada pelos países concorrentes (como EUA e Argentina) e os possíveis danos ambientais e à saúde parecem ser mais uma arma utilizada pelos europeus que uma realidade propriamente comprovada. Há de ser lembrado, ainda, que o Brasil é um País com grandes disparidades sócio-econômicas, em que riqueza e pobreza convivem lado a lado, de forma nem sempre pacíficas. De forma inquestionável, mesmo com os números do agronegócio, o espectro da fome está presente em milhões de lares brasileiros. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base no ano de 2004, o contingente de pobres no Brasil é de 59,4 milhões de pessoas, enquanto que 23,2 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, em estado de total indigência. Esses números representam, respectivamente, 32,7% e 12,8% da população total. Essa população “marginal” nem de longe dispõe das condições sociais e materiais necessárias à concretização do bem comum, dentre as quais acesso à alimentação, o que gera um quadro de instabilidade e incertezas. Produzir e aumentar as riquezas do País, aliados a uma melhor dis-

tribuição de rendas, são medidas indispensáveis para a alteração do quadro vigente, além de serem mais eficazes do que a distribuição de renda feita pelo Governo Federal em forma de “bolsas-pobreza”.

A expectativa é que, com aumento da população mundial, países populosos como a Índia e a China tenham dificuldades em atender as demandas internas, devido o esgotamento de áreas agriculturáveis, o que enfraquecerá suas posições em termos de competitividade internacional e, ainda, poderá aumentar suas demandas por produtos brasileiros. A União Européia (UE) tende a continuar sendo o maior importador mundial de produtos agrícolas, visto que as condições climáticas e agrônômicas da região muitas vezes não permitem que a agricultura produza em quantidade e qualidade suficientes, o que não será modificado mesmo que sejam superadas as tensões entre a vontade dos governos, da comunidade científica e das empresas agroquímicas que querem aproveitar a competitividade gerada pelas novas biotecnologias, em contraposição à preocupação com a saúde alimentar combinada com estratégias de maior qualidade, que fazem oposição disseminada e sistemática contra a “tecnologia genética verde”. A estruturação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), melhor negociada, de forma a romper com o excessivo protecionismo dos EUA aos agricultores e pecuaristas locais, seja impondo barreiras alfandegárias ou sanitárias, sobretaxando os produtos importados ou distribuindo subsídios diretos, abriria grandes perspectivas para o Brasil, possibilitando-lhe acesso ao cobiçado mercado americano.

De acordo com diversos estudos, divulgados pelo Jornal Valor Econômico, em outubro de 2003, a economia Brasileira tem potencial para superar a economia italiana, em 2025, à francesa, em 2031 e a do Reino Unido e Alemanha, em 2036. Tais expectativas vêm na contramão dos fatos, já que o Brasil deixou de ser a 8ª economia do mundo e passou para a incômoda 15ª posição em poucos anos, em função do crescimento acanhado do seu Produto Interno Bruto (PIB), em níveis abaixo dos registrados por países da América do Sul, como Argentina e Chile, e dos apresentados pela China e Índia. Os estudos, porém, fazem prospecções em cima de potencialidades e consideram que serão adotadas as políticas adequadas. Passados praticamente três anos e dados os resultados apurados no período, talvez as estimativas devam ser recalculadas. Espera-se, no entanto, que isso venha a se concretizar, que o Brasil possa dar os passos certos em busca do desenvolvimento e mitigação dos seus grandes problemas sócio-econômicos. O agronegócio tem feito a sua parte. A biotecnologia também.

### Referências

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio – Mundial e Brasil**. Disponível em [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br). Acesso em 27 de julho de 2006.
- IBGE. Site Oficial. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Último acesso em 31 de julho de 2006.
- IPEA. Site Oficial. Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Último acesso em 31 de julho de 2006.

- ONU-Brasil. Site Oficial. Disponível em [www.onu-brasil.org.br](http://www.onu-brasil.org.br). Último acesso em 31 de julho de 2006.
- SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GASSEN, Hans Günter; BONACELLI, Maria Beatriz M.; SALLES-FILHO, Sergio L.M.; ODA, Leila Macedo; SOARES, Bernardo Elias Correa; MELLENTHIN, Oliver; CHAMAS, Claudia Inês; WINNACKER, Ernst-Ludwig. **Cadernos Adenauer 8: Biotecnologia em Discussão**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- MEGIDO, Jose Luiz Tejon; XAVIER, Coriolano. **Marketing & Agribusiness**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- LACKI, Polan. Agricultura – se somos tão ricos, por que estamos tão pobres? **Portal do Agronegócio**. Disponível em: [www.portaldoagronegocio.com.br](http://www.portaldoagronegocio.com.br). Acesso em 27 de julho de 2006.
- SCOLARI, Dante. Barreiras no Agronegócio: políticas públicas deficientes e pouco integradas. **Portal do Agronegócio**. Disponível em: [www.portaldoagronegocio.com.br](http://www.portaldoagronegocio.com.br). Acesso em 27 de julho de 2006.
- EMBRAPA RONDÔNIA. A EXPANSÃO DA União Européia em 2004 e seu impacto no agronegócio brasileiro. **Portal do Agronegócio**. Disponível em: [www.portaldoagronegocio.com.br](http://www.portaldoagronegocio.com.br). Acesso em 27 de julho de 2006.
- Transgênico Prejudica meio ambiente. Disponível em: <http://www.coreconsp.com.br>>acesso em 17 de outubro de 2003.
- Alencar assina MP que libera transgênicos. Disponível em: <http://www.coreconsp.com.br>>acesso em 26 de setembro de 2003.
- Brasil reage a críticas de secretário dos EUA. Disponível em: <http://www.coreconsp.com.br>>acesso em 23 de setembro de 2003.
- Brasil tem primeira vitória na OMC. Disponível em: <http://www.coreconsp.com.br>>acesso em 11 de setembro de 2003.
- EUA rejeitam na OMC texto apoiado pelo Brasil. Disponível em: <http://www.folhadesaopaulo.com.br>>acesso em 10 de setembro de 2003.
- Brasil caminha para liderar exportação mundial de soja e carne. Disponível em: <http://www.agenciaestado.com.br>>acesso em 13 de agosto de 2003.
- Economia brasileira pode superar a da Itália em 20 anos. Disponível em: <http://www.valoreconomico.com.br>>acesso em 07 de outubro de 2003.
- Reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC)-Cancun/México. Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br>> acesso em 03 de novembro de 2003.
- Senado Federal aprova MP dos transgênicos. Disponível em: <http://www.agenciafolha.com.br>>acesso em 21 de novembro de 2003.
- 850 milhões de pessoas passam fome, diz ONU. O Estado de São Paulo, tiragem de 27.11.2003. Disponível em <http://www.estadao.com.br>> acesso em 25 de novembro de 2003.

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, de nível acadêmico, tem como objetivo associar as atividades de ensino, pesquisa e extensão à realidade baiana e nordestina, sem perder de vista o contexto da formação de uma sociedade global. Na realização das suas atividades vem se convertendo em um ponto de referência nos estudos da problemática regional e urbana, do turismo e do meio-ambiente, com ênfase para as questões relacionadas com o desenvolvimento sustentado de regiões. Neste sentido, tem procurado construir um embasamento teórico para a reconstrução crítica do processo histórico do desenvolvimento regional, apresentando novas propostas para a solução dos problemas que limitam o crescimento econômico na região, mediante a realização de pesquisas e a definição de novas formas de viabilização econômica de programas e projetos, nas áreas de sua concentração de estudos.



# Indicação de Procedência: uma proposta de inovação competitiva no território do sisal

*Livia Liberato<sup>1</sup>*

## Resumo

Neste artigo trata-se da Indicação de Procedência (IP) como instrumento potencial de valoração de “produtos do território”, particularmente fibras de sisal e seus sub-produtos beneficiados. O artigo refere-se à área de atuação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, no município de Valente, ou simplesmente “território APAEB-Valente”, aqui considerada uma região produtora com características particulares, que faz parte da Região Sisaleira. No estudo, propõe-se uma linha de crédito específica para financiar processos junto ao INPI, que costumam ser longos e burocráticos.

**Palavras chave:** Território, Indicação de Procedência, Sisal, APAEB, Bahia.

## Abstract

In this article one is about the Indication of Origin as potential instrument of valuation of “products of the territory”, particularly benefited staple fibres of sisal and its by-products. Specifically, the territory mentions the area to it of performance of the Association of the Small Agriculturists of the State of the Bahia, in the city of Valente, or simply “territory APAEB-Valente”, considered a producing region with particular characteristics here, that part of the Sisaleira Region is. Finally is proposed a specific credit facility is considered to finance processes next to the INPI, that be use to be long and bureaucratic.

**Key words:** Territory, Indication of Origin, Sisal, APAEB, Bahia.

## Introdução

As Indicações Geográficas (IG) abrangem as Indicações de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). A Indicação de Procedência representa o nome geográfico utilizado para designar que um produto ou serviço tenha sido prestado, extraído, produzido ou fabricado em um país, região ou um lugar específico. Uma Indicação Geográfica supõe um vínculo de qualidade entre o produto e a região produtora, detentora de características particulares. As Indicações Geográficas são administradas pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI/ONU). Eventuais conflitos são

tratados no âmbito do Acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio (OMC). A União Européia é o exemplo mais expressivo do zoneamento de áreas protegidas (IP ou DO).

No Brasil, as Indicações Geográficas são regidas pela Lei de Propriedade Intelectual (LPI) – lei n. 9.279/96 – e a Resolução 75/00 do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Somente os vinhos do Vale dos Vinhedos (RS) e o café do Cerrado (MG) possuem Indicação de Procedência reconhecidas pelo INPI, usufruindo, assim, de vantagem competitiva adicional, inclusive no comércio internacional.

Tendo como referência o território, a Indicação de Procedência valoriza e diferencia o produto a partir das especificidades típicas relacionadas a fatores naturais e/ou culturais de um determinado espaço. A Região Sisaleira da Bahia, cenário do presente trabalho, é uma forma preliminar de territorialização, sendo o sisal (*agave sisalana*) a principal atividade econômica dos seus 33 municípios. Neste artigo, a noção de território corresponde aproximadamente à área de atuação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, no município de Valente, ou, simplesmente, APAEB-Valente.

Imprimindo mudanças na psicosfera (cidadania) e na tecnosfera local, com a criação da Escola Família Agrícola, e a implantação da fábrica de tapetes e carpetes de sisal, bateadeira comunitária de sisal, reflorestamento das propriedades rurais, kits para energia solar, além de tanques para captar e armazenar água, a APAEB-Valente construiu socialmente seu território.

A implantação de uma Indicação Geográfica pode representar agregação de valor aos tapetes e carpetes vendidos nos mercados interno e externo. A dinâmica da globalização direciona a atividade econômica para a competitividade, incorporando aspectos da externalidade produtiva e organizacional. A Indicação Geográfica, sendo uma tendência mundial, vem-se fortalecendo em virtude das novas exigências de um consumidor consciente nos diversos segmentos do mercado. Em resumo, a Indicação Geográfica é um fator estratégico de competitividade, e pode vir a ser uma alternativa de ex-

<sup>1</sup> Mestranda em Análise Regional pela Unifacs. Bolsista da Fapesb.

ploração sustentável do potencial do semi-árido, fortalecendo a agricultura familiar como uma atividade economicamente viável, além de ser ecologicamente sustentável. Ademais, ela viabiliza vantagens competitivas, através da valoração do “produto do território”, inclusive artesanato e turismo locais. Com a fibra do sisal fazem-se bonecos típicos regionais, sandálias, bolsas, dentre outros. Por sua vez, o turismo vem sendo impulsionado pela busca de novos circuitos alternativos.

Assim, podem-se prever os impactos mais relevantes na aplicação do conjunto dessas ações, tais como: a) valorização dos produtos locais, relacionando-os a identidade territorial e cultural, num processo cíclico de reafirmação da região; b) redução do fluxo migratório, uma vez que as unidades produtivas familiares constituem a força motriz do desenvolvimento local, garantindo o subsídio dos pequenos agricultores locais e de suas famílias; c) preservação do meio ambiente e melhoria no processo de gestão do território; d) crescente aumento da oferta no aspecto qualitativo e quantitativo dos produtos do território; e) maior inclusão social intra-territorial, reforçando-se ações afirmativas e de empoderamento. Finalmente, propõe-se uma linha de crédito específica para a efetivação dos processos junto ao INPI, que em termos práticos, costumam ser longo e extremamente burocráticos, implicando um expressivo custo financeiro.

Este artigo contém cinco tópicos, além desta Introdução. No tópico 2, apresentam-se alguns aspectos históricos e conceituais da Indicação Geográfica, com foco na Indicação de Procedência enquanto modalidade da Indicação Geográfica. No tópico 3, delimita-se o território de atuação da APAEB-Valente, destacando-se as implicações da Indicação de Procedência para esse território. O tópico 4 contém algumas considerações finais e proposições; e, no tópico 5, apresentam-se às referências dos textos consultados.

### Aspectos históricos e conceituais da Indicação Geográfica

Em sentido amplo as Indicações Geográficas (IG) abrangem as Indicações de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). Uma Indicação de Procedência significa o nome geográfico utilizado para designar que um produto ou serviço tenha sido prestado, extraído, produzido ou fabricado em um país, região ou um lugar específico considerado como um expressivo centro extrativo ou produtor. Por outro lado, uma Denominação de Origem significa o nome geográfico de um país, uma região ou um lugar específico que serve para designar um produto cujas qualidades devem-se exclusivamente ou essencialmente ao ambiente geográfico de onde provém, incluindo os fatores humanos e/ou naturais, a exemplo dos produtos Champagne, Roquefort, Porto, dentre outros.

O conceito de Indicação Geográfica foi paulatinamente desenvolvido através da história, na medida em que produtores e comerciantes apresentavam produtos cujas qualidades particulares podiam ser referidas à sua

**Quadro 1 – Diferenças entre Denominação de Origem e Indicação de Procedência**

Itens	Denominação de origem	Indicação de Procedência
Meio Natural	O meio geográfico marca e personaliza o produto; a delimitação da zona de produção é indispensável	O meio geográfico não tem necessariamente uma importância essencial para determinar a qualidade do produto
Renome/Prestígio	Indispensável	Não necessariamente Indispensável
Uniformidade da Produção	Mesmo existindo mais de um tipo de produto, eles estão ligados por certa homogeneidade de características	Pode ser aplicada a um conjunto de produtos de características diferentes que tenham em comum o lugar de produção ou o centro de distribuição
Regime de Produção	Há regras específicas de produção e características qualitativas mínimas dos produtos	Existe uma disciplina de marca.
Constâncias das Características	Os produtos devem conservar o mínimo de qualidade e constância em suas características	Não implica um nível de qualidade determinada nem das constâncias das características.
Volume de Produção	Há um limite de produção por hectare, que tem relação com a qualidade do produto.	Não existe limite de produção

Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, 2006.

origem geográfica. Inicia-se assim, o processo de atribuir a determinados produtos o nome geográfico de procedência, pressupondo um vínculo de qualidade entre o produto e a região produtora, detentora de características particulares.

No século XIX, o significativo crescimento e a importância das Indicações Geográficas tornou necessária a sua regulamentação em âmbito internacional. Baumann destaca os Convênios de Paris (1883) e de Berna (1886) como “pilares do sistema internacional de propriedade intelectual”. (Baumann *et al.*, p.146). Essa imperativa necessidade foi concretizada em 1958 através do Acordo de Lisboa para a Proteção de Denominação de Origem e seu Registro Internacional, o qual, desde 1967 é administrado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Sendo um tipo de Propriedade Intelectual, as Indicações Geográficas também são tratadas no Acordo TRIPS, da Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo número de países signatários é muito mais expressivo do que a OMPI, porém, a preocupação com a proteção das Indicações Geográficas neste acordo restringe-se a concorrência desleal. Países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, argumentam que os temas de propriedade intelectual devem ser tratados no âmbito da OMPI, que tem mandato específico sobre o tema.

A União Européia é o exemplo mundial mais expressivo do zoneamento de áreas protegidas (IP ou DO).

Legendre *apud* Caldas (2005) relata que desde o século XIV, as Indicações Geográficas na Europa foram as responsáveis pela notoriedade de diversos produtos sob o nome de seu local de origem. Essa realidade intensificase a partir de 1970, quando a Europa desenvolve e amplia as Indicações Geográficas em seu território, a partir de um sistema de qualificação e etiquetagem que objetiva relacionar o produto ao território produtor e aos produtores (CALDAS, 2005).

Segundo González (1998) a crise fordista, desencadeada na década de 70, revela a necessidade de se criar um planejamento de políticas públicas de desenvolvimento cujo enfoque seja mais local e territorializado; dentro desta perspectiva enquadra-se a Indicação Geográfica. Surge então a perspectiva de se promover e incentivar o desenvolvimento localizado – *Desarrollo desde Abajo* - ou seja, um novo modelo de produção local

(...) caracterizado por la aplicación de soluciones concreta en función de los recursos con los que cuenta un grupo social concreto, o un territorio, partiendo la iniciativa de la base (GONZÁLEZ, 1998, p.7)

A iniciativa européia aliada à conjuntura do comércio internacional suscita em diversos países demarcações de territórios produtores, mesmo que em pontos isolados, a exemplo do México e a zona *del agave azul tequilana Weber, protegida desde 1974*; a República do Peru que por meio de uma *resolución directoral 072087* de 12 de dezembro de 1990, instituiu o Pisco como uma Indicação Geográfica Nacional; a Venezuela e a zona de *Chua*, que em dezembro de 2002, através da *resolución 206*, estabeleceu uma DO sobre este território. Assim, a valorização de produtos locais, através da percepção de sua unicidade e exclusividade, em virtude das tipicidades geográficas de sua respectiva região, tornou-se um grande instrumento estratégico, no ganho de vantagem competitiva de uma região em relação ao mercado global.

No Brasil, as Indicações Geográficas são regidas pela Lei de Propriedade Intelectual (LPI) – lei n. 9.279/96 – e a Resolução 75/00 do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Vale destacar o Protocolo de Harmonização de Normas sobre Propriedade Intelectual no Mercosul, bloco liderado pelo Brasil, o qual visa, dentre outros objetivos, expandir e tornar automaticamente aceitáveis as Indicações Geográficas em todo os países-membros.

Apesar de haver várias iniciativas para a implementação efetiva de Indicações Geográficas, somente os vinhos do Vale dos Vinhedos (RS) e o café do Cerrado (MG) possuem Indicação de Procedência reconhecidas pelo INPI. Para obtenção do selo de Denominação de Origem (DO) ou de Indicação de Procedência (IP), o produto deve atender a uma série de exigências descritas no Caderno de Normas e Especificações<sup>2</sup> propostas pelo certificador, em conformidade com a regulamentação específica estabelecida pelo INPI e a legislação vigente. (GUIMARÃES, 2005). Pode requerer o pedido de reconhecimento de um nome geográfico como indicação geográfica qualquer pessoa jurídica de representatividade

coletiva, com legítimo interesse e fixada no território. Dessa forma, essa pessoa jurídica age como substituto processual da coletividade (produtores) que tiver direito ao uso do respectivo nome geográfico.

As Indicações Geográficas encontram-se regulamentadas em diversos países, através de Lei *sui generis* ou decretos, e constitui uma vantagem competitiva adicional aos produtos e serviços selados no comércio internacional. A criação de um órgão supranacional – OMPI – corrobora o valor conferido às Indicações Geográficas, especialmente, no quadro da atual geopolítica caracterizada pela tendência ao aumento da porosidade das fronteiras entre as regiões em virtude da formação de blocos econômicos. O fluxo das trocas comerciais, das extensões e projeções das fronteiras econômicas, juntamente com a crescente adesão e procura as Indicações Geográficas, transformou-as num instrumento de desenvolvimento econômico, ganhando importância crescente, uma vez que representa um meio eficaz e seguro para identificar a origem e a qualidade do produto para mercados cada vez mais segmentados.

### **Indicação de Procedência: uma modalidade da Indicação Geográfica**

Notoriamente, as Indicações Geográficas em seus distintos tipos hierárquicos<sup>3</sup> é uma tendência mundial dentro da dinâmica atual de competitividade. Objeto de uma proteção distinta daquela conferida pelo direito da propriedade de marca, são consideradas, pela Lei de Propriedade Intelectual Brasileira, Indicações Geográficas, aquelas relativas à Indicação de Procedência ou à Denominação de Origem. A Indicação de Procedência, foco deste artigo, é definida pela LPI, particularmente pela resolução 75/2000 do INPI, no seu art.178 da forma a seguir:

[...] Considera-se Indicação de Procedência o nome geográfico de um país, cidade região ou uma localidade de seu território, que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço (INPI, 1996).

Tendo o território como fator diferencial, a Indicação de Procedência possibilita a distinção do produto no mercado, fornecendo-lhe vantagem competitiva, na medida em que o valoriza e o diferencia, a partir das especificidades típicas relacionadas a fatores naturais e/ou culturais de um determinado espaço. Deste modo, o produto reflete uma identificação com o território de origem em suas dimensões geográfica e histórico-cultural.

A Indicação de Procedência está fundamentada no estabelecimento de normas que definem e orientam a sua construção; além disso, a sua efetiva implementação

<sup>2</sup> No Caderno de Normas e Especificações registram-se: o nome do produto, sua descrição, delimitação da área geográfica, provas de origem, descrição dos métodos de produção, sistemas de controle e as exigências a serem cumpridas para obtenção do certificado e uso do selo.

<sup>3</sup> Internacional ou Nacional. [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Acesso em 12 out 2005.

relaciona-se com aspectos socioeconômicos, político-institucionais, geo-ambientais, histórico-culturais e técnico-científicos do território. Em síntese, é um processo caracterizado por englobar as cinco dimensões do desenvolvimento sustentável (TEIXEIRA, 2005). Destarte, a implementação de uma Indicação de Procedência é uma garantia da inserção do produtor de base familiar na lógica adversa dos mercados segmentados. Assim, permite concomitantemente o enredamento de pequenas unidades produtivas no mercado global e o enraizamento do homem do campo à sua região. Em síntese, representa um reforço ao processo de desenvolvimento local sustentável.

### O território de atuação da APAEB-Valente

A Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB), atualmente auto-denominada Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira é uma instituição não governamental sem fins lucrativos fundada em 1980, que tem como missão promover o desenvolvimento social e econômico sustentável e solidário, visando a melhoria da qualidade de vida da população da região sisaleira. com sede no próprio município de Valente, mas que pode estabelecer sub-sedes em qualquer parte do território nacional ou do exterior para viabilizar o cumprimento de suas finalidades<sup>4</sup>.

A região sisaleira da Bahia, cenário do presente trabalho, é uma forma preliminar de territorialização, porquanto o critério para sua definição provém do fato de ser a extração de sisal (*agave sisalana*) a principal atividade econômica dos 33 municípios<sup>5</sup> que a compõem (OLIVEIRA, 2002). Considerando uma dimensão mais complexa, portanto, mais completa, um território estrutura-se a partir de um projeto político, consequência da junção de interesses de determinados grupos sociais (SEPLANTEC/SEI, 2004).

Assim, a noção de território, expressa neste trabalho, corresponde aproximadamente à área de atuação



**Figura 1: Mapa Ilustrativo do Território de atuação da APAEB-Valente (sem escala).**

Elaboração: Nascimento, 2000.

da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, no município de Valente, aqui referenciada simplesmente como APAEB-Valente. É nesse sentido de território delimitado como uma área que se estrutura em virtude de uma ação social, compreendendo os aspectos socioeconômicos, políticos, ambientais, culturais e identitários, como também formas organizacionais específicas, e laços de coesão e solidariedade (SILVA & SILVA, 2001, p.5-6) que se contextualiza o território de atuação da APAEB-Valente no presente trabalho.

Considerando-se os dados do IBGE do ano de 200<sup>a</sup>, referente à área de atuação da APAEB-Valente, dos 13 municípios beneficiados por suas ações (Campo Formoso, Cansanção, Ichu, Itiúba, Jaguarari, Monte Santo, Nordestina, Pintadas, Queimadas, Retrolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha e Valente), dez produzem sisal, representando aproximadamente 57% (108, 870 mil hectares) da área plantada total (201,580 mil hectares) no Estado da Bahia, e cerca de 54% da área plantada no Nordeste brasileiro, no ano de 2004, o que demonstra a relevância da APAEB-Valente para a lavoura do sisal e conseqüentemente para a geração de benefícios ao agricultor familiar do semi-árido baiano neste setor empregado.

<sup>4</sup> Cf. Estatuto da APAEB-Valente, art. I, Parágrafo Único. Descritas no Anexo I.

<sup>5</sup> O número de municípios considerados, depende do critério adotado para delimitar tal região.



**Figuras 2 e 3 – Atividades na APAEB – Valente.**

Fonte: Disponível em [www.apaeb.com.br](http://www.apaeb.com.br) (13.09.2006)

### **Cultura do sisal e o surgimento da APAEB-Valente**

A cultura do SISAL se constitui na melhor alternativa econômica da região, pois, neste tipo de agricultura necessita-se de pouca água – característica típica do clima semi-árido – e o trabalho familiar é suficiente para manter a subsistência da família. De fato, o sisal foi o fator agregativo dos atores locais – produtores rurais de base familiar – do território em questão, os quais insatisfeitos, no final da década de 70, com a tributação governamental incidente sobre o sisal e seus produtos beneficiados, iniciaram um processo de reivindicações que suscitou na formação da Associação (APAEB).

A APAEB objetiva atingir a auto-suficiência através das atividades que geram recursos, mas mantendo a continuidade dos trabalhos educativos e sociais, nos quais encontram-se noções de participação e cidadania. É através dos trabalhos sócio-educativos que a APAEB procura manter a essência da proposta inicial de sua criação, evitando perder-se nos ideais do mercado, com o qual precisa estar em contato e manter negociações para sobreviver e agregar valor ao produto da região sisaleira.

### **A APAEB-Valente:**

De relevante papel, o movimento social da APAEB-Valente empreende ações que demonstram reais possibilidades da implementação de um processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Em conformidade com Silva & Silva (2001) desempenhou com um eficiente e justo enraizamento territorial uma transformação na região, adequando-a ao enredamento global.

Imprimindo mudanças na tecnosfera local, como a criação da Fábrica de Tapetes e Carpetes de Sisal, Bateira Comunitária de Sisal, Escola Família Agrícola, a APAEB-Valente implanta kits energia solar, e tanques para aumentar a capacidade de armazenagem de água, além do reflorestamento das propriedades rurais. A associação também imprime mudanças na psicofera através da formação da consciência cidadã da população local, com a construção de uma nova perspectiva de relacionamento entre a comunidade e o poder público; da

valorização do artesanato e dos produtos regionais, consequentemente dos seus aspectos sócio-culturais; pelo desenvolvimento de uma nova mentalidade que acredita no potencial da produção agropecuária na região do semi-árido, e que tem sido capaz de reduzir significativamente os índices de migração campo-cidade no seu território de atuação.

Assim, pode-se afirmar que a APAEB-Valente construiu socialmente seu território, o que de acordo com Boisier (1996) representa:

[...] potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e definitivamente passiva, em outra, organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns. (Id. p.26)

Pode-se afirmar que a APAEB – Valente surgiu de uma identidade de resistência e desenvolveu uma identidade de projeto socioeconômico, que fundamentado no capital social existente, foi capaz de promover o desenvolvimento local, que se estrutura no endógeno.

O território de atuação da APAEB – Valente destaca-se nacionalmente e internacionalmente não somente como expressivo centro produtor de sisal, mas acima de tudo, pela organização e gestão social dos atores locais, que utilizando-se dos recursos locais conseguiram se tornar sujeitos de seu próprio desenvolvimento. Empiricamente, tal reconhecimento socioeconômico foi atestado em novembro de 2005, em Santiago do Chile, pelo recebimento da APAEB de uma Menção Honrosa Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), por ter sido um dos 20 melhores e mais inovadores projetos sociais no continente - excluindo-se a América do Norte. Atualmente, com mais de 900 empregos gerados diretamente e movimentando milhões de reais na economia local, em forma de salários e compra de matéria-prima dos agricultores, a APAEB Valente continua lutando pelo desenvolvimento sustentável da região sisaleira.

## O perfil dos associados

Segundo o Departamento de Desenvolvimento comunitário – DDC – da APAEB – Valente (2005) os associados são constituídos por agricultores familiares, cuja principal atividade econômica é a agropecuária, possuem área com 10 a 15 hectares, e renda média mensal de R\$ 360,00.

Vale salientar, que a associação iniciou seus trabalhos sendo financiada por doações de instituições nacionais e estrangeiras e prosseguiu fazendo parcerias com prefeituras municipais, sindicatos e ONGs nacionais e internacionais (Vide Quadro 2). Atualmente, a APAEB conta com o apoio de diversas entidades governamentais, a exemplo do BNDES, outras ONGs, como a Fundação Kellog (EUA), Fundo Canadá e Manos Unidos (Espanha) dentre outras, e recentemente foi incluída na lista da Bolsa de Valores Sociais da Bovespa – Social (mantida pela Bolsa de Valores de São Paulo).

**Quadro 2: Apoiadores Financeiros e/ou Parceiros (1980 – 2001)**

INSTITUIÇÃO	LOCAL DE ORIGEM
Aecofaba	Riacho de Santana, BA
Banco do Nordeste	Feira de Santana, BA
Ceris	Rio de Janeiro, RJ
Fundação Doen	Holanda
Pão para o Mundo	Alemanha
Fade	Pernambuco
SOS PG	Bélgica
Vitae	São Paulo
Fundação Heinrich Boll	Alemanha
II Canalli	Itália
Lateinamerika Zentrum E.V.	Alemanha
MLAL	Itália
EUFS	Feira de Santana, BA

Fonte: APAEB – Valente, 1998.

## Indicação de Procedência: implicações para o território da APAEB-Valente

A implantação de uma Indicação de Procedência representa uma alternativa para agregação de valor aos tapetes e carpetes de sisal produzidos e exportados pela APAEB-Valente, como também, um instrumento de valorização do território produtor. Não é apenas uma questão de economias de escala ou qualidade no sentido convencional, mas, sobretudo, trata-se da valorização do trabalho e da produção local, por meio da indicação geográfica; conseqüentemente, valorizam-se a região e todos aqueles que se identificam com ela.

A dinâmica da globalização tem direcionado a atividade econômica para uma noção de competitividade que incorpora aspectos da externalidade produtiva e organizacional. Nesse sentido, procede a questão que Santos (2004) denomina interferência dos macroatores, aqueles que de fora da área determinam e influenciam as modalidades internas de ação. Nesse ambiente, a Indicação de Procedência geográfica, é uma tendência mundial que vem-se fortalecendo em virtude das novas exi-

gências de um consumidor consciente nos diversos segmentos do mercado; assim, representa um fator estratégico de competitividade.

Porter (1989) atribui ao espaço relevância na promoção da competitividade, e apesar de não tratar do tema de indicação geográfica pode ser citado assim como Benko (1996), por tratar da dimensão territorial como elemento ativo da vantagem competitiva, e em conformidade com Santos (1985) enquadra o território também como uma unidade espacial de trabalho. Considerando-se uma competitividade sistêmica, dessa sociedade em rede, a Indicação Geográfica ganha proeminência por fornecer vantagens competitivas. Segundo a associação dos produtores de Vinhos do Vales dos Vinhedos, a APROVALE (2005), dentre essas se destacam: demanda mais estável, em virtude da confiança/fidelização do consumidor; facilidade da presença no mercado, em relação à concorrência com outros produtores de preço e qualidade inferiores; estímulo à qualidade do produto e a investimentos na própria zona de produção (novos plantios, melhorias tecnológicas).

Para o território do sisal, a Indicação de Procedência pode vir a ser uma alternativa de exploração sustentável do potencial do semi-árido, fortalecendo a agricultura familiar como uma atividade economicamente viável, além de ser ecologicamente sustentável. A Indicação de Procedência contribui para a afirmação de um processo de desenvolvimento que permite unir elementos de identidade coletiva e fatores diferenciais, capazes de agregar valor, com aproveitamento de tipicidades locais/territoriais e dos patrimônios culturais e sociais específicos, potencializando os agentes econômicos locais (Guimarães *apud* Flores, 2005). Ademais, o desenvolvimento deve estar associado ao seu contexto socioeconômico e político, o que necessariamente sugere novos paradigmas político-culturais de cidadania, bem-estar social e qualidade de vida.

A sustentabilidade da lavoura sisaleira no território APAEB-Valente depende de fatores diversos que vão desde a manutenção da vantagem comparativa na produção de tapetes e carpetes de sisal, obtida através do fornecimento direto da matéria-prima pelos produtores locais, até a conquista de vantagens competitivas; dentre estas, a Indicação de Procedência surge como uma possibilidade de valoração do “produto do território”. Ao contemplar a multifuncionalidade, a Indicação de Procedência permite boas perspectivas ainda para o incremento do artesanato e turismo locais.

Com a fibra do sisal fazem-se bonecos típicos regionais, sandálias, bolsas, dentre outros artefatos que necessariamente experimentariam uma valoração não só pela qualidade notória de sua matéria-prima, como também por representar uma região internacionalmente aquilatada por sua identidade cultural e territorial. O turismo rural, por sua vez, impulsionado pela busca de novos circuitos alternativos do setor, poderia ser explorado criando-se o “Circuito do Sisal”, neste, a região disponibilizaria aos interessados desde a apresentação de unidades sisaleiras produtivas, passando por aspec-

tos técnicos e ecológicos da produção até variáveis culturais, de lazer, e gastronômicas, típicas da região sisaleira da Bahia. Neste sentido, a Indicação de Proce-  
dência serve também para reafirmar e valorar o território de atuação da APAEB-Valente como elemento dinâmico e criador de recursos estratégicos.

### Considerações Finais

A estratégia regional de implantação de uma Indicação Geográfica supõe o fortalecimento da associação produtora local, no caso, a APAEB-Valente. Esse fortalecimento não é requerido somente nos aspectos técnicos, como também, nos operacionais; na melhor estruturação na relação de redes locais e globais, incluindo nesta vertente o apelo mercadológico, especialmente no que se refere à valoração identitária; e no apoio governamental, no sentido de se criar uma linha de crédito específica para a efetivação dos supracitados processos junto ao INPI, que em termos práticos, costuma ser longo e extremamente burocrático, implicando um expressivo custo financeiro.

Assim, podem-se prever os impactos mais relevantes na aplicação do conjunto dessas ações, tais como: a) valorização dos produtos locais, relacionando-os a identidade territorial e cultural, num processo cíclico de reafirmação da região; b) redução do fluxo migratório, uma vez que as unidades produtivas familiares constituem a força motriz do desenvolvimento local, garantindo o subsídio dos pequenos agricultores locais e de suas famílias; c) preservação do meio ambiente e melhoria no processo de gestão do território; d) crescente aumento da oferta no aspecto qualitativo e quantitativo dos produtos do território; e) maior inclusão social intra-territorial, reforçando-se ações afirmativas e de empoderamento.

Com a implementação da IP, espera-se valorizar os “produtos do território”, a exemplo do que vem ocorrendo com outras IPs referidas aos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul – objeto de comparação. O território em questão destaca-se nacionalmente e internacionalmente não somente como expressivo centro produtor de sisal, mas acima de tudo, pela organização e gestão social dos atores locais, que utilizando-se dos recursos locais conseguiram se tornar sujeitos de seu próprio desenvolvimento. Este fato reforça a idéia de que há exequibilidade na implementação de uma IP nestes produtos, os quais refletindo uma identificação com o território de origem em suas dimensões geográfica e histórico-cultural, conquistariam vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes.

Notoriamente o meio ambiente do semi-árido é tido como inóspito e impõe dificuldades à sobrevivência humana, aliado a isso, o expressivo êxodo de sua população têm levado a desvalorização do território e aos sertanejos, no limite, a perderem sua identidade historicamente constituída. A IP dentro desta perspectiva representa um movimento antagônico, pois, contribui para a afirmação de um processo de desenvolvimento local, fundamentado essencialmente na base histórico-cultu-

ral, socioeconômico e geo-ambiental comum, ligando os diferentes agentes econômicos e atores sociais locais através do uso dos fatores locais. Tal processo viabiliza a ascensão de um “novo território estratégico” no que se refere a emergência e afirmação da competitividade territorial, propiciando uma vantagem exclusiva aos “produtos do território” e potencializando assim os agentes econômicos locais e valorizando o território.

### Referências

- APAEB-Valente. **Relatório anual da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**. Valente, Bahia: 1992, 1993, 1994, 1996, 1998.
- APROVALE (Associação dos Produtores de Vinho Finos do Vale dos Vinhedos). [www.aprovale.com.br](http://www.aprovale.com.br). Acesso em 18 out 2005.
- BAUMANN, Renato *et al.* **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.
- BENKO, George. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- BOISER, S. **Modernidad y Territorio**. Santiago de Chile: ILPES, 1996.
- CALDAS, Alcides dos Santos *et al.* **Mais além dos Arranjos Produtivos Locais: As Indicações Geográficas Protegidas como Unidades de Desenvolvimento Local**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, n.11, jan 2005.
- CALDAS, Alcides dos Santos; CERQUEIRA, Patrícia da Silva; PERIN, Teresinha de Fátima; OLIVEIRA FILHO, Jaime E. **A importância da denominação de origem para o desenvolvimento regional e inclusão social: o caso do território da Cachaça de Abaira**. Revista Desenhahia, Salvador, n. 3, set 2005.
- CALDAS, Alcides dos Santos; OTERO, Emilio Cuinas. **Atores sociais, mercado e competitividade na Denominação de Origem de Vinhos do Ribeiro-Espanha**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano III, n.5, dez 2001.
- CARVALHO JÚNIOR, CésarVaz, COUTO FILHO, Vitor de Athayde, MACHADO, Gustavo Bittencourt. **Atualidades, perspectivas e desafios para o espaço rural baiano**. In: Bahia 2000, Salvador, SEI, 1999. (no prelo)
- COUTO, Vitor de Athayde, AZIZ, Carla. **Ecoturismo na propriedade rural**. Bahia Agrícola ano II (1): 24-48, Salvador, jun. 1996.
- COUTO, Vitor de Athayde, COUTO FILHO, Vitor de Athayde. **A urbanização do trabalho rural**. Anais... XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Poços de Caldas: v. II, p. 589-602, 1998.
- FERRAZ, Carlos. **El Territorio como mercancía: fundamneto teóricos y metodológicos del marketing territorial**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano 3, n.5, p. 67-78, 2001.
- FLORES, M. X. **Projeto de fortalecimento da capacidade produtiva dos pequenos produtores rurais: desenvolvimento territorial e estratégias inovadoras**. Brasília: EMPRABA-GOTAG-Fundação Lyndolpho Silva-SEBRAE-BID, 2003.
- FRANCO, Augusto. **Por que precisamos de desenvolvimento local, integrado e sustentável**. Separata do número 3 de: Século XXI, Brasília Millenium – Instituto de Política, p.1-61, 2000.
- GONZALEZ, Ramón. **La escala local del desarrollo: definición y aspectos teóricos**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, n.1, nov 1998.

- GUIMARÃES, Clóvis. F. **A Certificação de Origem como estratégia de viabilização da caprino-ovinocultura de base familiar no Semi-Árido**, 2005. [www. Capritec.com.Br/art050601.htm](http://www.Capritec.com.Br/art050601.htm). Acesso em 18 out. 2005.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 30 de set. 2006
- INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual). [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br) Acesso em 12 out. 2005.
- KRUGMAN, P. **Geography and Trade**. Cambridge: MIT Press, 1991.
- LEMONS, Cristina. **Redes locais de informação para a inovação face à globalização**. Formare. Rio de Janeiro, v.3, n. 1-2, p. 104-119, 1997.
- LOILA, E; TEIXEIRA, Francisco. **Agroindústria, competitividade e política regional**. Revista de Administração Pública, vol.28, n.1, 1994.
- NASCIMENTO, Humberto Miranda. **Conviver o Sertão: origem e evolução do capital social em Valente/Ba**. Annablume, 2003.
- OLIVEIRA, Ismael Ferreira. **Produção familiar na Região do Semi-árido: limites e possibilidades**. Valente, jun 2002. [www.apaeb.com.br](http://www.apaeb.com.br). Acesso em 12 outubro, 2005.
- PORTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 1999.
- PORTER, M. E. **The wealth of regions**. London: World Link Publishing, 1994.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton; Silveira, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SCHRÖDER, M.; Nascimento, H.M; Teixeira, V.L. **Alternativas de inserção no mercado para a agricultura familiar: uma discussão a partir de experiências selecionadas**. In: Simpósio Latinoamericano sobre Investigação e Extensão em sistemas Agropecuários, 5. Florianópolis, SC, 2002. Anais... Florianópolis, 2002. p. 131.
- SILVA, Silvio B. & SILVA, Bárbara-Christine N. **Reinventando o território: tradição e mudança na Região do Sisal-Bahia**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, Bahia, Dez. 2001, ano III, n.5. pp 5-11.
- SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). **Análise territorial da Bahia rural**. Salvador: SEI, 2004. pp. 109-208.
- TEIXEIRA. F. **Desenvolvimento sustentável e inovações tecnológicas**. Palestra proferida na III Feira do Semi-Árido – Reeducando para as sociedades sustentáveis, Feira de Santana: UEFS, out. 2005.



## Departamento de Ciências Sociais Aplicadas PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO



### Publicações

Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE (indexada) e classificada como Nacional A pela Qualis da Capes – Planejamento Urbano, Regional e Demografia e Arquitetura e Urbanismo,

Cadernos de Análise Regional – classificada como Local A pela Qualis da Capes – Planejamento Urbano, Regional e Demografia e Arquitetura e Urbanismo,

Revista Analisar (eletrônica)

# Desenvolvimento local: mito ou realidade? O caso do pólo de confeccões de Jequié/Ba.

*Adenilson Rosa dos Santos<sup>1</sup>*

## **Resumo**

Esse trabalho tem como objetivo discutir a importância da indústria de confeccões de Jequié, para o desenvolvimento econômico do município, e as causas principais que contribuíram para o seu declínio. Os conceitos teóricos de desenvolvimento local e arranjos produtivos locais subsidiaram a análise das informações levantadas através de entrevistas com os principais atores envolvidos no processo, para assim tornar possível observar melhor o confronto entre o mito gerado e a realidade de uma atividade econômica que por algum tempo foi considerada a principal mola propulsora do desenvolvimento local no município de Jequié.

**Palavras Chave:** Indústria têxtil, Pólo de Confeccões, desenvolvimento local, arranjos produtivos locais.

## **Abstract**

This work has the objective to argue the importance of the industry of confections for Jequié, for the economic development of the city, and the main causes that contributed for his decline. The theoretical concepts of local development and local productive arrangements based the analysis of the information raised through interviews with the main involved actors in the process, for thus becoming possible to better observe the myth generated around a economic activity that for some time was considered the main propeller spring of the local development in the city of Jequié.

**Key words:** Polar region of Confections, local productive arrangements, local development.

## **Introdução**

O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. Alguns autores afirmam que as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões, para impulsionar o desenvolvimento local.

Neste artigo, procuramos tecer algumas considerações sobre o apogeu e o declínio do pólo de confeccões

de Jequié/Ba, dentro de um contexto voltado para as definições encontradas nos conceitos de desenvolvimento local e arranjos produtivos locais.

Este estudo foi dificultado pela inexistência de material bibliográfico atualizado, por isso, tivemos que recorrer a informações empíricas colhidas através de entrevistas realizadas com alguns dos agentes envolvidos com o setor de confeccões do município, com o objetivo de obter informações históricas, bem como dados estatísticos sobre a indústria de confeccões de Jequié, não publicados.

A importância desse setor para a sociedade local foi evidenciada principalmente nos anos 80, quando gerou muitos empregos diretos, beneficiando sobretudo, parte da população de baixa renda que vivia na sede do município. A relevância deste estudo é justificada pelo elevado número de pessoas que mesmo na informalidade, permanecem sobrevivendo da indústria de vestuário através de facções com grifes de outras regiões.

A identidade econômica e cultural de Jequié está intimamente refletida na atividade de produzir vestuários, por isso este assunto continua sendo discutido e ventilado pelos diversos segmentos da sociedade local com o objetivo de construir estratégias capazes de promover o desenvolvimento local através de arranjos produtivos voltados para as pequenas e micro empresas do ramo de confeccões. Por outro lado os principais agentes de desenvolvimento do Governo Federal tem priorizado ações voltadas ao desenvolvimento local através do fortalecimento das micro e pequenas empresas, procurando melhorar o acesso destas a financiamentos mais baratos e ao mesmo tempo diminuindo a carga tributária que incide sobre as mesmas, enfatizando interesse especial pelos arranjos produtivos locais. Neste contexto político, social e econômico a indústria de confeccões de Jequié poderá se tornar novamente uma alternativa para a economia formal do município.

Diante do exposto, procuramos desenvolver neste trabalho, algumas abordagens sobre desenvolvimento local, arranjos produtivos locais (APLs), a importância

<sup>1</sup> Graduado em Administração de Empresas pelas Faculdades Integradas de Jequié (FIJ), Pós-graduando em Metodologia do Ensino Superior nas Faculdades Integradas de Jequié (FIJ) e Mestrando em Análise Regional pela Unifacs.

da indústria de confecções na Bahia, bem como um breve histórico sócio econômico do pólo de confecções de Jequié, e finalmente a conclusão que apresenta uma visão crítica sobre as expectativas reais de desenvolvimento local, a partir da revitalização do setor de produção de vestuários.

### **Desenvolvimento local**

As políticas governamentais de desenvolvimento, no Brasil, surgiram baseadas em um paradigma que entendia o Estado como principal agente indutor e compreendia as desigualdades socioeconômicas inter-regionais como sério obstáculo à integração nacional e a sustentabilidade do crescimento brasileiro. (AMARAL FILHO, 1995).

A existência de desigualdades nas taxas de acumulação de capital entre as diversas regiões do país não era um fato novo, pois se constituía em uma característica estrutural desde os tempos da colonização. O fato novo era a percepção de que tais desigualdades não poderiam ser reduzidas apenas através do livre jogo das forças de mercado e de que a sua persistência implicava uma disfunção sistêmica que poderia ameaçar o equilíbrio socioeconômico como um todo.

Até a década de 70, predomina no desenvolvimento regional o paradigma “de cima para baixo”, onde sua principal característica está associada ao conceito da industrialização como processo motor do crescimento econômico, onde o poder central assume as propostas de desenvolvimento regional (BOISIER, 1989). As estratégias de desenvolvimento baseadas nestes modelos, geralmente envolvem grandes capitais externos à região e são inspiradas na idéia da substituição de importações. Estas políticas de desenvolvimento regional orientadas pelas teorias envolvendo conceitos-chaves de “pólos de desenvolvimento”.

Esses conceitos têm como principal ênfase os fatores dinâmicos de aglomeração industrial, evidenciando o crescimento desequilibrado, ou seja, ele não se manifesta simultaneamente em todos os locais, e sim em pontos ou pólos de crescimento. Este modelo conhecido como desconcentração concentrada, objetivava promover um crescimento econômico equilibrado entre as diversas regiões do país através da industrialização.

A década de 1980 é assinalada pelo fim do paradigma de desenvolvimento “de cima para baixo”. Alguns fatores contribuíram para esta nova fase, como a crise do “modelo fordista”, que levou ao declínio muitas regiões tradicionalmente industriais, a transformação nos modos e meios de produção, a crise fiscal do estado, o desemprego estrutural, dentre outros, fizeram com que a questão do desenvolvimento local passasse a ser uma proposta aos desafios da mundialização da economia, da informação, da necessidade de gerar novos empregos, da exclusão social, da necessidade de modernização tecnológica e requalificação profissional.

A partir das condições e potencialidades criadas pelos governos locais, as indústrias, mesmo que impulsionadas por empresas de fora, estabelecem inter-rela-

ções com o meio através de um processo sinérgico com os recursos locais. Este processo envolve a participação de empresas locais e novos empreendedores com características específicas da comunidade local (Amaral Filho, 1995).

Desenvolvimento local, segundo Buarque (2001 pág.14):

É um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. O desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo.

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade.

De fato, a estratégia de desenvolvimento local pressupõe que as ações baseadas nas condições de cada localidade e região e que tratam de utilizar eficientemente as potencialidades de desenvolvimento devem ser combinadas com as políticas setoriais e regionais que propiciam as administrações centrais com o fim de fornecer a reestruturação produtiva e a mudança estrutural da economia.

Portanto, de acordo com a estratégia de desenvolvimento local, as economias locais e regionais estão integradas no sistema econômico nacional e internacional e que, por conseguinte, os seus problemas são sempre problemas nacionais, devido ao fato de que os sistemas produtivos regionais e locais são componentes dos sistemas nacionais.

A sustentabilidade do desenvolvimento local é um dos principais problemas enfrentados pelas regiões economicamente deprimidas, as vezes a interferência governamental impõe determinadas políticas de desenvolvimento, sem se preocupar, no entanto com as particularidades culturais históricas da região em questão. Em muitos casos, os resultados alcançados quase sempre estão longe daqueles esperados.

No atual contexto em que a produção industrial encontra-se organizada, a produção em larga escala e o

elevado grau tecnológico, contribuem para a disseminação dos sistemas produtivos locais, maneira pela qual as pequenas e médias empresas e determinadas regiões encontram para elevar sua capacidade competitiva no mercado.

Para que exista um desenvolvimento local, e que o mesmo possa ser auto-sustentável e duradouro, resistindo à mobilidade de capital e dos meios de produção, tão presentes na economia capitalista e globalizada, pressupõe-se que a sociedade local esteja preparada e integrada ao processo de crescimento econômico, construindo desse modo um sistema local autônomo, porém bastante integrado às redes globais.

O desenvolvimento local trouxe consigo a importância da relação e da forma como as empresas locais interagem entre si e com o mundo globalizado para a promoção de inovações necessárias à sobrevivência do sistema local, diante disso os chamados arranjos produtivos locais, apesar de tão antigo quanto às experiências encontradas na terceira Itália e no Vale do Silício na Califórnia, onde as concentrações de empresas se destacaram das demais não somente por resistirem ao processo de mobilidade de capital, mas, sobretudo pela elevada renda per capita alcançada nessas regiões, vêm ganhando atualmente roupagem nova nos discursos, e vêm sendo divulgado como estratégia inovadora para o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Os arranjos produtivos locais (APLs) enfocam principalmente a cooperação entre os agentes locais, objetivando uma maior eficiência do aglomerado, essa interação resulta na acumulação e transferência de conhecimento entre as firmas. Alguns autores argumentam que a redução entre as distâncias físicas e tecnológicas contribui decisivamente para acelerar o processo de inovação entre as mesmas.

O APL efetivamente vem se tornando, nos últimos anos, discurso dos principais agentes responsáveis em fomentar o desenvolvimento regional. Essa alternativa é apresentada como solução para reduzir o custo individual e a aquisição das informações de conhecimento entre as pequenas e micro empresas concentradas em determinadas regiões economicamente deprimidas, tentando fazer com que a ação cooperada e a maior facilidade de aperfeiçoamento do conhecimento técnico e comercial, se transformem em vantagens competitivas locais. Nesse contexto as pequenas e micro empresas enraizadas se tornariam mais aptas a competir no mercado com as grandes empresas globais.

### **A importância da indústria têxtil no Brasil e na Bahia**

A importância do setor têxtil para a economia brasileira é claramente evidenciada através dos números divulgados pela Associação brasileira da indústria têxtil e de confecção, revelando que este setor emprega cerca de 1,7% da população economicamente ativa, ou 16,7% do total dos trabalhadores alocados na indústria de transformação, com faturamento em 2005 de cerca de US\$ 26 bilhões. (Bahiaexport, 2005)

A Indústria Têxtil e de Confecção do Brasil, é a sétima maior do mundo e segunda maior empregadora da Indústria de transformação do país, no entanto tem seu desenvolvimento ameaçado. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, após apresentar superávit por cinco anos seguidos e ter dobrado suas exportações no mesmo período (US\$ 2,2 bi, em 2005), o setor, em 2006, voltará a apresentar déficit em sua balança comercial.

A Bahia possui cerca de 500 indústrias de confecções, concentradas em Salvador e Feira de Santana, sendo que 52,6% produzem vestuário em geral, 18,6% roupas profissionais, 10,7% moda praia/fitness e 18,1% outros. De acordo com o Sindivest, estima-se que o setor emprega 10 mil trabalhadores com carteira assinada, que respondem pela produção mensal de cerca de um milhão de peças/ano (BAHIAEXPORT *apud Diário Oficial do Estado / FIEB/Sindivest, 2006*).

São as pequenas e micro empresas baianas as principais responsáveis pela produção de vestuário no estado. Na cidade de Jequié esta realidade não é diferente, as principais fábricas de roupas de grande e médio porte não suportaram a crise do setor, e atualmente são as pequenas e micro empresas juntamente com pequenas cooperativas e associações (em fase incipiente) que desenham o novo cenário do setor de confecções da região. Enquanto outros setores da economia do estado se desenvolveram, a representação do setor de confecções na composição do PIB baiano é cada vez menor, perdendo a cada ano a sua importância no cenário econômico nacional. Os investimentos e a atenção governamental estiveram voltados especialmente nos últimos anos para a indústria química e automobilística.

A Bahia possui uma tradição no ramo de confecções e por longo tempo este setor manteve significativa importância na sua história econômica, porém entrou num processo de decadência juntamente com a degradação da economia nordestina em detrimento do desenvolvimento das regiões sul e sudeste.

Segundo o Sebrae (2006), a Bahia tem atualmente 2,8% de participação na produção nacional de confecções e uma média de 19 empregados por empresa, enquanto, no Brasil, a média é de 65 empregados. Ao todo, o Estado possui 430 indústrias do setor de confecções, dessas, 250 possuem menos de 10 funcionários. Em 1995, a indústria têxtil participava com 4% da indústria baiana e 30 mil empregos. Atualmente, participa com 0,5% e gera 10 mil empregos. Salvador possui 42,3% das empresas de confecções, Feira de Santana tem 25,6%. Juntos, esses municípios abrigam 67,9% das indústrias de confecções do Estado. Lauro de Freitas participa com 3,5%, Jequié, com 3,3% e demais com 25,3%.

O período de 1970 a 1985 foi o mais promissor para o setor de confecções e vestuário, houve um expressivo crescimento, motivado principalmente pela implantação de centros industriais no interior, inclusive em Jequié. Porém os resultados não foram mantidos em longo prazo, as empresas não conseguiram transformar as vocações naturais em um vantagem competitiva que fizesse frente a outros mercados concorrentes.

A indústria de confecções na Bahia apresenta potencial de crescimento, justificado até mesmo pelo seu mercado interno, que importa 80% das confecções que consome, pode significar oportunidades de negócio e geração de emprego, contudo muitos outros aspectos precisam ser analisados, principalmente no que diz respeito aos arranjos produtivos propostos, pois existem muitos outros fatores a serem observados na cadeia produtiva.

### **Pólo de Confecções de Jequié**

Tudo começou com pequenas fábricas de roupas que inicialmente foram instaladas nos fundos das residências de seus respectivos proprietários em meados dos anos 60, destes pequenos negócios financiados com recursos próprios sugeriram fábricas como ESTRELA, BREMER, ESMERC, LEBRUT, LAY & LOY, INJER, SACY PERERÊ, SAMIL, VIHELE, dentre outras, algumas prosperaram e se transformaram em grandes indústrias de vestuário.

As principais fábricas de confecções de Jequié vendiam seus produtos para grandes redes de lojas varejistas como Mesbla e Mappin, suas marcas atingiram mercados consumidores de vários estados brasileiros, inclusive o de São Paulo. As fábricas de Jequié produziam roupas jeans, roupas íntimas, roupas infantis, blusas de malhas, de acordo com os pedidos previamente emitidos pelos compradores e a demanda do mercado local e regional.

O apogeu das indústrias de confecções de Jequié ocorreu nos anos 80, quando o setor gerava aproximadamente 3.000 empregos diretos nas suas principais fábricas, alcançando a significativa absorção de 10% da população economicamente ativa do município. Com o fim do ciclo de desenvolvimento desta atividade econômica, as principais empresas fecharam suas portas e as demais foram obrigadas a reduzir bruscamente a produção e seu quadro de pessoal.

Atualmente, segundo informações obtidas na secretaria de desenvolvimento econômico da Prefeitura municipal de Jequié, o setor gera atualmente 500 empregos diretos, porém existem cerca de 2000 pessoas ocupadas na informalidade, com a atividade de vestuário, através de facções com grifes famosas, tais como: Mitchell, Fórum, Planet, dentre outras que contratam esta mão de obra treinada e ociosa existente na cidade apenas para costurar as peças de roupas que já chegam devidamente cortadas e acompanhadas de todos os aviamentos necessários.

Com o fim das grandes fábricas de roupas de Jequié, pequenas e micro empresas começam a surgir como solução para resgatar aos poucos uma atividade econômica que tanto significou para a geração de empregos. A Prefeitura Municipal de Jequié tem em seu cadastro 200 pequenas fábricas de roupas que funcionam nos fundos das casas de seus proprietários quase todas sem nenhum registro legal para funcionamento, a relação geral de contribuintes fornecida pela secretaria da fazenda estadual apenas 45 empresas do ramo de confecções perma-

necem ativas (SECRETARIA DA FAZENDA/BAHIA, 2005).

O surgimento destes pequenos ateliês, em muitos casos, é fruto das indenizações feitas pelas empresas do setor que pediram falência e como não dispunham de recursos financeiros para quitar os acordos trabalhistas, ofereceram suas máquinas como pagamento.

Ainda com base nas informações obtidas na Prefeitura Municipal de Jequié, ao longo de sua história a indústria de confecções do município gerou recursos equivalentes a mais de cem milhões de dólares, sob a forma de salários, tributos e encargos sociais, desta forma substituindo compras que seriam efetuadas por lojistas da Bahia em outros Estados e exportando para o resto do país e para o exterior através de companhias de exportação, assumindo assim papel relevante no desenvolvimento sócio econômico regional. Neste período a produção de Jequié alcançava 60% do que era produzido na Bahia, basicamente pelas seis maiores empresas locais.

O município de Jequié se transformou num pólo de confecções, definitivamente na década de 1970, mesmo distante dos principais fornecedores de matéria prima e dos mais importantes mercados consumidores da produção local, o principal fator que impulsionou essa ascensão é atribuído principalmente a mão de obra barata, porém especializada, o primor pela qualidade foi outra condição essencial para que as roupas produzidas em Jequié alcançassem destaque nos principais mercados comerciais.

A partir dos anos 80, a indústria de confecções de Jequié começa a entrar em crise, decorrente de muitos fatores tais como: alto custo da matéria prima, elevação dos custos financeiros, a perda do poder aquisitivo da população, dentre outros. Em seguida o setor começou a se retrair e perder mercado, resultando na elevação do endividamento das empresas e conseqüentemente na falta de capital de giro.

Por outro lado os empresários não se prepararam antecipadamente para enfrentar a dinâmica das transformações econômicas impostas pelo mercado cada vez mais globalizado, com maior abertura para os produtos importados e também a utilização de tecidos sintéticos derivados do petróleo em substituição aos oriundos do algodão que aumentava consideravelmente os custos de produção. Não houve preocupação em criar um centro tecnológico, ou cursos universitários que formassem profissionais voltados para o mundo da moda, produzindo conhecimento capaz de criar e desenvolver processos e técnicas mais eficientes, não só na produção, mais também nas outras etapas de criação e comercialização.

Enquanto as indústrias de confecções de Jequié se estagnavam, outros centros passaram mais rápido do processo de pedidos para o processo de pronta entrega, melhorando consideravelmente o fluxo de caixa de suas empresas, pois o capital passou a girar mais rápido, investiram em máquinas mais modernas, que reduziram os desperdícios de matéria prima e também produziam

mais peças em um menor tempo possível, aliados a isso procuraram não apenas fabricar roupas e sim produzir moda, onde os produtos possuem mais valor agregado.

O pólo de confecções de Jequié concentrava sua produção basicamente em cinco ou seis empresas de grande porte, produzindo praticamente os mesmos artigos, competido entre si sem haver em contrapartida uma maior cooperação, que fortalecessem o setor diante dos problemas enfrentados.

Não houve um arranjo que inserisse as pequenas e micro empresas no processo de sustentabilidade do setor, flexibilizando e segmentando a produção em busca da especialização, mesmo porque com a abertura aos importados, a carga fiscal, e a política trabalhista vigente, os novos empreendimentos muitas vezes ficam inviabilizados, uma vez que o segmento de confecções é altamente absorvedor de mão de obra.

### **Conclusão**

Diante da visão contemporânea do conceito de desenvolvimento, que não é sinônimo de crescimento econômico, verifica-se que o desenvolvimento econômico creditado a indústria de confecções de Jequié, não resultou numa melhor qualidade de vida da população, pois apenas as grandes empresas dominavam toda a produção existente, o lucro proveniente dessa atividade, permaneceu nas mãos de poucos, conseqüentemente os reflexos desta riqueza não gerou melhor distribuição de renda. Enfim, para a população gerou apenas emprego de salário mínimo.

A indústria de confecções de Jequié continua sofrendo as conseqüências da crise que lhe retirou a hegemonia no setor que no momento tem a sua expectativa girando em torno das políticas de incentivo às pequenas e micro empresas, focando como principal estratégia a fomentação de arranjos produtivos locais, a exemplo daqueles que começaram a ser desenvolvidos em outros centros que já foram pólos de confecções (como o da Rua Uruguai em Salvador/Ba).

O efeito moda pode transformar a aplicação genérica dos conceitos de arranjos produtivos locais num fiasco, pois o consenso pode provocar a banalização, inibindo conseqüentemente uma maior atenção aos vários aspectos que são particulares à determinada localidade e atividade existente, não podendo, portanto, ser adaptadas para outras regiões, por isso a racionalidade precisa fazer parte de muitas estratégias que na maioria das vezes é inspirado em arranjos que obtiveram sucesso em outros países do mundo.

É importante que haja maturidade na implementação de certas políticas para que choques adversos não destruam a idéia inicial que pode ser promissora. A conseqüência é o efeito-moda transformar-se rapidamente em decepção, e a mesma precipitação na aceitação dar lugar à rejeição crítica, num processo de desperdício de energia pública.

Diante da realidade encontrada em Jequié, não se percebe uma reação positiva por parte de empresários que ainda persistem na atividade, por outro lado, faltam

políticas mais decisivas que visem investir na revitalização no setor.

Além dos investimentos em máquinas modernas, será necessário, um intenso trabalho de capacitação para possibilitar a inserção dessas empresas no mercado interno e externo, buscando iniciativas que promovam a criatividade e a inovação para desenvolver produtos que tenham maior valor agregado. Apesar da região de Jequié ter sido um dos principais pólos de confecções da Bahia, nenhum curso universitário foi implantado durante todo esse longo período que favorecesse a formação de profissionais voltados para o mundo da moda ou para a indústria de confecções.

Quando se avalia esta expressão denominada pólo de confecções de Jequié, verifica-se que muitas condições importantes que caracterizam um pólo de desenvolvimento estão longe de serem alcançadas pelo modelo presente.

Enfim, apesar da diversidade de enfoques envolvendo os conceitos de desenvolvimento local, todas as vertentes têm em comum: a ênfase aos governos e atores locais como agentes de transformação; a necessidade de explorar as capacidades locais, efetivas e potenciais, como meio capaz de produzir o crescimento da região; e o fato de se apoiarem nas teorias sobre o crescimento endógeno. Isto é, a partir do conhecimento do potencial endógeno, constituído pelos recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais de um lugar, pode-se analisar quais elementos devem ser utilizados para promover o desenvolvimento local.

Para se traçar planos e programas de revitalização é preciso analisar aspectos históricos e o estágio atual do segmento local em função dos novos paradigmas que a indústria de confecções se encontra atualmente tanto a nível local e regional, quanto a nível nacional e mundial.

No passado toda produção de Jequié era concentrada em apenas seis grandes empresas, hoje, são as micro e pequenas empresas que assumem este papel, antes eram o brim e o jeans os produtos principais da indústria de vestuário de Jequié, atualmente a produção se concentra basicamente no segmento de roupas íntimas.

As grandes empresas de confecções do município de Jequié produziam basicamente em função da demanda dos mercados externos à região, não se preocupando com o consumo doméstico. Um dos possíveis fatores que levava a população local a não consumir seria o baixo nível de renda, por este e outros fatores expostos neste trabalho questiona-se a eficácia do pólo de confecções de Jequié como promotor do desenvolvimento local.

Atualmente a produção é realizada em pequena escala pelas micro e pequenas empresas, que procuram atender o mercado interno, através de produtos acessíveis à população local, porém se percebe a incapacidade para a inserção em outros mercados mais exigentes e competitivos, principalmente pela falta de investimentos em tecnologias que permitam a inovação e criação de produtos de melhor qualidade com menor custo de produção.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local, devem levar em consideração que um dos

objetivos principais dos arranjos produtivos é concentrar empresas com interesses comuns, envolvidas em atividades afins, para que possam produzir um ambiente adequado para que as inovações, em particular, e o aprendizado, de forma geral, difundam-se com maior rapidez, fazendo com que a iniciativa empreendedora atinja atores menos avançados.

Diante do exposto percebe-se que o arranjo entre as indústrias de confecções de Jequié não cumpriu no passado os objetivos idealizados pela política governamental que promoveu a desconcentração concentrada, através do distrito Industrial de Jequié. Não houveram condições propícias para o aprendizado entre as empresas do setor de confecções, bem como a inovação e sua propagação, que deveria se tornar interesse comum a ser disseminado.

## Referências

- A importância do Setor Têxtil para a Economia Brasileira. Disponível em <<http://www.bahiaexport.com.br/port/madein/textil.asp>> Acesso em 15 Set. 2006.
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação de estratégias alternativas (à guerra fiscal). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXIII, 1995, Salvador. Anais...Salvador: Anpec, 1995.
- BAHIA. Secretaria da Fazenda. **Empresas em atividade no ramo têxtil**. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.sefaz.ba.gov.br/>> Acesso em: 14 set. 2006.
- BOISIER, Sérgio. Política Econômica, Organização e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P.R. (org). **Economia Regional: Teorias e métodos de Análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1989. P. 589-687.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável**. Recife: IICA, 1995.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, 1999. Disponível em <<http://www.iica.org.br/>> Acesso em: 08 Jul. 2006.
- BALBI, André Luiz De Lacerda; MALUF, Rosemma Burlacchini. **Caracterização e Desenvolvimento do APL de Confecções da Rua do Uruguai -Antecedentes e Resultados**. Salvador, 2004. Disponível em: <[www.intempres.pco.cu/Intempres20002004/Intempres2004/Sitio/Ponencias/20.pdf](http://www.intempres.pco.cu/Intempres20002004/Intempres2004/Sitio/Ponencias/20.pdf)>. Acesso em :20 de jul.2006.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA - FIEB . **Perfil da indústria têxtil e do vestuário no Estado da Bahia**. Salvador, 1983. 101 p.
- PERFIL da indústria de confecções na Bahia. [Salvador]:[s.n], 1995. 41 p.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE . **A Indústria Têxtil na Bahia**. Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www2.ba.sebrae.com.br/arranjosprodutivos/{005A88A7-7518-46AC-A3BF-1A412A5CB273}.asp>> Acesso em: 15 set. 2006.
- SMC CONSULTORIA . **Projeto de análise da indústria do vestuário da Bahia: 2º fase - análise e diagnóstico do mercado baiano e de outras regiões**. [S.l], 1995. 193 p.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de análise da indústria do vestuário da Bahia: 3º fase - estratégias, questões críticas e recomendações para o setor**. [S.l], 1995. Não paginado. (Documento final).



REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**RDE**

UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR BAHIA

Leia todos os números da RDE acessando o site:

[www.ppdrunifacs.br](http://www.ppdrunifacs.br)

Arquivos prontos para download.

# Fosfato na Bahia: aspectos econômicos e ambientais

*Hélio Gamalho Vasconcellos<sup>1</sup>*

## Resumo

O presente artigo visa trazer à tónica das discussões acadêmicas uma reflexão acerca da mineração como agente de desenvolvimento sócio-econômico, em face das políticas públicas de desenvolvimento sustentável vigentes, bem como o tratamento dado por parte dos gestores governamentais às mesmas. Tal estudo pode contribuir para a desmistificação de conceitos pré-existentes acerca da mineração como instrumento maléfico de degradação ambiental, ao enfatizar sua potencial importância para a elevação do IDH-M. A fundamentação teórica que embasa esta análise reside no fato do desenvolvimento sustentável ser um processo evolutivo que se pauta no crescimento da economia, na manutenção e/ou melhoria da qualidade do ambiente e da sociedade para benefício das gerações presente e futura, ou seja, as bases para o desenvolvimento humano são alicerçadas sobre o tripé econômico, social e ambiental. A realidade dos impactos econômicos, sociais e ambientais, benéficos ou não, nos municípios de Irecê e Lapão, região do Semi-árido da Bahia, em análise pelo Grupo de Estudos da UNIFACS, é enfocada na produção de fosfato no Estado da Bahia, tendo como referência os resultados obtidos com o Projeto Fosfato Supergênico de Irecê, desenvolvido pela CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral desde a década de 80 até a contemporaneidade.

**Palavras-Chaves:** Economia; Mineração; Políticas Públicas; Desenvolvimento Sustentável; IDH-M.

## Abstract

The present article aims at to bring to the tonic of the academic discussions a reflection concerning the mining as agent of partner-economic development, in face of effective the public politics of sustainable development, as well as the treatment given on the part of the governmental managers to the same ones. Such study it can contribute for the demystification of preexisting concepts concerning the mining as maleficent instrument of ambient degradation, when emphasizing its potential importance for the rise of the IDH-M. The theoretical fundamentation that bases this analysis inhabits in the fact of the sustainable development to be a evolutive process that if guideline in the growth of the economy, in the maintenance and/or improvement of the quality of the environment and the society for benefit of the

generations present and future, that is, the bases for the human development are cemented on the economic, social and ambient tripod. The reality of economic, social and ambient, beneficial the impacts or not, in the cities of Irecê and Lapão, region of the Half-barren one of the Bahia, in analysis for the Group of Studies of the UNIFACS, is focused in the production of Phosphate in the State of the Bahia, having as reference the results gotten with the Project Phosphate Supergenic of Irecê, developed for the CBPM - Bahia Company of Mineral Research since the decade of 80 until the contemporaneity.

**Key words:** Economy; Mining; Public politics; Sustainable development; IDH-M.

## Introdução

O novo século trouxe consigo exigências sócio-ambientais que apontam para a necessidade de se repensar modelos para as estruturas político-administrativas vigentes. Os seres humanos perceberam que precisam do desenvolvimento para dar o suporte necessário ao tripé da sustentabilidade e que a elevação do nível da educação, da saúde e da renda tornaram-se condição *sine qua non* para a melhoria da qualidade de vida no planeta. Não obstante este reconhecimento, o homem ainda precisa compreender o papel da responsabilidade sócio-ambiental para que, munido deste conhecimento, possa exigir dos governantes a implementação de políticas públicas exequíveis que protejam o cidadão, assegurando-lhe direitos fundamentais que apontem para a dignidade da pessoa humana.

Durante muitos séculos a mineração, com sua extração industrializada, de forma ordenada ou não, foi apontada como a principal vilã da poluição do meio ambiente. A inexistência de exigências por parte dos órgãos fiscalizadores colaborava para que esta realidade se tornasse factual. Nas últimas décadas, em especial da década de 80 para cá, exigências formais foram impostas às indústrias e empresas mineradoras, com vistas à minoração de impactos, elevação do grau de preservação do ambiente local e do seu entorno, assim como

<sup>1</sup> Geólogo – IGUFBa, Especialista em Administração Pública – UNEB e em Planejamento e Gestão Ambiental – UNIFACS. Mestrando em Análise Regional – UNIFACS. e-mail: gamalho@cbpm.com.br.

para a recuperação do meio explorado, através de ações de reflorestamento e medidas gerais de mitigação, dentre outras ações que possibilitaram o desenvolvimento da percepção sócio-ambiental.

Nem sempre, porém, as gestões públicas voltadas para as questões sociais, econômicas e ambientais têm trabalhado harmoniosamente, buscando interligar suas ações de modo a priorizar o homem e o seu *habitat*. As gestões públicas do social, que tem como incumbência avaliar as condições de qualidade de vida; do econômico, que tem por função analisar os padrões de produtividade e desenvolvimento e do ambiental, que tem como premissa básica identificar a intensidade do uso dos recursos naturais, têm sido, com frequência, analisadas isoladamente. Percebe-se a necessidade da sociedade civil quanto à geração de trabalho e renda, bem como as possibilidades de estimulação dos mesmos a partir da extração dos recursos minerais, porém não são evidentes, para esta mesma sociedade, as ações de planejamento para a sustentabilidade local após o esgotamento de tais recursos.

A busca de um equilíbrio para tais questões é que norteia o objetivo geral deste artigo, que consiste em analisar a trajetória histórica do eixo industrial do São Francisco na Bahia, região econômica de Irecê, em face das perspectivas do mercado de fertilizantes na região, seus impactos positivos e negativos, assim como sua importância na transformação social local como agente catalisador de trabalho e renda. Nesse sentido é que, no artigo, busca-se estimular a reflexão acerca da problemática em análise, tomando como ponto de partida a experiência vivenciada na produção e extração de fosfato nas cidades de Irecê e Lapão, situadas no Semi-árido baiano.

### Irecê: perspectivas históricas e desenvolvimento

Apesar de ter um povoamento relativamente antigo, a região de Irecê permaneceu isolada até fins do século XIX. A sua ocupação efetiva só começou a partir da implantação de uma rede ferroviária no Estado e do sistema de navegação fluvial no Rio São Francisco, quando então se estabeleceram os fluxos migratórios e de mercadorias, inter e intra-regional, fazendo uma conexão entre a região do semi-árido baiano e o litoral. O deslocamento de pessoas para áreas menos afetadas pela estiagem contribuiu para o povoamento da Chapada de Irecê que, a partir daí, passou a obter boas safras de milho, feijão e algodão, fruto da boa fertilidade dos seus solos e da existência de um lençol aquífero subterrâneo. Este fato deu origem ao nome da região e à sua cidade economicamente mais importante, Irecê, que em tupi significa água subterrânea. (SEI, 2003).

Contudo, apesar desse povoamento e de um incipiente processo de mecanização agrícola, a partir da década de quarenta, a sua expansão econômica só ocorreu no início dos anos setenta, baseada na cultura de feijão, milho e mamona; na implantação de um sistema viário para o escoamento da produção e na oferta de crédito agrícola farto e subsidiado. Nesse contexto o município de Irecê, que possui a 2ª menor área na chamada Região Econômica de Irecê, teve a sua população

aumentada de 30.690 habitantes, em 1980, para 61.526 em 2005 (IBGE, 2005), ocupando atualmente o primeiro lugar em densidade demográfica, 174,61 hab/km<sup>2</sup>, bem maior que a da região na qual está incluso, 15,2 hab/km<sup>2</sup>, e do próprio Estado da Bahia, de 23,1 hab/km<sup>2</sup>.

A região econômica de Irecê está totalmente inserida no semi-árido baiano e faz parte do bioma Caatinga, caracterizado por uma vegetação lenhosa, decidual, em geral espinhosa, com plantas suculentas e com sinúsia gramínea anual, marcada pela longa estiagem, árvores e arbustos com fustes delgados e retilíneos, casca lisa ou armadas de espinhos ou acúleos (ESTEVES, F., 2002). Conforme descrição feita pelo autor anteriormente citado, a vegetação do bioma Caatinga em Irecê é característica da faixa de sertão, mais seco, com solo raso e ou pedregoso e vegetação mais baixa e pobre, ocupando enormes extensões para o interior.

Essa região é composta por 19 municípios e ocupa uma área de 26.155 km<sup>2</sup>, com população estimada de 377.624 habitantes em 2005 (SEI, Anuário Estatístico 2005). O município de Irecê, criado em 1926, atualmente com 336,8 km<sup>2</sup> de área, ocupava até a realização do Censo Demográfico de 1980 uma área aproximada de 4.000 km<sup>2</sup>, da qual foram desmembrados, em 1985, os atuais municípios de América Dourada, João Dourado, Lapão e São Gabriel.

Lapão, município vizinho de Irecê e também possuidor de jazidas de fosfato supergênico, ocupa uma área de 645 km<sup>2</sup> com população de 25.529 habitantes em 2002. Irecê e Lapão não registram atividade industrial significativa nas estatísticas do Estado da Bahia. Em 1985 (SEI, Informações Básicas dos Municípios Baianos, 1994) o município de Irecê registrava a existência de 87 estabelecimentos voltados para a indústria de transformação (minerais não-metálicos, alimentares e outros) com ocupação de apenas 351 pessoas.

Irecê e Lapão apresentam as seguintes características geoambientais:

**Quadro 1 - Características geoambientais do território de Irecê e Lapão (Ba).**

ELEMENTOS	CARACTERÍSTICAS
Mapa de Geologia	Proterozóico Superior. Super Grupo São Francisco
Recursos Minerais	Zn, P, Pb, Ba
Recursos Hídricos	Águas Subterrâneas
Aptidão Agrícola das Terras	Restrita para Lavouras.
Tipologia Climática	Primavera / Verão.
Solos	Solo com horizonte B incipiente ou câmbico.
Relevo	Chapada Diamantina.
Vegetação	Reg. da Savana Estépica (caatinga do sertão semi-árido).
Flora ameaçada de extinção	Não há.
Fauna ameaçada de extinção	Não há.
Unidades de Conservação	Não existem.

Fonte: Cartogramas da SEI/Seplantec

Em termos de infra-estrutura o município de Irecê foi escolhido como sede para a implantação da Unidade de Beneficiamento do Fosfato Supergênico. É razoavelmente bem servido. Há uma excelente infra-estrutura de estradas, comunicações, energia elétrica e serviços, com vários estabelecimentos bancários e integração à rede de telefonia nacional e internacional pelos Sistemas DDD e DDI. Dispõe de aeroporto com pista asfaltada de 1400m e suprimento adequado de energia elétrica, com alimentação pelo sistema Sobradinho – Paulo Afonso através uma linha tronco de 230KV. A água para consumo humano é captada a partir da barragem de Mirorós, situada a 62 Km de distância. Face à escassez de água na região, a água para atividades comerciais (agricultura, mineração, etc) é captada nos aquíferos subterrâneos através de poços tubulares, cuja profundidade oscila entre 70m e 100m, sendo comuns vazões de 30 mil litros/hora.

### **A Visão Industrial da Bahia na década de 80**

Spinola, Pedrão e Zacarias (1983), ao fazerem um retrospecto da política de desenvolvimento da Bahia, com ênfase nos 25 anos precedentes à década de 1980, chamaram a atenção sobre a forma como foi desenvolvida a política industrial que seguiu, “sucessivamente, as fases que se costuma atribuir à industrialização em regiões subdesenvolvidas” (p.17).

Inicialmente houve um planejamento genérico do setor, previsto como equilibrado entre a produção de bens de consumo e de bens de capital (1956 a 1962). Numa segunda etapa foi dada ênfase ao uso dos recursos institucionais e financeiros – SUDENE e BNB – para projetos de investimento (CIA) e a “orientação a uma polarização industrial moderada, numa política baseada no aproveitamento de vantagens locais da Bahia (1963 a 1970)”. (Id Ibidem). Uma terceira etapa buscou captar as possibilidades oferecidas por uma industrialização polarizada e especializada (implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari).

No trajeto entre estas etapas houve significativas transformações na economia brasileira, sendo marcante o aumento da integração do mercado nacional, o que possibilitou a ampliação das fábricas existentes e a perspectiva de implantação de novas fábricas. A integração do mercado financeiro nacional, contudo, reduziu as possibilidades de consolidação de uma estrutura industrial regional não consentânea com os movimentos de transformação e expansão do mercado nacional.

Nesse particular o esquema de “industrialização por concentração de infra-estrutura (distritos industriais)” anteriormente idealizado foi fragilizado, tornando-se evidente a necessidade de aproveitamento das externalidades de cada atividade e das vantagens locais competitivas. Tais constatações levaram aqueles autores a concluir que “frente a estas dificuldades, torna-se indispensável substituir as teses das décadas anteriores, de industrializar-se pelo efeito de massa da quantidade de indústrias, pelas teses de industrialização seletiva voltadas à maximização dos efeitos indiretos da criação de indústrias e à implantação de projetos complementares ao parque industrial atual”.

Mais adiante Spinola, Pedrão e Zacarias, ao analisarem os reflexos da implantação do Complexo Petrolífero e Petroquímico de Camaçari, mostram as restrições da continuidade do esquema das etapas anteriores da industrialização e as do modelo petroquímico, quer por suas repercussões na captação da formação de capital regional quanto por concorrerem no mercado regional de trabalho pelos investimentos públicos. Tal dicotomia permitiu à indústria baiana reagir a impulsos positivos na economia, porém a tornou vulnerável às contrações da economia nacional.

Tais reflexões levaram Spinola, Pedrão e Zacarias a elaborar uma Proposta de Política Industrial para o Estado da Bahia contemplando:

- Atualizar a análise da industrialização e reajustar o planejamento industrial às condições prevaescentes na economia nacional e ao instrumental disponível para sua realização;
- Maior atenção à criação de economias externas e à intensificação do uso do capital social básico;
- Adotar um estilo flexível de trabalho, voltado para a solução de problemas operativos, isto é, à base de uma estratégia e de linhas de ação específicas.

Nestas linhas de macro ação a estratégia industrial privilegia a captação dos efeitos a montante do gasto total realizado no Estado, insistindo na importância da criação de economias obtidas da integração entre setores da economia estadual. Com a mesma orientação, procura aproveitar ao máximo os efeitos do crescimento industrial, em termos da formação de emprego – direto e indireto – e a ampliação do mercado regional, consolidando os resultados alcançados até o presente e apresentando novas linhas de crescimento, apropriadas à realidade econômica atual nacional e regional”. (Id Ibidem, p.20).

Esta breve síntese do pensamento de Spínola, Pedrão e Zacarias, exposto na década de 1980, é seqüenciada, na proposta de uma nova política industrial, com temas e análises diversas que enfocam o histórico da industrialização na Bahia, bem como as condições e opções para a implementação de uma nova política industrial.

Não é escopo deste trabalho discorrer sobre a proposta dos autores supracitados, extensa e circunstanciada, porém as linhas de ação nele preconizadas identificaram pontos importantes para embasar a abordagem temática deste artigo, que trata da questão dos fertilizantes na Bahia. Estas linhas estabelecem duas vertentes básicas que são as Medidas Gerais de Sustentação e Crescimento do Parque Industrial e os Programas Setoriais, estes com detalhamentos sobre indústrias diversas como Química, Petroquímica, Fertilizantes, Mineral, dentre outras.

Na questão relativa à Indústria de Fertilizantes estes autores enfatizam o consumo na Região Nordeste do Brasil, que apresentava os seguintes índices:

- Consumo estável, em termos relativos, nos 10 anos anteriores;
- Representatividade no consumo nacional menor que 9%, mesmo com o Nordeste representando 18% em área e 30% da população brasileira;

- Com 58% da população na zona rural, era o setor agrícola o mais importante da economia regional;
- Baixa produtividade agrícola.

Os autores chamam a atenção para as dificuldades de superar estes baixos rendimentos, porém destacam que “os fertilizantes, isoladamente, possuem um potencial gerador de aumento de produtividade agrícola da ordem de 50%”, além de representarem uma opção de investimento com uma das mais baixas relações de custo/benefício.

Naquele momento a indústria de fertilizantes no NE era recente e nem sempre voltada às necessidades específicas da região, como as fábricas de amônia e uréia, que surgiram da disponibilidade da matéria-prima, porém atendiam a demanda de outras regiões do país. No segmento de misturadoras, onde já havia uma atividade comercial implantada, não havia benefícios quanto às técnicas empregadas nem quanto à correta aplicação dos insumos.

Enfim, a avaliação temporal indicava a inexistência de expressiva oferta regional de fosfatos solúveis, importantes para suprir as carências dos solos do Nordeste e para alavancar o incipiente setor industrial que começava a despontar. Com a perspectiva da disponibilidade dos insumos básicos, em curto e médio prazo, Spínola, Pedrão e Zacarias (1998, p.249) preconizam que “a indústria de fertilizantes tem uma oportunidade ímpar para se consolidar, fortalecer e planificar, obtendo assim, conseqüentemente, um forte vetor para minorar as dificuldades agrícolas no Nordeste Brasileiro”.

### O mercado brasileiro de fertilizantes

Há mais de 150 anos que a indústria de fertilizantes participa ativamente do desenvolvimento da agricultura e do atendimento às carências institucionais da população mundial. Sua representatividade alcança, em alguns países, até 50% das produções nacionais. Mas, o que são os fertilizantes? Qual a sua finalidade?

Isherwood (2000, p. 11) define os fertilizantes minerais como “materiais, naturais ou manufaturados, que contêm nutrientes essenciais para o crescimento normal e o desenvolvimento das plantas”. Os nutrientes estão presentes em muitos componentes das plantas, como as proteínas, ácidos nucléicos e clorofila, sendo essenciais nos processos de transferência de energia e ação enzimática.

Isherwood (2000) relaciona os nutrientes como:

- **Macronutrientes:** nitrogênio, fósforo e potássio. Podem ser considerados como nutrientes primários e são aplicados em grandes quantidades. Outros macronutrientes, considerados secundários, são enxofre, cálcio e magnésio.
- **Micronutrientes:** são nutrientes necessários em pequenas quantidades. Boro, cloro, cobre, ferro, manganês, molibdênio e zinco têm aplicação mais ampla que sódio, silício, níquel, selênio e cobalto, estes requeridos por certos tipos de plantas.

Nos solos os fertilizantes são usados para:

- Suplementar a disponibilidade natural de elementos já existentes;
- Compensar a perda de nutrientes;
- Melhorar ou manter as boas condições do solo para produção de culturas.

Como já mencionado anteriormente, há uma relação direta entre o consumo de fertilizantes e o aumento da produtividade agrícola. Isherwood (2000) relaciona exemplos da França, mostrando que a produtividade média do trigo, em 1850, era de 1000 Kg/ha. Com a adição de fertilizantes, a produção aumentou significativamente, para:

- 1600 Kg/ha em 1950;
- 4500 Kg/ha em 1973;
- 6772 Kg/ha entre 1994 e 1996.

Na China, um exemplo mais contemporâneo, a produtividade do arroz foi de 700 Kg/ha por milhares de anos. Mais recentemente, com o uso da matéria orgânica disponível e dos fertilizantes minerais, a produtividade alcançou 5958 Kg/ha entre 1994 e 1996.

No Brasil a ANDA-Associação Nacional para a Difusão de Adubos (Neto, 2006) indica que houve redução na produção de grãos na safra 2004/2005, da seguinte ordem:

**Tabela 1 Produção de Grãos na safra 2004/2005**

Em 10 <sup>6</sup> t	Previsto	Realizado	Varição
Brasil	133	114	-18
Soja	61	51	-10
Milho	43	35	- 8

Fonte: NETO, 2006.

Esta menor produção, praticamente concentrada nos resultados para soja e milho, está relacionada a uma série de fatores estruturais e conjunturais (problemas cambiais, ferrugem asiática, custos maiores de determinados insumos, burocracia na liberação de recursos, dentre outros), mas há, principalmente, uma redução no uso da tecnologia, desde que foram aplicadas menores doses de fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes.

As relações de trocas de fertilizantes e produtos agrícolas estendem-se a outras culturas, além da soja e milho, destacando-se o feijão, arroz, batata inglesa, café, cana-de-açúcar, laranja e trigo, para os quais as relações de produtividade e de custos são também acompanhadas pela ANDA.

Para suprimento das necessidades brasileiras de fertilizantes fosfatados, o fornecimento interno da matéria-prima é basicamente centrado nos Estados de Minas Gerais e Goiás, com a seguinte distribuição (Anuário Mineral Brasileiro, 2005).

## Quadro 2: Brasil / Principais Empresas Produtoras de Fosfato em 2004

Empresa	UF	Participação (%)
Fertilizantes Fosfatados S/A	MG	32,22
Ultrafertil S/A	GO	28,02
Bunge Fertilizantes	MG, SP	19,61
Copebras Ltda	GO	14,97
CBPM	BA	3,85
Adubos Trevo	MG	1,08
Socal S/A	SP	0,17
Itafos Mineração Ltda	TO	0,09

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro, 2005.

Vê-se que no Nordeste a única contribuição para esta produção é dada pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), que opera o empreendimento Fosfato Supergênico de Irecê através de contrato de parceria com a Irecê Mineração e Comércio Ltda (IMCL), da qual faz parte o Grupo Galvani.

Assim, quase 95% da produção brasileira de fosfato está concentrada em quatro empresas (ou grupos empresariais), fato parcialmente analisado em 2002 pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Com este perfil de concentração na produção, o mercado brasileiro de fertilizantes situou-se, em 2004, no patamar de 22,8 milhões de toneladas, com decréscimo para 20,2 milhões na safra 2004/2005 e para 19,0 milhões projetados para a safra 2005/2006, conforme gráfico abaixo (NETO, 2006). A expectativa do setor é que a retomada do consumo, ao nível próximo de 2004, só se processará em 2010, desde que ocorra um crescimento de 4% a.a. a partir de 2007.

### Os fertilizantes no Eixo São Francisco

Ribeiro (2001, p. 87), ao analisar a mineração na Bahia, procura estabelecer algumas premissas para a compreensão de que a humanidade, no atendimento das suas necessidades, dispõe basicamente de duas matrizes de insumos primários: a **Matriz Renovável**, referente aos produtos de origem animal e vegetal, e a **Matriz Não Renovável**, que diz respeito às substâncias obtidas dos minerais e rochas.

A partir daí a relação é direta. Agropecuária está vinculada à matriz renovável, enquanto a mineração é relacionada à matriz não renovável na escala do período de aproveitamento econômico.

A atividade mineral, porém, tem características próprias que devem ser consideradas nas decisões empresariais. A rigidez locacional dos depósitos minerais, a principal delas, praticamente obriga a que se encontre primeiro a substância mineral e depois sejam efetuados estudos complementares para transformação do depósito num empreendimento mineiro-industrial.

Ainda Ribeiro (2001, p.104), ao analisar as possibilidades de inserção da mineração nos principais eixos de desenvolvimento da Bahia, chama a atenção para a importância do **Eixo São Francisco**, que compreende as regiões Oeste e Irecê e do Médio e Baixo São Francisco. Este Eixo caracteriza-se por concentrar 12% da população do Estado, pela produção de frutas e grãos (soja, milho, feijão, café) e pela expansão da área irrigada e da agroindústria.

Na área de fertilizantes o Eixo São Francisco contém minas de fosfato nos municípios de Irecê e de Campo Alegre de Lourdes, na localidade de Angicos dos Dias, bem como a unidade de produção de SSP – Superfosfato Simples no município de Luiz Eduardo Magalhães (ex-Mimoso do Oeste). Toda a produção de rocha fosfática da Bahia está concentrada no Eixo São Francisco, em projetos com as seguintes características básicas:

- **Fosfato de Irecê:** mineração e planta de produção de concentrado de fosfato ( $P_2O_5$ ) a seco, com capacidade para 160.000 t/ano de concentrado e de 20.000 t/ano de Fosbahia.
- **Fosfato de Angicos dos Dias:** mineração e planta de produção de concentrado a seco, com capacidade para 200.000 t/ano. A produção de fosfato de Angicos dos Dias, efetuada pelo Grupo Galvani, é toda ela destinada ao Complexo Industrial Luiz Eduardo Magalhães. Pertencente ao mesmo grupo empresarial, esta unidade tem capacidade para produção de 300.000 t/ano de fertilizantes SSP, bem como para produção

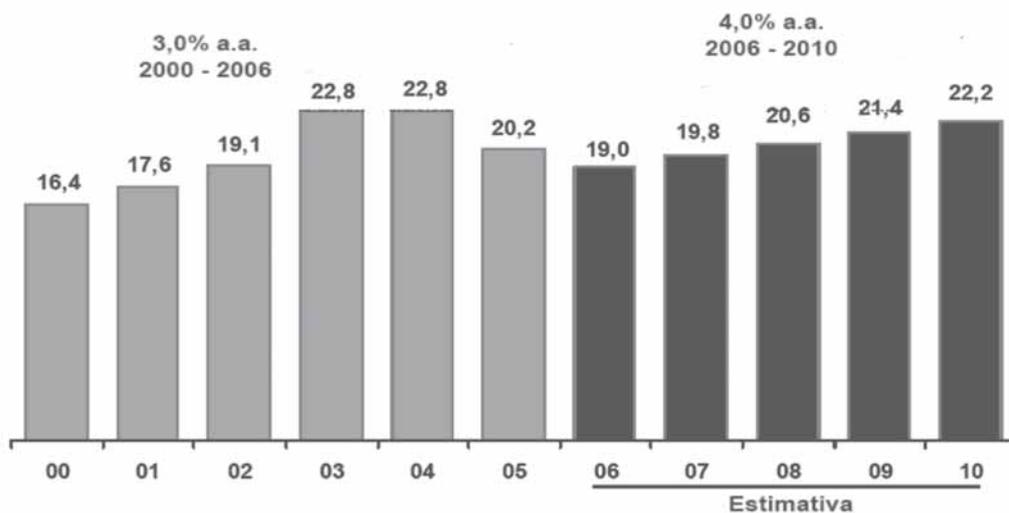


Figura 1 – Projeção das Entregas de Fertilizantes (2006 a 2010)

Fonte: NETO, 2006.

de 120.000 t/ano de ácido sulfúrico. Além disso, tem geração própria de energia elétrica, da ordem de 2,0MW, e capacidade de estocagem de 150.000 t de granéis sólidos e de 3.400 t de ácido sulfúrico.

Esta produção de SSP é toda consumida na região Oeste, maior produtora de grãos do Estado da Bahia.

### O Fosfato Supergênico de Irecê

Este projeto é resultado dos esforços envidados pela CBPM, empresa estatal estadual na área de mineração, na década de 1980, para dotar a Bahia de determinados bens minerais ausentes ou carentes na sua pauta de produção mineral. Naquela época a Bahia, para suprir a demanda regional de rocha fosfática, matéria-prima para a produção de fertilizantes fosfatados, precisava importar fosfato do exterior para suprir a unidade de produção de fertilizantes que se iniciava no Estado.

O minério de fosfato foi encontrado nos municípios de Irecê e Lapão, nos quais foram bloqueadas reservas lavráveis de 3,96 milhões de toneladas de fosfato supergênico (secundário) e recursos de 37 milhões de toneladas de fosfato primário, dos quais 6,37 milhões de reserva medida. No mesmo ambiente geológico foi também bloqueado 1,69 milhão de toneladas de reserva medida de minério sulfetado, mineralizado a zinco e chumbo, bem como recursos de 4,0 milhões de toneladas de minério de bário.

A ação estatal visando a produção de fertilizantes na Bahia foi seqüenciada pela CBPM com a oferta pública, via licitação, do fosfato supergênico de Irecê e Lapão para extração mineral através contrato de parceria. A licitação foi vencida pela Bahia Fertilizantes Ltda. (Bafertil), empresa que posteriormente criou a Cibrafertil, em associação com a Caraíba Metais, para produção de fertilizante fosfatado em Camaçari. Posteriormente foi agregada ao contrato CBPM/Bafertil a Irecê Mineração e Comércio Ltda (IMCL), que atualmente opera o empreendimento para a lavra e beneficiamento do fosfato supergênico na região de Irecê.

A rota tecnológica para a produção do concentrado de  $P_2O_5$ , porém, foi uma questão relevante a ser definida no projeto de extração e beneficiamento do minério de fosfato. A principal dificuldade encontrada é que o município de Irecê, sede do empreendimento, não dispõe de água suficiente para o beneficiamento do minério por flotação, processo normalmente utilizado para o tipo do minério encontrado. Em função das carências locais de água, foi necessário buscar uma solução alternativa para viabilizar o projeto.

Pesquisas e projeto-piloto foram desenvolvidos nesta direção, resultando na definição de uma rota tecnológica a seco (única na América do Sul) para o beneficiamento do minério. A solução encontrada, porém, adicionou aos problemas ambientais, comuns a este tipo de projeto, a grande produção de material particulado a ser lançado na atmosfera.

Os problemas ambientais a solucionar eram muitos, sendo destacáveis:

- Material particulado gerado no processo de beneficiamento.
- Necessidade de recomposição das cavas abertas no processo de lavra a céu aberto.
- Necessidade de disposição adequada dos rejeitos gerados no beneficiamento, numa área sem acidentes topográficos que auxiliassem na busca de uma solução.
- Preservação das espécies nativas da flora local.
- Definição de áreas para reserva legal e várias questões correlatas.

O empreendimento foi implantado em 1998, com uma Licença Precária de Operação. A regularização total do projeto ocorreu no início de 2003 com a concessão, pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM), das Licenças de Operação para Lavra e Beneficiamento. As diferentes etapas do empreendimento, bem como as questões ambientais envolvidas e os conflitos gerados na busca pela sua regularização são descritas por Vasconcellos (2003), de modo a fornecer subsídios e ampliar a compreensão dos diferentes aspectos vivenciados pelos empreendedores e técnicos participantes do projeto.

Face a razões de mercado, juros nacionais elevados e tamanho do empreendimento, a Bafertil não pôde implantar o projeto conforme o cronograma inicialmente traçado. Houve necessidade de redimensionamento do empreendimento, cuja produção prevista de 65.000t/ano de concentrado de  $P_2O_5$  foi elevada para 100.000t/ano, depois ampliada para 160.000t/ano, vez que os estudos posteriores realizados indicavam a inviabilidade econômica da produção do concentrado na escala inicialmente projetada.

Os direitos minerários e as licenças ambientais são de titularidade da CBPM. A parceria CBPM/Bafertil/IMCL é consubstanciada através de um Contrato de Arrendamento de Direitos Minerários. As atividades de lavra e de beneficiamento são operacionalizadas pela Galvani Fertilizantes da Bahia Ltda., empresa terceirizada no projeto.

A produção do concentrado em Irecê ensejou a que três unidades de produção de SSP na Bahia pudessem utilizar a matéria-prima local, até então não disponível no mercado, através da Galvani, em Luiz Eduardo Magalhães; da Cibrafertil, em Camaçari e da Profertil, em Candeias, via projetos com as características apresentadas no Quadro 3, a seguir.

Mais recentemente, com o início da produção do concentrado de rocha fosfática pela Galvani, em Angicos dos Dias, a rocha fosfática daquela mina passou a ser consumida pelo complexo da Galvani instalado em Luiz Eduardo Magalhães. A rocha fosfática de Irecê passou, então, a ser consumida pelo complexo da Galvani em Paulínia, São Paulo, onde a empresa também produz o SSP – Super fosfato Simples.

Saliente-se que, para a produção de 01 tonelada de SSP, são necessários 600kg de concentrado de  $P_2O_5$  a

**Quadro 3: Produção de SSP na Bahia**

Características	Cibrafétil	Profertil	Galvani
Localização	Camaçari	Candeias	Luiz Eduardo Magalhães
Capacidade	220.000	180.000	120.000
Instalada (t/ano)			
Produção (t/ano)	220.000	120.000	100.000
Consumo do concentrado	30% a 50% Irecê 70% a 50% Importado	30% a 50% Irecê 70% A 50% Importado	100% Irecê

Fonte: Vasconcellos, 2003.

34%, 380kg de ácido sulfúrico e água. O produto final do SSP (inicialmente sob a forma de pó, com 8% a 11% de água) é comercializado sob a forma granulada, em média com 2% de água.

### Impactos econômicos e ambientais. Importância social do fosfato na região de Irecê

Os impactos potenciais, gerados pelas atividades de mineração e beneficiamento, podem ser classificadas como econômicos, ambientais e sociais. Como impactos econômicos positivos registra-se a geração de empregos, diretos e indiretos; o aumento da arrecadação de tributos (ICMS, CEFEM, ISS) pelo município e a dinamização das atividades de produção e serviços, pelos efeitos à montante e jusante gerados pelo empreendimento. Como impacto adverso deve ser relacionada a descontinuidade da atividade econômica via sua interrupção ou exaustão da jazida mineral. Esta é uma das grandes preocupações sociais quanto aos projetos de mineração, vez que só através de políticas públicas podem ser minorados os efeitos adversos do fechamento de postos de trabalho. Em Irecê; por exemplo, foram gerados cerca de 300 empregos diretos no município, numa economia que absorvia, antes do atual projeto de beneficiamento da rocha fosfática, apenas 250 pessoas na área classificada como industrial.

Os impactos ambientais da extração e beneficiamento do fosfato são, em geral, temporários. O desmatamento, a terraplenagem e o decapeamento do solo; a abertura das cavas, com alteração do relevo; as áreas para o bota-fora dos rejeitos e para a movimentação do minério; o ruído e a emissão de particulados, gerados na Unidade de Beneficiamento (UB), e a produção de efluentes líquidos, gerados na planta experimental de flotação do fosfato primário, os quais são depositados nas bacias de rejeito, são os principais impactos a serem considerados. As áreas desmatadas e as cavas estão sendo recompostas, quer com o reaproveitamento do solo, previamente armazenado, quanto pelo preenchimento das cavas com os rejeitos gerados na UB e armazenados nas áreas de bota-fora. As emissões de ruídos e de particulados na UB são monitoradas pelo empreendedor e reduzidas ao mínimo pela substituição de máquinas e motores barulhentos, bem como pelas técnicas de

proteção com EPI e com a captura dos particulados via telas especiais, bem como evitando o seu espalhamento pela implantação de cercas vivas no entorno do empreendimento. Os efluentes líquidos são monitorados via análise da água coletada em sub-superfície e sub-superfície, bem como efetuado o seu reaproveitamento no circuito de produção após decantação e filtração nas bacias de rejeito. As áreas lavradas, após preenchimento das cavas, são refeitas topograficamente, replantadas e devolvidas aos proprietários superficiários para reuso.

Quanto aos impactos sociais, adicionais àqueles de geração de emprego e renda já citados, tais como assistência médica e benefícios proporcionados em atividades de lazer, estão o aumento potencial do IDH-M durante a vida útil do projeto, os benefícios potenciais em função da responsabilidade social do empreendedor (treinamentos, cursos para as comunidades no entorno do empreendimento, ações conjugadas com o executivo municipal, etc) e aqueles auferidos por estratégias de compensação na área ambiental. A necessidade de recomposição das áreas lavradas, por exemplo, fez com que o empreendedor importasse sementes e produzisse mudas diversas em viveiros, próprios ou arrendados, as quais também são distribuídos para a comunidade local e contribuem para a revegetação de espécies nativas e de reintrodução da fauna.

### Considerações Finais

Observa-se que, na contemporaneidade, tornou-se imperativo o envolvimento das dimensões social, econômica, histórica, política, ideológica, cultural e ecológica, de modo a promover a integração entre as ações individuais da esfera privada com as ações coletivas da esfera pública.

Para as indústrias, de um modo geral, compete-lhes a seleção ou a construção de indicadores, ferramenta ou tecnologia para medir o desempenho das atividades e avaliar os resultados e conseqüências dos impactos – maléficos ou benéficos – para as atividades ou negócios da própria organização, para a sociedade e o ambiente.

Nesse universo de contradições torna-se necessário que o governo crie condições para o estabelecimento de uma agenda apropriada para o binômio comércio e ambiente (com ênfase nos aspectos sociais), levando em consideração questões como:

- Identificar segmentos ou setores relevantes.
- Identificar indicadores de sustentabilidade.
- Caracterizar a relevância econômica e ambiental.
- Determinar sistemas de produtos com menor ou mais baixos índices de toxicidade.
- Definir as relações entre recursos naturais e desenvolvimento.
- Repensar o modelo de exportação de matérias-primas, mão-de-obra e produtos com baixo valor agregado, para produtos de melhor desempenho e melhor tecnologia ambiental, dentre outras. (BRAGA & MIRANDA, 2002).

Discorrendo sobre a existência de vários tipos de sociedades civis, Santos (2003) enfatiza que no plano sócio-político as coisas são e podem ser diferentes, haja vista a necessidade de uma transformação profunda nos modos de conhecer e de organizar a sociedade. Em consequência, na atualidade a construção e o exercício da cidadania têm sido buscados de diferentes formas que, independente da perspectiva adotada, contribuem para informar, conhecer, mobilizar, organizar e agir no cotidiano, de forma teórica e prática, redefinindo valores sociais, culturais, políticos e econômicos para o amplo exercício da cidadania.

Em síntese, diversos teóricos, em suas manifestações relativas à visão comercial, social e política do desenvolvimento sustentável, concordam que é preciso conhecer a capacidade de sustentação da terra e dispor de tecnologias apropriadas para uso dos recursos naturais, de modo a não transferir ônus para as futuras gerações e/ou governantes.

Em Irecê um projeto próximo desses ideais está se desenvolvendo. Com as imperfeições comuns aos processos de avanço da tecnologia na sociedade, quer seja na mineração ou em qualquer outro setor industrial, porém no final ganham o empreendedor e a comunidade. E todos avançam ao mesmo tempo.

O projeto de extração de fosfato supergênico enfocado não deixará, após a sua conclusão, vestígios dos impactos ambientais adversos que permearam a sua existência. As áreas lavradas estão sendo recuperadas, tanto na forma do seu relevo quanto pela recomposição da vegetação nativa e de áreas agricultáveis. Além disso, está sendo viabilizada uma área especial para reserva da flora e da fauna, com 32 hectares, que será disponibilizada pelo empreendedor após a exaustão da jazida.

Os postos de trabalho, entretanto, como é comum nos projetos de mineração, deixarão de existir. É uma predestinação da atividade, pois ela não tem continuidade após a exaustão do recurso mineral. Ela é fixadora do homem ao campo, desde que a rigidez locacional dos recursos minerais impõe o seu desenvolvimento no local de existência do próprio recurso, pelo menos na sua atividade primária de lavra, porém não garante a este mesmo homem a perenidade da sua atividade laboral.

Daí a pergunta básica a fazer após a exaustão do recurso mineral: será que foram planejadas políticas públicas que buscassem a capacitação dos recursos humanos envolvidos na atividade mineral, preparando-os para uma outra atividade na própria região? O que está sendo feito com os recursos adicionais de ICMS, ISS e CEFEM que são recolhidos aos cofres municipais? Não será o momento de planejar o fim da atividade mineral, de modo a não provocar um desequilíbrio social com a exaustão do recurso mineral?

É previsível, pela análise feita, que o projeto Fosfato Supergênico de Irecê seja concluído com bons resultados econômicos e sem seqüelas ambientais para a região polarizada pelo município de Irecê. Durante a sua execução, os aspectos sociais dele decorrentes serão também positivos, pois está agregando renda a uma comu-

nidade que anseia por oportunidades de trabalho. Após a conclusão desta etapa, uma nova etapa será iniciada para a lavra do fosfato primário, a profundidades maiores que no projeto atual. É um bom momento para a definição de políticas públicas que promovam a continuidade das oportunidades de trabalho e renda na região, principalmente após a exaustão dos recursos minerais lá existentes.

## Referências

- ALBUQUERQUE, G. de A. S. C. E EMÍLIO, C. C. S. M. **Plano de recuperação de área degradada: mina de fosfato de Irecê-Lapão - Bahia**. Plano apresentado ao CRA para obtenção de Licença Ambiental de Operação para Lavra. Salvador, 2001.
- BRASIL. **Anuário Mineral Brasileiro 2005**. Brasília, DNPM, 2006. Disponível em <http://www.dnpm.gov.br>. Acessado em 26/07/2006.
- BARRETO, M. L. **Mineração e Desenvolvimento Sustentável: desafios para o Brasil**. CETEM/MCT. Rio de Janeiro, 2001.
- BASTOS, C. A. de M. **Mineração e beneficiamento de fosfato em Irecê/Lapão-Bahia**. Roteiro Técnico de Informações apresentado ao CRA para obtenção de Licença Ambiental de Operação. Salvador, 2001.
- BRAGA, Antônio Sérgio; MIRANDA, Luiz Camargo. **Comércio e Meio Ambiente: uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: MMA/SDS, 2002.
- ESTEVES, F. A. **Notas de aula da disciplina Principais Ecossistemas da Bahia. Curso de Planejamento e Gerenciamento Ambiental**. UNIFACS, 2002.
- MILARÉ, É. **Direito do Ambiente: doutrina-prática-jurisprudência-glossário**. Editora Revista dos Tribunais. 2ª Edição. São Paulo, 2001.
- MONTE, M.B.M. **Technological characterization and flotation studies on the Irecê(Bahia, Brazil) primary phosphare ore**. VI SHMMT/XVIII ENTMM, Rio de Janeiro, 2001.
- MONTEIRO, M.D. **Depósito de fosfato de Irecê, Bahia**. In: SCHOBENHAUS, C. et al. (Coord.). **Principais depósitos minerais do Brasil**. Brasília: DNPM, 1997. v.4C, p. 95-111.
- MONTEIRO, M.D. **Projeto fosfato supergênico de Irecê**. Salvador: CBPM, 1998. 4v.
- NETO, M. A. B. **Panorama e perspectivas do mercado de fertilizantes**. Fórum Nacional de Fertilizantes, 2006. Disponível em <http://www.anda.org.br>. Acessado em 28/07/2006.
- RIBEIRO, A. F. **A mineração na Bahia: desempenho e perspectivas**. Páginas 87 a 112, em *Mineração*. Cadernos de Análise Regional, UNIFACS, ano IV, n.º.6, 2001.
- RODRIGUES, T. **Mineração e Meio Ambiente na Bahia: indicações harmônicas para sustentabilidade**. In: Ribeiro, A.C.(Coord.). I Seminário da Sustentabilidade Ambiental da Mineração. Salvador, SICM/COMIN, 2003. p. 11-17.
- SILVA, A. B. da. **Depósito de Fosfato de Angico dos Dias, Campo Alegre de Lourdes, Bahia**. In: SCHOBENHAUS, C. (Coord.). **Principais depósitos minerais do Brasil**. Brasília: DNPM, 1997. v.4C, p. 123-130.
- SPINOLA, N. D., PEDRÃO, F. C. e ZACARIAS, J. R. **A indústria no Estado da Bahia: uma proposta de política industrial**. Bahia, Secretaria de Indústria e Comércio, 1983, 334 p.
- VASCONCELLOS, H. G. **Fosfato Supergênico de Irecê - Bahia. Um exemplo na busca pela sustentabilidade ambiental na mineração**. Monografia apresentada para conclusão do Curso de Planejamento e Gestão Ambiental, UNIFACS. Novembro, 2003.
- VASCONCELOS, L. F. R. **Nota técnica. Atos de concentração números 08012.000497/00-01, 08012.004904/00-97 e 08012.007454/00-49**. Ministério da Justiça/Secretaria de Direito Econômico, Outubro de 2002.

# O Meio Ambiente e o caminho para as cidades sustentáveis

*Paula Ernica Berton*<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo tem como objetivo explicar a inter-relação dos diferentes conceitos de meio ambiente e como vem aumentando significativamente a importância deste tema em todo o mundo. No Brasil, muito antes do que se imaginava, já existia um movimento de intelectuais a favor do meio ambiente. Importantes eventos sobre o assunto foram realizados em diferentes partes do mundo com cada vez mais frequência. No final da década de 1980 é oficializado o termo desenvolvimento sustentável e, em 1992, é realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Cúpula da Terra ou Rio-92, que foi o grande marco das discussões ambientais no mundo. Esta conferência aprovou a Agenda 21, que estabelece um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para este século. Um dos temas centrais da Agenda 21 brasileira são as Cidades Sustentáveis, principal assunto do presente texto, que constituem um desafio diante de inúmeros problemas urbanos em que vive a metade da população mundial. O artigo apresenta as principais diretrizes para que se possibilite a transformação do modelo atual de cidade. Como conclusão, o texto menciona que tais mudanças requerem um esforço coletivo para que exista a possibilidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades.

**Palavras chave:** Meio ambiente; desenvolvimento sustentável; urbanização; cidades sustentáveis.

## Abstract

This article intends to show environmental concern increasing worldwide. In Brazil, long time ago, already existed a movement of intellectuals in favor of the environment. There was important events about environmental problems. At the end of the 80's, the term *sustainable development* was turned official. In 1992, Rio-92 event becomes the big mark of world's environmental discussions. This conference approved the Agenda 21, that sets an agreement to change the global development pattern for the 21st century. One of the main themes for Agenda 21 is *Sustainable Cities*, subject of this text, that consists in a big challenge before uncountable urban issues that reaches half of world's population. The article presents most important directions to help nowadays city model to change. Such changes requires a collective effort to make possible future generations get their own needs satisfied.

**Key words:** Environment; sustainable development; urbanization; sustainable cities.

## Introdução

Neste trabalho são discutidas duas concepções acerca do tema meio ambiente: a naturalista e a globalizante. É mostrada a importância da consciência ambiental para o futuro do planeta e o aumento significativo desse pensamento, apesar de ainda insuficiente. O texto também apresenta exemplos de relatos sobre a preocupação com a questão ambiental no Brasil anterior ao século XX.

São citados os mais importantes eventos mundiais que marcaram a discussão ambiental, o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável e suas contradições, e, em destaque, a Rio-92 com a criação da Agenda 21.

Passando para o tema da urbanização, são apresentados dados em que se comenta a grande e irreversível urbanização mundial e seus inúmeros problemas. O artigo defende a idéia de que é preciso promover o desenvolvimento de maneira a possibilitar às futuras gerações o atendimento às suas necessidades. Para isso, aborda o tema *Cidades Sustentáveis*, que faz parte do conteúdo da Agenda 21 Brasileira. São apresentadas, de acordo com este estudo, algumas diretrizes para que esse ideal seja progressivamente alcançado.

Como conclusão, o trabalho discute a transformação do modelo atual de cidade, que requer um esforço coletivo começando pela conscientização e divulgação da importância do meio ambiente e da sustentabilidade para o futuro da humanidade.

## Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Meio ambiente é um assunto que notadamente ganhou maior importância nos últimos anos em todo o mundo. Porém, existe uma grande dificuldade, por parte da maioria das pessoas, em entender o que realmente meio ambiente significa e, da mesma maneira, a sua verdadeira importância para a humanidade e para o próprio planeta.

Em pesquisa de opinião realizada por Samyra Crespo, intitulada *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável*, realizada em três momentos

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista, mestranda em Análise Regional pela Unifacs, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifacs - Universidade Salvador.

diferentes – 1992, 1997 e 2001 – observa-se uma evolução da consciência ambiental no Brasil. Porém, segundo Crespo (2003), ainda hoje predomina uma visão natural e paradisíaca de meio ambiente como se fosse sinônimo de fauna e flora.

De acordo com Moraes (2005), pode-se afirmar que existem duas concepções acerca do significado de meio ambiente: a naturalista, citada acima e a mais utilizada, e a globalizante, menos difundida. Por isso, dentre outros motivos, existem distintas maneiras de compreensão e proposição de soluções para as questões ambientais.

A concepção naturalista concebe o meio ambiente como sinônimo de natureza, ou seja, constituído pela flora, fauna, recursos naturais e similares, excluindo as ações antrópicas, as quais são concebidas como elementos de desequilíbrio ecológico. Deste modo, o enfrentamento dos problemas ambientais passa quase que exclusivamente pela preservação da natureza.

Já a concepção globalizante concebe o meio ambiente com a inclusão da civilização humana, associando as questões ambientais com as questões sociais, políticas e econômicas, além de relacioná-las numa perspectiva histórica. Trata-se de uma visão de mundo integrada em todos os seus aspectos.

A predominância da visão naturalista é preocupante, pois leva a comportamentos e abordagens das questões ambientais caracterizados pelo imediatismo, individualismo ou corporativismo, desconsiderando o contexto histórico, as implicações socioeconômicas, políticas, bem como os inúmeros aspectos antrópicos inerentes à crise ambiental. As questões ambientais como o efeito estufa, a chuva ácida, a destruição da camada de ozônio, a poluição hídrica e a desertificação estão, segundo a ótica naturalista, dissociadas da miséria, da fome e do modelo de produção e consumo capitalista.

A consciência crítica em relação à questão ambiental é identificada como um fenômeno do mundo contemporâneo, uma consequência das grandes transformações que acompanham a expansão da civilização urbano-industrial em todo o planeta. No Brasil, em particular, essa consciência tende a ser considerada uma realidade recente, com ideais vindos de países desenvolvidos, como uma fusão do debate europeu e norte-americano das últimas décadas.

Porém, contrariando esse pensamento, foram descobertos pelo historiador José Augusto Pádua, cerca de 150 textos de mais de 50 autores sobre a destruição do ambiente natural no Brasil, entre 1786 e 1888. Segundo ele:

Não resta dúvida, comparando com o que tem sido descoberto em outros países, que estamos diante de uma das maiores expressões nacionais, no período anterior ao século XX, do que pode ser chamado de preocupação intelectual com a degradação do ambiente (PÁDUA, 2004).

É interessante ressaltar que a preocupação com o meio ambiente relatada por Pádua, em sua obra *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental*

*no Brasil escravista (1786-1888)*” não retrata apenas a concepção naturalista, mas também a globalizante. Alguns autores citados por ele preocupavam-se com o desflorestamento, o esgotamento dos solos, a disponibilidade de água, as mudanças climáticas, a extinção de espécies animais e vegetais. Outros, além desses aspectos, defenderam a idéia de que enquanto vigorasse a escravidão não seria possível modificar o caráter ambientalmente destrutivo da economia brasileira, apesar de não ser uma opinião unânime entre esses pensadores. Em comum eles tinham uma visão essencialmente política em que a devastação ambiental seria um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Tomemos como exemplo um trecho do texto de José Bonifácio de Andrada e Silva, escrito em 1823:

A Natureza fez tudo a nosso favor, nós, porém pouco ou nada temos feito a favor da Natureza. Nossas terras são ermas, e as poucas que temos roteado são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados. Nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas ou mal aproveitadas. Nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado destruidor da ignorância e do egoísmo. Nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes que favoreçam a vegetação e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia. Virá então este dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos (SILVA, 1823).

Ainda que houvesse relatos sobre a preocupação com a questão ambiental no Brasil anterior ao século XX, trata-se de um movimento restrito a grupos de intelectuais e pouco difundido para a maioria da população durante muito tempo. No urbanismo e na arquitetura, apesar de algumas propostas valorizarem os espaços verdes, o meio ambiente era considerado um obstáculo a ser vencido. Durante o movimento modernista, um importantíssimo nome como Le Corbusier, tinha esse tipo de opinião:

A casa, a rua, a cidade, são pontos de aplicação do trabalho humano; devem estar em ordem, senão se opõem aos princípios fundamentais que temos como eixo; em desordem, nos fazem frente, nos travam, como nos trava a natureza, ambiente que combatemos todos os dias (LE CORBUSIER, 1962)

Apesar da conscientização em relação aos problemas ambientais ter ganhado força tardiamente, a preocupação com o meio ambiente alcançou uma evolução significativa, em maioria nos países desenvolvidos, desde o início do século XX até os dias de hoje. Esse acontecimento esteve relacionado intrinsecamente com a evolução do conhecimento científico e a percepção dos reflexos ambientais inerentes às ações antrópicas.

No final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX a preocupação dos urbanistas com

o meio ambiente estava centrada no valor estético da natureza. O tratamento da questão ambiental passava pela criação de parques e santuários ecológicos, visando à preservação das paisagens ambientais. A ênfase estava na proteção de amostras do ambiente natural, onde não seria permitida a ocupação humana, visando conservá-las intactas para a contemplação das futuras gerações.

Na década de 60, cientistas de vários países reunidos no denominado Clube de Roma (1968), alertam para a crescente degradação ambiental associada ao crescimento desenfreado da humanidade em termos demográficos e do consumo de recursos naturais esgotáveis. Neste período, o princípio de conservação ambiental passa a ser centrado no bem-estar, associado à qualidade de vida, buscando o tratamento da contaminação do meio ambiente.

Depois da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, em 1972, inúmeras nações começaram a estabelecer legislações ambientais e a criar e/ou fortalecer as agências de monitoração e preservação ambiental, no intuito de controlar a poluição crescente e a degradação acelerada dos recursos naturais. Essa conferência destacava também o problema da pobreza e do crescimento da população, principalmente nos países em desenvolvimento.

Nos anos 80, a preocupação ambiental está centrada no controle dos resíduos tóxicos e na consequente contaminação ambiental, com o objetivo principal de se obter qualidade de vida e bem-estar da humanidade. Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida pelo Primeiro Ministro da Noruega, Gro Harlem Brundtland, criou um relatório denominado *Nosso Futuro Comum*. Nele, foram registrados sucessos e falhas do desenvolvimento mundial e foi reconhecido de forma oficial o termo *Desenvolvimento Sustentável*.

O enfoque ambiental atinge uma grande evolução nos anos 90, com isso a dimensão da análise urbana ultrapassa o enfoque sanitário<sup>2</sup>, anteriormente muito utilizado. O principal motivo dessa mudança foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Cúpula da Terra ou Rio-92, que foi o grande marco das discussões ambientais no mundo e principalmente no Brasil. A partir dessa conferência, generaliza-se a concepção de que os problemas ambientais ultrapassam fronteiras, exigindo uma ação conjunta de toda a humanidade. A Rio-92 aprovou a Agenda 21, que estabelece um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para este século. A Agenda 21 distingue os blocos Norte e Sul e destaca que, por esses diferentes blocos terem contribuído em diferentes medidas para a degradação do meio ambiente mundial, os estados têm responsabilidades comuns, porém, diferenciadas em suas dimensões. O documento trata as questões ambientais sob diversos aspectos, dentre os quais os aspectos sociais e econômicos, relacionando as questões ambientais com o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável é outro termo que gera discussões acerca do seu significado. De acordo com Almeida (2003), grupos ambientalistas dizem não gostar dessa expressão, pois consideram o “desenvolvimento” incompatível com a noção de preservação ambiental. Alguns organismos da própria ONU também não aceitam o termo, pois não foi formulado nas suas instâncias burocráticas e sim por uma comissão especialmente criada para isso.

Mas o que seria realmente desenvolvimento? De acordo com Souza (2006), para haver desenvolvimento é preciso que exista uma melhoria em indicadores econômicos, sociais, ambientais e de infra-estrutura. O principal indicador econômico seria o aumento da renda *per capita*, que embora usado não se apresenta como um bom indicador. Em relação às questões sociais e ambientais, o economista indica uma melhoria nos índices da educação básica e saúde da população, a redução da população miserável, a redução das desigualdades regionais, a melhoria na distribuição de renda e maior disponibilidade de bens e serviços que gerariam maior conforto e bem-estar para a população. Em termos de infra-estrutura seria a melhoria dos transportes (portos, ferrovias, hidrovias), o aumento da geração de energia, a criação de barragens para irrigação, a difusão de meios modernos de comunicação, o incremento do saneamento básico nas periferias urbanas, a reurbanização e o aumento da habitação popular. A maior questão para essa definição é saber em até que momento o desenvolvimento pode ser sustentável.

A definição clássica de desenvolvimento sustentável pode ser encontrada no Relatório Brundtland, de 1987, o qual é apresentado como o “*desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às próprias necessidades*”. De acordo com Mousinho (2003), inicialmente, o desenvolvimento sustentável pretendia ser abrangente ao englobar além dos aspectos econômicos, os sociais e ambientais, porém, hoje, esta perspectiva é muito mais ampla e a noção de sustentabilidade adotada pela Agenda 21 brasileira incorpora as dimensões ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial.

Em se tratando de Agenda 21 brasileira pode-se dizer que o Brasil, após um período de falta de vontade política do governo sobre o assunto, retomou o processo de articulação com a sociedade e apresentou sua Agenda 21 em julho de 2002, incluindo entre seus seis temas centrais as cidades sustentáveis, que é o assunto principal deste texto.<sup>3</sup> De acordo com a Agenda 21 existem duas noções para o termo cidades sustentáveis: a de sustentabilidade ampliada, que trabalha a sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento, e a noção de sustentabilidade progressi-

<sup>2</sup> Medidas que visavam o saneamento das cidades para se obter melhores condições de saúde pública.

<sup>3</sup> Site do Ministério do Meio Ambiente: [www.mma.gov.br/agenda21](http://www.mma.gov.br/agenda21) acessado em 01/07/2006.

va, que trabalha a sustentabilidade como um processo pragmático de desenvolvimento sustentável.

Todos esses conceitos - meio ambiente, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável - apesar de serem amplamente utilizados, revelam mais imprecisão do que clareza em relação aos seus significados. Parte desses conflitos são gerados devido às diferentes teorias e visões de mundo dos diversos atores envolvidos.

Com isso, um ou outro aspecto é dado como mais importante a depender de quem toma as decisões. Em se tratando de cidades, é preciso perceber que, assim como o planeta, elas possuem sistemas integrados, cujas propriedades não podem ser reduzidas às suas partes menores. Por esse motivo, a idéia de *agir localmente, pensar globalmente*, lema dos ambientalistas, se mostra tão necessário e esclarecedor. Entender a cidade em sua totalidade, a partir da perspectiva do meio ambiente e dentro de uma concepção de desenvolvimento sustentável é imprescindível para se deter e reverter, dentro das possibilidades, o processo de degradação ambiental que acontece na maioria das cidades do planeta.

### A Urbanização e os Problemas Urbanos

De acordo com A Evolução (1993), as primeiras cidades formaram-se entre os anos 3500 e 3000 a.C., nos vales dos rios Nilo, no Egito e nos vales dos rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia. Tempos depois, formaram-se cidades por volta do ano 2500 a.C., no vale do rio Indo, na Índia e por volta de 1500 a. C., na China.

Entretanto, segundo Harouel (2001), o fenômeno urbano só se manifesta significativamente a partir da metade do século XIX. Na Grécia antiga, a idéia de cidade surge numa sociedade rural, com habitações dispersas, e as associações políticas que então se formam são independentes de qualquer idéia urbana.

No Brasil, baseado em Sjoberg (2000), a urbanização vincula-se à política de ocupação e povoamento da colônia e sua evolução está ligada aos ciclos econômicos brasileiros. Por isso, as cidades brasileiras desenvolveram-se basicamente ao longo da costa marítima, sob influência da economia voltada para o exterior. Algumas malhas urbanas brasileiras firmaram-se por influência da mineração, sobretudo em Minas Gerais e Goiás, outras, sob a influência da cana-de-açúcar, no Nordeste, e das vacarias, no Sul.

Hoje, a urbanização é um fato irreversível em praticamente todo o planeta. Baseado em dados do Fundo das Nações Unidas para População (2006), no início do século XX apenas 10% da humanidade residiam em áreas urbanas. Em meados do mesmo século, as cidades foram consideradas como local de esperança, de oportunidade de um futuro melhor, de modernização, de progresso e de bem-estar. Já o campo foi considerado como um lugar de atraso, de analfabetismo e de violência. Basicamente devido à migração, hoje, metade da população mundial, mais de 2,9 bilhões de pessoas, vive em cidades. Existem 19 megalópoles, das quais 15 estão localizadas nos países em desenvolvimento, com população acima de 10 milhões de habitantes. As previsões

convergem para 23 megalópoles até o ano de 2015, fenômeno que se destaca no hemisfério sul do planeta.<sup>4</sup>

Atualmente, essa imagem entre campo e cidade muda, fazendo com que a cidade seja sinônimo de violência, favelas, poluição do ar e da água, crianças abandonadas, desemprego, epidemias, enchentes, etc. E o campo adquire uma outra imagem: a de agricultura de exportação.

Apesar das diferentes categorias de cidades demandarem prioridades e apresentarem problemas específicos em relação a um desenvolvimento sustentável, o que se observa é um conjunto de problemas ambientais urbanos comuns. Porém, as grandes metrópoles são as campeãs e as que mais necessitam de um planejamento urbano sustentável. Esses problemas urbanos e ambientais são decorrentes de adensamentos desordenados, ausência de planejamento, carência de recursos e serviços, deficiência da infra-estrutura e dos espaços construídos, padrões atrasados de gestão, agressões ao meio ambiente, dentre outros.

Segundo Neira Alva (1997), alguns problemas em relação ao meio ambiente urbano são ocasionados pela destruição da camada vegetal, o que resulta na obstrução de drenagens, provocando a retenção das águas pluviais e o assoreamento de rios e lagos. Outros problemas ocorrem pela existência dos aterros sanitários, que concentram líquidos tóxicos e atingem o subsolo contaminando mananciais e lençóis freáticos, como também a descarga de esgoto em rios, lagos e mares. Outro aspecto a ser considerado é a extração de terra para construção, que diminui as possibilidades de se produzir alimentos nas áreas próximas às cidades.

Dentre tantos problemas é interessante mostrar alguns dados do Fundo das Nações Unidas para a População. De acordo com as pesquisas realizadas, pode-se dizer que metade dos seres humanos vive somente com 2 dólares por dia; que o crescimento urbano na África, o qual ainda é o mais elevado do mundo, beira os 4% ao ano; que as zonas urbanas, além de abrigarem praticamente a metade da população do planeta, representam cerca de 80% das emissões de carbono, 75% do consumo de madeira e 60% da utilização das reservas de água doce, notadamente pela agricultura.

O desenvolvimento sustentável constitui, portanto, um verdadeiro desafio para uma civilização que é cada vez mais urbana e massificada.

### Cidades sustentáveis

Além da Agenda 21 brasileira, o tema das *Cidades Sustentáveis* também está presente no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001). Essa lei representa um importante elemento que disponibiliza aos gestores urbanos e, em particular, ao processo de planejamento urbano e regional, meios que podem enfrentar alguns dos principais problemas das cidades, agravados nos últimos anos. Entre os principais prin-

<sup>4</sup> Fundo das Nações Unidas para a População: [www.unfpa.org.br](http://www.unfpa.org.br), acessado em 05/07/2006.

cípios tratados pelo Estatuto da Cidade estão os relacionados à disponibilização do direito urbano, ao se definir a garantia ao direito a cidades sustentáveis e a um desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável a todos os cidadãos como diretriz da política urbana. Pode-se perceber, pelo trecho em destaque, a amplitude do tratamento do tema *Cidades Sustentáveis* pelo Estatuto da Cidade:

O direito a cidades sustentáveis é entendido como o direito aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. Inclui também o direito à liberdade de organização, o respeito às minorias e a pluralidade étnica, sexual e cultural, o respeito aos imigrantes e o reconhecimento de sua plena cidadania, a preservação da herança histórica e cultural e o direito ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, nação, raça, linguagem e crenças e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável é voltado a garantir a articulação das dimensões ambiental e social, e a sua integração ao conjunto das políticas e planos para a cidade, assegurando o acesso democrático aos recursos ambientais e paisagísticos, e promovendo uma efetiva melhoria na qualidade de vida (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

É urgente que se pense e que se haja de maneira a desenvolver as cidades de maneira sustentável. Para isso, baseado em Bezerra e Fernandes (2000), é preciso que algumas metas sejam alcançadas, como por exemplo, a realização da urbanização das ocupações ilegais, com reassentamento da população nos casos de área de preservação e de risco; a necessidade de novos e maiores parques, além da preservação das áreas verdes ainda existentes, a fim de equilibrar a excessiva impermeabilização do solo urbano; a avaliação dos limites do adensamento e coerência entre frota de veículos e espaço de vias postas à sua disposição, a fim de evitar e diminuir a disfunção metropolitana decorrente dos enormes congestionamentos no tráfego; a solução para a deposição final do lixo, acompanhada pela alteração de padrões de consumo que produzem tal lixo; a solução definitiva para o esgoto, em maior parte o doméstico, que polui os cursos d'água; definições de operações urbanas que permitam, de forma sinérgica, concentrar os esforços dos setores público e privado na recuperação de bairros; o aumento da segurança e reencontro da cidadania respeitada com as instituições renovadas; a ampliação, equipamento e reconquista dos espaços públicos, hoje cercados e mal utilizados; e a recriação da solidariedade e da civilidade urbana.

Foi elaborado, em 2000, pelo Ministério do Meio Ambiente, um documento que deu subsídios à Agenda 21 brasileira. Nele foram definidas algumas premissas que orientaram a realização do trabalho. São elas: crescer sem destruir, indissociabilidade da problemática ambiental e social, diálogo entre a Agenda 21 brasileira e as atuais opções de desenvolvimento, especificidade

da Agenda Marrom<sup>5</sup>, inovação e disseminação das boas práticas, fortalecimento da democracia, gestão integrada e participativa, foco na ação local, mudança do enfoque das políticas de desenvolvimento e preservação ambiental bem como a informação para a tomada de decisão. Deve-se enfatizar a importância fundamental de que as estratégias voltadas para a mudança nos padrões de produção e de consumo urbanos possam contar com ações complementares de educação e de comunicação, criativas e mobilizadoras. Tanto a comunicação como as ações educativas permeiam e reforçam todas as estratégias definidas como prioritárias.

Foi considerada, no documento do Ministério do Meio Ambiente que deu subsídios à Agenda 21 brasileira, a conveniência de propor aperfeiçoamentos nas políticas já em curso no país e a necessidade de apontar novas estratégias e instrumentos que assegurem a transição da situação atual das cidades para um futuro mais sustentável. Foi apontada a necessidade de introduzir mudanças na formulação e na implementação das políticas públicas urbanas – federais, regionais, estaduais e locais – para transformar o quadro de deterioração física, social e econômica e o de degradação ambiental que afetam o desenvolvimento sustentável nas cidades brasileiras.

Em se tratando de meio ambiente, é sabido que determinadas metas somente serão atingidas em longo prazo. Porém, se os municípios, os estados e a União, juntamente com o apoio da sociedade, introduzirem, de imediato, mudanças nas suas políticas urbanas poderão ser capazes de gerar resultados até mesmo em curto prazo.

Foram indicadas quatro estratégias de sustentabilidade urbana, no documento do Ministério do Meio Ambiente (2000), identificadas como prioritárias para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras:

1. Aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, a eficiência e a qualidade ambiental;
2. Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade;
3. Promover mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis;

<sup>5</sup> Fazem parte da Agenda 21 Brasileira as Agendas Marrom, Azul e Verde. São elas: Agenda Marrom - prevenção e controle da degradação ambiental decorrente de atividades poluidoras, e pelo desempenho de atividades correlatas, como a realização de estudos e pesquisas sobre poluição, qualidade do ar, da água e do solo. Agenda Azul - gestão de recursos hídricos. Agenda Verde - responsável pela formulação e execução da política florestal, de forma a promover a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis.

4. Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando a sustentabilidade urbana.

## Conclusão

Ao longo do século XX, a escala de agressões ao ambiente natural evoluiu significativamente. De violentas agressões em menor escala como a destruição de florestas, a poluição de rios e mares e a piora da qualidade do ar nas cidades, passamos a importantes agressões em maior escala, como a chuva ácida na Europa e leste da América do Norte, a destruição de quase toda a Mata Atlântica e a degradação de bacias hidrográficas. Depois disso, passamos então a agressões ao planeta com um todo, como o aquecimento global, a crise da biodiversidade, a crise dos recursos hídricos, com a escassez das águas doces, a desertificação, a degradação dos oceanos e a destruição da camada de ozônio.

No Brasil, a grande falta de consciência ambiental, de acordo com pesquisa de opinião pública realizada por Crespo (2003), tem relação com o nível de escolaridade. Aumentando a escolaridade da população, teremos chances de um compromisso maior como sociedade, com as teses do desenvolvimento sustentável. Apesar de existir, mesmo em números pequenos, uma consciência ambiental, esta não se encontra vinculada às ações do dia-a-dia da população.

O aumento do capital social, isto é, do conjunto de redes e relações sociais, normas de conduta, confiança e respeito que permitem aos integrantes identificar valores e interesses comuns e diversos, públicos ou corporativos, na busca de soluções para problemas coletivos, certamente é essencial para que se desenvolva uma cidade de maneira sustentável.

Talvez a maior dificuldade em relação à sustentabilidade esteja na idéia de consumo das pessoas, principalmente daquelas que moram nas cidades. Com a Revolução Industrial houve uma grande mudança na demanda, e hoje, com o advento da publicidade e da televisão, esse consumo é imensamente maior. O automóvel, por exemplo, é um grande fenômeno de consumo, o qual determinou o desenho das cidades e a infra-estrutura necessária ao seu uso como também mobilizou grande parte dos investimentos no mundo.

De acordo com Keynes, cujas idéias ainda são influentes na atualidade, existem dois tipos de necessidades:

É verdadeiro que as necessidades dos seres humanos podem parecer insaciáveis. Desta maneira, nos deparamos com dois casos – aquelas necessidades que são absolutas, no sentido de que nós as sentimos seja qual for a situação de existência de nós, seres humanos, e aquelas que são relativas, no sentido de que nós somente as sentimos caso as satisfações nos impulsionem e nos façam superiores aos nossos amigos (KEYNES, 2003)

Essa necessidade relativa sobre o consumo certamente não será um processo fácil de se combater. Pensar se o que está por trás de cada objeto consumido está degradando ou não o meio ambiente, e de que maneira, se distancia muito do prazer da satisfação pessoal de uma sociedade em grande parte capitalista e egoísta.

As cidades sustentáveis, além de uma necessidade urgente, são direito do cidadão, previsto em lei pelo Estatuto da Cidade. A transformação do modelo atual de cidade requer um esforço coletivo, pois passa pelo pressuposto maior de transformação em sociedades sustentáveis, com todas suas particularidades sócio-ambientais, produtivas e essencialmente culturais preservadas. E cabe a sociedade, juntamente com os detentores do poder, a continuação da educação voltada para a conscientização e a divulgação deste tema, para que as futuras gerações tenham o direito e a capacidade de atenderem às suas próprias necessidades.

## Referências

- A **EVOLUÇÃO** das cidades. Rio de Janeiro: Editores de Time - Life Livros; Abril, 1993.
- ALMEIDA, Fernando. *O mundo dos negócios e o meio ambiente no século 21*. In: TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- BEZERRA, Maria do Carmo de Lima, Fernandes, Marlene Allan. *Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira*. Brasília: MMA, 2000.
- BEZERRA, Maria Lucila. *Desenvolvimento urbano sustentável: realidade ou utopia* acessado em 01/07/2006 em <http://www.fundaj.gov.br/tpd/140.html>
- CRESPO, Samyra. *Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990*. In: TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DROBENKO, Bernard. *As cidades sustentáveis*. In: Meio Ambiente. Vol. 01. Grandes eventos. Escola Superior do Ministério Público da União. Acessado em 01/07/2006 em [http://www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente/pdf/Bernard\\_Drobenko\\_As\\_cidades\\_sustentaveis%20.pdf](http://www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente/pdf/Bernard_Drobenko_As_cidades_sustentaveis%20.pdf)
- ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações, 2001.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico*. São Paulo: Annablume, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Planejamento ambiental para a cidade sustentável*. São Paulo: Annablume, FAPESP 2000.
- HAROUËL, Jean-Louis. *História do urbanismo*. Campinas: Papirus, 2001.
- KEYNES, John Maynard. Apud FELDMANN, Fábio. *A parte que nos cabe: consumo sustentável?* In: TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- LE CORBUSIER. *La ciudad del futuro*. Buenos Aires, Ed. Infinito, 1962. Apud FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico*. São Paulo: Annablume, 1997.
- MORAES, Edmundo Carlos de. *Ações Pedagógicas Relacionais*. Florianópolis: UFSC, 2001. Apud SOUZA, Marcos Aurélio de. *Polição Nuclear: A inserção da educação ambiental no ensino médio na perspectiva globalizante via enfoque CTS*. Florianópolis: UFSC, 2005.
- MOUSINHO, Patrícia. *Glossário*. In: TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- NEIRA ALVA, Eduardo. *Metrópoles (in) sustentáveis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

- Planejamento do desenvolvimento urbano sustentável. PUCPR – Programa de pós-graduação em gestão urbana. Acessado em 01/07/2006 em [http://www.pucpr.br/educacao/academico/mestrado/mestrado\\_gestao/seminario/arquivos/planejamento\\_desenvolvimento\\_sustentvel\\_urbano.pdf](http://www.pucpr.br/educacao/academico/mestrado/mestrado_gestao/seminario/arquivos/planejamento_desenvolvimento_sustentvel_urbano.pdf)
- RAMOS, Maria Quitéria de Andrade. *Qualidade urbano-ambiental. A cidade legal e a cidade clandestina. Aspectos e fenômenos do processo de urbanização*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFBA. Salvador: UFBA, 2000.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do império do Brasil sobre a escravatura*. In: Obra política de José Bonifácio, Brasília, Senado Federal, 1973 (1823). Apud PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e, GMÜNDER, Ulrich (Orgs.). *Metrópoles e desenvolvimento sustentável*. Salvador: ICBA, 1996.
- SJOBERG, Gideon. *Cidade, a Urbanização da humanidade*. Apud RAMOS, Maria Quitéria de Andrade. *Qualidade urbano-ambiental*. Salvador: UFBA, 2000.
- SOUZA, Marcos Aurélio de. *Poluição Nuclear: A inserção da educação ambiental no ensino médio na perspectiva globalizante via enfoque CTS*. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) – UFSC. Florianópolis: UFSC, 2005.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento e estagnação da economia brasileira*. Salvador, 18 jul. 2006. 37 transparências, color. Apresentação em meio eletrônico de apoio a palestra realizada na Universidade Salvador - Unifacs.
- TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br) - Ministério do Meio Ambiente, acessado em 01/07/2006.
- [www.unfpa.org.br](http://www.unfpa.org.br) - Fundo das Nações Unidas para a População, acessado em 05/07/2006.

## CADERNOS DE ANÁLISE REGIONAL

### *Uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs)*

Os Cadernos constituem uma publicação temática que editada periodicamente pelo PPDRU, sem compromisso com datas prefixadas. Objetiva dar vazão à produção acadêmica gerada no âmbito do Mestrado em Análise Regional e do Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano e divulgar textos de conferências, palestras e seminários considerados de relevante interesse para os estudos da Economia Regional e Urbana. Até esta edição já circularam 15 números com a temática seguinte:

- Ano 1. Vol. 1. n.1 (novembro 1998) - Urbanização e Formação de Regiões
- Ano 1. Vol. 1. n.2 (dezembro 1998) - Urbanização Informalidade e Saúde
- Ano 4. Vol. 2. n.1 (maio de 2001) - Agricultura na Bahia (Painel de Especialistas)
- Ano 4. Vol. 2. n.2 (maio de 2001) - Indústria na Bahia (Painel de Especialistas)
- Ano 4. Vol. 2. n.3 (junho de 2001) - Comércio na Bahia (Painel de Especialistas)
- Ano 4. Vol. 2. n.4 (agosto 2001) - Mineração na Bahia (Painel de Especialistas)
- Ano 4. Vol. 2. n.5 (outubro 2001) - Turismo na Bahia (Painel de Especialistas)
- Ano 4. Vol. 2. n.6 (novembro 2001) - Planejamento na Bahia (Painel de Especialistas)
- Ano 5. Vol. 3. n.1 (janeiro 2002) - Mercado de Trabalho e Informalidade na Bahia
- Ano 6. Vol. 4. n.1 (julho 2003) - A Indústria na Bahia (Tecnologia e Competitividade)
- Ano 6. Vol. 4. n.2 (agosto 2003) - A Economia Baiana (Artigos de Pós-Graduandos)
- Ano 6. Vol. 4. n.3 (setembro 2003) - Meio Ambiente (Painel de Especialistas)
- Ano 6. Vol. 4. n.4 (setembro 2003) - Além do sol e da praia: novas alternativas para o turismo
- Ano 6. Vol. 4. n.5 (outubro 2003) - A gestão das águas e o desenvolvimento da Bahia
- Ano 9. Vol. 5. n.1 (novembro 2006) - A Economia Baiana (Artigos de Pós-Graduandos)

***Nos anos de 1999/2000 e 2004/2005  
os Cadernos não circularam por dificuldades de financiamento.***

# Turismo e políticas públicas: o modelo de *cluster* como alternativa para o desenvolvimento turístico

Ana Luiza Fernandes Mendes de Almeida<sup>1</sup>

## Resumo

O turismo enquanto atividade social e principalmente econômica vem sendo colocada como alternativa ao desenvolvimento de regiões, através dos efeitos multiplicadores gerados. Não se pode, contudo, prescindir da busca pela criação de vantagens competitivas para o destino turístico para que o turismo possa servir de ferramenta para o desenvolvimento. É dentro desse contexto, que o presente artigo tem como objetivo trazer uma discussão teórica sobre o papel das políticas de turismo nesse processo de desenvolvimento, enfocando o *cluster* de turismo como um instrumento de política pública e de diferencial competitivo, se discutindo sobre a efetividade desse modelo de governança.

**Palavras-chave:** turismo, políticas públicas, *cluster* de turismo, desenvolvimento turístico.

## Abstract

The tourism while social and mainly economic activity comes being placed as alternative to the development of regions, through the generated multiplying effect. Not if it can, however, to do without the search for the creation of competitive advantages for the tourist destination so that the tourism can serve of tool for the development. He is inside of this context, that the present article has as objective to bring a theoretical quarrel on the paper of the politics of tourism in this process of development, focusing to cluster of tourism as an instrument of public politics and competitive differential, if arguing on the effectiveness of this model of govern argues.

**Key words:** tourism, public policies, tourism *cluster*, tourism development

## Introdução

É fato que o turismo é uma atividade territorializada e multidimensional, e ainda, que depende de planejamento e de gestão para a consolidação de um destino turístico.

Por isso, o turismo não pode estar dissociado da figura do Estado, que tem o papel de gerenciar as políticas públicas de turismo, enfocando as suas ações na estruturação e na ordenação do destino, no incremento

do produto e da respectiva oferta, que acabam por interferir em diversos setores econômicos e sociais.

Pode-se dizer assim, que o caráter público do turismo, no qual a atividade muitas vezes se fundamenta, depende das ações, das estratégias públicas, primeiramente em nível local, mas também abrangendo as esferas estadual, regional, nacional e até internacional, sem, contudo deixar de ressaltar a importância da iniciativa privada e dos diversos setores sociais que devem trabalhar conjuntamente e de forma articulada.

A necessidade e a qualidade da infra-estrutura básica, dos recursos humanos, da acessibilidade aos atrativos, dentre os quais alguns são bens públicos, estão notadamente relacionadas às políticas públicas, a uma rede de políticas locais, de normalizações e leis, de como a gestão do município, através das suas propostas de ação, de intervenção econômica e social afetam o seu desenvolvimento.

Esse desenvolvimento, aliado a um cenário econômico diversificado e integrado em um determinado destino turístico, gera efeitos multiplicadores que podem ter impactos regionais e assim concretizar o que diferentes autores colocam: o turismo como fator de desenvolvimento regional.

Na busca por esse desenvolvimento turístico, diferentes modelos e estratégias são adotados pelo governo, pela iniciativa privada, enfim pelos atores dos processos mobilizador, articulador e decisório.

A criação de agrupamentos econômicos como Arranjos Produtivos Locais (APL's) e *cluster's*, são alguns desses modelos que buscam na convergência de esforços e interesses, a partir da territorialidade, tornar o local como fator de vantagem competitiva.

Os *clusters* de turismo assim fundamentam-se nesse pressuposto: tornar a atividade turística mais competitiva, estruturada para que possa gerar maior volume de renda e empregos e consequentemente, favorecer o *trade*, a comunidade e o destino turístico em seu conjunto.

Assim, trata-se inicialmente da conceituação de políticas públicas e especificamente, das políticas de

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo. Especialista em Marketing, Comunicação e Negócios. Mestranda em Análise Regional pela Unifacs. Professora de turismo.

turismo, apresentando as principais abordagens e suas características, seguida de uma breve evolução das políticas de turismo, especialmente no Brasil.

Posteriormente, se analisa o papel do turismo no processo de desenvolvimento, enfocando a sua efetividade e quais fatores subsidiam a sua promoção, estabelecendo-se o modelo de *cluster* enquanto instrumento de política pública para o turismo.

Por fim, defende-se a importância do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico, especificamente através do desenvolvimento da atividade turística.

## 1. Políticas de turismo

Ao estudar políticas públicas, devemos partir de uma análise da ciência política que busca abordar o que é um bom governo, quais são as forças políticas cruciais no processo decisório e quais são os resultados que um dado sistema político vem produzindo.

Os estudos sobre políticas públicas tiveram início nos anos 1950, nos EUA, como consequência da Guerra Fria -no Brasil é um processo mais recente-, motivados pelas políticas restritivas de gastos adotadas principalmente nos países em desenvolvimento, pelas novas visões sobre o papel dos governos, restringindo a intervenção do Estado na economia, nas políticas públicas sociais e pela democratização dos países em desenvolvimento, que ainda não conseguiram definir suas políticas públicas em prol do desenvolvimento econômico e da inclusão social.

A dimensão pública da política é dada mais pelo caráter imperativo de uma política pública do que pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem. Segundo Sampaio (2004), os efeitos multiplicadores, oriundos de políticas públicas específicas devem estar relacionados a estratégias em nível local, regional e nacional ou até internacional, através de mecanismos institucionais no âmbito econômico e social.

As políticas, ao serem analisadas, devem levar em conta a interdependência entre os processos e os resultados, a comunicação inter-sistêmica, a inter-relação entre o Estado, a política e a sociedade, a dimensão temporal - o contexto no qual foi criada - e as alterações às quais estão sujeitas ao longo do tempo, assim como o exame das não decisões, que também reflete uma forma de definição de políticas públicas.

Para Dias (2003, p. 121) “as políticas públicas são um conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender as necessidades de toda a sociedade.”

As políticas públicas podem, enquanto instrumento de orientação para dar estrutura a objetivos e estratégias do governo, ser formais, declaradas, documentadas; ou informais “sendo identificadas a partir de padrões ou tendências da ação governamental” (GEE, 2003, p. 192)

Assim, por Política Turística pode-se entender:

“Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as

decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação”. (GOLDENER, *et al*, 2002, p. 294).

O papel do Estado no mercado turístico deve-se à existência de estruturas que limitam a competição - oligopólios e monopólios- que acarretam em preços elevados; à existência de bens públicos no turismo, e aos fatores externos que podem ser positivos ou negativos quando uma atividade gera impactos em ou com consequências em outras atividades econômicas.

“Diante desses efeitos externos, o mercado não atribui corretamente os recursos disponíveis, pois os fatores levam a produzir uma quantidade superior e [em sentido] contrário, com os efeitos positivos e o equilíbrio do mercado é alcançado com níveis inferiores aos esperados. A solução está na intervenção pública que pode melhorar a atribuição dos recursos, utilizando os instrumentos que estejam ao seu alcance.[...] Em relação ao mercado turístico, é cada vez mais evidente que o Estado deve exercer um papel central na fixação de critérios de desenvolvimento e na coordenação das atuações dos agentes privados que nele interagem”. (SANCHO, 2001, p. 153-155).

As políticas de turismo devem existir quando existe por parte do Estado o entendimento de que o turismo, como parte da economia, pode ser um vetor de desenvolvimento, dessa maneira, relaciona-se com os outros setores da economia, sendo necessário constatar até que ponto os recursos serão disponibilizados para a atividade e que tipos de impasse o turismo enquanto uma atividade além de econômica também sociocultural e ambiental terá sobre a sociedade e principalmente sobre as comunidades locais.

Normalmente estão em consonância com as políticas econômicas, de desenvolvimento e durante os diferentes níveis de intervenção do Estado, as políticas turísticas acompanham este processo.

As políticas públicas de turismo, especialmente as que têm como prerrogativa a sustentabilidade, devem compatibilizar a integração e a participação de todos os agentes de turismo, na busca por um equilíbrio na promoção turística da região, no aumento no fluxo e no respeito às tradições das comunidades locais, a conservação e preservação de áreas naturais.

Nesse âmbito, o planejamento torna-se uma ferramenta indispensável, principalmente quando as políticas públicas de turismo consideram, dentro dos diferentes cenários, os impactos que a atividade pode acusar, sejam eles positivos ou negativos e de que forma o processo de desenvolvimento turístico pode consolidar-se.

### 1.1 Evolução das políticas de turismo

As políticas de turismo começaram a ser instituídas no pós-IIª. Guerra Mundial, quando a tecnologia bélica de transporte, comunicação, dentre outros aspectos, foi adaptada à vida civil, facilitando a aviação comercial em escala mundial, as trocas comerciais, trocas de informações, etc.

Assim o turismo teve um “boom” na década de 1950 onde os países receptores tinham como objetivo de suas

políticas o aumento no número de turistas. Esta vertente ainda com uma visão “industrializada” da atividade turística, apenas como um fator econômico, acarretou em um turismo massificado, sem preocupação com os impactos sócioambientais que poderiam existir. Em países como a Espanha, por exemplo, o aumento do número de turistas gerou aumento dos níveis de renda e equilíbrio na balança de pagamento. Enfim, teve um considerável impacto no desenvolvimento econômico do país, mas com uma postura “permissiva”, sem controle dos impactos; uma política quantitativa. (Bote e Marchena 1996 apud SANCHO, 2001).

No entanto este modelo exploratório começou a apresentar crise a partir dos anos 1970, aliado às primeiras discussões sobre as questões ambientais em 1972 - Estocolmo, quando foi agregada à política de turismo a preocupação com o bem-estar dos agentes do turismo na busca por um desenvolvimento equilibrado com a preservação do meio ambiente e da cultura local; assim passando a abordar aspectos qualitativos das atividades com uma visão de auto sustentabilidade.

A crise dos anos 1980 consequência das políticas fiscais, das crises do petróleo, dentre outros fatores, colocaram o turismo em um nível de concorrência mundial por destinos alternativos, com preços mais competitivos, sendo necessário aliar as políticas tanto quantitativas quanto qualitativas.

Dos anos 1990 em diante, vem se considerando a existência de uma “nova era do turismo” onde as políticas visam o desenvolvimento sustentado da atividade, equilibrando os interesses econômicos como os socioculturais, uma política que viesse a propiciar a competitividade do “setor”.

Desde a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, realizada em abril de 1995 que existe uma orientação de que a política turística deve estar embasada no conceito de desenvolvimento sustentável definido na Rio-92. Assim, as políticas devem visar através do turismo sustentável a integração entre a natureza, os valores culturais e o desenvolvimento local de maneira equilibrada e harmônica com o seu entorno.

Este formato de política requer uma integração constante entre as esferas pública e privada, assim como o apoio do terceiro setor na busca pela construção de uma política democrática.

Esta visão generalista aplicada principalmente aos países desenvolvidos foi de certa forma semelhante ao formato das políticas de turismo no Brasil.

Pode se dizer que no Brasil a história da intervenção do Estado no turismo teve início a partir de 1970 com uma visão meramente econômica da atividade e uma segunda fase, a partir da década de 1990, quando o turismo passou a ser visto com vetor de desenvolvimento local, requerendo preocupações mais ligadas a aspectos sócioambientais.

Até meados de 1970 o turismo se desenvolvia de maneira “orgânica”, sem qualquer tipo de intervenção ou controle do Estado.

Não cabe, nesse artigo, uma descrição de todas as ações públicas no turismo e sim uma análise sobre a efetividade de suas contribuições.

Os órgãos criados para regulamentar e deliberar sobre a atividade turística no primeiro período, como o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), sempre foram caracterizados por ações pontuais, elegendo determinados “portões de entrada” para o turismo internacional, por uma desvalorização do turismo doméstico que não era dotado de estímulos efetivos, falta de consciência e de ações para minimizar os impactos sócioambientais, sendo o turismo de massa, principalmente o de sol e praia, nesse período, a principal característica do turismo no Brasil.

Um outro traço marcante dessas políticas no contexto específico das ações de marketing, era o da imagem estereotipada do “samba, suor, mulatas e futebol” que culminou com a “adoção” do Brasil como destino ideal para a prática do turismo sexual.

As políticas de turismo no país estavam atreladas a uma visão limitada da atividade turística, à divulgação e à hotelaria, padecendo da falta de continuidade nas ações, principalmente na esfera estadual, e da falta de recursos para a implementação dos projetos. Ressalta-se que a qualificação profissional não apareceu como um aspecto relevante para o turismo.

A atividade turística assim, restrita ao seu cunho econômico, configurava-se como “geradora” de emprego e de renda para determinados destinos e segmentos do *trade*, especificamente as redes de hotéis, grandes agências de viagens e turismo e companhias aéreas, mas ainda não era vista dentro da perspectiva do desenvolvimento regional.

O modelo massificado do turismo vinha trazendo consequências negativas à atividade com a má qualidade da oferta dos produtos, pouco diversificada e da prestação dos serviços, gerando a saturação de alguns destinos, queda no fluxo turístico internacional e nacional.

Pode-se dizer que os anos 1990 inauguraram um novo período na concepção das políticas públicas de turismo para o Brasil. Primeiramente pela instalação de uma nova política, neoliberal, onde o papel do Estado mudou, cabendo-lhe a articulação e o fomento em contraposição ao modelo intervencionista.

Em 1992, foi estabelecida uma nova Política Nacional de Turismo, que considerou o turismo com fator de desenvolvimento econômico. O Plantur - Plano Nacional de Turismo, instrumento da PNT, direcionou suas ações para os setores público e privado.

“Nele estão previstos o desenvolvimento de pólos turísticos. O fortalecimento do turismo interno, o programa de qualidade e produtividade do setor, a formação de recursos humanos para o turismo, o ecoturismo, o Mercosul e todo um programa de marketing por segmento. Merece destaque especial a estratégia de articulação institucional no âmbito governamental e privado” (CALVACANTI, 2002, p. 66).

A criação do Ministério dos Esportes e Turismo- 2º Governo Fernando Henrique Cardoso- serviu para a cri-

ação de uma nova Política Nacional de Turismo, focada na qualidade da prestação de serviços, de criar um produto turístico brasileiro competitivo, mediante a concepção de uma nova imagem do país, principalmente no combate ao turismo sexual, do seu papel no desenvolvimento econômico e social e da importância do planejamento. Esse novo cenário político refletiu-se no incremento do fluxo turístico internacional, principalmente oriundo do Mercosul e no fluxo doméstico.

O fim do governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado por um período de transição para o governo de Luis Inácio Lula da Silva, inédito no âmbito político, que possibilitou a consolidação das diretrizes para o turismo e que culminou com a criação do Ministério do Turismo, refletindo a proposta do governo de ter no turismo um vetor de redução das desigualdades regionais.

Em abril de 2003 foi divulgado o Plano Nacional de Turismo com o objetivo de “desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais e estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional” (BRASIL, 2003, p. 10).

Sem visão partidária ou defesa política, pode-se afirmar que o Brasil vem vivenciando um “novo olhar” sobre o turismo com a implementação de ações mais planejadas e de impactos mais concretos.

Assim, o turismo no Brasil foi e ainda é marcado por diferentes níveis de intervenção do Estado, com ações que tiveram conseqüências para o incremento da atividade, ora positivas ou negativas, mas que acabaram por influenciar na construção o atual cenário do turismo brasileiro, muito melhor do que antes, mas necessitado de valorização política, no sentido de que os interesses de determinadas arenas não se sobreponham ao do desenvolvimento do turismo como instrumento de desenvolvimento econômico e social.

É indiscutível salientar a nova postura adotada pelo Estado no que diz respeito ao turismo, principalmente pela implementação de políticas mais adequadas e com perspectivas mais duradouras.

## 2. Turismo e Desenvolvimento

Essa busca pelo desenvolvimento através do turismo, parte da análise se o “turismo tem potencialidade na promoção do desenvolvimento.”

Esta afirmação, colocada por Ablas (1991, p. 49), traz consigo uma série de reflexões, fundamentais ao entendimento da multiplicidade de fatores que estão incluídos nesse processo.

Cabe iniciar a análise, colocando que o desenvolvimento regional é caracterizado pela ‘implantação de um processo de desenvolvimento no interior de uma dada região, pelo conjunto de atividades presente que constituem a economia regional’, existindo assim, a disponibilidade de bens materiais para a população.

Esse processo é ocasionado pelo nível das atividades internas, relacionadas a um crescimento de demanda oriundo do exterior, através das atividades exporta-

doras ou básicas, que se caracterizam por seu diferencial competitivo frente ao de outras regiões que permitem o fluxo de renda dentro da região e provocam o aumento da produção regional.

Insere-se também nesse processo, as atividades produtoras de bens e serviços finais para o mercado regional que estão todas interligadas através de um “circuito regional”, “formado pela distribuição de renda dentro da região, em ligação com o aparelho produtor de bens finais para o mercado regional” (ABLAS, 1991, p. 46) e por fim as atividades ligadas à exportação ou à região.

No âmbito do turismo, cabe a identificação da viabilidade econômica das atividades prestadoras de serviços aos turistas e a conseqüente satisfação dos benefícios e em seguida, quais os impactos para a região que serão ocasionados pela atividade do turismo.

Assim, a relação entre turismo e desenvolvimento regional dá-se pelo caráter da atividade exportadora exógena. Considera-se o turismo fator de atração de pessoas e de fluxo de pagamentos oriundos de outras regiões e que por isso tem caráter exportativo. Pelo meio de difusão dentro da própria economia regional, através do qual o desenvolvimento do turismo, dentro da região, são gerados efeitos nas atividades locais com base nas ‘trocas’ estabelecidas entre turistas e agentes de turismo e o retorno da distribuição de renda sobre as estruturas de consumo.

Contudo, cabe analisar que a relação turismo x desenvolvimento reflete os modelos econômicos adotados e as interferências das variáveis macro-ambientais na atividade. Assim:

“Para as economias regionais mais amplas e mais integradas, os resultados para os multiplicadores serão certamente, mais significativos. [...] Assim, preconiza-se uma espécie de desenvolvimento equilibrado, onde o atingimento de determinados níveis de atividade em alguns segmentos do complexo turístico dependerão da atividade dos demais”. (ABLAS, 1991, p. 51).

Outro ponto cabível de análise, diz respeito a relação turismo e desenvolvimento efetuado por Azzoni (1993). O autor elabora uma diferenciação entre desenvolvimento do turismo e desenvolvimento turístico, partindo da análise de que o desenvolvimento do turismo é o crescimento da atividade dentro de uma determinada região e que quando esse crescimento traz desenvolvimento econômico para a região, afirma-se que existe desenvolvimento turístico.

Dentro desse contexto, a sustentabilidade do processo requer a parceria entre o setor público e o setor privado, com papéis claramente definidos, onde ao Estado cabe trabalhar, enquanto agente catalisador e articulador de forças e de interesses, na proposição de políticas de planejamento e de gestão do turismo, particularmente no âmbito territorial.

Para Azzoni, o turismo enquanto atividade potencializadora do desenvolvimento requer a superação de deficiências da região como a falta de infra-estrutura,

falta de renda local, o ambiente de pobreza e a falta de espírito empresarial.

O governo deve buscar a descentralização das decisões político-turísticas, transferindo responsabilidades e recursos aos governos estaduais, principalmente aos locais, para que seja desenvolvida uma política de turismo mais competitiva.

Nesse processo, a participação da sociedade civil é de extrema importância, principalmente no nível da comunidade, que sofrerá diretamente os impactos da atividade turística. Deve-se salientar que muitos atrativos que consolidam a oferta dependem do nível de envolvimento que a comunidade tem com o turismo e a aceitação do uso desses recursos com fins de atração de demanda.

Fazem-se necessários assim, processos de conscientização, de espírito de cidadania e de ênfase nas práticas educativas, que possam, além de tratar de uma visão de turismo, incutir uma cultura ambiental de longo prazo.

Dessa forma, o desenvolvimento das atividades turísticas com aquelas que lhe dão sustentação, deve estar integrado trabalhando com todos os produtos turísticos da região, com o intuito de construir um produto coeso, que atenda as expectativas do mercado, e a adequação da infra-estrutura de modo a minimizar os impactos com a exploração do destino, sempre amparado por uma postura profissional, inovadora e articuladora no tratamento da atividade.

É importante ainda, salientar que o papel do turismo no desenvolvimento regional dependerá no nível de crescimento econômico da região.

“ [...] quanto mais ou menos deprimido economicamente ele for, o turismo e também a cultura irão se inserir no contexto socioeconômico cumprindo funções de distintos matizes e alcance: como atividades dominantes, atividades estruturantes, como atividades complementares ou atividades residuais, dependendo de onde se localizem as atividades turísticas e culturais e da importância que estas assumem na economia da região ou do município.”  
( SILVA, 2001, p 90)

### 3. Cluster de turismo: modelo para o desenvolvimento?

O atual cenário competitivo global tem colocado as empresas em uma busca constante por estabelecer diferenciais na “luta” pelo mercado.

É nesse contexto, que surge o conceito de *cluster* como uma ferramenta de estruturação competitiva para diferentes empresas em segmentos específicos.

Nesse cenário, o turismo, como uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo, conforme análise realizada no tópico anterior, tem potencial para atuar como atividade promotora do desenvolvimento regional, articulado com outros setores produtivos também se defronta com essa nova estrutura de competição entre e por mercados.

Assim, o *cluster* de crescimento, enquanto fator de cooperação, de inovação, pode ser uma alternativa de política pública para o turismo.

No entanto, a defesa dessa idéia parte de uma análise preliminar do que efetivamente seja um *cluster*, qual o seu nível de abrangência e de capacidade para gerar resultados/mudanças para atividades econômicas, especificamente para o turismo.

Segundo Michael Porter (1999), que difundiu o conceito de *cluster*, partindo das teses históricas que colocavam a aglomeração como fator de vantagem competitiva para o território- como as de Hirschman (1960), Perroux (1961) e Marshall (1990), dentre outros- *cluster* “é a concentração geográfica de empresas e de instituições que se relacionam em um segmento particular”.

Berg, Braun e Widen (2002) relacionam o conceito de *cluster* a “redes localizadas de organizações especializadas”, através do “intercâmbio de bens, serviços e/ou conhecimentos”, defendem a idéia de proximidade geográfica para o *cluster*, mesmo em um cenário que permite a formação de redes globais, porque a proximidade cultural, a troca de conhecimento tácito, estimulado pelo “contato”, facilitam o seu processo de formação e de consolidação.

Os autores ainda colocam que existe uma série de fatores que são fundamentais para o crescimento de um *cluster* que vão desde a demanda, a acessibilidade, assim como ao tamanho do *cluster*; quanto maior e mais empresas “motores” um *cluster* tiver, maior será o seu poder de penetração no mercado e de acesso a tecnologia.

Outros aspectos como o grau de interação entre os membros, a renovação do *cluster* e principalmente, a sua capacidade de organização são também relevantes.

Porter, no seu “diamante competitivo”, elenca as forças determinantes para se criar vantagens competitivas. Dentro de um *cluster* turístico, alguns fatores tornam-se imperativos como as condições de demanda, setores correlatos e de apoio, estratégia, estrutura e rivalidade das empresas, além de uma condição de fatores considerados como básicos, tais como a localização, atrativos, etc.

Cabe ressaltar como elementos-chave nesses aspectos, o apoio social e político, as políticas específicas do *cluster* e de que maneira se dão as parcerias) entre as esferas pública e a privada e dentro de cada uma delas, entre seus integrantes.

Ribeiro (2001) traz uma visão mais aprofundada da relação dentro de um *cluster*, estendendo o conceito que Berg, Braun e Widen utilizam de intercâmbio de bens e serviços, para uma idéia de cadeia produtiva de valor adicionado.

Segundo a lógica de localização, Ribeiro defende a existência de um *ciber-cluster*, no qual através dos recursos virtuais, da internet, rompe-se as barreiras físicas e todas as estratégias de um *cluster* são atendidas.

Ainda segundo Ribeiro (2001) existem quatro tipos de *clusters*, em função do seu nível de abrangência: *microcluster* ou *cluster* local; *cluster* industrial ou *cluster*; *cluster* regional; e *mega cluster*.

Rodriguez Dominguez (2001), que traz uma análise crítica da ótica “porteriana” sobre *cluster*, aproxima-se em muitos aspectos da visão de Ribeiro, principal-

mente ao distinguir os *clusters* através de sua dimensão territorial, considerando-se assim a existência de *microclusters*, *clusters* regionais, *clusters* nacionais e *macroclusters*.

Diferentemente dos outros autores, Rodriguez Dominguez traz a abordagem de *cluster* para o âmbito do turismo, defendendo que o melhor enquadramento para a atividade reside no conceito de *microclusters*.

Segundo a autora o *microcluster* congrega empresas em um âmbito geográfico determinado, de cunho mais restrito. O turismo por seu caráter heterogêneo, que congrega diferentes ramos de empresas, diferentes perfis de demanda, com motivações diferenciadas e principalmente por sua dimensão territorializada requer um enquadramento local.

Sob esta ótica, Rodriguez Dominguez também defende que o *cluster* virtual para o turismo só é possível pelo lado da oferta, pois a demanda “consume” o destino turístico, o atrativo, o local.

Thomazi (2006) adota o conceito de Beni (1998) para relacionar o arcabouço teórico acerca de *cluster* com a atividade turística.

[...] *cluster* é um conjunto de atrativos de destacado diferencial turístico, dotado de equipamentos e serviços de qualidade, com excelência gerencial, concentrado num espaço geográfico delimitado[...] apresenta-se distinto mercados consumidores de turismo com produto acabado, final, com tarifas diferenciadas na forma de package tours (pacotes) em alto nível de competitividade internacional ( Beni, 1998 apud THOMAZI, 2006, p.35)

O *cluster* de turismo requer acima de tudo capacidade de inovação e não pode deixar de estabelecerelos com todas as cadeias produtivas relacionadas a fim de estabelecer uma estrutura de redes.

As abordagens dos autores, divergentes em alguns aspectos, mas complementares em sua maioria, enfatizam a importância do *cluster* para que as empresas - seja localmente, regionalmente, etc. - possam juntas criar diferenciais competitivos.

E o que seriam essas diferenciações?

A tendência da globalização mundial em um cenário pós-fordista e flexível requer que as empresas trabalhem de maneira segmentada, com processos e principalmente produtos de alta qualidade, para qual se faz necessário: recursos humanos qualificados, inovação tecnológica constante, preços competitivos, dentre outros aspectos.

O turismo, principalmente por envolver elementos socioculturais e ambientais, os quais requerem atitudes conscientes, planejadas e que sofrem diretamente as consequências do modelo econômico vigente, deve buscar bases para consolidar o seu produto - seus atrativos, sua infra-estrutura-, atrair demanda mais qualificada-que traga maior fluxo de renda e que tenha um maior grau de consciência sobre o uso dos espaços-, oferecer serviços condizentes com a necessidade dessa demanda.

O “poder” que o *cluster* tem em congregar esforços, facilitar acesso a novas tecnologias, brigar por preços, é

fato. O que não é fato é o efetivo nível de interação das empresas de um *cluster* na luta por interesses comuns, real parceria entre os poderes público e privado, não devendo servir para que o “Estado” tenha no *cluster* um mero mecanismo de direcionamento de suas políticas.

Segundo Thomazi (2006) os modelos fundamentados em agrupamentos de atividades econômicas, nos quais o *cluster* se enquadra, representam uma nova maneira de dividir e entender a economia e definir as políticas públicas, especialmente no diálogo entre governo e empresa.

Enfim, o nível de aplicabilidade das ações propostas, principalmente nesse contexto onde se vê constantemente o crescimento de *cluster*, consórcios, APL's, etc. precisa ser mais factível.

Silva (2001, p.90) afirma que o desenvolvimento de cadeias produtivas e de *clusters* poderá ser freado em função da debilidade do entorno competitivo da região.

Mesmo assim, acredita-se que o novo papel do Estado de articulador, requer uma reconfiguração em seus planos e ações. Assim, a tendência à parceria público-privada, de retirar do Estado a responsabilidade única e exclusiva de promover um processo de desenvolvimento, tem na configuração de *cluster* uma expressiva ferramenta para tal fim.

A estruturação de *clusters* de turismo enquanto instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento turístico justifica-se como um caminho para que, através de trocas de experiências competitivas, se possa construir vantagens e diferenciais competitivos.

### Considerações finais

A presença do setor público é constante no dia a dia das pessoas, independentemente do país onde residam. É um fator balizador das relações humanas, em maior ou menor proporção, a depender do grau de intervenção, nos campos sociais e econômicos.

Pressupõe-se que a busca pelo desenvolvimento é o grande objetivo da política turística, mesmo que para isso sejam adotadas medidas conflitantes, porque o mercado nem sempre está disposto a ceder e o Estado não deve abrir mão de princípios que visem à preservação e a sustentabilidade das atividades.

As intervenções estatais, com suas políticas sociais, econômicas, legais e tecnológicas, afetam a política turística e têm consequência direta na atividade, na competitividade e sustentabilidade de uma destinação turística.

Ratificando, essa análise parte-se da premissa de que o turismo é um reflexo das políticas socioeconômicas vigentes e que sozinho, sem uma visão integrada a outros setores da economia, sem um planejamento adequado que considere que a demanda requer uma oferta de qualidade bem estruturada, sem relação com os princípios da sustentabilidade, não poderá atuar como fator de desenvolvimento.

O *cluster* de turismo pode ser um instrumento para efetivação dessas políticas, por buscar através da criação de diferenciais competitivos, alternativas para o desenvolvimento turístico de uma região.

Após a consideração e análise sobre o tripé turismo, políticas públicas e desenvolvimento pode – se responder ao questionamento proposto nesse artigo, afirmando que o turismo pode sim ser propulsor do desenvolvimento e as políticas públicas de turismo, especificamente o fomento de *clusters* de turismo, se constituem ferramentas, devendo, no entanto, se buscar a integração das políticas turísticas às macropolíticas sociais e econômicas em nível nacional e regional.

## Referências

- ABLAS, Luiz A. de Q. Efeitos do turismo no desenvolvimento regional. **Turismo em Análise**, São Paulo: ECA/USP, 2 (1): 42-52, maio/1991.
- AZZONI, Carlos Roberto. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico. **Turismo em Análise**, São Paulo: ECA/USP, 4 (2): 37-51, nov./1993.
- van den BERG, Leo; BRAUN, Eric; van WINDEN, Willem. *Clusters de crecimiento en las ciudades europeas: una nueva perspectiva de política pública*. In: SUBIRATS, Joan. (Coord). **Redes, territorios y gobiernos: nuevas respuestas locales a los retos de la globalización**. Barcelona: Disputacio de Barcelona, UIMP, 2002. (Coleccion Territorio y Gobeirno: Visiones, 1)
- CALVACANTI, Keila B. SPINOLA DA HORA, Alberto. Política de turismo no Brasil. **Turismo em Análise**. São Paulo, 13 (2): 54-73, novembro 2002.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: políticas públicas para o turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.
- GEE, Chucky y; FAYOS-SOLÁ, Eduardo. (Org). **Turismo internacional: uma perspectiva global**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- GOLDNER, Charles R; RITCHIE, J.R. Brant; MCINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2002. BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. Brasília: Mtur, 2003.
- OMT. **Contribución del turismo nacional e internacional a los ingresos del Estado**. Madrid: OMT, 1983.
- PORTER, Michael. **Competição on competition: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- THOMAZI, Silvia. **Cluster de turismo: introdução ao estudo do arranjo produtivo local**. São Paulo: Aleph, 2006.
- RODRIGUEZ DOMINGUEZ, Maria del Mar. **Competitividad e analise estratexica do sector tusritico: unha primeira aproximacion a potencial ceracion dun cluster institucional para a melhora competitiva da zona Rias Baixas**. Santiago de Compostela; Xunta de Galicia, 2001.
- RIBEIRO José. *Clusters e políticas de inovação- conceitos e relevância para Portugal*. **Economia & Prospectiva**. Lisboa: GEPE, 17 (109-129) julho-setembro 2001.
- SAMPAIO, Elias. O espaço da regulação econômica sobre as políticas de desenvolvimento regional em um contexto pós-fordista. Notas para um debate teórico. **Desenbahia**, Salvador, 1(1):57-78, setembro, 2004.
- SANCHO, Amparo. (Dir.). **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.
- SILVA, Jorge. Nova dinâmica espacial da cultura e do turismo na Bahia - Base para o planejamento do desenvolvimento turístico fundamentado nos conceitos e práticas de *cluster* econômico. **RDE**, Salvador, III (5): 86-95, dezembro 2001.



## O CURSO DE ECONOMIA DA UNIFACS OFERECE UM DOS CURRÍCULOS MAIS MODERNOS DO PAÍS!

### • FOCO EM ECONOMIA REGIONAL •

Cursando Economia na UNIFACS você estará se preparando para montar o seu negócio, dirigir empresas e exercer, ainda, outras funções tradicionais dos economistas.

Atuação integrada com o Mestrado em Análise Regional e o Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs.

Confira com a coordenação do curso:

Tels: 3273-8557 / 3273-8603

[economia@unifacs.br](mailto:economia@unifacs.br)

# A organização social e produtiva como estratégia de fortalecimento do capital social em destinos turísticos<sup>1</sup>

**Maria Helena Martins Brasileiro<sup>2</sup>**

## Resumo

Considerando a participação social como condição de legitimidade e adequação à transformação da realidade de pobreza e exclusão social, este artigo apresenta como estratégia de mobilização e organização popular, a implantação de unidades produtivas enquanto unidades operacionais apropriadas para este fim. A perspectiva é de que ao atuar enquanto espaço de ação/reflexão em torno das questões relativas à perpetuação do círculo vicioso da pobreza e da exclusão social, estas unidades poderão atender às necessidades de sobrevivência do seu público, mas ao mesmo tempo, fundamentar uma prática mais ampla, configurando-se em uma iniciativa de qualificação das estruturas internas, necessária ao fortalecimento do capital social e desenvolvimento dos espaços turísticos em bases sustentáveis. A interrelação das dimensões produtivas, associativas e organizativas é aqui defendida como aspecto fundamental, no sentido de atender a visão multidimensional que as políticas e iniciativas neste âmbito devem apresentar, sob pena de constituírem-se em ações reducionistas, de baixo impacto social, sem efetividade ou durabilidade.

**Palavras chave:** Desenvolvimento endógeno e sustentável; participação social; organização sócio-produtiva; capital social; desenvolvimento turístico.

## Abstract

Taking into account the need for social participation as a key to legitimately transforming poverty and social exclusion, this essay presents a strategy for mobilizing and organizing, the creation of work groups to compliment the workers work environment, thus achieving the aim of creating social participation. A perspective is to take action while there exists an opportunity/response concerning questions that perpetuate a vicious cycle of poverty and social exclusion. These work groups can meet the survival needs of their participants, and at the same time, instil a broader initiative to qualify their internal procedures needed to strengthen social capital and development of tourist locations in sustainable ways. The inter-relational productive, associative and

organizational dimensions are supported here as an essential feature that fits a multidimensional idea on what rules and initiatives be present, even under penalty of being thought of as consisting of reductive actions of low social impact, ineffective or durable.

**Key words:** Local and Sustainable Development; Social Participation; Social Productive Organization; Social Capital; Tourism Development.

## 1 Introdução

Nos últimos tempos tem se observado como tendência mundial, e especificamente no Brasil, a emergência de uma ênfase especial em relação à participação social como condição para instauração de uma nova ordem que possa explicar e intervir no complexo contexto que as sociedades hoje enfrentam: o grande avanço tecnológico em diversas áreas tem impulsionado as potencialidades produtivas, mas não tem apresentado reflexos para a melhoria das condições de vida da maioria da população mundial. Principalmente nos países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a ampliação das desigualdades, da pobreza, da exclusão social vem assumindo índices alarmantes.

Tal constatação tem levado ao reconhecimento por parte de instituições governamentais, organizações da sociedade civil, Universidades, teóricos e estudiosos do assunto, da necessidade de não só compreender este fenômeno como também elaborar estratégias que permitam o enfrentamento desta situação, buscando alternativas que levem a transformação desta realidade.

Em recente pesquisa intitulada *The voices of poor*, o Banco Mundial fez um levantamento envolvendo quarenta mil pobres de cinquenta países, revelando, segundo Kliksberg (2003), um traço marcante da situação de pobreza: a carência de voz e poder. Diante disto, o traba-

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Curso de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador – Unifacs, como requisito parcial da Disciplina Economia Regional, ministrada pelo Prof. Dr. Noélio Dantasle Spinola.

<sup>2</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL, mestranda em Análise Regional pela Universidade Salvador – Unifacs. E-mail: lenabrasileiro@terra.com.br.

lho recomenda que sejam investidos recursos no fortalecimento das organizações dos próprios pobres, ajudando-os a construir estas organizações, a facilitar sua personalidade jurídica, a oferecer oportunidades de capacitação para suas lideranças e abrir possibilidades de expressão para sua cultura, visando em última instância instrumentalizá-los para participação efetiva nos processos decisórios, assumindo-se como sujeitos da própria história.

Da mesma forma a Organização das Nações Unidas (ONU) chega a esta conclusão no seu relatório sobre a pobreza (KLIKSBURG, 2003, p.26), ressaltando que “uma das principais causas da pobreza é a ausência de poder dos pobres”, salientando também a necessidade de organização dos mesmos, visando uma maior influência nos governos locais, formalização de coalizões com outros setores da sociedade civil, tendo como resultado políticas legítimas e mais apropriadas à realidade de cada lugar.

Entretanto, é fato que tais constatações não conduzem a intervenções imediatas e com as dimensões e urgência necessárias a transformação da realidade descrita.

Um dos aspectos que pode ser considerado consenso, no âmbito das organizações populares, é o impacto que a não satisfação das necessidades individuais de sobrevivência exerce sobre os níveis de abstração exigidos no tratamento de questões coletivas e subjetivas. Em outras palavras, a falta de acesso à nutrição, a moradia, a habitação, ao trabalho, são fatos concretos que influenciam profundamente na percepção da importância das ações coletivas, às vezes não tão concretas.

Além disso, entre o discurso e a prática encontram-se dentre outras coisas, intrincadas relações sociais, culturais, econômicas, históricas, políticas e institucionais que conformam cada território, exigindo uma leitura de realidade distinta e a particularização das intervenções e estratégias a depender das condições estruturais e conjunturais específicas.

No Brasil, a conjunção de um modelo de desenvolvimento econômico caracterizado como excludente e concentrador de renda e uma herança histórica de desigualdades sociais e regionais, conformam uma sociedade complexa, contraditória e desigual, refletida nos índices econômicos e sociais, bem como nas formas de organização da população.

As influências e efeitos do modelo adotado se vêem refletidos em diversos setores. No caso do turismo, percebe-se que a despeito da ênfase que tem recebido ultimamente quanto ao potencial que encerra em termos de desenvolvimento sócio-econômico, como também todo um discurso voltado à priorização de geração de benefícios para população local, na prática, o turismo vem se afirmando no contexto brasileiro a partir de uma ótica globalizante onde a acumulação do capital e a busca pelo lucro incessante tem reproduzido o quadro de segregação social, concentração de renda, desestruturação dos sistemas sócio-culturais e degradação do meio ambiente, já conhecido em outras instâncias.

Diante disto, a busca por estratégias e alternativas que conduzam a uma prática sustentável do setor já se

configura em uma preocupação generalizada, inclusive no discurso oficial do governo brasileiro.

Entretanto, isto não garante a transformação desta realidade, pois as mudanças paradigmáticas necessárias para tanto, apontam para ações complexas e integradas, de caráter intersectoriais, de curto, médio e longo prazo.

Tal constatação, somada a compreensão de que as relações de poder na produção do espaço turístico se dão como algo socialmente produzido, que expressa as contradições, correlação de forças, como também representa um lugar de criação de estratégias que estruturam as lutas e apoiem as mudanças necessárias, inspiraram este artigo.

Na sua essência, o conteúdo aqui apresentado traz algumas reflexões sobre o desenvolvimento local, numa perspectiva das teorias de desenvolvimento sustentável e endógeno, o turismo como alternativa de desenvolvimento no contexto brasileiro, e a organização sócio produtiva, enquanto estratégia de criação de um espaço de ação/reflexão, que possibilite atender às necessidades de sobrevivência do seu público, mas ao mesmo tempo, fundamente uma prática mais ampla de transformação, voltada para o fortalecimento do capital social e humano das sociedades.

## 2 Desenvolvimento: conceitos e contextos

Ao longo da história, o termo desenvolvimento tem assumido diferentes conotações de acordo com o momento histórico que está inserido, os interesses que representa e o contexto em que é aplicado.

Na condição de conceito largamente empregado nas Ciências Sociais (principalmente nas Ciências Econômicas) é utilizado, de uma maneira geral, em visões, idéias, pressupostos, teorias, relacionadas às transformações das sociedades em direção a um estado cada vez mais evoluído, avançado, superior, moderno, que responda as exigências e necessidades da realidade em que estão inseridas.

O conceito de desenvolvimento econômico local, enquanto derivação do conceito geral de desenvolvimento obedece a esta lógica, recebendo ao longo do tempo, influências e significados diversos, tendo como ponto comum nas sociedades ocidentais, buscar responder aos impactos engendrados pelo Sistema Capitalista Global.

Para Barquero (2001, p.56) o desenvolvimento econômico local pode ser definido como:

[...] um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem estar da população de uma cidade ou região.

Na atualidade, as idéias que fundamentam este conceito foram fortemente influenciadas pela crise do petróleo (1970) pelo advento da revolução da ciência e da tecnologia (1970) e pelos novos paradigmas do processo de globalização (1980).

Neste contexto, o local e o regional, ressurgem com um novo significado, um novo papel, aonde o protagonismo, o empreendedorismo, a criação de estratégias competitivas, vem atender a demandas geradas a partir da maior conectividade, da relevância do conhecimento e da informação, dos avanços tecnológicos que em última análise vem responder a “[...] universalização das trocas, do capital, da mercadoria, dos gostos, do consumo [...]” (FONSECA, 2004, p.16).

Barquero (2001, p.13), afirma que a globalização da economia e da sociedade conforma um novo paradigma onde:

Os sistemas produtivos e os mercados adquirem, paulatinamente, uma dimensão global, o Estado cede seu papel de protagonista e sua liderança às empresas inovadoras (geralmente multinacionais), ao mesmo tempo em que as novas tecnologias de informação, os transportes e as comunicações fortalecem o funcionamento das organizações e a sua interação.

Por outro lado, são os resultados alcançados com a implantação do modelo de desenvolvimento vigente, baseado na otimização dos lucros, na industrialização como única via de desenvolvimento, no uso indiscriminado dos recursos naturais, no crescimento econômico como fator antecedente ao desenvolvimento, que propiciaram a emergência de novas formas de pensar o desenvolvimento, procurando atender ou mesmo explicar, a questões até então negligenciadas, tais como: a distribuição desigual das riquezas; o agravamento da pobreza e exclusão social; a precarização das relações de trabalho; e o esgotamento dos recursos naturais.

Com efeito, o que se observa é a desmistificação de alguns pressupostos que sustentam e direcionam este modelo. Assim, hoje é possível afirmar, por exemplo, que o crescimento econômico além de não gerar necessariamente o desenvolvimento, também não tem uma relação direta com a melhoria da qualidade de vida da população, ou que a inobservância da finitude dos recursos naturais tem consequências graves não só para a continuidade do processo de desenvolvimento, mas em última análise para a própria sobrevivência no planeta.

No âmbito regional, duas categorias analíticas ganham relevância neste contexto: a sustentabilidade e a endogenia.

O final do século XX presenciou a preocupação crescente da sociedade em relação à degradação do meio ambiente decorrente do modelo vigente de desenvolvimento e crescimento econômico. O aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo, conduziu a uma preocupação com a sustentabilidade das ações, originando um novo conceito - o de Desenvolvimento Sustentável. Este alcançou um destaque inusitado a partir da década de 1990, tornando-se um dos termos mais utilizados para se definir um novo modelo de desenvolvimento.

De acordo com o Relatório Brundtland (1987, apud BRÜSEKE, 1998, p.33) “Desenvolvimento Sustentável é

desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.” Esta foi uma definição apresentada pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) da ONU, podendo ser considerada um ponto de partida para entender os pressupostos da teoria do desenvolvimento sustentável.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o modelo de desenvolvimento sustentável se refere a um processo de convergência e integração de ações que articula as dimensões social, econômica e ambiental a partir dos seguintes parâmetros:

- a) O econômico, que se traduz pela procura no novo contexto, uma eficácia econômica.
- b) O ambiental, que significa que o desenvolvimento deve contribuir para preservar, melhorar e valorizar o ambiente.
- c) O social, que exprime o fato de que esse desenvolvimento deve partir das necessidades humanas e responder a objetivos de equidade social.

A concretização das idéias e princípios formulados a partir do conceito de desenvolvimento sustentável tem assumido nuances variadas, a partir da realidade que cada sociedade apresenta. Nos países considerados do primeiro mundo, é a relação entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, assim como as intrincadas relações políticas, que dão a tônica às discussões a respeito da proposta e sua viabilidade. Para os países emergentes, somam-se a isto as graves questões sociais, onde o meio ambiente enquanto produto das relações do homem com o meio físico natural reflete as consequências das desigualdades sociais, da má distribuição de renda, poder e informação.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem recebido ao longo do tempo uma ampla aceitação de importantes setores e instituições em todo mundo, como também muitas críticas em torno, principalmente, da sua exequibilidade. O Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), são exemplos de instituições que o adotaram “para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica” (BRÜSEKE, 1998, p.34), sendo condição primordial para estas e outras instituições de renome quando se fala em desenvolvimento.

Por outro lado, as críticas afirmam que a crescente legitimidade do conceito não veio acompanhada de uma discussão consistente a respeito do seu significado efetivo e das medidas necessárias para alcançá-lo, e que a complexidade das mudanças estruturais e culturais necessárias a sua operacionalização inviabiliza a sua prática, tornando-se mais uma alternativa para justificar discursos que não condizem com as práticas.

De qualquer forma, não se pode negar que a visão multidimensional defendida pela Teoria do Desenvolvimento Sustentável vem atender às necessidades reais do mundo moderno e seus anseios pelo desenvolvimento equilibrado. Como afirma Brüseke (1998), quando a

busca não é por um modelo de desenvolvimento equilibrado da sociedade inteira, corre-se o risco da desestruturação da composição social, da economia territorial e do contexto ecológico, que só poderá ser evitado a partir de uma “perspectiva multidimensional que envolva economia, ecologia e política ao mesmo tempo.” (BRÛSEKE, 1998, p.37).

Se o foco do desenvolvimento sustentável é a relação do homem com a natureza e as condições de uso racional dos recursos naturais, a Teoria do Desenvolvimento Endógeno trás no seu bojo uma preocupação no sentido de delinear os fatores que levam a diferenciação no nível de crescimento das regiões, mesmo em condições semelhantes em relação a fatores produtivos tradicionais como capital financeiro, mão-de-obra e tecnologia.

Para Amaral Filho (1996, p.37) o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como:

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

As reflexões a cerca destes fatores determinantes, trouxeram a tona características peculiares a cada região, que fundamentaram a visão de que fatores endógenos tais como, valores culturalmente estabelecidos, níveis de organização social e fortalecimento institucional, seriam condicionantes no desenvolvimento de uma região.

Tais conclusões foram decisivas para elaboração de um conjunto de princípios, pressupostos e conceitos, dos quais aqui salienta-se:

- 1) O desenvolvimento local ou regional está estreitamente relacionado com a dinâmica social historicamente determinada; por conseguinte é necessário haver uma sintonia com as potencialidades sócio-econômicas originais, incluindo a participação dos atores sociais nos processos decisórios.
- 2) A organização institucional é fator decisivo para o desenvolvimento, na medida em que permite a emergência e o fortalecimento de um capital social, aqui entendido como o conjunto de variáveis relacionadas às características da organização social, tais como rede de relações, normas, valores, canais de informação, cooperação, níveis de confiabilidade.

Partindo do princípio de que os processos de desenvolvimento não acontecem no vazio, sendo conformado a partir de raízes culturais e institucionais, Barquero (2001), afirma que além de influenciar os aspectos produtivos, a estratégia de desenvolvimento endógeno, procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem estar da sociedade. “Isto leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e capacidades de cada economia e sociedades locais.” (BARQUERO, 2001, p.56).

Em resumo, considera-se que a grande contribuição que a Teoria do Desenvolvimento Endógeno oferece é o reconhecimento da importância da sociedade e das relações sociais no processo de desenvolvimento, fundamentando idéias, ações e políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas que em última instância conduzam a respostas específicas aos problemas e potencialidades de cada região.

## 2.1 O turismo como alternativa de desenvolvimento no contexto brasileiro

Uma análise geral da realidade desvela o Brasil do século XXI como uma sociedade complexa, dinâmica e desigual. De qualquer que seja o ângulo, os retratos da sociedade brasileira evidenciam desigualdades causadas pela má distribuição da renda, pelas diferenças regionais e pelos desequilíbrios entre campo e cidade. Estas, por sua vez, são retro-alimentadas por fatores discriminatórios ligados à raça, gênero, idade, etnia e orientação sexual, geradores de vários tipos de desigualdades sociais.

A parcela da população socialmente excluída do Brasil é o resultado da confluência de uma herança histórica de desigualdades sociais e regionais, que gera vulnerabilidades, com as conseqüências de um padrão de desenvolvimento concentrador de renda, riqueza, conhecimento e poder, que gera exclusões.

A compreensão de que o Brasil é um país de desigualdades que vão além das disparidades de renda faz parte do senso comum, mesmo que para cada indivíduo, comunidade ou localidade o ângulo de análise se particularize. Diante desta realidade, caracterizada por profundas desigualdades sociais e regionais, onde o fenômeno da exclusão se manifesta em larga escala, entende-se que o desenvolvimento está estreitamente relacionado com a transformação deste contexto, tendo por premissa a elaboração de políticas e estratégias diferenciadas, descentralizadas e multidimensionais, que equilibrem ações de proteção e promoção social visando em última análise uma mobilidade social de caráter definitivo.

Perceber os limites que estabelecem este equilíbrio é um grande desafio. O perigo está na tendência a se buscar formas imediatistas de solução da problemática, o que inevitavelmente conduz a uma ênfase na reprodução de formas assistenciais – também necessárias, sem dúvida - com vistas à compensação (ou correção) das defasagens de inserção, o que por sua vez se traduz em ações reductionistas, de baixo impacto social sem efetividade ou durabilidade.

O reconhecimento de que deve haver uma mobilização geral em torno destas questões parece já permear o coletivo. Especificamente, em relação ao turismo isto pode ser percebido, no nível internacional, a partir do estabelecimento dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio elaborados pela ONU:

A perspectiva do turismo como meio de inclusão social encontra abrigo nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos em 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em conjunto com 181

países, entre os quais o Brasil, em especial o seu Objetivo 1 – erradicar a extrema pobreza e miséria. É com base nele que a Organização Mundial do Turismo (OMT), como entidade do Sistema ONU, tem buscado identificar as diretrizes para verificar as possibilidades do turismo como vetor para reduzir a pobreza e proteger o meio ambiente. Esse movimento iniciou-se ainda em 1999 quando na sétima sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável os governos foram estimulados a aproveitar ao máximo as possibilidades do turismo, visando à erradicação da pobreza, elaborando estratégias apropriadas em colaboração com todos os grupos interessados e as comunidades locais. (BRASIL, 2005, p. 6).

No nível nacional esta preocupação se expressa no estabelecimento dos princípios orientadores das ações do Plano Nacional do Turismo de 2003 como se observa a seguir:

O Plano Nacional do Turismo considera como princípios orientadores de suas ações os seguintes vetores de governo: i) redução das desigualdades regionais e sociais; ii) geração e distribuição de renda; iii) geração de emprego e ocupação; iv) equilíbrio do balanço de pagamentos do país. (BRASIL, 2005, p. 7).

Reconhecidamente, o turismo enquanto espaço de valorização do capital tem movimentado a economia de muitos países, o que não significa, entretanto, que a distribuição dos benefícios gerados venha ocorrendo a favor da população local. O aumento do Produto Interno Bruto (PIB), geralmente utilizado como índice que atesta os benefícios do desenvolvimento turístico, não revela importantes aspectos como a concentração de renda, a ampliação das desigualdades, os impactos sociais, culturais e ambientais que o turismo gera nas comunidades locais.

Isto não quer dizer que a indústria do turismo não apresente um potencial de dinamização das economias locais e nacionais, podendo representar uma importante alternativa de desenvolvimento local sustentável. A questão que se coloca é que, a ênfase na dimensão econômica que sustenta o modelo de consumo adotado, baseado na acumulação do capital e na busca pelo lucro incessante tem levado a configuração de outro contexto onde a segregação social, a concentração de renda, a desestruturação dos sistemas sociais e a degradação do meio ambiente, têm sido na maioria das vezes, os resultados obtidos.

Ao que parece, no Brasil, estes fatos já são reconhecidos pelo poder público, o que pode representar um grande avanço na elaboração de políticas voltadas a transformação desta realidade. No documento elaborado pelo Ministério do Turismo intitulado *Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas* (BRASIL, 2005, p.24) encontra-se a afirmação:

As políticas voltadas à promoção do turismo – calçado em pacotes pré-formatados, em fretamentos aéreos e em estruturas hoteleiras de grande porte, principalmente resorts, que, naturalmente, favorece somente as grandes corporações privadas, como cadeias hoteleiras, transportadoras aéreas e grandes operadoras turísticas – consti-

tuem modelo concentrador de renda cujos impactos sociais e ambientais avaliados pelo custo total, terminam sendo negativos. A renda gerada pelo turismo é, geralmente, apropriada pelos grandes centros que exportam seus produtos e serviços para os destinos turísticos, enquanto são nestes que os principais impactos sociais e ambientais ocorrem. Além disso, esse modelo concentrador não valoriza o local e contraria as principais tendências do mercado turístico mundial, caracterizadas pela busca de experiências, pela personalização dos pacotes e pela segmentação. Essas constatações ensejam a revisão desse modelo e permitem vislumbrar alguns passos importantes para superá-lo.

Ainda se referindo a estes “passos” o documento expressa o seguinte:

[...] O primeiro deles diz respeito à natureza das relações entre a atividade turística e seus locais de destino. Na noção tradicional do turismo, essas relações têm um caráter predatório – o empreendimento turístico beneficia-se do patrimônio local deixando muito pouco em troca, e termina exaurindo ou transfigurando os recursos naturais e culturais de determinado destino, inviabilizando sua continuidade. O paradigma indicado por este estudo, o do turismo sustentável, propõe uma correção dessa forma exploratória, de maneira que a atividade possa perpetua-se com valorização do patrimônio turístico dos destinos. Esse é um passo importante para o aperfeiçoamento dos programas de desenvolvimento do turismo.

O segundo passo importante refere-se ao protagonismo da atividade turística. De acordo com o espírito colonialista de exploração dos destinos que marca a visão tradicional do turismo, o sujeito da atividade é o turista, cuja satisfação constitui o fim último do empreendimento. A partir do novo paradigma aqui proposto, a atividade turística passa a ser um meio cuja finalidade é o desenvolvimento socioeconômico com preservação ambiental das regiões turísticas. O sujeito da atividade turística passa a ser constituído pelos participantes da cadeia produtiva, entre os quais o viés aqui proposto inclui as populações locais dos destinos, com ênfase nos segmentos mais pobres, o que pode incrementar os benefícios líquidos da atividade. Nesse novo paradigma, o foco dos PRDT deve ser a população local, que detém os ativos naturais e culturais, dos quais, em última instância, depende a atividade turística. (BRASIL, 2005, p.24).

Como se pode observar, a percepção é de que, o modelo de desenvolvimento turístico adotado até então não apresenta uma relação de causa e efeito com o desenvolvimento local, principalmente se for considerada a definição do conceito de Turismo Sustentável apresentada pela OMT:

[...] aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003 apud BRASIL, 2005, p. 7).

Entretanto, é preciso levar em conta que a percepção crítica que permeia as visões, idéias e teorias neces-

sariamente não conduzem a práticas correlacionadas até porque existem entre outras coisas contradições entre o discurso e a prática que muitas vezes inviabilizam esta relação direta.

Neste sentido Silva (2006) analisa o modelo de desenvolvimento turístico adotado no Brasil desde 1990, inspirado nos Pólos de Crescimento de François Perroux, originando os chamados Pólos Turísticos regionalizados. Segundo este autor, tal modelo privilegia,

[...] os aspectos vinculados à função de especialização regional, no caso o turismo, em detrimento dos interesses do território enquanto espaço socialmente construído. Sua implantação acontece, a reboque de investimentos exógenos, que não utilizam, numa escala otimizada, recursos produtivos de base local. (SILVA, 2006, p.1).

É ainda Silva (2006, p.2) que traz a idéia da adequação do desenvolvimento turístico de base endógena, como um modelo que efetivamente apresenta um maior grau de direcionamento local dos benefícios sócio-econômicos gerados no processo.

A noção de território, como um espaço socialmente construído e organizado deve se constituir no elemento-chave e norteador do processo de planejamento, buscando-se, desse modo, privilegiar os aspectos essenciais conducentes ao desenvolvimento turístico de base endógena: os recursos humanos, a capacidade empresarial e tecnológica, a estrutura produtiva – dotada de uma apropriada diversificação de atividades econômicas ‘encadeadas’, o capital – físico, institucional e social, enfim, o conjunto dos recursos ‘localizados’ que conformam o território no qual se efetiva a ‘consumação turística’.

De qualquer forma, o que se pode identificar como ponto comum tanto no discurso oficial, quanto na crítica apresentada é a focalização no atendimento aos interesses locais, com ênfase na geração de benefícios diretos à população.

A idéia aqui defendida é que, para que isto ocorra, necessário se faz incluir no planejamento do desenvolvimento turístico a elaboração de estratégias de fortalecimento do capital social, aqui entendido como o conjunto de variáveis relacionadas às características da organização social, no sentido de favorecer a otimização das capacidades individual e coletiva de associar-se, interagir, cooperar e confiar, visando em última instância à preparação dos atores locais para processos participativos efetivos, assumindo-se como sujeitos da própria história. Como afirmam Oliveira e Mariani (2006, p.8):

A gestão participativa é um item criterioso no momento de aporte à atividade do turismo. Avalia-se que, se a comunidade não está preparada para receber o turista, seja pela deficiência de equipamentos e objetos que servem de apoio à sua prática social, seja por carência de preparação da coletividade; o turismo será uma atividade meramente econômica que não reproduz benefícios socio-culturais em comunidades autóctones.

A hipótese que fundamenta este artigo é que a organização sócio-produtiva da população em torno de

unidades produtivas e atividades culturalmente estabelecidas pode ser uma estratégia para organização popular, na medida em que permite em curto prazo promover a melhoria das condições econômicas, atendendo às necessidades básicas de sobrevivência, e a médio e longo prazo ser uma unidade operacional para preparação de indivíduos e grupos no sentido da participação social e do fortalecimento cultural. Os aspectos relevantes para que esta organização alcance estes objetivos serão discutidos a seguir.

### **3 A organização sócio - produtiva como estratégia de fortalecimento do capital social e humano**

Diante da realidade brasileira, anteriormente descrita, onde o fenômeno da exclusão se manifesta em larga escala, com profundas desigualdades sociais e regionais, torna-se imprescindível a integração entre as políticas de desenvolvimento, de inclusão social e combate à pobreza, visando o enfrentamento das questões estruturais que perpetuam esta realidade.

De imediato, a idéia de combate à pobreza e exclusão social, remete a ações que promovam a geração de renda e trabalho para a parcela da população que vive nesta situação. Entretanto, um olhar mais apurado revela o caráter complexo e multidimensional que caracteriza este fenômeno.

Como afirma Kliksberg (2003, p.18). “... a pobreza não é apenas uma insuficiência de recursos econômicos. Esta é uma de suas dimensões centrais, mas existem outras de grande relevância.”

Conceitualmente, a pobreza pode ser definida como uma privação do bem estar, abrangendo indicadores como: renda e consumo insuficientes, o não atendimento de necessidades básicas como educação, saúde, nutrição e moradia, insegurança e risco, bem como falta de voz, de poder e de informação.

Com efeito, se por um lado a melhoria das condições econômicas é fator fundamental para que o indivíduo possa superar a condição de pobre, certamente não é a única. De forma complementar, investimentos sociais eficientes deverão estar presentes em qualquer iniciativa de combate a pobreza, criando condições de atendimento às necessidades emergenciais e ao mesmo tempo de mobilidade social, que permita vencer o círculo vicioso da pobreza. Neste sentido, justifica-se uma ação pautada na integração de políticas de proteção social e promoção social, desde quando sejam observados o caráter provisório da primeira e a obrigatoriedade de interrelação entre elas.

Nesta perspectiva, a busca não é apenas pela melhoria das condições econômicas, mas por uma qualidade de vida que garanta aos indivíduos condições mínimas de viver com dignidade, atendendo a suas necessidades, em harmonia com o meio ambiente.

Todavia, a constatação de que estas condições demandam ações diversas de curto médio e longo prazo, bem como a urgência no atendimento às necessidades de sobrevivência, elevam a melhoria das condições econômicas ao status de ação de curto prazo no âmbito das intervenções.

Assim é que, a abertura de oportunidades de trabalho e renda se configura como uma excelente estratégia, para criação de um contexto favorável à abordagem de questões de caráter coletivo e/ou subjetivo que contribuem para perpetuação da situação de pobreza e exclusão social.

A implantação de unidades produtivas populares insere-se neste contexto enquanto estratégia, desde quando pode propiciar um espaço de ação/reflexão em torno de questões estruturais desta problemática, possibilitando atender às necessidades de sobrevivência do seu público, mas ao mesmo tempo, fundamentando uma prática mais ampla de transformação, voltada para o fortalecimento do capital social e humano das sociedades.

Entretanto, para que funcione como tal, a observância de alguns aspectos são considerados fundamentais. Num primeiro momento, a viabilidade econômica garantida por estudos, intervenções e planejamento nos aspectos que dizem respeito à produção, gestão e comercialização, representa a perspectiva de sucesso do empreendimento em termos de promover a melhoria das condições econômicas dos indivíduos. Concomitantemente, deverão ser priorizadas pautas de discussão/reflexão a cerca de temas transversais à atividade e a realidade local, criando as bases para ampliação e socialização de conhecimentos e práticas voltadas ao desenvolvimento local, que em última análise irão preparar os indivíduos e grupos para a participação efetiva nos processos decisórios. Vale ressaltar, a importância da valorização de atividades culturalmente estabelecidas que, mesmo não sendo condicionante para o alcance dos objetivos representam importantes ganhos nos aspectos que dizem respeito ao reforço da auto-estima e fortalecimento cultural, aqui considerados importantes vetores de desenvolvimento.

Especificamente, em relação à implantação de unidades produtivas populares em destinos turísticos, a questão cultural tem uma ênfase especial, seja nos aspectos relacionados às ameaças que a atividade turística pode representar em termos da descaracterização da cultura local, bem como as oportunidades que a valorização dos saberes e fazeres culturalmente estabelecidos comportam quando se considera a cultura enquanto "insumo turístico".

Como afirmam Oliveira e Mariani (2006) citando Kliksberg (1999), a cultura pode ser considerada fator decisório para a organização social, uma base para que as pessoas cresçam em conjunto, favorecendo a reprodução do associativismo, organização sócio-comunitária e gestão participativa, tornando-se desta forma um instrumento de progresso econômico e social, na medida em que mantém a integridade identitária coletiva, contribuindo para a construção de novas possibilidades de emergência social, cultural e econômica.

Sendo assim, acredita-se que a organização sócio-produtiva de grupos em torno de atividades relacionadas a saberes e fazeres culturalmente estabelecidos, num determinado território, considerado como espaço socialmente construído, que tenha como especialização econômica o turismo, apresenta uma série de vantagens

econômicas, sociais, ambientais, culturais, que em última instância poderão contribuir para o fortalecimento do capital social e humano e consequentemente para o desenvolvimento local em bases endógenas e sustentáveis.

#### 4 Conclusões

Não se pode negar que avanços significativos têm sido observados no discurso em busca de uma nova ordem democrática que efetivamente possam responder aos problemas e conflitos da sociedade brasileira.

Entretanto, é preciso se levar em conta que a concretização destas novas estratégias de descentralização, participação, autonomia e consequentemente legitimidade, é uma tarefa a ser realizada no espaço da correlação de forças de interesses conflitantes, sendo desta forma considerada de grande complexidade.

Neste sentido, não adianta ter unicamente os instrumentos para colocar em prática o que foi institucionalizado, mas concomitantemente é preciso ter as condições necessárias para assumir os direitos conquistados.

A construção ou fortalecimento destas condições torna-se assim um aspecto fundamental para definir o nível de legitimidade e efetividade daquilo que foi instituído.

Os elementos a serem considerados neste âmbito têm dimensões variadas e se fundamentam nas intrincadas relações sociais, culturais, econômicas, históricas, políticas e institucionais que conformam cada território, exigindo uma leitura de realidade distinta e a particularização das intervenções e estratégias a depender das ambiências estruturais e conjunturais específicas.

Considerando que as questões que envolvem esta problemática estão fortemente marcadas pela relação entre a sociedade civil e o Estado, entende-se que qualquer estudo referente a esta dimensão exige a compreensão da base histórico-estrutural das políticas públicas desenvolvidas ao longo do tempo.

Assim, observa-se que, como parte do conceito de cidadania a luta pela justiça social, pela manutenção dos direitos conquistados, foi se construindo historicamente na sociedade brasileira, fundamentada em uma prática pautada na dominação e em um "Estado formado pela ordem patrimonialista e pelos padrões oligárquicos da gestão da coisa pública." (FEDOZZI, 2005, p.161).

Ao longo do tempo estas origens foram também consolidando os arranjos institucionais que coordenam e regulam a relação entre governo e sociedade. Práticas assistencialistas e clientelistas foram e ainda continuam sendo estabelecidas culturalmente, dando a tônica destas relações.

Tais constatações revelam as origens da fratura ou mesmo das contradições que dificultam uma relação direta entre o discurso e a prática, fundamentando a afirmação da complexidade na implantação de gestões públicas democráticas, bem como enfatizando a necessidade de ir além da institucionalização e legalização de práticas de governança democrática.

Reconhecendo a complexidade das intervenções neste âmbito, mas ao mesmo tempo, recusando a visão determinista de imobilidade diante da construção his-

tórica, a proposta de organização sócio produtiva aqui apresentada traz no seu bojo uma oportunidade de conjugação de interesses, satisfação de necessidades e fortalecimento da organização popular que efetivamente poderá enriquecer o cotidiano de práticas muitas vezes reducionistas e de baixo impacto.

Este algo mais passa, principalmente, pela criação de estratégias que conduzam ao desenvolvimento de uma capacidade de leitura crítica de realidade que permita discernir, avaliar, defender, decidir sobre os caminhos que efetivamente possam levar a democratização do poder decisório e participação efetiva dos atores sociais envolvidos. Acredita-se que é neste bojo que se pode avaliar se existem reais avanços de emancipação da população em favor da construção de um modelo institucional decisório mais democrático ou se há a manutenção e recriação das condições de manipulações sobre as comunidades, mascaradas por eventuais propostas e estratégias falsamente democráticas.

Compreende-se que a não observância deste contexto poderá facilmente proporcionar um ambiente favorável de incongruência entre discurso e prática favorecendo uma prática tradicional e arcaica sob um discurso pós-moderno.

## Referências

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n. 14, p.35-70, dez.1996.

BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil**: reflexões e perspectivas. 2005. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/br/ministerio/documentos/normas.cfm>>. Acesso em: 8 maio 2006.

BRÜSEKE, Franz Josef. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**. Estudos para uma sociedade sustentável. O problema do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cortez, 1998.

FEDOZZI, Luciano. Participação nos governos locais do Brasil contemporâneo. In: **CADERNOS FLEM. Gestão pública e participação**. Salvador, FLEM, n.8, p.137-168, 2005.

FONSECA, Antonio Angelo Martins da. Localismo e território diante das dinâmicas globais. **Rde**, Salvador, UNIFACS, v. 6, n. 10, p. 15-25, jul. 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. **Por uma economia com a face mais humana**. Brasília: Unesco, 2003.

OLIVEIRA, Anelize Martins de; MARIANI, Milton Augusto Pasquatto. **Capital sócio-cultural**: repensar o desenvolvimento territorial pela gestão do turismo com base local em Furnas do Dionísio. 2006. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/anelize.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2006.

SILVA, Jorge Antonio Santos. A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil. **Observatorio de la economía latinoamericana**, n. 59, 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/>>. Acesso em: 12 maio 2006.



## CADERNOS DE ANÁLISE REGIONAL

Uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – (Unifacs)

REVISTA DE  
DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO

# RDE

Leia todos os números da RDE  
acessando o site:

[www.ppdru.unifacs.br](http://www.ppdru.unifacs.br)

Arquivos prontos para download.

# Turismo Cultural em Salvador: uma perspectiva afrodescendente<sup>1</sup>

*Lúcia Maria de Araújo Góes Santos<sup>2</sup>*

## Resumo

Este trabalho busca refletir a importância do turismo cultural como estratégia de fortalecimento do capital humano afrodescendente em Salvador, sob a luz do legado cultural, no sentido de promover a participação social nas ações políticas e econômicas. Ressalta a importância da implantação de políticas públicas e privadas que promovam a transformação da realidade de pobreza e exclusão social da comunidade soteropolitana, assim como o desenvolvimento local, para atender aos novos requisitos econômicos territoriais.

**Palavras-chave:** turismo cultural, educação, afrodescendente, participação social, desenvolvimento local.

## Abstract

This work reflects on the importance of the cultural tourism, as strategy to strengthen the afrodescendant human capital in Salvador, focusing the cultural legacy, in order to promote social participation in the political and economic actions. It points out the importance of the political actions, in public and private level, to change the social exclusion and poverty condition of the afrodescendant community and, at the same time, to promote local development to attend the new economic and territorial requirements.

**Key words:** Cultural tourism, education, afrodescendant, social participation, local development.

## Introdução

A estreita relação entre turismo, lazer e cultura é incontestável, uma vez que a cultura compõe o ambiente em que determinada sociedade se desenvolve. O turismo representa um instrumento valioso na revitalização deste ambiente cultural, contribuindo para a construção de valores como preservação, conservação, cidadania e respeito, resgatando a história e a auto-estima da população local.

Refletindo sobre a interação - ambiente cultural, capital humano afrodescendente e sociedade - percebe-se um meio bastante complexo. É preciso considerar que a História é composta por uma série de disputas entre grupos sociais, suas formas de compreender e explicar o mundo no tempo e no espaço. Quando um grupo chega ao poder, coloca em prática o seu projeto, o qual foi elaborado de acordo com a sua visão. No que diz respeito à

cultura, o grupo dominante não impede a manifestação dos demais. Porém, devido ao tratamento homogeneizado a que são submetidas, as concepções originais dessas manifestações acabam ficando escamoteadas, adulteradas, podendo mesmo, aos poucos, serem esquecidas. A produção cultural daí resultante é produto dessa história coletiva. Contudo, seus benefícios não se repartem igualmente. Isso se deve ao fato de que as relações entre os membros dessas sociedades são marcadas por desigualdades profundas, de tal modo que a apropriação dessa produção comum se faz em benefício dos interesses que dominam o processo social. Há aí controle, apropriação e desigualdades no plano cultural. Destaca-se então, o cerne da questão da cultura em nossa sociedade: partilha, benefícios e controle.

Diante do exposto, as palavras de Marx se confirmam:

Os homens fazem a sua história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam, diretamente legadas e transmitidas pelo passado. (1971, p.329).

Em essência, o conteúdo aqui apresentado, traz reflexões sobre o processo civilizatório baiano numa perspectiva afrodescendente, que vai desde as formas urbanas sobreviventes, as sociais excludentes, assim como as relações políticas autoritárias.

E é este o objetivo deste artigo: mostrar a opção do turismo cultural como um caminho que ora se apresenta na busca de uma solução possível para a inserção do afrodescendente na sociedade baiana, mormente a soteropolitana, que tanto se viu beneficiada por esta cultura.

Para tanto, este trabalho está desenvolvido em três partes, além da conclusão, a saber: introdução, aqui exposta, que apresenta os objetivos e a essência do artigo buscando reflexões sobre a tríade - sociedade, turismo e afrodescendente; a segunda parte analisando os aspectos

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Curso de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito parcial da Disciplina Economia Regional, ministrada pelo Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola.

<sup>2</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, mestranda em Análise Regional pela Universidade Salvador - UNIFACS. É professora, Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pelo Ministério da Educação e pela Fundação Visconde de Cairu, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro de Estudos de Pós-Graduação Olga Mettigg. E-mail: prof.luciagoes@terra.com.br

tos históricos da desigualdade brasileira e baiana que levaram os afrodescendentes à situação de exclusão social; a terceira, propondo diálogos que facultem sua inserção na sociedade através do turismo cultural; e, por fim, a conclusão.

### Processo histórico das desigualdades

A História do Brasil destinou ao negro e ao afrodescendente um espaço que começa e termina na escravidão e sobre a civilização negro-africana espalhou uma nuvem de exotismo, que o senso comum reproduz em seus discursos, situando as culturas africanas como primitivas. E vai além, quando estabelece uma trama ideológica que, por um lado, elogia a riqueza das religiões afro-brasileiras, a sensualidade do negro, a beleza da musicalidade, a exotividade da dança, o sabor da gastronomia, entre outros elementos que compõem o grande caleidoscópio cultural afrodescendente; por outro, cerceia toda a informação sobre a cultura e o processo civilizatório africano, evidenciando um sistema educacional que pouco tem contribuído para o ingresso, menos ainda para a permanência do aluno afrodescendente no âmbito escolar.

Essas ações contribuem para o fracionamento da identidade, através da recusa de sua própria estética (auto-rejeição), resultando na rejeição do seu outro igual. Tal sentimento implica em desagregação individual, levando a uma desmobilização coletiva e na redução do papel dos atores locais no processo decisório.

A elevada incidência da pobreza no Nordeste está ancorada no modelo econômico colonial. A estrutura de propriedade da terra, marcada pela coexistência do latifúndio com o minifúndio, e o predomínio do capital mercantil bloqueou o desenvolvimento desta região.

Tomando a cidade de Salvador como referência e considerando as palavras de Vasconcelos, pode-se perceber toda a rede de relações que a compõe:

Cidades são locais de concentração demográfica e de atividades econômicas, núcleos de controle social e territorial, pólos difusores de inovações, palco de conflitos sociais diversos. É nas cidades que se observa, mais nitidamente, como os processos sociais que procedem de níveis escalares diversos (global, nacional, regional, local) se justapõem, se combinam, se repelem num mesmo lugar. (VASCONCELOS, 2002, p.8).

Embora esta cidade não alcance as dimensões de metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, exerce, ainda assim, uma grande importância regional. Salvador se destaca no cenário nacional, sobretudo pelo seu passado. Pelo fato de ter sido a primeira capital brasileira e, até o início do século XIX, a segunda maior cidade do império português, conta com um rico acervo documental, e um notório patrimônio histórico, cultural e artístico.

Todavia, apesar deste destacado patrimônio e do amplo capital humano, a cidade de Salvador possui uma outra face, que é a da desigualdade, com uma crescente estratificação social e segregação espacial. Com cerca de 2,5 milhões de habitantes (censo 2000 - IBGE), acumulava

questões específicas decorrentes de enormes disparidades sociais e econômicas. Isso divide a metrópole em esparsos núcleos de alta renda, coexistindo e convivendo com núcleos de baixa ou nenhuma renda, onde os espaços de poder, do mandar e do fazer estão pontilhados e determinados, e cujas raízes estão na própria experiência do processo civilizatório.

Nestas circunstâncias, uma cidade clandestina foi produzida à margem da legislação urbana, desenvolvendo-se em torno e no interior da cidade legal. O surgimento de cortiços e favelas aumenta a densidade demográfica dessas áreas de baixa renda, o que implica na intensificação de problemas sócio-ambientais, de higiene e saúde, decorrentes da inexistência ou da saturação de redes de esgoto e da acumulação de lixo. Esta cidade clandestina não dispõe dos serviços públicos essenciais, e seus moradores são cidadãos pela metade. Sem acessibilidade à educação e à saúde, entre outras necessidades que dignificam a vida humana, os moradores da cidade clandestina acabam por colaborar, involuntariamente, para a degradação ambiental urbana. Neste sentido, a geografia da pobreza urbana coincide com a degradação ambiental. As cidades clandestinas são amontoados de barracos construídos com material de refúgio, que se caracterizam pela ilegalidade da ocupação da terra, situando-se em áreas públicas ou particulares que não foram legalmente adquiridas pelos moradores. Assim, escapam ao mercado imobiliário e à legislação urbana, mas no seu interior é criado um mercado paralelo de moradias, barracos e cômodos, que são vendidos de forma ilegal, uma vez que sua propriedade não é juridicamente reconhecida. Tais situações são permanências de grande profundidade histórica que se inscrevem no próprio tecido social e não apenas nas estruturas econômicas como também nas mentalidades, nos subconscientes e na perspectiva cultural que as pessoas têm para olhar uma outra comunidade.

Como bem confirma a atual secretária da habitação de Salvador:

Desde quando foi extinto o BNH (Banco Nacional de Habitação), em 1986, Salvador não tem uma política habitacional específica. No âmbito municipal, as últimas ações foram feitas há 10 anos, quando o município procurou disponibilizar áreas públicas para a implantação de lotes urbanos para a população de baixa renda. A época, foram disponibilizados terrenos para famílias desabrigadas pelas chuvas e retiradas das áreas de encostas em situação de risco. Esses lotes deram origem a aglomerados populacionais, a exemplo do que foi feito em Fazenda Coutos, no subúrbio ferroviário, e em Nova Sussuarana, dentre outros. De lá para cá, não se construiu uma única casa. (Ângela Gordilho. *Jornal A Tarde*. 3/07/2006).

Por conseguinte, a realidade socioeconômica desenvolvida neste perverso processo civilizatório produziu a existência de miseráveis, de semicidadãos, de subconsumidores, desde que o modo de produção escravista se instalou e permaneceu, legalmente respaldado pelo Estado, durante três séculos. Após a abolição, o que de

verdade resultou foi o alijamento dos negros e seus descendentes dos postos de trabalho, notadamente dos setores mais dinâmicos da economia. Aos libertos, restavam os serviços pessoais, os pequenos bicos, o subemprego, preconizando a informalidade atual.

Não diferindo da economia brasileira da segunda metade do século XIX, a economia baiana caracterizava-se como exportadora de produtos primários, dependente da economia internacional dominante – o capitalismo industrial. Naquela época, segundo Tavares, a Bahia concentrava cerca de quarenta mil escravos e passava por uma crise econômica profunda, crise essa que apontava para a necessidade de mudanças estruturais:

Essa crise de 1873 revelou o quanto eram velhos e inadequados os métodos de produção de açúcar na Bahia; o quanto o trabalho escravo já coexistia com o assalariado e as formas de parceria, terça e dias de trabalho não remunerado; e o quanto essa economia dependia do mercado externo. (TAVARES, 1979, p.153).

Confirmando esta situação estrutural na perspectiva econômica e social dos negros e afrodescendentes, as palavras de Spinola são significativas:

Conspiraram contra o esforço modernizador do planejamento baiano uma estrutura agrária arcaica, reforçada pela carência total de um background agrícola, comercial ou industrial por parte da esmagadora maioria da população local, composta por escravos libertos e suas miscigenações, cujo padrão cultural mal superara o estágio do neolítico, o que os reduzia, na prática, a condição de servos rurais ou subalternos urbanos, explorados por uma diminuta elite pós-colonial, vinculada aos interesses do capital mercantil dominante na região. Assim, sem acesso a educação, sem tecnologia e sem capacidade de formar poupança, dados os salários miseráveis (quando percebidos), tornava-se extremamente baixa a mobilidade social. E, nessas circunstâncias (que prevalecem até os dias atuais), onde encontrar o inovador e o empreendedor schumpeteriano? (2003, p.101).

Apesar de ter sido vista como a melhor forma de resolver a questão da pobreza, percebe-se hoje que a vivência da política industrial do século XX atenuou, mas não conseguiu solucionar esta questão. Chegamos então ao século XXI, sem conseguir promover o desenvolvimento econômico tão discursado oficialmente pelos representantes das instituições públicas e privadas. Ao contrário, os indicadores oficiais confirmam que a pobreza em Salvador cresce concomitantemente com a concentração de renda, assim como a do Brasil que é uma das mais elevadas do mundo. E o desemprego, reconhecidamente o campeão entre os causadores de angústia aos brasileiros e baianos, alcança maiores índices quando há o recorte racial.

Segundo o DIEESE, com base em estudos realizados de 1998 a 2004, a taxa de desemprego entre os negros da Região Metropolitana de Salvador (RMS) é de 25,7%, enquanto a dos não-negros fica em 18,4%. (*Jornal A Tarde*, 1/05/2005).

O destaque acima é somente um indício de como o mercado de trabalho continua levando em consideração a cor da pele. Em Salvador percebe-se, sem grandes dificuldades, essa ausência da população afrodescendente como força de trabalho, em postos de comando tais como: executivo, gerência, entre outros.

Outra constatação diz respeito ao âmbito educacional. Ao longo da nossa história, apesar de leis cada vez mais numerosas e perfeitas, continuamos a enfrentar problemas seculares: analfabetismo, repetência, evasão escolar, falta de condições para um ensino eficiente.

Seguindo a história da educação no Brasil, durante o período colonial o propósito explícito de converter os novos fiéis à fé católica escondeu a situação real de sujeição e dominação a que eles foram submetidos; o ensino tinha a função de criar as condições necessárias à catequese e à imposição de valores e costumes europeus. Já no período monárquico, a vinda da Família Real e a proclamação da independência contribuíram para que a educação brasileira fosse orientada para a formação das elites dirigentes, privilegiando assim o ensino superior e secundário.

Transferindo este viés educacional para uma dimensão afrodescendente, as elites da Colônia, do Império e da República tiveram, historicamente, no aspecto legal, uma postura altamente excludente. Como mencionado na Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais (2005), o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que as escolas públicas não admitissem escravos, e a previsão para a instrução de adultos negros dependia da disponibilidade de professores. Já o Decreto nº 7.031 – A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno desta população aos bancos escolares.

Sendo assim, com os sistemas públicos de instrução adotados no século XIX e primeira metade do século XX, caracterizados por disciplina e hierarquia rígidas, racista e com altos níveis de discriminação, como inserir a população afrodescendente na formação escolar? Essa população, então, ficou e ainda hoje permanece à margem do processo educacional. E, à medida que esta população – capital humano – não encontra oportunidade, também não avança, pois com pouco preparo, isto é, com limitada formação educacional, os indivíduos não podem compreender claramente o que fazer e porque fazer. Uma vez despreparados, as perdas são muitas, pois se não ascendem social e economicamente, perde a sociedade baiana, perde o Brasil. Perdem-se inúmeros talentos, que são desviados para o desemprego, o subemprego, o trabalho informal, a moradia ilegal e seus desdobramentos, o alcoolismo, o furto, o aborto, o turismo sexual, entre outras tantas perdas e danos.

Apesar da promulgação da Constituição de 1988, através da qual o Brasil busca efetivar a condição de um estado democrático de direito, com ênfase em cidadania e na dignidade da pessoa humana, percebe-se ainda uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação em relação aos afrodescendentes. Tal constatação, somada à “naturali-

zação” das desigualdades étnico-raciais em Salvador, dificulta um olhar mais cuidadoso sobre o resultado dessas desigualdades nos sistemas educacional, cultural e econômico, entre outros.

Neste sentido, ao analisar alguns instrumentos do currículo escolar ao longo da história da educação no Brasil, constata-se que os conteúdos escolhidos não legitimam a presença do negro como uma das matrizes participantes na constituição do povo brasileiro, além de apresentá-lo como subalterno e inferior. Bem como o livro didático que, embora não seja o único, é um instrumento pedagógico de uso sistemático e traduz em imagens e textos o que deve ser aprendido pelos estudantes, sob orientação dos professores. Os livros utilizados nas escolas soteropolitanas trazem uma sub-imagem do afrodescendente, aquela na qual o reconhecimento fortalece e ratifica a discriminação e a inferioridade sociocultural. Isso demonstra que a escola está na contramão das suas funções, ou seja, a instituição escolar está centralizada na reprodução das desigualdades, incentivando desta forma a evasão, a violência e a falta de motivação. Elementos que, em nenhuma hipótese, agregam valor ao capital humano em questão.

Portanto, a inserção desta comunidade na sociedade pressupõe uma requalificação, seguida de formação contínua, para que os descendentes dos negros libertos e suas miscigenações não permaneçam semi-alfabetizados, subempregados, semicidadãos e sub-consumidores.

### Salvador – diálogos e conexões

A atividade turística contribui significativamente para o desenvolvimento econômico ao expandir os horizontes do ser humano, seja pelo entretenimento, seja pela possibilidade de conhecer novas culturas e enriquecer o conhecimento através das viagens realizadas.

O turismo atua em vários setores da economia, sendo um empreendimento valioso para economias em crescimento: gera milhares de empregos, aumenta a receita das cidades, valoriza o patrimônio cultural e natural, além de permitir o intercâmbio cultural. De acordo com Mario Carlos Beni, o fenômeno turístico é tão grande e complexo que é praticamente impossível expressá-lo corretamente, ocorrendo em vários campos de estudo, nos quais é explicado conforme diferentes correntes de pensamento e verificado em vários contextos da realidade social.

Com a globalização da economia e a fragmentação do espaço geográfico, tem-se observado que, na realidade, o que dá identidade ao lugar é a cultura. E, por trabalhar primordialmente as diferenças entre os lugares, o turismo tem se posicionado ultimamente nesta direção. Trata-se de uma tendência mundial, que busca conhecer e resgatar o patrimônio tangível e intangível dos lugares, sua cultura, sua história.

Essa tendência denomina-se Turismo Cultural como explicita Barreto:

Turismo cultural é todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange. (2000, p.19).

Com efeito, se por um lado a globalização tende a homogeneizar os espaços urbanos, sobretudo os centros de consumo e produção, por outro, a diferenciação local, traduzida na peculiaridade de seus espaços públicos, de sua arquitetura, de seu patrimônio histórico e ambiental, contribui para torná-los atraentes e competitivos. A imagem da cidade torna-se não só um fator de atração de investimentos qualificados, mas também de incentivo ao turismo.

Transferindo essas reflexões para a dimensão local, a Bahia é um pólo de efervescência cultural que se destaca no cenário brasileiro, sendo também reconhecida internacionalmente por desenvolver atividades para todos os tipos e gostos. Nestas circunstâncias, sua capital assume grande importância dentro deste novo cenário econômico. A recuperação das áreas centrais e dos espaços públicos passa a requerer uma atenção especial dos governos locais, de modo a utilizar um novo conceito de desenvolvimento, o qual é baseado nas funções de centro financeiro, de consumo e entretenimento. Desta forma, Salvador deverá empreender esforços para requalificar seus espaços, pois estes representam agora um importante elemento de competição entre as cidades, que servem para marcar sua imagem e atrair pessoas e investimentos.

Como comprova Gaudenzi:

“Até 2020 o meio empresarial deverá aplicar cerca de US\$ 4,1 bilhões, segundo dados da Secretaria de Cultura e Turismo, sendo que US\$ 1,2 bilhão são investimentos concluídos ou em execução”. Já os investimentos públicos alcançarão, no mesmo período, a soma de US\$ 729 milhões.

Na visão do secretário Paulo Gaudenzi, os resultados alcançados são frutos de planejamento estratégico, realizado desde 91 e com ações específicas, mas o motor dessa expansão é a cultura local. “É o nosso maior diferencial. Resolvemos focar a capacidade cultural da Bahia, as peculiaridades e a forma de viver do nosso povo, atributos do nosso folclore”, destacou. Um dos exemplos foi a arrojada campanha de comunicação com a divulgação nacional pela televisão durante o carnaval, explorando a riqueza simbólica da festa. (*Jornal A Tarde*, 2006).

Por esse motivo, a cultura local é nosso maior referencial, segundo as palavras do secretário Paulo Gaudenzi. Por que nela se percebe que o turismo cultural na cidade de Salvador mantém uma estreita relação com as manifestações afro-brasileiras, assim como com todo legado cultural trazido da África ou aqui reconstruído.

Sobre esse aspecto, as palavras de Gil ganham elevado significado:

Quando nossos mais velhos vieram das Áfricas, nada trouxeram consigo. Na face e no corpo, as cicatrizes rituais de iniciação e de identidades grupais eram os únicos invólucros do que traziam por dentro, a alma africana. Naquele sopro divino sobreviveram todos os hábitos de suas culturas ancestrais, apesar da provação suprema da travessia da calunga, daquele atlântico inferno. Vieram guardadas as devoções aos espíritos ancestrais, as formas de representação do mundo, a memória das ter-

ras de Aruanda. Estas foram as suas únicas ferramentas para operar a resistência e a reconstrução de suas humanidades. (GIL, 2004).

Visto sob esta ótica, o legado cultural trazido pelos africanos e africanas de diversas partes deste continente refere-se a uma cultura material e imaterial, inscrita nos objetos, hábitos, rituais, jogos, enfim, lembranças, fazeres e saberes que dizem respeito à religião, à tecnologia e ao trabalho, e cuja preservação acontece quando são recriados no estilo de vida, nas habilidades artísticas, nos rituais religiosos, nas soluções técnicas e procedimentos intelectuais.

De imediato, a idéia de fortalecer culturalmente a cidade através do turismo realizado por afrodescendentes se justifica pela legitimidade e implica em ações que promovam trabalho e renda, com reflexos na educação, saúde e moradia.

É neste contexto que o negro pratica a arte da sobrevivência com alegria. E é aí que ele desponta inovador e empreendedor. Com acesso deliberadamente limitado a instrução básica (até o século XIX a educação dos negros era extremamente limitada na sociedade escravagista) e muito menos a científica e tecnológica, o negro baiano valorizou, da sua herança cultural, o corpo e os sons, somatizando a dor da discriminação e da injustiça social a que foi condenado, num processo atávico de defesa, subconsciente e coletivamente percebido, inovando, adaptando e empreendendo na dança, na música e no carnaval que passaram a constituir novos modos de produção, resistentes à racionalidade econômica e cultural das classes dominantes. (SPINOLA, 2003, p.73).

Nesta perspectiva, o sistema educacional e os meios de comunicação são fundamentais na desconstrução do racismo de profundidade histórica. A implantação das políticas de ação afirmativa funciona como estratégia de curto e médio prazo. São políticas que visam retificar os resultados atuais da discriminação, possibilitando a igualdade de oportunidades e acesso a bens fundamentais, como trabalho, educação, saúde, participação política e justiça. Essas ações só funcionam se estiverem integradas a um conjunto de políticas públicas de caráter obrigatório e comprometidas com a promoção dos cidadãos e cidadãs historicamente evoluídos.

Como exemplo, no âmbito educacional, a lei 10.639/03, que torna obrigatória no ensino público brasileiro a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, visando afirmar de modo positivo a constante presença dos africanos no processo civilizatório brasileiro, assim como divulgar e interpretar a construção e reconstrução do legado cultural africano. Tal ação implica na elevação da auto-estima e no resgate da memória, o que contribui diretamente para o fortalecimento cultural da comunidade em questão, instrumentalizando-os para justificar criticamente, ultrapassando as barreiras que desvirtuaram a importância da presença africana.

Nas palavras da Ministra Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial:

A educação constitui-se um dos principais ativos a mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a pro-

moção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (RIBEIRO, 2005, p.8).

## Conclusão

O propósito de refletir sobre a ressignificação do capital humano, a valorização do ser e do fazer do afrodescendente em nossa sociedade, identificando as possibilidades de melhoria e desenvolvimento, não é simplesmente um exercício de olhar em retrospecto para focalizar o que está errado em nosso meio social. É também um exercício de olhar adiante e explorar os meios de acrescentar valor e causar diferença no futuro.

Embora seja fundamental a implementação das condições socioeconômicas para que os cidadãos ultrapassem a condição de pobreza, percebe-se a sua insuficiência. Aliado a essa necessária, mas não suficiente ação, torna-se imprescindível o planejamento e a implementação de políticas públicas e privadas que conduzam a soluções de médio e longo prazo, para erradicar questões estruturais que permanecem incrustadas na realidade soteropolitana.

Entretanto, para que funcione e seja coerente ao que se propõe, é mister um planejamento que, além de estabelecer os investimentos necessários, seja preparado para o enfrentamento de questões que têm profundidade histórica, assim como projete os mecanismos de participação que propiciam trocas e intercâmbios sociais, com a intenção de fortalecer os indivíduos na compreensão do que fazer e porque fazer. Ou seja, oportunizar a integração dos tecidos sociais fragmentados e, assim, identificar pontos fortes e marcas culturais, deixando a mostra o que hoje é conhecido como “legado cultural”.

Este vasto legado cultural poderá ser sistematizado e institucionalizado e, uma vez organizada a produção cultural com a participação das comunidades afrodescendentes, que esta possibilite a transformação socioeconômica, assim como o fortalecimento do turismo cultural em Salvador.

## Referências

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. SP: Moderna, 2003.
- BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural – as possibilidades do planejamento**. Campinas/SP: Papyrus, 2000.
- BENI, Mário Carlos. Entrevista. **Turismo: Um mundo de oportunidades**. Disponível em <[http://www.projeto.org.br/tv/prog06/html/i\\_06\\_06.html](http://www.projeto.org.br/tv/prog06/html/i_06_06.html)> Acesso em 09.09.2006.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. RJ: Paz e Terra, 2000.
- COSTA, José Silva. **Compêndio de Economia Regional**. Coimbra/Portugal: APDR, 2002.
- GIL, Gilberto. **Sobre a exposição “África” no Centro Cultural Banco do Brasil**. Brasília.09.01.2004. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/noticias/discursos/>> Acesso em 27/08/2006.
- IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. RJ: Civilização Brasileira, 1997.

- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas/SP: Unicamp, 1990.
- MARX, Karl. **O capital (crítica da Economia Política) Livro 1: O processo de produção capitalista, volume 1**. RJ: Civilização Brasileira, 1971.
- PILETTI, Nelson. **A História da Educação no Brasil**. SP: Ática, 2003.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. RJ: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis/RJ: 1982.
- SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. BA: Edufba, 2004.
- SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: A experiência da Bahia**. Salvador/BA: UNIFACS, 2003.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. SP: Ática, 1979.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador, transformações e permanências**. Ilhéu/BA: Editus, 2002.
- Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, outubro/2005.
- Jornal A Tarde, caderno especial – **Raio X da Bahia: Investimento no setor de turismo**, p.6. Salvador/BA. 25.03.2006.
- \_\_\_\_\_, caderno local – **Estudantes abandonam escolas**, p.10. Salvador/BA. 20.11.2005.
- \_\_\_\_\_, caderno especial – **Saudações, África: Esta cidade continua a ser uma grande encruzilhada de culturas**, p.5. Salvador/BA. 12.07.2006.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Bahia em Síntese**. Disponível em <[http://www.sei.ba.gov.br/bahia\\_sintese/censo\\_2000/tabelas/censo2000\\_tab\\_16.xls](http://www.sei.ba.gov.br/bahia_sintese/censo_2000/tabelas/censo2000_tab_16.xls)> Acessado em 25/09/06.



Departamento de Ciências Sociais Aplicadas  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

## Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano

### Área de concentração

- A dimensão Regional do Desenvolvimento
- Administração do Desenvolvimento

# Bahia terra da felicidade: uma imagem turística de Salvador

**Marcus Vinicius Barbosa Peixinho<sup>1</sup>**

## Resumo

Este artigo tem por objetivo problematizar sobre a imagem turística de Salvador através da cultura popular. Esta que se apresenta como vetor de desenvolvimento, interpretação e definição de uma realidade social cruel e violenta que, devido a forte vocação turística, foi magicamente transformada em festiva e paradisíaca. O artigo ressalta a atuação do Estado enquanto agente responsável por assegurar a satisfação das necessidades básicas da população local bem como questiona a possibilidade de utilização da atividade turística para amenizar a pobreza urbana.

**Palavras chave:** Imagem Turística, Turismo Cultural, Cultura Baiana, Pobreza.

## Abstract

This article has the objective to ague the tourist image of Salvador through the popular culture. It presents as a vector of development, interpretation and definition of a cruel and violent social reality that, because the strong tourist vocation, magically was transformed in a festive and paradisiacal. This work stands out the performance of the State while responsible agent for assuring the satisfaction of the basic necessities of the local population as well as questions the possibility of use the tourist activity to brighten up the urban poverty.

**Key words:** Tourism Image, Cultural Tourism, Bahian Culture, Poverty.

## Introdução

A linha de raciocínio exposta nos parágrafos seguintes segue o eixo das principais idéias que compõem o projeto de dissertação que ora desenvolvo no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador<sup>2</sup>.

Trata-se de uma análise crítica, à luz da sociologia, da antropologia e de disciplinas afins, das imagens que perpetuam o estereótipo da “terra da felicidade” (*verão o ano todo, igrejas históricas, festas de largo, baianas de acarajé e da indústria do carnaval*). Uma cidade sempre de braços abertos para mostrar ao turista “o que é que a Bahia tem”.

Todavia a imagem sedutora e pitoresca da capital baiana contrapõe-se a Salvador das grandes favelas e de pobreza urbana crescente. Reflexo de uma cidade es-

petáculo<sup>3</sup> que teve um crescimento desordenado e políticas públicas lúdicas, que beneficiam os grandes empreendimentos, em detrimento das ações sociais.

O artigo ressalta a idéia da Bahia como a “terra da felicidade”, das manifestações populares, terra do carnaval, dos orixás e do *axé music*. Contudo, vale salientar o outro lado da capital baiana que o turista não conhece, a Salvador de “todos os pobres”, retrato do subdesenvolvimento e da concentração de renda. Neste contexto, surge o turismo como vetor de desenvolvimento do Estado, visto que temos vocações naturais para a atividade.

Diante disso, discute-se a imagem turística associada à idéia da “cultura baiana” que se transformou em uma atividade mercadológica a partir do mito da baianidade. Questiona-se a utilização da cultura como atrativo turístico, já que a mercantilização descaracteriza sua arte e história. Finalmente, analisa-se a “cultura baiana” como uma mercadoria valiosa no cenário internacional da cultura.

O grande questionamento deste artigo está pautado na linha de autores que tratam de novas e velhas questões sociais importantes da cultura urbana. Que consideram que a supremacia dos aspectos econômicos sobre o social ameaça a ética da produção. Isto porque inverte os papéis: o Estado existe para servir os seres humanos e não para tê-los como instrumentos.

É nesse sentido que se afirma que não adianta “maquiar” uma cidade para captar o segmento turístico, ao tempo em que se reforça a importância de utilizar os benefícios do turismo e de outras atividades produtivas no sentido de melhorar a qualidade de vida da população mais carente.

Conforme HALL (2001), o turismo é hoje importante área de interesse acadêmico, governamental, industrial e público. Embora a afirmação de que se trata da

<sup>1</sup> Mestrando em Análise Regional (UNIFACS), Bolsista da FAPESB, Especialista em Gestão Empresarial (UEFS), Administrador de Empresas (UNIFACS). marcus.peixinho@ig.com.br

<sup>2</sup> Trabalho orientado pela Profª. Drª. Alba Regina Neves Ramos, a quem aqui agradeço pelas críticas e sugestões. Também agradeço ao Prof. Dr. Noélio Dantaslé Spinola pela sua valiosa contribuição na confecção deste artigo.

<sup>3</sup> Adyr B. Rodrigues considera que o espaço turístico resulta, em muitos casos, da captação do imaginário coletivo na tentativa de resposta. Por outro lado, o espaço criado é reforçado pela mídia que gera e alimenta o processo fantasioso (RODRIGUES, p. 26 – 27).

maior área de atividade econômica do mundo seja uma verdade muitas vezes citada, o turismo é importante não só por seu tamanho em termos de pessoas que viajam, número de empregados ou quanto dinheiro leva até um certo destino; mas devido ao enorme impacto que exerce na vida das pessoas e nos locais em que elas vivem, e devido à forma pela qual ele é significativamente influenciado pelo mundo que o rodeia.

### A terra da Felicidade

A mistificação da Bahia como a terra da felicidade, surge na cidade fortificada por Tomé de Souza, berço da nação brasileira, e que freqüentemente se confunde com a cidade do Salvador, capital da alegria, das manifestações populares, da cultura “exótica”. Aqui o verão dura o ano todo, visto que temos 14 km de praias paradisíacas e 365 dias de festas que acontecem na “terra santa”. Local de gente bonita, espontânea, acolhedora, sempre apta a receber os turistas que chegam de todos os cantos do planeta.

GUERREIRO (2005) define, a imagem turística como uma das formas de construir, representar e tornar visível a cidade que, no contexto da cultura de consumo, torna-se mercadoria ou produto no vasto e competitivo mercado global. Um mundo em que o imaginário, o simbólico, as aparências, a imaginação e a estética estão em primeiro plano (MAFFESOLI, 1995).

A Salvador do Centro Histórico cosmopolita, bairro secular e palco de lutas históricas, o Pelourinho dos prostíbulos e bêbados, retratado por Jorge Amado e figurante de astros e artistas famosos como Michael Jackson. Sítio dos ensaios da banda Olodum, e o “QG” oficial da rede Globo nas transmissões ao vivo nos jogos da copa do mundo. A avalanche midiática constrói um “mundo imaginal”, como quer Maffesoli:

Não existe produto sem uma imagem que o torne conhecido, permitindo difundi-lo ou vendê-lo. Nada escapa a essa colocação em forma. O produto literário, religioso ou cultural. O mesmo acontece com as cidades, regiões ou países que, dessa maneira são ilustrados e que pelo logo, slogan ou outro design interpostos pretendem oferecer de si mesmos uma imagem que deixa marcas e que favorece sua dinamização externa e sua animação interna (MAFFESOLI, 1995, p. 125).

A terra de todos os santos, crenças e fé onde, conforme os meios de comunicação de massa, o baiano e o turista são o carnaval. Esta que é a maior festa popular do mundo, onde segundo os órgãos oficiais de turismo da Bahia, brancos e negros, ricos e pobres brincam em harmonia, sem discriminação. Por isso, dizem, que nos orgulhamos de ser baianos, de viver em uma cidade festeira de gente bonita, centro das oportunidades e da mistura de ritmos.

Ah! Imagina só/ que loucura esta mistura/ alegria, alegria é o Estado que chamamos Bahia/ de todos os santos/ encantos e axé/ sagrado e profano/ o baiano é carnavalesco (...). (DODÔ E OSMAR, Chame Gente).

A cidade está representada em várias músicas como, por exemplo, a da cantora Ivete Sangalo (Carnaval de 2006) “*Quem pode, pode, quem não pode, se sacode,*

*quando a banda passa...*”, melodia que inspirou os organizadores do Observatório Racial<sup>4</sup>, quando da elaboração de uma reportagem sobre os problemas enfrentados pela população negra durante a festa.

A chamada “cultura baiana” é mistificada pelo segmento da *axé music* que freqüentemente exalta a realidade de um povo que em pleno século XXI continua adormecido na política do “pão e circo”.

A Salvador de lindas praias, modernidade arquitetônica e acervos culturais, contrapõe-se aos espaços de grandes favelas e de pobreza urbana crescente. Uma cidade sedutora na qual persiste, ainda hoje, o que foi assinalado por Vilmar Faria, em *Bahia de Todos os Pobres*:

“Para o visitante ocasional, Salvador é uma cidade sedutora e enganosa. Circulando entre o Comércio e Itapuã, quase sempre pelos caminhos da orla marítima, o visitante sem dúvida registra a presença maciça da pobreza, confirmada pelas eventuais incursões ao Pelourinho. Porém essa pobreza se apresenta envolta em trajes pitorescos, folclóricos, misteriosos até. Nem mesmo as visitas eventuais aos bairros mais pobres - mais autênticos, dir-se-ia - em busca de um candomblé mais puro ou de uma roda de samba espontânea e menos comercial dão ao visitante o sentido trágico da pobreza urbana em Salvador. Persiste, sempre, a impressão de que se está diante de uma pobreza fácil e gostosa, pouco ressentida, pícara senão desdenhosa do bem-estar moderno paulista” (FARIA, 1980, p.23).

Nos últimos anos a pobreza teve um crescimento em todos os países da América do Sul. O desemprego crescente marcou os anos 80 no Brasil, um PIB cada vez mais dependente de capitais estrangeiros, somado as desigualdades e a flutuações do nível de atividade econômica, propiciaram um ambiente extremamente precário e seletivo, o qual os pobres são as principais vítimas.

Na região metropolitana de Salvador 44,09% da população tem renda per capita de até dois salários mínimos, enquanto 31,1% estão na linha da pobreza (renda média domiciliar de meio salário mínimo ou sem rendimento, de acordo com o IBGE). Segundo os organizadores do Atlas da Exclusão Social no Brasil (Marcio Pochmann e Ricardo Amorin), a capital baiana esgotou suas formas de absorção de novos entrantes (trabalhadores). Neste contexto somado ao acúmulo da pobreza associada às habitações sub-normais<sup>5</sup>, têm criado um ambiente degradado e propício a violência que necessita ser enfrentada.

Conforme Santos (1978) a pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Comparações temporais diferentes caminham

<sup>4</sup> Foi criado pela prefeitura de Salvador para receber denúncias de racismo durante o carnaval.

<sup>5</sup> Antonio Heliodório L. Sampaio considera que o descompasso entre a industrialização na região e o crescimento urbano (fortalecidas pela imigração) trouxe consequências negativas para a estrutura urbana. Os “bindonvilles” ou “invasões” anunciadas por Milton Santos (1959), logo depois batizada oficialmente como “habitações sub-normais”, nos anos 40-50, são reconhecidas na paisagem da cidade brasileira como marca e estigma do subdesenvolvimento (SAMPAIO, Antonio, p. 92).

a inúmeras interpretações. A definição muda ao longo do tempo, juntamente com os fenômenos resultantes. A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence.

As desigualdades de renda, e com elas, a extensão da pobreza no Brasil tem origens na colonização (escravidão), que se refletiram nos aspectos culturais, na história econômica e na distribuição da renda no país. A pobreza só pode ser erradicada, se forem implementadas reformas estruturais para combatê-las.

De acordo com SALAMA (1997), é necessário distinguir pobreza do empobrecimento. O primeiro significa as condições sociais dos indivíduos, o segundo as condições de vida dos mesmos. O grande questionamento do século é como enfrentar e erradicar a pobreza, portanto analisar sua evolução é de fundamental importância para mensurar as suas conseqüências.

### O turismo como fator econômico

A partir dos anos 80, debates mais consistentes relacionados ao turismo enquanto atividade econômica estabeleceu como um dos principais objetivos, desenvolver uma maior conscientização e um melhor entendimento sobre a significativa contribuição que o turismo pode dar à economia e à qualidade de vida das populações receptoras.

Em 1991 o turismo é visto como fator econômico, razão pela qual deveria ocupar os cadernos econômicos e as revistas especializadas. Tendo como objetivo alavancar o segmento do turismo na região, o governo da Bahia cria no mesmo ano o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR / BA. Em 1995 surge a Secretaria da Cultura e Turismo - SCT, a qual é responsável pela utilização do produto cultural como um diferencial turístico.

Em 2000, a Bahia foi visitada por 4,2 milhões de turistas, 297 mil dos quais eram estrangeiros. Desse universo Salvador recebeu cerca de 1,9 milhões, correspondendo a 45% do fluxo total (GAUDENZI, 2001).

Segundo o relatório de Dimensões Estratégicas Turísticas da Bahia 2003 - 2020, feito pela SCT (2006) as principais metas globais do estado são: obter um crescimento médio de turistas que visitam a Bahia de 10,4% aa e uma receita média de 13,5% aa. Como mostra a tabela 1.

O turismo surge como um vetor de desenvolvimento para a capital baiana, todavia parcela não turística da cidade, cansada de sobreviver de alternativas e concentrada na área pobre da região metropolitana do Salvador, clama por uma melhoria social que amenize os problemas locais e assegurem condições dignas para todos.

A cidade da exclusão social histórica e incapaci-

dade contínua de empregar a população têm na mistificação do segmento turístico um arsenal simbólico que se mobiliza de diversas formas (oportunidade de emprego e renda e etc.), pragmaticamente e em função das posições de poder específicas sustentadas pela cena político-cultural que se apresenta como hegemônica. Ou seja, o turismo como a “salvação da pátria”.

Omar Aktouf no livro *A administração entre a tradição e a renovação* questiona os valores da sociedade capitalista e critica o “juízo de valores” que motivam os gestores contemporâneos na busca insana do lucro:

A questão hoje e para o futuro, é saber se atualmente e no futuro, o administrador pode permanecer estimulado por esta mentalidade e com o desprezo dos conhecimentos e preocupações mais globais, mais fundamentais, mais ecológica e mais sociais e humanas simplesmente. O gestor pode impunemente continuar a conduzir-se, de maneira tão cínica, como cientificamente atrasada, seguindo os mesmos princípios de obtenção de excedente sobre o lucro ou de valor monetário adicionado indiferentemente? *A economia do lucro*, advertiu Dumont (1998), *longe de frear os desperdícios, a poluição, as desigualdades sociais, encoraja-os ou, pior, já não chega a controlá-los.* (AKTOUF, 1996, p. 16).

Sendo o turismo uma atividade em ampla expansão no estado da Bahia faz-se necessário verificar como é possível utilizá-lo na melhoria da qualidade de vida da população local?

As divergências relacionadas aos benefícios da atividade turística e a precariedade das condições sociais de parcela significativa da população pressionam o Estado a uma clara definição de prioridades, demandando menor enfoque no aspecto lucratividade e maior atenção às necessidades da população.

O turismo da capital baiana cresce paralelamente ao agravamento dos custos sociais, com o aumento do desemprego, da pobreza e da miséria. O que adianta “construir uma imagem turística fantasiosa desta cidade” para captar o turismo, se a grande maioria da população não tem acesso aos benefícios básicos do Estado?

### A imagem turística de Salvador: o mito da baianidade

A cidade de Salvador, esta associada à idéia da “cultura baiana”, que foi mistificada a partir do “exotismo” do seu povo. Imagem que esta sendo propagada e

**Tabela 1 – Metas: Indicador Geral Bahia**

Indicador	Metas Bahia			
	2005	2010	2015	2020
Fluxo Global (em mil turistas)	5.204	7.748	12.653	22.806
Fluxo Nacional (em mil turistas)	4.487	6.593	10.617	18.711
Fluxo Internacional (em mil turistas)	717	1.115	2.036	4.095
Receita Global (em U\$S milhões)	1.189	1.964	3.698	7.887
Receita Nacional (em U\$S milhões)	731	1.177	2.075	4.174
Receita Internacional (em U\$S milhões)	458	807	1.623	3.713

Fonte: Estratégia Turística da Bahia 2003 – 2020. SCT – Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

vendida como pacotes turísticos ou na forma de turismo cultural. A capital histórica, eterna, criativa e miscigenada se completa com a Salvador das festas populares, da boa culinária e do candomblé.

Os órgãos públicos e empresas privadas perpetuam este estereótipo e criam à identidade da “terra da felicidade” (*verão o ano todo, igrejas históricas, festas de largo, baianas de acarajé e da indústria do carnaval*), a qual esta sempre de braços abertos para mostrar ao turista “o que é que a Bahia tem”. A imagem turística construída ao longo dos anos está vinculada como um pólo de atração para visitantes em busca de experiências “cosmopolitas”. Como mostra a narrativa identitária abaixo:

Para o atual diretor do CEAO Jocélio Teles, para construir a identidade os grupos ou as sociedades apelam muito para o recurso da tradição, como se fosse o que dá mais legitimidade. O Estado reforça isso aqui na Bahia, a partir dos anos 60 mais especificamente nos anos 70, quando a política de desenvolvimento e política de turismo foi fomentada. (TELES, 2000, p. 102).

Com certeza todos já ouviram a famosa frase que reforça o pensamento auto-emulativo da “Idéia de Bahia” que diz: Baiano não nasce; estréia. Esta concepção foi disseminada pelos meios de comunicação de massa e órgãos de turismo que tentam alienar o “cotidiano” da população residente da cidade como uma fábula do século XXI.

Para Risério, “o mito baiano é um fato” (1993, p. 118). Ele se propõe, a definir seus pilares: “o mito baiano está assentado num tripé: antiguidade histórica, originalidade cultural, beleza natural e urbana. Foi a partir desses elementos, que são reais, que o mito evoluiu, dos tempos coloniais aos dias de hoje. (...) Atualmente – e ainda a partir de elementos reais – é a vez dos negros idealizarem ao extremo o ‘axé’ da Bahia. É um mito persistente e rico”.

A imagem turística de Salvador tem como finalidade captar o turista com maior poder aquisitivo e vender o sonho do lugar ideal, onde é possível a realização de todos os desejos e fantasias.

O que acontece na capital baiana é uma estratégia que os gestores públicos estão adotando na administração municipal de valorização dos espaços urbanos através da promoção turística.

Em seu artigo *A Bahia reimaginada: como transformar um velho entreposto comercial em novíssimo produtor de tradições*, Roque Pinto afirma que existe uma imensa estrutura comercial de *show-business* associada ao governo estadual e municipal (Emtursa e Bahiatursa) e que isto fica bastante nítido na entrevista do atual senador Antonio Carlos Magalhães a revista *Veja* (3 de junho, 1998), sobre o que é baianidade:

“Um estado de espírito em relação à terra em que se vive e a todas as características singulares da Bahia, que nenhuma outra terra tem, como o sincretismo religioso, a cordialidade”. Segue dizendo que o baiano é o povo mais cordial do Brasil e que na Bahia não existe racismo nem preconceito. ACM coroa sua elegia afirmando que não vai ao can-

domblé por crença, mas por... baianidade. Afinal, diz ele, quem não conhece o candomblé, não pode governar a Bahia” (MAGALHÃES, apud PINTO, 2001, p. 6).

A imagem turística de Salvador acentua a distância entre a cidade ideal e a real. Visto que grande parte do planejamento e investimento urbano se intensifica na chamada cidade espetáculo, onde se concentra a “economia do axé”, a indústria cultural do carnaval, do turismo e do entretenimento. Neste contexto os artistas, intelectuais e atores sociais locais assumem supostos “papéis” na imaginação do sistema capitalista vigente.

Segundo Milton Moura a baianidade é uma representação “o nome de nossa máscara típica e pública” (1999, p. 102) que engloba todo um contexto do cotidiano, como sensualidade, religião, política e a família.

A transformação da cidade de Salvador em mercadoria cultural reforça o sentimento de diferença que exaltamos em relação ao resto do país. A história e a diversidade da cultura popular torna a Bahia uma nação dentro do Brasil, que segundo Jorge Amado no livro *Bahia de Todos os Santos* (1973) foi a “cultura baiana” que influenciou toda a cultura brasileira da qual é célula *mater*.

A Bahia é vista como uma mercadoria, que na forma de pacotes turísticos ou bens de cultura, atrai empreendedores interessados em promover a “terra santa”, referenciada pelo mundo, devido ao seu diversificado acervo histórico, cultural e artístico.

Conforme Pinto (2001) nas feiras e exposições de turismo do mundo, a Bahia se faz presente não junto aos outros estados brasileiros, e sim em um stand, aclopado ao Brasil. A Bahia esta contígua ao Brasil, e não dentro dele. Com isso é possível observar uma superposição ou uma oposição de identidades entre o ser baiano e o ser brasileiro.

O sentido global da “cultura baiana” potencializa-se, assim como a indústria do carnaval, que atualmente é responsável por difundir e captar diferentes formas de manifestações populares, as quais geralmente não representam à realidade do contexto tribalista da sociedade de Salvador. Ou seja, as relações que se estabelecem: identidade, poder, dinheiro, diversão e comunicação.

Segundo Moura (1996) o simbolismo do carnaval “constitui um eixo fundamental da possibilidade, estruturação e reprodução desta sociedade. A cultura do carnaval se nos apresenta, desta forma, como um elemento axial da engenharia política da Bahia ao mesmo tempo tradicional e moderna”.

Spinola (2006) define no livro *Economia Cultural em Salvador*, que o segmento da *axé music* fatura milhões de reais com a “cultura negra” e a “Idéia de Bahia”. Segundo o autor é possível citar inúmeros artistas do carnaval que alavancaram suas carreiras, com a utopia do amor ao afrodescendente ou em declarações ufanistas relacionadas a “terra da alegria”.

Pinho (1998) em “*a Bahia no fundamental*”: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade, define a “cultura baiana” como um objeto discursivo construído e repostado como argamassa imaginada e como “dissolvente” simbólico de contradições raciais, de modo a

concorrer para a construção do consenso político (hegemonia), base para a dominação.

Maria Brandão propõe a idéia de baianidade, como algo caracterizado como um *modus vivendi* baiano idealizado, que compreende supostos traços culturais peculiares, como parte de uma espécie de gramática política nacional:

“É, obviamente, a Bahia continua a produção de uma homogênea mercadoria de exportação por excelência, a afirmação do bom viver, da ‘fidalguia de sentimentos’, da ‘convivência entre raças’ e de sua jovem nordestinidade – identificação com os interesses regionais do Nordeste, enquanto praticado, quase sem retoques, sua baianidade assimétrica nas relações internas entre ‘brancos’ e ‘pobres’ e seu bairrismo pleonasticamente provinciano e narcísico” (BRANDÃO, 1994, p. 52).

### Cultura como atrativo turístico

Em novembro de 2005, aconteceu em Salvador o primeiro Seminário sobre Indústrias Criativas “A Cultura do Século XXI”, que tinha como principal objetivo difundir a cultura como vetor de desenvolvimento no Estado, tendo em vista o fato de a Bahia ter sido indicada para sediar o Centro Internacional Transdisciplinar da Economia Criativa - CITEC, uma iniciativa da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD.

O crescimento dessas indústrias está estreitamente ligado ao impacto das novas tecnologias na produção, nos mercados e na organização das atividades econômicas, sociais e culturais. Os modos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual, como seus principais recursos produtivos são considerados indústrias criativas.

Se cada cidade torna-se única na maneira como se constitui e se apresenta a moradores e visitantes, antes de tudo, cada cidade será um produto cultural único. Nesse contexto, segundo Richards, a convergência entre consumo cultural e consumo turístico não é mera coincidência e, por essa razão, o turismo cultural não pode ser entendido como uma ‘nova’ tendência mercadológica, mas antes, como consequência de amplas tendências sociais econômicas desse momento que temos chamado pós-modernidade. (CASTAL, 2001, p. 39).

Segundo o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, atualmente mais conhecido como Banco Mundial, o setor cultural é uma importante alternativa para o crescimento dos países da América do Sul, não só pelo potencial turístico, como pelas Indústrias Criativas devido ao seu grande potencial de gerar empregos e promover o desenvolvimento sócio-econômico. Segundo a ONU, as Indústrias Criativas já respondem por 10% do PIB mundial, com crescimento anual de 7%, um desempenho superior ao da maioria dos outros setores da economia.

O turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e

dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005 apud SCT, 2006, p. 12).

Hay que convenir que el llamado turismo cultural hoy em día se mueve fuera de los espacios turísticos de mayor entidad, para ubicarse em nichos de mercado alguno de ellos muy especializados. Se trata naturalmente de una consideración muy esquemática Del turismo cultural, centrado em el patrimonio y/o aspectos muy emblemáticos de la dinámica cultural de um país o region. Outra cosa seria se entiende el turismo cultural como aquel em el que el turista realiza algún consumo cultural. Em este caso y siguiendo com la perspectiva de uma vision amplia Del concepto cultura, el porcentaje de turistas culturales seria abrumador. (CORTADA, 2006, p. 3).

O turismo cultural tem crescido nos últimos tempos. Este segmento quando bem planejado pode desenvolver uma região, além de agregar conhecimento a população residente e aos visitantes sem sobrecarregar os sítios visitados. Os turistas que procuram este segmento têm como principal atrativo a cultura.

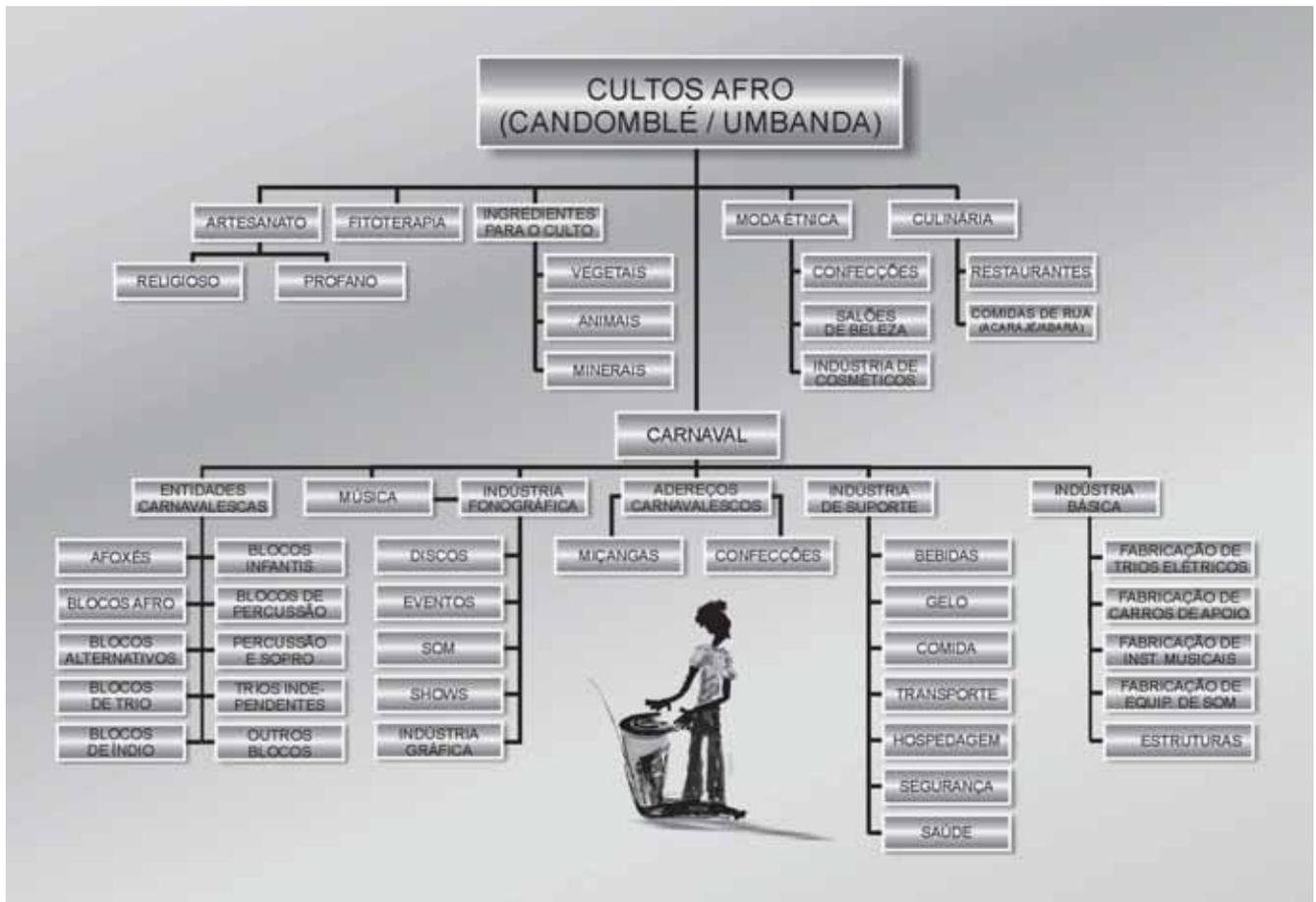
SPINOLA (2006) define Economia Cultural<sup>6</sup> como um vigoroso campo de produção, circulação e consumo de bens e serviços simbólicos, de natureza material e imaterial, genericamente chamados de bens ou produtos culturais. Além disso, o autor complementa que a economia cultural é uma interconexão de fenômenos, na medida em que concatena toda uma expressão comportamental e o mercado como categoria mediadora entre a dimensão social e simbólica e a esfera econômica das sociedades. Como mostra a figura 1.

A questão é como mensurar os impactos da Economia Cultural no desenvolvimento de determinados lugares? Recentemente foi inaugurada em Salvador, a Casa da Bossa, um empreendimento que tem como objetivo resgatar a musicalidade brasileira. A capital baiana será o primeiro local de preservação da bossa nova no Brasil. A casa funcionará em um espaço secular no Largo de Santana, Rio Vermelho, na Avenida Cardeal da Silva. Construído em 1857 e tombado pelo Iphan como patrimônio histórico, o prédio teve toda a fachada recuperada.

Para que as culturas locais gerem desenvolvimento econômico deve-se ter em vista não somente a diversidade de manifestações que um povo é capaz de criar, mas é também necessário alargar as políticas públicas e formar quadros para a gestão cultural. (SPINOLA, 2006, p. 41).

Jonh Urry (1996, p. 124) argumenta que o universo cultural tem sua própria lógica, câmbio e taxa de conversibilidade ao capital econômico. O capital cultural não é apenas uma questão de conhecimento teórico abstrato, mas a competência simbólica necessária para apreciar obras de “arte” ou até mesmo de “antiarte”.

<sup>6</sup> Recentemente foi criado na Universidade Salvador – UNIFACS o Grupo de Pesquisa e Estudos de Economia Cultural (Gecal), tendo como coordenador o Prof. Dr. Noélio Spinola. O objetivo deste laboratório de análise da cultura é criar mecanismos para potencializar as comunidades locais, através das indústrias culturais.



**Figura 1 – Economia Cultural**

Fonte: Spinola, 2006, p. 45

Margarida Barreto (2002) faz uma crítica a transformação do acervo cultural em bem de consumo: “o patrimônio deixa de ser valorizado por sua significação na história ou na identidade local e passa a ser cobiçado porque pode ser comercializado como atrativo turístico”.

A cultura ajuda a sociedade a entender suas tradições, recuperando sua memória e identidade. O problema é manter um equilíbrio entre legado histórico e o crescente avanço da cultura global. Ruth Towse no livro *Manual de economía de la cultura* (2003), enfatiza as características econômicas dos bens culturais e questiona o mecanismo da produção da cultura:

Todos los bienes y servicios culturales tienen en común el hecho de incluir un elemento artístico o creativo. Los bienes culturales pueden ser objetos tangibles, como una obra de arte o un libro, o bien, servicios intangibles, como una interpretación musical o la visita a un museo. Unos son bienes finales que se ofrecen a los consumidores, mientras que otros son bienes y servicios intermedios que forman parte de otros productos, culturales o no: CD puede venderse al consumidor o reproducirse en una emisora de radio, en una tienda o en un pabellón deportivo. Algunos bienes culturales son bienes de capital o de consumo duradero – como un cuadro en un museo o un vídeo – y generan servicios a lo largo sólo existen en un momento concreto. (TOWSE, 2003, p. 21).

### “Cultura baiana” como mercadoria turística

A história e a “cultura baiana” se transformaram em mercadoria valiosa no cenário internacional da cultura. O Centro Histórico de Salvador (Patrimônio Cultural da Humanidade / UNESCO) é o mais novo “shopping” cosmopolita. Onde com poder de negociação (dólar ou euro) é possível tirar fotos com figuras pitorescas da cidade, registrar contos e canções populares, danças, tradições, costumes e crenças.

Salvador apresenta, como um dos elementos importantes da sua contemporaneidade, uma fortíssima vocação pós-industrial, onde se destaca a produção de bens e serviços simbólicos culturais. A cultura musical, a indústria discográfica, a economia do lazer e do turismo e um conjunto variado de atividades lúdico-econômicas dão corpo a um mercado expressivo e sem paralelo no resto do país, refletindo a efervescente produção cultural que particulariza a cidade. (MIGUEZ apud SPINOLA, 2006, p. 41).

As principais casas de shows da capital baiana oferecem “candomblé” e ritmos “folclóricos” (ao gosto do cliente) tanto que os artistas a depender do público são “brancos” ou “negros”. A globalização dita regras e cria teorias como do “*all include*” na Bahia.

No Mercado Modelo é possível adquirir lembranças variadas da “terra santa”, desde instrumentos musicais até produtos arqueológicos contrabandeados; “Por isso que se chama Baía de Todos os Santos! Um santo sozinho, não ia conseguir fazer tudo isso” (SCT, 2006, p.25).

Visitando o local é difícil distinguir peça teatral do cotidiano. A roda de capoeira começa quando os ônibus turísticos estacionam na praça; ao adentrarem no espaço surge a roda de samba e conseqüentemente os artistas da terra.

Todavia dependendo de quanto custou o “city tour” o visitante ocasional se transforma num típico afrodescendente. É por isso que dentre as ferramentas disponibilizadas para executar as ações de propaganda, a Bahiatursa utilizou como anúncio no verão de 2005 / 2006, a seguinte frase: “você vai fazer de tudo para não perder o verão da Bahia”.

Salvador viveu um processo de transformação da cultura em mercadoria que surgiu da música afro-baiana, que por seu lado começou a encontrar eco no carnaval, mas que em pouco tempo se transformou numa presença econômica de importância fundamental” (FISHER, 1996, p. 260).

O carnaval é o principal elemento constitutivo do mercado da “cultura”. “Felicidade se compra sim. E, dependendo da agência de viagem da até para parcelar” (SCT, 2006, p. 25). Ou seja, a maior festa popular do planeta nos últimos anos inflacionou seus serviços, agregando custos aos visitantes e residentes da cidade.

O carnaval reflete a exclusão social da capital baiana: os foliões que tem maior poder aquisitivo desfrutam da festa em luxuosos camarotes e blocos carnavalescos. Já a população com menor poder aquisitivo são espremidos na avenida para tentar participar do evento.

Guerreiro (2000) no livro *A trama dos tambores: a música afro-pop de Salvador* faz uma análise crítica da organização do carnaval e descreve o trabalho dos seguranças de blocos, os “cordeiros”.

Com esse exercito de 1500 seguranças investindo contra a multidão, a briga pelo espaço costuma ser pesada. Muitas vezes, seguranças descontrolados extrapolam suas funções e desencadeiam brigas sangrentas, quando partem para a luta corporal com os foliões pipoca que protestam contra sua exclusão dos espaços mais próximos dos palcos. (GUERREIRO, 2000, p. 243).

A festa carnavalesca seduz a população urbana carente, a qual deslumbrada tenta uma oportunidade de emprego e renda, todavia são os grandes empresários que lucram com a folia baiana. Visto que a Prefeitura de Salvador (2006) alega que só tem prejuízo com a maior manifestação popular do mundo.

O carnaval é um instrumento “anestésico” que fortalece a “Idéia de Bahia”, transformando a realidade de um povo sofrido e abandonado em festiva. Todavia os “sem bloco ou camarote” ameaçam descaracterizar a imagem da “terra da alegria” reivindicando seu espaço no evento capitalista.

Urbanização turística gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou

marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer. (LUCHIARI, 2000, p. 109).

## Conclusão

O principal questionamento a ser colocado é em relação a cultura que é transformada em mercadoria e prejudica a essência da mesma, visto que a produção de determinados produtos em larga escala pode descaracterizar sua arte.

Em Salvador, preservamos o patrimônio histórico e cultural e desprezamos a população urbana. Visto que, segundo dados da PNAD (2004), 31,1% da população da capital baiana vivem na chamada “linha da pobreza” e, atualmente, a cidade ocupa o segundo lugar em desemprego e o terceiro em violência no país.

O Centro Histórico foi revitalizado com o argumento da recuperação dos imóveis e das características históricas, todavia para isso houve um deslocamento da população carente. Obrigando-os a procurar moradias em bairros longínquos.

No bairro do Comércio, a revitalização beneficiou apenas os novos investidores (alemães, israelenses e franceses) com insenções fiscais e outros benefícios. Já os antigos lojistas reclamam da falta de segurança e infraestrutura. No Taboão a “maquiagem” turística não chegou a parcela não turística da cidade que permanecem sem comida, água, gás, moradia, educação e emprego.

Com o enredo da revitalização, os gestores públicos utilizam a gentrificação<sup>7</sup> como estratégia de enobrecimento de determinados setores de Salvador. Este instrumento facilita a “maquiagem” turística, transformando a cidade real baiana, na “Cancún” do nordeste, onde mulheres bonitas e paisagens paradisíacas estão à espera dos turistas.

Podemos utilizar uma expressão de Zunkin (1993, p. 188), que define este processo dizendo que “... a revitalização coloca mais visibilidade nas desigualdades sociais, porque situa ilhas de renovação em mares de decadência”.

A população com menor poder aquisitivo percebeu que a relação da prefeitura municipal com a cidade ilegal é diferenciada da cidade “turística”. Diante disso, começam a articular táticas de guerrilha urbana, como as que estão acontecendo em São Paulo.

Os guerrilheiros urbanos adotaram a “terra da alegria”. O tráfico de drogas põe bairros em guerra e a falta de segurança esvazia as salas de aula e inviabiliza importantes projetos sociais em regiões periféricas da cidade.

As rixas entre gangues pelo controle dos pontos de venda de entorpecentes na região do Nordeste de Amaralina (Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Nordeste e Chapada do Rio Vermelho) e no Subúrbio Ferroviário (Lobato, Plataforma, Paripe e Alto de Coutos) além de outros bairros, já provocaram algumas mortes, impon-

<sup>7</sup> A remoção dos pobres do centro rumo a bairros periféricos, longe do turismo e da vida econômica da cidade.

do a lei do silêncio durante o dia e o toque de recolher, a partir das 22 horas (DELEGACIA DE TÓXICOS E ENTORPECENTES [DTE] apud A TARDE, 9/07/2006).

As invasões já são mais de 30% da área ocupada de Salvador e o déficit habitacional na capital baiana supera as 100 mil unidades, levando a população pobre a morar em setores inadequados na região metropolitana (PNAD, 2004).

A Baixa de Santa Rita é considerada pela Defesa Civil de Salvador (CODESAL) uma das mais problemáticas áreas de risco da cidade. No bairro de São Marcos, na Baixa Fria, outro bolsão de miséria, é possível mensurar a total ausência do poder público (SEPLAM, 2006).

Na Vila Via Metrô (no Calabetão) é perigoso atravessar a ponte que liga a BR - 324, depois das 19:00 horas. Ladrões e estupradores ameaçam a população, que defendem sua cidadania diante da urbanidade inversa no lado rico da cidade: “*somos seres humanos também, o sangue que corre em nossas veias é igual ao sangue de quem morra na Pituba e na Barra*” (SEPLAM, 2006).

Em 14 de julho deste ano, na cidade de Londres (Inglaterra) a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um estudo estatístico com base em projeções do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no qual afirma que o Brasil terá 55 milhões de pessoas vivendo em aglomerados urbanos irregulares e sem infraestrutura (favelas ou invasões) até 2020. Ou seja, 25% da população total do País.

Neste mesmo período, a Bahiatursa divulgou a Estratégia Turística da Bahia 2003 - 2020 com objetivo estratégico de posicionar a “terra da felicidade” como melhor destino turístico do Brasil; de contribuir para o aumento da satisfação do turista que visita o Estado bem como fomentar o crescimento da receita e do fluxo turístico (SCT, 2006). Viva o Estado que chamamos Bahia! De um lado o carnaval e do outro fome total.

Diante do exposto, surge uma pergunta: Até quando continuaremos “anestesiados” e indiferentes aos problemas sociais da “terra da felicidade”? A cidade espetáculo está transformando protagonistas da fome em guerrilheiros do Éden.

## Referências

- AMADO, Jorge. **Bahia de todos os santos**. 25ª ed. (1ª ed., 1945). Rio de Janeiro: Livraria Martins, 1973.
- AKTOUF, Omar, FACHIN, Roberto Costa, FISCHER, Tânia. **A administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1996. 269p. ISBN 8522415390 (broch.).
- Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, volume I e II, 2003.
- BLOCK, Patrick. Anatomia de um apartheid social. **A Tarde**, Salvador, 26 mar. 2006. Local, p. 3.
- BRADÃO, Maria de Azevedo. Baiano nacional: a formação de uma “língua franca” do Brasil contemporâneo. **Cadernos Ceas**. Salvador, 149, p. 51-60, jan/fev, 1994.
- Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2000) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD (2004).
- CORTADA, Damián Moragues. El diálogo turismo y cultura. **Pensar Ibero América: Revista de cultura**, n. 8, abr/ jun, 2006.
- FISHER, Tânia. “**A cidade como teia organizacional: inovação, continuidades e ressonâncias culturais - Salvador da Bahia, cidade puzzle**”. Cultura organizacional e cultura brasileira. Fernando Motta e Miguel Caldas (Orgs.) Atlas, São Paulo, 1996.
- FONSÊCA, Adilson. Tráfico põe bairros em guerra. **A Tarde**, Salvador, 9 de jul. 2006. Salvador & região metropolitana, p. 4.
- \_\_\_\_\_. Invasões já são mais de 30% da área ocupada de Salvador. **A Tarde**, Salvador, 23 de jul. 2006. Salvador & região metropolitana, p. 4.
- FREITAG, Bárbara. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. **Caderno CRH**. Salvador, n. 38, p. 115-126, jan. / jun. 2003.
- GAUDENZI, Paulo. Evolução da Economia do Turismo na Bahia. **Reflexões de Economistas Baianos**. Salvador: CORECON, v. 1, n.1, p. 78 - 110, 2001.
- GASTAL, SUZANA. “**O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo**”. Turismo urbano. Castrogiovanni (org.), São Paulo, Editora Contexto, 2001, (pp. 33-41).
- GUERREIRO, Goli. A cidade imaginada - Salvador sob o olhar do turista. **Revista Gestão e Planejamento**. Salvador, ano 6, n. 11, p. 6-22, jan/jun, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A trama dos tambores: a música afro-pop de Salvador**. São Paulo: Editora 34. (Coleção Todos os Cantos), 2000. 320 p.
- HALL, C. Michael (Colin Michael). **Planejamento turístico: Políticas, Processos e Planejamento**. São Paulo: Contexto, 2001, 296 p. ISBC 85-7244-188-3 (broch.).
- MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre, Artes e Ofícios Editora, 1995.
- MAGALHÃES, Antônio Carlos. Não vou desistir: entrevista a Expedito Filho. **Veja**, n. 1549, p. 11-15, 3 de junho, 1998.
- MOURA Milton. **Carnaval e baianidade: arestas e curvas na coreografia de identidade do carnaval de Salvador**, Tese (Doutorado em comunicação e Culturas Contemporâneas) Universidade Federal da Bahia, 2000.
- \_\_\_\_\_. O carnaval como engenho de representação consensual da sociedade baiana. **Caderno CRH**, n. 24/25, p. 171-192, jan/ dez, 1996.
- PINHO, Osmundo. “A Bahia no fundamental”: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 13, n. 36, fev, 1998.
- PINTO, Roque. **A Bahia reimaginada: como transformar um velho entreposto comercial em um novíssimo produtor de tradições**. Salvador: EDUFBA, 2001.
- RISÉRIO, Antônio. **Caymmi: uma utopia de lugar**. São Paulo, Salvador: Perspectiva/Copene, 1993.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço**. São Paulo: Hucetec, 1999.
- SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, [1997]. 207 p. ISBN 85-232-0167-X
- “Salvador em dados: 2006”, relatório da coordenação de Produção de Indicadores Urbanos - Ambientais (Copi) da Secretaria Municipal de Planejamento (Seplam) - organização de Beth Santos e Lucia Politano.
- SANTANA, Eder Luiz; MORAES, Cristina. Um velho bairro em tempo de reconstrução. **A Tarde**, Salvador, 30 jul. 2006. Salvador & região metropolitana, p. 4.

SAMPAIO, Antonio Heliodoro Lima. **Formas Urbanas**: cidade real & cidade ideal – contribuição do estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora / PPG / AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978. 119 p.

SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO. **Dimensões estratégicas do turismo da Bahia: 2003 – 2020**. Salvador: SCT, março de 2006. 36 p.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **A economia cultural de Salvador**. Salvador: UNIFACS, 2006, 170 p.

TELES, Jocélio. **Bahia, Bahia, que lugar é este?** Salvador, anais da SPBC, 2001, (pp. 100-103). TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade – tendências contemporâneas**. Capinas, Papirus Editora, 2000.

TOWSE, Ruth. **Manual de Economía de la cultura**. Madrid: Fundacion Autor, 2003.

URRY, Jonh. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel / SESC, 1996.

VIANA, Angela Ramalho. **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes; [São Paulo]: CEBRAP, 1980. 214 p.

ZUKIN, S. **Landscapes of power**. Berkeley: University of California Press, 1993.

MESTRADO  
EM ANÁLISE  
REGIONAL



www.unifacs.br  
maregional@unifacs.br  
Tel.: (71) 3273-8528

MESTRADO  
RECOMENDADO  
PELA CAPES

## ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

1. Desenvolvimento Regional
2. Desenvolvimento Urbano
3. Turismo e Meio Ambiente

## OBJETIVOS

1. Adequar a formação dos profissionais à demanda de um mercado de trabalho em que é mais intensa a renovação do conhecimento científico e tecnológico.
2. Desenvolver a capacidade do profissional para apropriar-se de novos conhecimentos.
3. Desenvolver a capacidade destes profissionais para contribuir em uma solução de problemas sócio-econômicos organizacionais locais, regionais e nacionais.
4. Formar e atualizar professores, capacitando-os para o desempenho qualificado do ensino de graduação e pós-graduação.
5. Formar uma massa crítica capaz de desenvolver trabalhos científicos que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional.
6. Desenvolver a integração Universidade/Empresa incentivando a realização da pesquisa aplicada.
7. Promover o aprimoramento do processo ensino/aprendizagem através do incentivo à realização de pesquisas institucionais e o aperfeiçoamento do ensino de graduação.



Os *Cadernos* foram classificados  
pelo **QUALIS** da CAPES  
como **Local A**